

ANAIIS
II Seminário Discente de Ciência Política do PPGCPol
Universidade Federal de Pelotas

Pelotas, 2025

Dados de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Leda Lopes - CRB-10/2064

S471a Seminário Discente de Ciência Política do PPGCPOL (2. : 2025 : Pelotas/RS).

Anais do Seminário Discente de Ciência Política do PPGCPol [recurso eletrônico]: “dinâmicas da política dos novos tempos”/ coordenador William Daldegan de Freitas; organização Julia Maria Soares Andrade Rodrigues...et al. – Pelotas: Laura Bandeira, 2025.

245 p.; PDF

Seminários promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, 05 a 07 de novembro de 2025.

ISBN: 978-65-01-85442-7

1. Ciência política. 2. Seminário discente. 3. Produção científica. 4. Pesquisa. I. Freitas, William Daldegan de, coord. II. Rodrigues, Julia Maria Soares Andrade, et al., orgs.II.Título.

CDD 320



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Comissão organizadora

Docente

Prof. William Daldegan de Freitas - Coordenador

Discentes

Representação Geral

Julia Maria Soares Andrade Rodrigues

Laura Bitencourt Bandeira Rodrigues

Comissão Acadêmica

Jessica Seabra De Oliveira Alves

Laura Silva Costa

Luana Broni De Araújo

Comissão Comunicação

Francioli Bagatin

Luma Ramos Da Costa

Paula Rieth De Oliveira Huf

Renata Da Silva

Comissão Congressistas

Nairana Karkow Bones

Taís Dias Domingues

Thales Morbach Lange

Wander Catarina Dos Santos

Comissão Financeira

Paula Geordana Hahn

Vítor Moraes Dos Santos

Comissão Operacional

Caio Menezes Dos Santos

Daniele De Vargas Laureano

Gustavo Ferreira Dias

Italo Ross Sousa Castelo

João Yerab Moura Carneiro

Marcelo De Oliveira Dutra

Mariele Cunha Rocha

Taiane Da Cruz Rolim



Apresentação

Os Anais do II Seminário Discente do PPGCPol-UFPel – “Dinâmicas da Política dos Novos Tempos”, realizado entre 05 e 07 de novembro de 2025, na Universidade Federal de Pelotas, reúnem a produção apresentada ao longo desta segunda edição do evento, produzido como um espaço de reflexão, circulação de ideias e fortalecimento da pesquisa em Ciência Política e áreas afins.

Organizado pelos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol-UFPel), o Seminário teve como propósito central estimular o intercâmbio entre discentes da graduação e da pós-graduação, proporcionando um ambiente propício ao debate e investigações em andamento, projetos de pesquisa, resultados parciais e reflexões teóricas. A proposta de promover um diálogo aberto entre diferentes perspectivas e abordagens evidencia o compromisso do Programa com a formação crítica, a consolidação de trajetórias acadêmicas e a ampliação da produção científica no campo da Ciência Política e áreas afins.

A temática desta edição, “Dinâmicas da Política dos Novos Tempos”, buscou orientar discussões sobre os processos contemporâneos que desafiam análises tradicionais e exigem novas lentes interpretativas. As mesas temáticas, apresentações orais e debates estimularam a aproximação entre diferentes agendas de pesquisa, valorizando contribuições que dialogam com fenômenos políticos emergentes, transformações institucionais e práticas sociais em constante mutação.

A publicação destes Anais reafirma o compromisso do PPGCPol-UFPel com a divulgação científica e com a construção coletiva do conhecimento. Ao registrar os trabalhos apresentados, pretendemos não apenas documentar a diversidade das investigações discutidas, mas também fortalecer um espaço contínuo de aprendizagem, colaboração e amadurecimento acadêmico.

Agradecemos a todas e todos que contribuíram para a realização do evento - estudantes, docentes, avaliadores, participantes e equipe de apoio - cuja dedicação foi fundamental para o êxito desta edição. Que estes Anais sirvam como fonte de inspiração e referência para novas pesquisas e futuras edições do Seminário Discente.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Sumário

Apresentação.....	4
GT 1: Instituição e Direito.....	6
GT 2: Gênero, Raça e Participação política.....	41
GT 3: Relações Internacionais.....	89
GT 4 - Teorias Políticas Contemporâneas e o Debate das Democracias.....	138
GT 5: Justiça de Transição, Memória e Direitos Humanos.....	177
GT 6: iniciação Científica.....	208



GT 1: Instituição e Direito

ANÁLISE DISCURSIVA DE PAPERS, PLEASE COMO INSTRUMENTO DE SENSIBILIZAÇÃO ACERCA DE QUESTÕES MIGRATÓRIAS

BRUNA MEOTTI SOUZA¹; DANIEL DE MENDONÇA²;

¹Universidade Federal de Pelotas – souza.brunameotti@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ddmendonca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Papers, Please é um jogo eletrônico criado por Lucas Pope, em que o jogador assume a função de um agente de controle de migração na fronteira da fictícia nação de Arstotzka, um Estado autoritário em guerra que, narrativamente, faz alusão ao Bloco Soviético da Guerra Fria. O protagonista é encarregado de verificar a documentação dos indivíduos que entram no país, seguindo uma série de diretrizes, cuja lista aumenta conforme o tempo avança dentro do jogo, juntamente a diferentes eventos ligados a criminalidade, espionagem, terrorismo e guerra. A história tem 20 finais, que dependem tanto do desempenho quanto das escolhas do jogador diante de eventos narrativos.

O objetivo central do resumo é examinar, à luz da Análise Crítica do Discurso de Fairclough, como as regras de fiscalização Regras de *Papers, Please* produzem e naturaliza a exclusão migratória. Especificamente, descrever, nas dimensões textual (micro), de prática discursiva (meso) e de prática social (macro), a articulação entre normas, critérios e hierarquias de verificação/validação previstas no manual, identificando processos de legitimação e naturalização que convertem discrepâncias em “irregularidade” e posicionam o jogador como sujeito-operador burocrático. Na discussão, como lentes interpretativas, pretende-se combinar a Retórica Procedimental (Bogost) e a Interpelação do Sujeito (Althusser), para entender o argumento das regras e a conformação do papel do jogador, explicitando a crítica produzida e o modo como a experiência lúdica a comunica de forma interativa. Por fim, discutir o potencial de sensibilização/letramento crítico oferecido pelo jogo.

Papers, Please coloca o usuário como agente recém-transferido para a fronteira de Arstotzka, responsável por permitir ou impedir entradas conforme as regras que se atualizam diariamente. O trabalho é cronometrado e exige memorização e checagem minuciosa, pois erros e acertos afetam a remuneração. O protagonista sustenta a família, cujas necessidades variam; um bom desempenho mantém as despesas, enquanto um mau desempenho pode levar à morte de familiares ou à prisão/desemprego do agente. Os finais resultam de desempenho e escolhas ao longo de arcos narrativos, variando entre desfechos positivos e negativos (fuga, promoção, prisão, execução etc.). A experiência é diretamente impactada por seguir ou burlar regras, o que personaliza a trajetória. Assim, as mecânicas (especialmente pontuação, tempo e atualizações normativas) operam como estrutura discursiva que orienta percepções e produz sentidos na experiência do jogo.

Para FAIRCLOUGH (2001), discurso é o uso da linguagem como prática social, não apenas de representação, mas de significação do mundo, indo além de palavras faladas ou escritas. O discurso se relaciona dialeticamente com as estruturas sociais (molda-as e por elas é moldado), operando em ordens do discurso ligadas a campos e instituições. Nem toda prática discursiva é, por si, ideológica, mas manifesta ideologia conforme reproduz relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121):

Sugeri que as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder. Em princípio, as relações de poder podem ser afetadas pelas práticas discursivas de qualquer tipo, mesmo as científicas e as teóricas.

Apesar da discordância que FAIRCLOUGH (2001) traz às concepções de Louis Althusser acerca da ideologia e seus efeitos, é importante destacar o conceito de Interpelação do Sujeito por ele proposto. O autor entende a interpelação como uma ferramenta ideológica: o indivíduo (ser biológico) é chamado por meio da designação de uma função e, ao se identificar com esse chamado, passa a cumprir o papel esperado e torna-se sujeito (o indivíduo reconhecido dentro de uma lógica social e ideológica) (ALTHUSSER, 2014, p. 99). Esse mecanismo de convocação ideológica dialoga com uma teoria no campo dos jogos. BOGOST (2007) apresenta a Retórica Procedimental, em termos simples, como o uso persuasivo de procedimentos; isto é, argumentar não por meio da retórica verbal, mas por meio de processos. “A retórica procedimental é um subdomínio da autoria procedimental; seus argumentos são feitos não pela construção de palavras ou imagens, mas pela autoria de regras de comportamento, pela construção de modelos dinâmicos” (BOGOST, 2007, p. 28, tradução nossa). Assim, se a interpelação althusseriana explica como sujeitos são “chamados” a ocupar posições, Bogost explicita o modo técnico-procedimental dessa convocação em sistemas baseados em regras, nos quais recompensas e sanções orientam o reconhecimento e a adesão ao papel.

2. METODOLOGIA

Adota-se a Análise Crítica do Discurso de Fairclough aplicada exclusivamente às regras de fiscalização, considerando seus eventos gatilho informados nos boletins, seguindo 3 procedimentos analíticos. (I) MICRO: extração e codificação de enunciados normativos (modalização “deve/é obrigatório”, negações, imperativos; nominalizações como “irregularidade/detenção”; voz passiva/apagamento de agência; pressuposições). (II) MESO: análise do gênero manual/guia, vozes autorizadas, intertextualidade/interdiscursividade e dos processos de produção–atualização–circulação/consulta; descrição de critérios, sequências e cruzamentos de checagem que orientam a execução. (III) MACRO: interpretação dos processos de legitimação/naturalização que convertem “discrepância” em “irregularidade” e posicionam o leitor como operador burocrático. As unidades são traços linguísticos, organização do gênero/vozes, intertextualidade e critérios/hierarquias de verificação. Na discussão, utiliza-se a retórica procedimental a interpelação do sujeito para qualificar o letramento crítico sobre procedimentos migratórios.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise serão extraídas regras de fiscalização, especificamente selecionadas pelo critério de evento gatilho para seu sancionamento (contexto informado pelo boletim diário). Na tabela a seguir, os códigos marcam traços textuais (micro) da Análise Crítica do Discurso: **MD** = modalização deôntica (obrigações/necessidade: “deve”, “é obrigatório”, verbo imperativo). **NG** = negação/proibição (fórmulas excludentes: “não é válido”, “apenas...”). **NM** = nominalização (processos viram nomes que reificam/impessoalizam: “irregularidade”, “detenção”, “autorização”, “licença” etc.). **VZ** = voz passiva/apagamento de agência (ex.: “é requerido/required”, “devem ser apresentados...”, ocultando quem exige). **PR** = pressuposição (informação tomada como dada no enunciado: “deve estar atual” pressupõe parâmetro de atualidade). **SN** = sanção explícita (menção a penalidade/ato administrativo: “deter”, “confiscar”). Esses marcadores mostram como o texto impõe obrigações, exclui, reifica, apaga agentes, naturaliza premissas e prevê penalidades. Também serão codificados os eventos gatilho em **SEC** (segurança), **SAÚ** (saúde), **DIP** (diplomacia), **ECON** (economia/trabalho), **ADM** (administração/eficiência), **NAC** (nacionalidade).



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Tabela: Codificação de Regras – *Papers, Please*

REGRA	DIA	EVENTO GATILHO	CÓDIGOS
Trabalhador deve ter visto de trabalho	6	Há menos vagas de emprego em Arstotzka e o governo busca controlar a força de trabalho estrangeira (ECON)	MD, NM, PR
Contrabandos e armas são proibidos	7	Ataque terrorista ocorreu no dia 6 (SEC)	NG, VZ
Kolechianos devem ser todos revistados	7	Extremistas kolechianos são suspeitos; regra revogada no dia 8, após reclamação do país de Kolechia (SEC + NAC)	MD, VZ
Diplomata deve ter autorização	8	Kolechia registrou uma reclamação e está enviando um diplomata a Arstotzka (DIP)	MD, NM, PR
Estrangeiro deve ter cartão complementar	13	Diretor do Ministério de Admissão quer aplicar protocolos mais rígidos aos estrangeiros; vigência até dia 26 (ADM)	MD, NM, PR
Proibido Imporianos	19	Retaliação às sanções comerciais de Importar a Arstotzka. Revogada no dia 20; Importar cancelou as sanções (DIP + ECON)	NG, PR
Requerente de asilo deve ter a garantia	21	Arstotzka estabelece um programa de asilo político para abrigar um delator do país de Antegria (DIP + SEC)	MD, NM, PR
Confisque todos os passaportes dos Arstotzkanos residentes no distrito de Altan	24	Os ataques terroristas lançaram suspeitas sobre cidadãos de Arstotzka residentes no distrito de Altan; o procedimento é ordem do Ministério da Informação (SEC + NAC)	MD, PR, SN
Proibidos viajantes da Federação Unida.	25	Surto de poliomielite no país; revogada no dia 26 (NAC + SAÚ)	NG, PR
Aplicante deve estar vacinado contra Pólio	26	O Ministério da Saúde institui uma nova política para impedir que a poliomielite se espalhe para Arstotzka (SAÚ)	MD, VZ, PR
Estrangeiro deve ter Licença de Acesso.	27	Medida do governo para aumentar a eficiência do posto de migração (ADM)	MD, NM, PR
Confisque todos os passaportes de aplicantes Arstotzkanos	28	Resposta do governo a ataques contínuos (SEC + NAC)	MD, PR, SN

Na dimensão micro (referente ao texto), as regras tendem a privilegiar a obrigação e o padrão dado: em 9 de 12 enunciados surge modalização deontica (“é obrigatório”, verbos imperativos), quase sempre acompanhada de pressuposições (10/12) que tomam por estabelecidos critérios como “estar atual” ou “estar vacinado”. As proibições aparecem de modo cirúrgico (3/12), concentradas em marcadores de pertencimento nacional (“Proibido Imporianos”). As nominalizações (5/12), “autorização”, “licença”, “garantia”, reificam procedimentos; já a voz passiva/estativa (3/12), como “são proibidos” ou “estar vacinado”, apaga a agência e desloca a ação para a regra. Sanções explícitas (2/12) emergem nos confiscos, quando a fórmula textual já embute o ato administrativo. Exemplos sintéticos: “Aplicante deve estar vacinado” (MD+PR+VZ), “Confisque passaportes... do distrito de Altan” (MD+SN+PR), “Proibido Imporianos” (NG+PR).



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Partindo ao *meso*, que tange a prática discursiva, nota-se que as regras de fiscalização, em sua maioria, são parte do Livro de Regras (e somente duas comunicadas expressamente por boletim).

Enquanto manuais normativos, o Livro e o boletim diário organizam sequências e cruzamentos de checagem e fala a partir de uma voz autorizada que orienta diretamente a execução. As atualizações por gatilho produzem um regime de leitura-operacionalização: regras válidas “apenas no dia” ou em janelas curtas transformam a admissão em alvo móvel, exigindo que a consulta ao manual seja, ao mesmo tempo, interpretação e ação.

Já no âmbito macro (prática social), as justificativas distribuem-se sobretudo por segurança (SEC = 5) e nacionalidade/pertencimento (NAC = 4), com ocorrência de diplomacia (DIP = 3), saúde (SAÚ = 2), economia (ECON = 2) e administração/eficiência (ADM = 2). Esse repertório de legitimação desloca “discrepância” para “irregularidade” e faz da exclusão um procedimento ordinário: NG+NC/SC institui bloqueios por origem, MD+SN converte a norma em confisco, e PR naturaliza os filtros prévios que modulam a triagem.

Os resultados indicam que as regras de fiscalização argumentam por procedimentos: obrigações, proibições e sanções encadeadas (MD/NG/SN) configuram uma retórica procedimental que faz “discrepância” convergir para “irregularidade” por meio de rotinas. Ao mesmo tempo, a voz autorizada das regras e os ritos de checagem convocam o leitor a reconhecer-se como operador burocrático, o que corresponde à interpelação do sujeito em ALTHUSSER (2014), pois só é “correto” quem adere aos pressupostos (PRE) e executa as ações previstas. Na Discussão, examino como esse arranjo persuade pelo funcionamento, conforme BOGOST (2007), e constitui o papel do sujeito, conforme ALTHUSSER (2014), explicitando de que modo segurança/nacionalidade (SEC/NAC) e saúde/eficiência (SAÚ/ADM) legitimam a exclusão como procedimento ordinário, com nominalizações (NM) e voz passiva/apagamento de agência (VZ) reforçando a naturalização das classificações.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que a pesquisa inova ao eleger um jogo digital como objeto e ao aplicar a ACD de Fairclough às regras de fiscalização enquanto gênero textual e mecânica normativa, articulando-as à retórica procedimental e à interpelação do sujeito para explicar como a burocracia significa e naturaliza a exclusão em contexto autoritário. O recorte evidencia o potencial de letramento crítico do jogo ao encenar o conflito entre moral e legalidade sem depender de narrativa ou eventos dinâmicos. O principal desafio foi o risco de sobredeterminação teórica. Em síntese, regras, categorias e procedimentos operam como discurso em prática social, constituindo “irregularidade” e posicionando o jogador na lógica burocrática; com isso, o estudo esclarece como a normatividade técnica sustenta exclusões e por que sua tematização em jogos pode funcionar como prática de sensibilização e análise crítica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 2014.

BOGOST, Ian. **Persuasive games: the expressive power of videogames**. Cambridge: MIT Press, 2007.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UnB, 2001 (orig. 1992).

POPE, Lucas. **Papers, Please**. [S. l.]: 3909 LLC, 2013. Jogo eletrônico.



JUSTIÇA SOCIAL E ENSINO SUPERIOR: A POLÍTICA DE COTAS ENTRE GOVERNOS BOLSONARO E LULA

LIZ FERNANDA CARRARD DE LIMA¹;
GUILHERME CAMARGO MASSAÚ

¹UFPel – liz.carrard@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A política de cotas no ensino superior federal constitui um dos instrumentos mais relevantes de promoção da justiça social no Brasil contemporâneo. Instituída pela Lei nº 12.711/2012, a norma busca reduzir desigualdades históricas e ampliar o acesso de estudantes negros, indígenas, quilombolas e de baixa renda às universidades federais. Contudo, ao longo de sua vigência, a legislação tornou-se alvo de intensas disputas políticas e ideológicas, revelando embates sobre o papel do Estado e os limites das políticas públicas de inclusão.

O debate sobre cotas insere-se em um campo mais amplo da teoria da justiça, que articula as dimensões normativas, institucionais e simbólicas das ações afirmativas. Para Walzer (2003), a justiça distributiva é plural e estruturada em esferas distintas, de modo que a “igualdade complexa” busca evitar que vantagens em uma esfera se traduzam em dominação sobre outras. Rawls (2000) defende a justiça como equidade, que requer tratamento preferencial aos menos favorecidos, enquanto Sandel (2020) ressalta a importância do bem comum e das virtudes comunitárias no debate sobre igualdade. Sob essa ótica, o Estado Social assume o papel de agente redistributivo, essencial no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Neste sentido, a política de cotas desafia a premissa da “tirania do mérito”, termo utilizado por Sandel (2020) para criticar a ideologia meritocrática que esvazia a solidariedade e ignora as vantagens estruturais que moldam a distribuição de talentos e oportunidades. O sistema de cotas, ao corrigir as desvantagens de partida e redefinir o acesso com base na reparação histórica e na diversidade, propõe uma ruptura com a noção ingênua de que o sucesso é puramente individual. Assim, o conflito em torno da Lei de Cotas reflete a tensão fundamental entre a defesa de um sistema de “mérito” cego às desigualdades e o imperativo ético de promover a igualdade substantiva.

Conforme a análise de Bobbio (2004), o avanço da história rumo ao reino dos direitos não é uma certeza, mas objeto de um “compromisso” e um “presságio” que dependem da confiança e, sobretudo, da boa vontade. A materialização da igualdade substantiva é um ideal que se projeta no futuro, exigindo esforço contínuo no presente. Portanto, estudar a Lei de Cotas não é apenas analisar uma política pública, mas examinar o quão comprometido o sistema político brasileiro está em transformar a promessa da justiça social em realidade institucional.

Apesar da vertiginosa ampliação do conhecimento sobre as questões sociais, o contraste entre a exigência incontornável de captar a globalidade dos problemas e a crescente dificuldade de dar respostas sensatas é, como aponta Bobbio (2004), um paradoxo de nosso tempo. Neste sentido, a disputa sobre a Lei de Cotas não é apenas uma análise técnica, mas um conflito de projetos de sociedade que toca no cerne da justiça distributiva brasileira.

No Brasil, a Lei de Cotas representa um marco histórico na democratização do acesso ao ensino superior. Estudos mostram que sua implementação alterou significativamente o perfil dos estudantes nas universidades federais, ampliando a presença de grupos historicamente excluídos. Ao mesmo tempo, a política passou por alterações recentes, como a Lei nº 14.723/2023, que incluiu os



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



quilombolas entre os beneficiários e redefiniu o critério socioeconômico de renda para até um salário mínimo por pessoa da família, demonstrando seu caráter dinâmico e politicamente contestado.

Diante desse contexto, este estudo parte da seguinte questão central: de que forma as disputas legislativas federais sobre a Lei de Cotas, entre 2019 e 2026, impactaram sua implementação na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) nos governos Bolsonaro e Lula?

Parte-se da hipótese de que os dois governos adotaram posturas contrastantes quanto às ações afirmativas: no primeiro, observou-se tendência à contestação e restrição da política; no segundo, uma retomada do apoio institucional e legislativo. A escolha da UFPEL como campo empírico decorre de sua relevância regional e da centralidade do Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE), que destina 90% de suas vagas a cotistas, o que a torna espaço privilegiado para compreender como disputas federais repercutem em práticas institucionais locais.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter analítico-interpretativo, orientada pela perspectiva crítica das Ciências Humanas e Sociais, reconhecendo que políticas públicas não podem ser analisadas isoladamente dos contextos históricos, políticos e institucionais.

O método se estrutura em um estudo de caso com dupla dimensão analítica

1. Dimensão Nacional: Focada nas disputas legislativas travadas no Congresso Nacional entre 2019 e 2026, abrangendo os governos Bolsonaro e Lula. Serão analisadas as proposições legislativas que visaram alterar ou revogar a Lei de Cotas, bem como os discursos produzidos por lideranças políticas e documentos oficiais do Executivo federal.
2. Dimensão Institucional: Focada nos modos pelos quais a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) operacionalizou a política de cotas. Serão observados os mecanismos formais de adesão à legislação, como resoluções, editais, atas e relatórios internos, e as dinâmicas institucionais mais sutis, como resistências internas, reconfigurações discursivas e formas de mobilização de coletivos no interior da universidade.

A produção empírica será composta por um conjunto diversificado de fontes com destaque para a triangulação entre fontes legislativas, institucionais e, quando viável e autorizado, entrevistas semiestruturadas com gestores e membros das comissões de fiscalização.

A análise dos dados será orientada pelos referenciais da teoria da justiça (Rawls, 2000; Walzer, 2003), dos direitos humanos e ações afirmativas (Piovesan, 2005; 2023), bem como pela análise institucional discursiva (Ball, 1994), permitindo articular os níveis normativo, legislativo e institucional da política.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda em andamento, a pesquisa aponta preliminarmente que, durante o governo Bolsonaro, as ações afirmativas sofreram pressão de projetos legislativos e de discursos que questionavam sua legitimidade, associadas a cortes orçamentários e a propostas de privatização do ensino superior, como a PEC nº 206/2019. Em contrapartida, o governo Lula de 2023 promoveu a atualização da Lei de Cotas por meio da Lei nº 14.723/2023, que incluiu os quilombolas entre os beneficiários e redefiniu critérios socioeconômicos de renda.

Na UFPEL, observa-se que tais mudanças incidiram diretamente sobre a forma de adesão às cotas e sobre a organização administrativa interna. Embora haja robusta adesão institucional à política, também emergem tensões relacionadas à comprovação de renda, fiscalização de cotas raciais e



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



resistências internas. Esse quadro evidencia que a política de cotas é constantemente (re)significada em meio a disputas discursivas e institucionais.

4. CONCLUSÕES

O estudo busca demonstrar que a política de cotas no ensino superior federal não é estática, mas atravessada por disputas legislativas, ideológicas e institucionais que refletem projetos distintos de sociedade.

A análise comparada entre os governos Bolsonaro e Lula e a observação empírica da UFPel permitem evidenciar tanto as continuidades quanto as rupturas da política, revelando que sua efetividade depende não apenas da legislação federal, mas também da forma como as universidades operacionalizam e interpretam as diretrizes normativas.

O principal achado que se espera é a confirmação da hipótese de projetos antagônicos: de um lado, no governo Bolsonaro, a política de cotas enfrentou significativa pressão por meio de proposições legislativas restritivas e discursos alinhados a tentativas de privatização do ensino superior; de outro, o governo Lula promoveu uma reação institucional e legislativa, culminando na atualização da Lei de Cotas (Lei nº 14.723/2023), que visou a inclusão de novos grupos e a redefinição de critérios socioeconômicos para maior efetividade.

Na esfera institucional da UFPel, a pesquisa aponta que a implementação da política sofre variações que refletem a conjuntura nacional, ao mesmo tempo que mobilizam dinâmicas internas de resistência e adequação. O desafio, portanto, reside em como a instituição lida com as tensões entre a robusta adesão formal e as dificuldades operacionais, como a fiscalização de cotas raciais e a comprovação de renda, que exigem uma constante (re)significação da política em meio a disputas internas.

A inovação deste trabalho reside em articular, por meio da triangulação metodológica, as dinâmicas de poder no Congresso com a micropolítica institucional de uma universidade federal, oferecendo uma compreensão mais completa do caráter conflituoso e contingente das ações afirmativas no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALL, S. J. **Políticas educacionais: discursos e práticas**. São Paulo: Cortez, 1994.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais. BRASIL. Lei nº 14.723, de 14 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711/2012.
- CARVALHO, O. F. **O Estado Social e o papel das políticas públicas para o alcance da justiça social**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 12, n. 3, 2022.
- DAL BELLO, J. C. **As ações afirmativas na educação superior: a lei de cotas e o perfil dos estudantes das universidades federais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, 2022. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br:8443/handle/prefix/6189>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Caderno de Direito Constitucional, 2005.
- PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2023.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



SANDEL, M. J. **A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?** Tradução Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANDEL, M. **Justiça: o que é fazer a coisa certa.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2022.

WALZER, M. **Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade.** Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



A EFETIVIDADE DA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DE 2024 EM CASTELÂNDIA (GO): UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO FEMININA PÓS-FRAUDE À COTA DE GÊNERO

VÍTOR MORAES DOS SANTOS¹;
ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹Universidade Federal de Pelotas – vinleon7@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As eleições suplementares, um mecanismo previsto no Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65) para casos de anulação de pleitos, cassação ou vacância de cargos, têm sido majoritariamente estudadas em relação a cargos do Executivo. No entanto, um fenômeno recente e inédito ampliou seu escopo: a convocação de nove eleições suplementares para o Legislativo municipal no quadriênio eleitoral de 2021-2024 em decorrência de fraudes à cota de gênero. O último destes nove casos, ocorreu no município de Castelândia (GO), que realizou uma eleição suplementar para vereador em novembro de 2024, a menos de dois meses do término do mandato, é paradigmático. O pleito original de 2020 foi anulado devido a graves irregularidades que caracterizam fraude ao sistema de cotas, destinado a ampliar a participação feminina na política.

A problematização central deste trabalho, portanto, não se restringe à legalidade da convocação do novo pleito, mas avança para questionar sua efetividade. O objetivo principal é investigar se a eleição suplementar realizada tardiamente ao seu quadriênio, visto que os eleitos da eleição suplementar exerceram um mandato de um mês, cumpriu seu papel de corrigir a distorção representativa que a motivou, analisando as mudanças na composição da Câmara Municipal e no desempenho das candidaturas femininas entre os pleitos de 2020 e 2024. A relevância do estudo reside em avaliar, empiricamente, a capacidade de um instrumento jurídico-político de promover justiça de gênero no sistema político eleitoral brasileiro.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de natureza quantitativa e descritiva, que utiliza a análise comparativa longitudinal. A unidade de análise é o processo eleitoral de Castelândia (GO) em seus dois momentos: a eleição ordinária para vereador de 2020 e a eleição suplementar de 2024.

A coleta de dados foi realizada integralmente por meio de fontes oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), garantindo a confiabilidade das informações. As variáveis analisadas incluem: a) número total de candidaturas femininas; b) votação obtida por candidaturas femininas; c) número de cadeiras conquistadas por mulheres; d) percentual de abstenção e o total de votos válidos. A análise consistiu na comparação direta desses indicadores entre os dois pleitos, buscando identificar avanços na representação feminina após a intervenção judicial.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cenário que levou à realização da eleição suplementar foi de fraude sistêmica. Em abril de 2024, o TRE-GO cassou os mandatos de cinco vereadores eleitos em 2020 por uma chapa conjunta do MDB e Solidariedade, condenados por fraude à cota de gênero. A anulação dos votos dessa chapa, que representava 61,84% do total do pleito, criou um vácuo de poder e a necessidade de um novo pleito, tendo em vista que, conforme o art. 224 do Código Eleitoral, sempre que mais de 50% dos votos sejam considerados anulados, a eleição é anulada e precisa ser refeita em sua integralidade.

A Tabela 1 sintetiza a comparação entre os dois contextos eleitorais, destacando o ambiente de desmobilização na suplementar.

Tabela 1: Comparativo dos Contextos Eleitorais: Ordinária (2020) vs. Suplementar (2024) em Castelândia-GO

	Eleição Ordinária (2020)	Eleição Suplementar (2024)
Total de Votos Apurados	3.368	2.032
Votos Válidos	3.244 (96,32%)	1.989 (97,88%)
Candidaturas	31	21
Abstenção	485 (12,59%)	2.359 (53,72%)

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2020, 2024).

A despeito do contexto de altíssima abstenção e mandato curtíssimo (apenas 33 dias) e da redução do número total de candidaturas, os resultados apontam para uma mudança na representação feminina. Conforme detalhado na Tabela 2, a participação e a competitividade das mulheres aumentaram substancialmente.

Tabela 2: Comparativo da Representação Feminina: Ordinária (2020) vs. Suplementar (2024)

	Eleição Ordinária (2020)	Eleição Suplementar (2024)	Variação
Votos em Candidaturas Femininas	236	596	+152,5%
Candidaturas femininas	10 (32,26%)	8 (38,1%)	+5,84%
% sobre Votos Válidos	7,85%	28,5%	+21%
Vereadoras Eleitas	1	3	+200%

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (2020, 2024).



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



A discussão dos dados evidencia a efetividade da eleição suplementar como instrumento corretivo. A anulação da chapa fraudulenta removeu uma barreira central à competição política. Isso permitiu que candidaturas femininas legítimas, que antes eram sufocadas pelo esquema ilegal, não apenas concorressem, mas se tornassem altamente competitivas. O salto dos votos femininos de 7,85% para 28,85% dos votos válidos, e a eleição de três mulheres com votações expressivas para os parâmetros do municípios (204, 190 e 106 votos), demonstram que a suplementar cumpriu seu papel de restaurar a legitimidade do processo. O fato de a eleição ter atraído candidatos que acabavam de ser eleitos ou eram suplentes em outubro de 2024 indica que o cargo, mesmo com mandato curto, era percebido como politicamente valioso, tornando a vitória das mulheres ainda mais significativa.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa demonstra de forma inequívoca que a eleição suplementar em Castelândia (GO) foi altamente efetiva em seu propósito de corrigir a distorção representativa causada pela fraude à cota de gênero. A intervenção judicial, ao cassar os mandatos irregulares e convocar um novo pleito, criou as condições para uma disputa mais justa. Os resultados mostram um aumento quantitativo e qualitativo histórico na participação feminina, com triplicação do número de vereadoras eleitas e uma expansão de 21 pontos percentuais na proporção de votos destinados a candidaturas femininas, contudo a abstenção foi altíssima de 53% dos eleitores no pleito suplementar.

Conclui-se que o instrumento da eleição suplementar, quando aplicado para sanar fraudes estruturais, mostrou-se capaz não apenas de punir irregularidades, mas de efetivamente reabrir o jogo democrático e promover justiça de gênero. O caso de Castelândia serve como um precedente importante para a jurisprudência eleitoral, mostrando que a correção de falhas na representação pode ter efeitos práticos ainda que tardios.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **DivulgaCandContas: Candidaturas e Contas Eleitorais- Castelândia/GO - 2020**. Disponível em:
<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CENTROOESTE/GO/1063802020>.
Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **DivulgaCandContas: Candidaturas e Contas Eleitorais-Castelândia/GO -2020**. Disponível em:
<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CENTROOESTE/GO/2030402020>.
Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Calendário das Eleições Suplementares 2024**. Disponível em:
<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-suplementares/calendarios/calendario-das-eleicoes-suplementares-2024?tab=ancora-2>. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Resultado da Eleição Suplementar 2024: Castelândia/GO - Vereador**. Disponível em:



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e638;uf=go;mu=92967;tipo=4/resultado/cargo/13>. Acesso em: 18 set. 2025.

DUAILIBI, Julia. **Cidade de Goiás vai escolher vereadores que ficarão um mês no cargo;** entenda. O Globo, Rio de Janeiro, 05 nov. 2024. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/11/05/cidade-de-goias-vai-escolher-vereadores-que-ficarao-um-mes-no-cargo-entenda.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2025.



MANDATOS INTERROMPIDOS: CAUSAS DAS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES NO BRASIL (2021–2024)

RAFAELLA HERMES LEMOS¹; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹Universidade Federal de Pelotas – rafaellahlemos@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As eleições suplementares constituem mecanismos previstos na legislação brasileira, especialmente no Código Eleitoral, destinados a garantir a legitimidade do processo democrático em situações nas quais o resultado de uma eleição ordinária seja anulado. Segundo o Código Eleitoral, as anulações geralmente ocorrem por decisão da Justiça Eleitoral, envolvendo casos de indeferimento de registro, cassação do diploma ou perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário (Brasil. Código Eleitoral, art. 224 § 3º).

No contexto brasileiro, entre os anos de 2021 e 2024, foram registradas eleições suplementares em 108 municípios, o que evidencia não apenas falhas no cumprimento das normas eleitorais, mas também os desafios enfrentados pelos princípios da moralidade administrativa. Esses episódios indicam que, apesar da existência de mecanismos legais para assegurar a legitimidade do processo democrático, há lacunas na aplicação efetiva das regras eleitorais, que podem comprometer a confiança da sociedade nas instituições. Este estudo se propõe a analisar as causas jurídicas desses casos, oferecendo uma contribuição para o debate sobre integridade eleitoral, eficiência administrativa e fortalecimento da democracia em âmbito municipal.

O estudo das eleições suplementares se fundamenta na legislação eleitoral, nos princípios da democracia e na moralidade administrativa. O Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965) estabelece os casos que justificam essas eleições, como indeferimento de registro, cassação de diploma ou perda de mandato, enquanto Garcia (2016, p. 10) ressalta que elas envolvem a repetição completa do pleito, incluindo alistamento de eleitores, registro de candidaturas, propaganda, votação, apuração, diplomação e posse. Além disso, práticas contemporâneas de manipulação do eleitorado, como o “coronelismo eletrônico” – uso de meios de comunicação de massa com fins eleitorais em contextos de acesso desigual à informação – indicam que tais eleições não são apenas formais, mas também atravessadas por estratégias políticas sofisticadas (Sepulveda; et al., 2018, n.p.). Esses referenciais permitem analisar como lacunas na aplicação das normas e influências eleitorais comprometem a confiança pública e reforçam a importância de investigar integridade eleitoral e moralidade administrativa em âmbito municipal.

2. METODOLOGIA

Este trabalho surge como uma ramificação da minha pesquisa de mestrado, aproveitando o contexto e a base de dados já coletados para o estudo principal. Durante a coleta de dados da pesquisa, organizei e selecionei informações específicas com recorte temporal entre 2021 e 2024, período que engloba as eleições suplementares do pleito de 2020. Essa escolha permitiu aprofundar a análise sobre o comportamento eleitoral e as dinâmicas políticas recentes, mantendo uma continuidade metodológica com a pesquisa maior, mas ao mesmo tempo delimitando um foco



próprio, voltado para compreender padrões, tendências e particularidades emergentes nesse intervalo temporal específico.

A coleta de dados foi realizada por meio de fontes oficiais e jornalísticas. Utilizaram-se os portais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de Tribunais Regionais Eleitorais do país (TREs), bem como reportagens veiculadas por veículos de comunicação, como portais de notícia nacionais e jornais locais, que frequentemente noticiam decisões e movimentações relativas a eleições municipais. A identificação das causas das eleições suplementares foi feita com base nessas mesmas fontes, priorizando notícias oficiais e cobertura jornalística confiável. Os dados coletados foram organizados em uma planilha do Excel, estruturada para permitir a visualização e a análise das seguintes variáveis: data da eleição suplementar, nome do município e unidade federativa, dados sobre resultados (número de comparecimento, abstenção etc.) e causa da anulação do pleito anterior. A organização dos casos permitiu a categorização das principais causas observadas, que serão abordadas a seguir. A metodologia utilizada pode ser entendida como uma análise documental, baseada em fontes públicas e dados secundários, sistematizados a partir de parâmetros previamente definidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos pela pesquisa permitem observar que as eleições suplementares realizadas no Brasil entre 2021 e 2024 tiveram como principais causas a inelegibilidade ou indeferimento por improbidade administrativa, rejeição de contas ou aplicação da Lei da Ficha Limpa, que concentraram 43 casos. Em seguida, aparecem os casos de abuso de poder político, econômico ou de condutas vedadas, com 37 ocorrências, revelando a força ainda persistente dessas práticas no cenário eleitoral.

Outros fatores, embora em menor número, também contribuíram para a anulação de pleitos: eleições *sub judice* ou indeferimentos pendentes durante o pleito (9 casos), inelegibilidade por condenação criminal ou crimes específicos (9 casos), problemas de filiação partidária ou irregularidades partidárias (6 casos) e, por fim, situações excepcionais de dupla vacância, morte ou renúncia (4 casos). A Tabela 1 sintetiza esses dados de forma comparativa.

TABELA 1 – Causas das eleições suplementares no Brasil: classificação e frequência (2021–2024)

Categoria	Número de casos
Inelegibilidade / indeferimento por improbidade administrativa, rejeição de contas ou Lei da Ficha Limpa	43
Abuso de poder político, econômico ou práticas eleitorais irregulares	37
Eleições sub judice / indeferimentos pendentes durante o pleito	9
Inelegibilidade por condenação criminal ou crimes específicos	9
Problemas de filiação partidária / irregularidades partidárias	6
Dupla vacância / morte / renúncia	4

Fonte: TSE, TREs. Elaboração própria.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Como apontado, a maior parte das eleições suplementares decorreu da categoria *Inelegibilidade / indeferimento por improbidade administrativa, rejeição de contas ou Lei da Ficha Limpa*, que compreende 43 casos, refletindo “ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração Pública no Brasil” (Novo, 2019, n.p.). A segunda categoria recorrente, *Abuso de poder político, econômico ou práticas eleitorais irregulares*, com 37 casos, refere-se ao uso indevido da máquina pública, de recursos financeiros ou da influência institucional para favorecer candidaturas, comprometendo a isonomia do processo eleitoral. Dessa forma, conforme define o TSE,

O abuso de poder econômico – em matéria eleitoral – se refere à utilização excessiva, antes ou durante a campanha eleitoral, de recursos materiais ou humanos que representem valor econômico, buscando beneficiar candidato, partido ou coligação, afetando assim a normalidade e a legitimidade das eleições. Enquanto isso, o abuso do poder político ocorre nas situações em que o detentor do poder se valer de sua posição para agir de modo a influenciar o eleitor. Trata-se de um ato de autoridade exercido em detrimento da liberdade do voto. (Brasil, 2022, n.p.)

As demais categorias, embora menos numerosas, revelam problemas estruturais de ordem jurídico-partidária e situações excepcionais que também contribuíram para a necessidade de novas eleições. Entre esses fatores, destacam-se os indeferimentos pendentes ou sub judice durante o pleito, ou seja, “sem que a sua inscrição tenha sido plenamente validada pela Justiça Eleitoral” (Garcia, 2016, p. 37) e as inelegibilidades por condenação criminal ou crimes específicos, como no município de Pesqueira-PE, onde o prefeito se tornou inelegível devido a um crime contra o patrimônio privado cometido em 2003 (Brasil, 2022, n.p.), e no município de Lamim-MG, onde o “candidato mais votado para o cargo de prefeito [...] estava inelegível em razão de condenação por crime ambiental” (Brasil, 2023, n.p.). Essas situações demonstram a fragilidade no processo de validação de candidaturas e a importância de uma análise mais criteriosa das condições de elegibilidade antes do início da campanha eleitoral.

Além disso, as irregularidades relacionadas à filiação partidária, com 6 casos, indicam a falta de conformidade com as normas partidárias, o que pode comprometer a regularidade das candidaturas e a estabilidade política do processo eleitoral. Por fim, as situações excepcionais, como a dupla vacância, morte ou renúncia de candidatos revelam eventos imprevisíveis e inevitáveis que, em determinadas circunstâncias, exigem a convocação de novas eleições para garantir a continuidade do processo democrático. Esses fatores, embora com menor incidência, refletem a complexidade e a variedade de causas que podem levar à anulação de pleitos e à convocação de novas eleições.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa visou oferecer uma sistematização inédita das causas das eleições suplementares no Brasil entre 2021 e 2024, organizando-as em categorias que permitem compreender de forma mais clara os fatores estruturais e conjunturais que comprometem a estabilidade do processo eleitoral. A inovação reside justamente na possibilidade de visualizar como diferentes tipos de irregularidades, sejam jurídicas, político-partidárias ou relacionadas a condutas ilícitas, interagem na conformação dos pleitos municipais.

Em síntese, o estudo mostra que compreender as eleições suplementares é fundamental para avaliar não apenas o funcionamento da legislação e das instituições eleitorais, mas também os limites da democracia brasileira em seu nível mais próximo ao cidadão. A análise realizada reforça



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



a necessidade de aprimoramento contínuo dos mecanismos de fiscalização e de educação política, ao mesmo tempo em que aponta para a importância de pesquisas futuras que aprofundem o impacto dessas irregularidades na percepção pública da legitimidade eleitoral.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Código Eleitoral 1965** (Lei 4.737, de 15 jul. 1965). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737.htm. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. **Código Eleitoral 1965 (Lei 4.737, de 15 jul. 1965)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737.htm. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. TRE-MG. **TSE determina novas eleições para prefeito em Lamim**. 2023. Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Marco/tse-determina-novas-eleicoes-para-p-r-e-feito-em-lamim>. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. TRE-PE. **Dois municípios de Pernambuco terão eleições suplementares juntamente com o 2º turno das eleições gerais**. 2022. Disponível em: <https://www.tre-pe.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/dois-municipios-de-pernambuco-tera-o-eleicoes-suplementares-juntamente-com-o-2o-turno-das-eleicoes-gerais>. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. TSE. **Eleições suplementares**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-suplementares>. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. TSE. **Glossário: saiba a diferença entre abusos do poder político e econômico**. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/glossario-saiba-adiferenca-entre-abusos-do-poder-politico-e-economico>. Acesso em: 25 maio 2025.

GARCIA, B. S. **Eleições Suplementares para Prefeito (2013-2015): do perfil socioeconômico dos municípios ao comportamento eleitoral e partidário**. 2016. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

NOVO, B. N. **Caracterização do ato de improbidade administrativa**. JusBrasil, 02 dez. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/caracterizacao-do-ato-de-improbidade-administrativa/787282025>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SEPULVEDA, L.; et.al. **Compra de Votos: Uma Nova Modalidade do “Voto de Cabresto” na Atualidade Política Brasileira**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 03, ed. 07, vol. 04, pp. 20-30, 2018. ISSN:2448-0959.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



PRONERA: A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DESSA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA, DA UFPEL, CONSIDERANDO SEUS ASPECTOS POLÍTICOS, EDUCACIONAIS, GERENCIAIS E DE DIFERENTES CONTEXTOS SOCIAIS.

LUCIELE SANTA BARBARA SOARES¹; ETIENE VILELLA MARRONI²

¹*Universidade Federal de Pelotas – lucielesbs@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – evmarroni@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é uma política pública, criada em 16 de abril de 1998, que tem por escopo apresentar e apoiar projetos de ensino ligados ao desenvolvimento das áreas de reforma agrária, tendo como público-alvo a população assentada, quilombolas, professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias e pessoas atendidas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o programa possui suas ações pautadas na diversidade cultural e socioterritorial, nos processos de interação e transformação do campo, na gestão democrática e no avanço científico e tecnológico, utilizando, para sua execução, parcerias com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, bem como governos estaduais e municipais, trazendo a ideia da democratização do conhecimento no campo.

De acordo com Ribeiro (2012), essa política pública se origina dos movimentos sociais populares que lutam por reforma agrária, no Brasil, os quais associam a função social da terra, confirmada pela Constituição Federal de 1988, ao trabalho para uma sobrevivência digna, portanto, com acesso à educação em todos os níveis.

Porém, a efetivação de uma política pública com demandas educacionais constituídas a partir de contextos sociais e culturais específicos, não ocorre sem tensões, sobretudo quando envolve articulação entre diferentes esferas do Estado, Instituições de Ensino Superior e os sujeitos, tanto da academia, quanto dos movimentos sociais envolvidos e, apesar da conquista popular, a implantação e execução do PRONERA foram marcadas, em todo o país, pelo enfrentamento de obstáculos criados por um sistema que tende a se organizar para manter o “*status quo*”. Essas dificuldades variaram entre questionamentos sobre repasse de recursos; formato de contratações; pagamentos de bolsas a professores e alunos e proibição da participação dos grupos de movimentos sociais populares no planejamento, acompanhamento e execução do programa, a exemplo do acórdão 2.653/2008, emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A chegada do PRONERA na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), para abertura de uma turma no curso de Medicina Veterinária, não foi uma iniciativa da instituição de ensino, mas de uma demanda externa de política pública, onde a Universidade é provocada a se posicionar e, após discussões internas, é feita a assinatura do convênio em 2007. Contudo, assim como no restante do país, esbarrou em obstáculos jurídicos, onde o Ministério Público de Pelotas ajuizou uma ação civil pública, a qual era contra a realização do curso. Com isso, a turma de graduação somente se iniciou em 2010, pós uma disputa judicial que culminou em parecer favorável emitido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além do entrave jurídico, a implantação do PRONERA no curso de Medicina Veterinária da UFPEL teve “(...) significativa resistência de parte da comunidade da Universidade e de representantes da comunidade em geral (...)”, trazendo a concepção elitista e meritocrática em que



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



o ambiente universitário está consolidado, por meio de argumentos que tentavam mascarar as “(...) históricas concepções dominantes sobre a relação da universidade no cenário social e seus destinatários, reforçando o que a teoria denuncia sobre esta questão: a visão da perspectiva elitista da região.” (CUNHA; RESCHKE, 2023)

Mesmo enfrentando obstáculos, o PRONERA teve sua consolidação no curso de Medicina Veterinária da UFPel, estando atualmente em sua sexta turma, mostrando que desempenha um papel não só como política pública de ampliação de acesso à educação, mas também como um instrumento de resistência. Considerando ainda, que segundo a própria Universidade, existem discussões para a expansão do programa para outros cursos de graduação, faz-se necessário propor a análise de como foi feita a articulação entre o governo e a UFPel para a implantação e implementação do PRONERA no curso de Medicina Veterinária, apontando os caminhos percorridos para a sua estruturação, considerando os aspectos políticos, educacionais, gerenciais e de diferentes contextos sociais.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, por meio da busca de compreensão dos documentos, processos, significados, articulações interinstitucionais e conflitos sociopolíticos que marcaram a implantação e implementação do PRONERA no curso de Medicina Veterinária, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Para se desenvolver a pesquisa proposta serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) Análise documental: que incluirá análise de documentos institucionais que deram origem à relação Universidade e Estado para a viabilidade do PRONERA, base legal do programa, relatórios e pareceres técnicos e jurídicos, relatórios de pesquisas e levantamentos de informações da evolução da execução do programa, materiais jornalísticos, registros de reuniões e eventos, além de normas e instruções de órgãos de controle;
- b) Entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos envolvidos no processo, desde a sua implantação, como gestores, discentes e egressos do curso de Medicina Veterinária, docentes do curso de Medicina Veterinária, coordenadores locais do projeto, buscando verificar as percepções sobre os aspectos políticos, organizacionais, pedagógicos e sociais do processo;
- c) Análise de conteúdo, que conforme proposta de Bardin (2011), será utilizada para sistematização e interpretação dos dados obtidos nos documentos e entrevistas, com foco na identificação de informações que revelem o objeto pesquisado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A exemplo do que já havia acontecido em outras partes do Brasil, com a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU), quando se impediu até mesmo a participação de representantes dos movimentos sociais nas decisões do programa, os dados e informações preliminares indicam que a implantação do PRONERA no curso de Medicina Veterinária da UFPel foi marcada por tensões jurídicas, institucionais e políticas. A análise documental inicial evidencia que, em Pelotas, a atuação de órgãos de controle, como o Ministério Público, configurou obstáculo que retardou o início da primeira turma. Já com relação aos enfrentamentos sociopolíticos, houve significativa resistência de parte da comunidade, tanto acadêmica, quanto em geral, à implantação do programa.

Essa percepção dialoga com a origem do PRONERA que tem suas origens em contextos de lutas por direitos, que embora previstos constitucionalmente, somente tiveram a atenção do Estado a partir de movimentos sociais organizados. Além disso, é possível inferir a persistência de discursos meritocráticos e excludentes, que colocam a academia como um espaço restrito a grupos que



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



historicamente estiveram em vantagem no acesso ao ensino superior, desconsiderando a função social da Universidade Pública e resistindo para que a elitização de alguns cursos se mantenha.

Nesse sentido, a consolidação do PRONERA no curso de Medicina Veterinária da UFPel demonstra a importância do fomento da democratização do acesso ao ensino por meio de políticas públicas bem estruturadas e articuladas de forma interinstitucional, a fim de se atender a uma demanda social.

4. CONCLUSÕES

Após a aplicação da metodologia apresentada, considerando a robustez da análise documental proposta, será possível determinar os passos percorridos na implantação do PRONERA, de forma estruturada e cronológica, podendo-se organizar um mapeamento, baseado na experiência já vivida dentro da instituição de ensino.

Desta forma, a pesquisa não apenas fará o resgate da memória institucional e social da chegada do PRONERA no curso de Medicina Veterinária da UFPel, mas também poderá oferecer subsídios para qualificar o debate sobre o papel da universidade pública e para auxiliar nos projetos de expansão do programa para outros cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/educacao>>. Acesso em: 21 set. 2025.

CUNHA, Maria Isabel da; RESCHKE, Maria Janine. O ESPAÇO NEGADO: A UNIVERSIDADE, O CONHECIMENTO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS. **A Metamorfose Necessária**. Porto Alegre: EdUPUCRS; 2023. p. 199-213.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: embate entre Movimento Camponês e Estado. **SciELO Brasil**. Mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000100020>. Acesso em: 20 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **UFPel avança na implementação de Turma Especial de Medicina em parceria com o PRONERA**. Disponível em: <<https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2023/12/13/ufpel-avanca-na-implementacao-de-turma-especial-de-medicina-em-parceria-com-o-pronera/>>. Acesso em: 27 jun. 2025.



O ENSINO CORÂNICO E AS CRIANÇAS TALIBÉS: UM OLHAR SOBRE O CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU

RAIZA BRAIMA MANÉ¹

¹*Universidade Federal de Pelotas – raizabraima@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa, tem como propósito fazer uma abordagem sobre este fenômeno social recorrente no país e que afeta milhares de crianças, em como alguma em situação de vulnerabilidade total, sendo em certas circunstâncias violados os seus direitos e as suas liberdades. Deste modo, pretende-se analisar os motivos que levam à mendigação das crianças talibés durante o processo de ensino corânico nas escolas islâmicas. No desenvolvimento da pesquisa proposta, serão abordados alguns aspectos relacionados ao modo de vida das crianças talibés, a emergência do talibelismo, assim como a influência árabe-muçulmana nas relações sociais dos povos islamizados: Fula, Mandinga, Beafada, etc.

O talibelismo surgiu na África ocidental, há muitos séculos esses povos da costa do continente africano tiveram contatos e sofreram influência dos povos árabes. Os fatos históricos, religiosos e culturais, fizeram com que os talibés viajassem para outros países com objetivo de aprender o Alcorão. A palavra talibé é de origem árabe, isto é, são crianças da religião muçulmana que aprendem alcorão - livro sagrado (FAVARATO; SEIXAS, 2020).

Para Cá (2017), as crianças talibés normalmente são praticantes da religião muçulmana com a idade compreendida entre os 5 aos 15 anos, que geralmente, a sua maioria é de sexo masculino. Em algumas situações, elas são enviadas pelos seus pais para outras cidades do país ou para os países da sub-região para serem socializadas pelos seus mestres *marabus* nas diferentes escolas corânicas ou *madrassas* na Guiné-Bissau ou nos países da sub-regiões, mormente, no Senegal e Guiné-Conacri. As escolas corânicas são ligadas à aprendizagem do corão. Nos primeiros momentos, as crianças aprendem a decorar os versículos e, no segundo, interpretam o alcorão. Diferente das primeiras (escolas corânicas), nas escolas *madrassas* as crianças assimilam o corão, mas também outras áreas do saber científico, por exemplo, a matemática, geografia, história e dentre outras disciplinas do conhecimento.



O talibismo surgiu na África ocidental, há muitos séculos esses povos da costa do continente africano tiveram contatos e sofreram influência dos povos árabes. Os fatos históricos, religiosos e culturais, fizeram com que os talibés viajassem para outros países com objetivo de aprender o Alcorão. A palavra talibé é de origem árabe, isto é, são crianças da religião muçulmana que aprendem alcorão - livro sagrado (FAVARATO; SEIXAS, 2020).

Em árabe, talibé significa “buscar” enquanto o talbo na tradição da Mandinga de Bidjine, é uma pessoa que se desloca de um lugar para outro para aprender o Alcorão. Nos dias que correm, a palavra talibé adquiriu uma carga semântica negativa na costa do continente africano, pois descreve com maior frequência um fenômeno de exploração transfronteiriça que afeta vários países africanos, incluindo a Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacri. Perante a precariedade da educação que caracteriza a Guiné-Bissau e num contexto de extrema pobreza nas comunidades rurais, muitas famílias deixam os seus filhos partirem com a esperança de lhes assegurar uma melhor educação religiosa no estrangeiro (INGUAGGIATO, 2020).

Estas crianças são levadas para esses países com objetivo de aprender o Alcorão, mas acabam sendo exploradas pelos marabus (professores) e muitos das vezes sofrem por tráfico humano. Esta questão traz também outras problemáticas, dado que os talibés enviados para o exterior saíam da sua terra natal, objetivando estudar o Alcorão, deste modo, há argumentos de que não caibam sob regulamento de criança traficada, mas torna-se por motivos de dificuldades que enfrentam no país (FAVARATO, SEIXAS; 2020).

2. METODOLOGIA

Considerando os objetivos desta proposta de pesquisa e as perguntas que sustentam a sua produção, optamos pelo uso da abordagem qualitativa para a sua relação. Essa preferência se justifica pela multidimensionalidade de análise que pretendemos levar a cabo, envolvendo pesquisa bibliográfica, entrevista semiestruturada, pesquisa documental e as observações. Para a coleta dos dados que sustentarão a nossa pesquisa, usaremos no primeiro momento, a pesquisa bibliográfica visando discutir os conceitos básicos, apresentar ideias e debates existentes sobre o assunto a partir de um diálogo com os livros, artigos, ensaios e relatos de experiência sobre a Educação corânica e o talibismo. No segundo momento, faremos uma pesquisa documental para conseguir dados estatísticos referentes a dinâmicas do ensino corânico e as práticas sociais dele decorrentes. Para isso, usaremos os documentos das Organizações de Defesa aos Direitos Humanos, Órgãos de tutela e



proteção de menores na Guiné-Bissau, nomeadamente: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Associação dos Amigos da Criança (AMIC); Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH); Instituto Nacional de Estatística (INE-GB); Casa dos Direitos, Ministério da Educação Nacional (MEN) e outras instituições.

No terceiro e o último momento, iremos para Guiné-Bissau realizar a pesquisa de campo na qual serão feitas entrevistas semiestruturada (face a face) com membros das escolas corânicas, personalidades da sociedade civil, ativistas de direitos humanos; membros do Instituto da Mulher e Criança do Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social e alguns representantes do ministério da Educação Nacional. A escolha e seleção dos nossos interlocutores e/ou pessoas geradoras de informação será por conveniência, ou seja, apresentaremos o interesse em interesse alguém, explicando-lhe a metodologia, duração, local e o uso final dos dados da entrevista, cabendo a ele aceitar ou declinar o convite.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do fenômeno evidencia que o talibismo, embora esteja associado a uma prática histórica de formação religiosa, assumiu atualmente contornos problemáticos que afetam milhares de crianças na Guiné-Bissau e em países vizinhos. A pesquisa demonstra que, em vez de garantir exclusivamente a transmissão do conhecimento corânico, a experiência dos talibés passou a envolver situações de exploração e de vulnerabilidade social.

Outro ponto relevante observado é a dimensão transfronteiriça do fenômeno. Crianças enviadas para países como Senegal e Guiné-Conacri frequentemente acabam submetidas a condições que se aproximam do tráfico de menores. Ainda que a motivação inicial das famílias seja garantir uma educação religiosa considerada mais prestigiada, a realidade prática revela violações de direitos fundamentais, como a proteção, a liberdade e a dignidade.

O estudo também evidencia que a pobreza e a falta de acesso a um sistema educacional estruturado constituem fatores decisivos para a continuidade do talibismo. Muitas famílias, diante da escassez de recursos, enxergam no envio de seus filhos para essas escolas uma possibilidade de ascensão religiosa e social. Contudo, essa decisão acaba por reforçar um ciclo de exploração infantil e precariedade social.



4. CONCLUSÕES

O fenômeno do talibismo na Guiné-Bissau revela-se como uma problemática complexa que envolve dimensões históricas, culturais, religiosas e socioeconômicas. A prática, sustentada por tradições religiosas e sociais, reproduz mecanismos de exclusão e vulnerabilidade que afetam de forma direta crianças submetidas à mendicância forçada e a condições precárias de sobrevivência.

A pesquisa permitiu compreender que, embora o talibismo seja justificado por determinados setores como parte de um processo educativo e religioso, na prática ele tem contribuído para a violação sistemática de direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que reforça desigualdades sociais e limita o pleno desenvolvimento infantil. Esse quadro evidencia tensões entre a preservação de tradições culturais e a necessidade de garantir a proteção dos direitos humanos universais, sobretudo no que diz respeito às crianças.

Portanto, compreender o talibismo não significa apenas analisar uma prática religiosa e cultural específica, mas também refletir sobre as contradições entre tradição e modernidade, entre religião e direitos humanos, e entre pobreza estrutural e responsabilidade estatal. Ao iluminar tais tensões, este trabalho contribui para ampliar o debate acadêmico e político sobre a proteção da infância e para incentivar novas pesquisas e ações voltadas à superação desse fenômeno.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÁ, Natalia Ernesto. **A Família e o Trabalho: trajetória da educação de crianças Talibés na Guiné-Bissau**/São Francisco do Conde, 2017. 76 f.: il.

FAVARATO, Cláudia. SEIXAS, Paulo Castro. **Direitos humanos e a situação da criança e da educação na Guiné Bissau**: Caminhos de um “Universalismo de Chegada” População e Sociedade CEPESE Porto, vol. 34 dez 2020, p. 37-52.

INGUAGGIATO, Giulia. **O fenômeno das crianças talibés e a proteção dos direitos da criança na Guiné-Bissau**. 2020. Disponível em: <https://www.manitese.it/en/phenomenon-of-talibe-children-in-guinea-bissau>. Acesso em: 08 jan. 2022.



GOVERNANÇA ELEITORAL NA GUINÉ-BISSAU

PAULO ANÓS TÉ¹; JOSÉ MOREIRA²; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO³

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – 1pauloanoste0@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – josesilvamoreira19@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – albarretsul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute, por meio da literatura especializada, o modelo do *electoral governance* (Governança Eleitoral, doravante GE), considerando o caso da Guiné-Bissau. O tema despertou atenção a partir dos anos de 2000, após a Suprema Corte dos Estados Unidos da América definir o resultado das eleições presidenciais naquele país.

Os resultados anunciados foram colocados sob suspeita de fraude eleitoral ou má práticas eleitorais (Mozaffar; Schedler, 2002; Norris, 2019). Com isso, a maneira como as eleições foram administradas pelo organismo eleitoral tornou-se um tema de destaque nas democracias consideradas consolidadas e até as da terceira onda da democratização. O foco era “garantir que os resultados das urnas fossem justos, transparentes e, principalmente, aceitos pelos competidores políticos” (Marchetti, 2008, p. 22). Daí que a mensagem central seja: a governança eleitoral é importante para garantir a credibilidade e a integridade das eleições nas democracias (Elklit; Reynold, 2002; Mozaffar; Schedler, 2002; Norris, 2019; Pastor, 1999, 2004).

A GE pode ser compreendida como “conjunto mais vasto de atividades que cria e mantém o quadro institucional geral em que se realizam a votação e a competição eleitoral” (Mozaffar; Schedler, 2002, p. 7). Marchetti (2008, p. 866), por sua vez, entende-a “como o conjunto de regras e instituições que organizam a competição político-eleitoral” ou como um arcabouço normativo, as regras do jogo, e as instituições que irão organizar as eleições (Azevedo, 2015) e, portanto, equivale muito mais do que apenas administração, pois ela “é um processo que começa com a criação de leis, continua com a aplicação administrativa e a resolução judicial, para terminar quando o processo reinicia o ciclo, seja através de uma interpretação jurisprudencial ou através de uma recomendação ao órgão legislativo” (Torres; Diaz, 2015, p. 35).

2. METODOLOGIA



O estudo adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada na análise documental e bibliográfica. Foram examinados documentos sobre o processo eleitoral na Guiné-Bissau e publicações acadêmicas sobre a Governança eleitoral. A análise foi orientada pelo modelo teórico de Mozaffar e Schedler (2002), permitindo enquadrar o funcionamento da CNE, do GTAPE e do STJ nos níveis da GE.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Porém, conforme Mozaffar e Schedler (2002, p. 6), “a governança eleitoral eficaz por si só não garante boas eleições [...] Mas boas eleições são impossíveis sem uma governança eleitoral eficaz”. Daí que, segundo os autores, pode-se afirmar que se a tarefa central da governança eleitoral é institucionalizar a incerteza democrática e garantir a certeza institucionalizada, o fracasso em fazê-lo pode-se originar em qualquer um desses níveis da governança que também inclui todo ciclo eleitoral, podendo comprometer a transparência do processo. Todavia, para Barreto (2015), os pressupostos da sua fundamentação são “neutros” e apenas apresentam os mecanismos que possibilitam a realização do processo eleitoral, seja ele democrático ou não. O conceito da governança eleitoral parte da noção de que a forma como se administra a eleição é relevante para o sucesso do processo eleitoral e, portanto, deve ser analisada e discutida. Logo, a discussão da Ciência Política não deve se restringir aos temas clássicos (fórmula eleitoral, voto, partidos e sistemas partidários). Como tal, o conceito contempla duas dimensões diferentes, mas interdependentes: (I) descritiva e (II) normativa (Barreto, 2015).

Na sua dimensão descritiva, a Governança Eleitoral (GE) envolve a criação das regras, a sua aplicação e sua adjudicação, visando realizar o voto e a competição política entre os concorrentes e na sua visão normativa, a GE visa à realização de eleições livres e justas (free & fair), transparentes, contribuindo para a credibilidade e aceitação dos resultados eleitorais. Por isso, nos sistemas democráticos, a legitimidade e a fundamentação dos mandatos dos eleitos oferece

[...] à necessidade do estabelecimento de padrões de confiabilidade, imparcialidade política, correção e eficácia administrativa da authority da administração e condução do processo eleitoral e dos procedimentos correlatos de fiscalização, votação, apuração e proclamação dos resultados (Pelella, 2012, p. 134).

Todas as duas dimensões devem envolver “a organização da incerteza eleitoral e, portanto, a provisão de certeza processual que sustenta eleições “livres e justas” [...]” (Mozaffar, 2002, p. 88). Ela envolve a interação de regras constitucionais, legais e institucionais, e práticas organizacionais



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



que determinam as regras básicas para procedimentos eleitorais e competição eleitoral (Hartlyn; McCoy; Mustillo, 2008, p. 74). A GE opera em três diferentes níveis diferentes, mas interligados para estabelecer a base institucional estável para/da competição político-eleitoral: 1) formulação das regras (*rule making*); 2) aplicação das regras (*rule application*); 3) adjudicação das regras (*rule adjudication*) (Mozaffar; Schedler, 2002), conforme o quadro 1.

Quadro 1: Os níveis da governança eleitoral: dimensão descritiva I

Níveis	Órgão responsável	Elementos
Rule Making	Constituição, ou Lei Eleitoral e/ou Poder legislativo	<ul style="list-style-type: none">– Fórmula eleitoral– Magnitude do distrito eleitoral– Tamanho do Parlamento– Cronograma eleitoral– (In)Elegibilidade– Registro de eleitores– Registro de partidos e candidatos– Financiamento e regulamentação de campanhas eleitorais– Observação eleitoral– Design da cédula– Locais de votação– Votação, contagem e tabulação dos votos– Regras/perfis dos Organismos Eleitorais– Autoridades de resolução de disputas (contencioso)
Rule Application	Organismo Eleitoral	<ul style="list-style-type: none">– Registro de eleitores, candidatos e partidos (coligações)– Registro de observadores eleitorais– Educação do eleitor/ para o voto– Organização eleitoral– Distribuição das urnas– Votação, contagem e divulgação dos resultados
Rule Adjudication	Organismo Eleitoral ou Órgão de Resolução de Disputas Eleitorais (ORDE)	<ul style="list-style-type: none">– Julgar e solucionar os litígios– Garantir a aplicação correta das regras do jogo eleitoral– Publicar e implementar as decisões (garantir a transparência e confiança nos resultados eleitorais)

Fonte: Mozaffar e Schedler (2002).

Diferentemente do Brasil em que o rule application e adjudication se concentra num único órgão, chamada de Justiça Eleitoral (Barreto, 2015), o modelo da GE da Guiné-Bissau é descentralizado. No caso de rule making, o principal responsável pela criação e aprovação da lei eleitoral, as normas do funcionamento da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE), do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e os procedimentos gerais do processo eleitoral, é da responsabilidade do Parlamento. Nesse sentido, o órgão funciona de forma passiva e, portanto, não é entendido no sentido lato como um organismo eleitoral, conforme prescrevem Mozaffar e Schedler (2002).

No modelo de governança eleitoral da Guiné-Bissau, inspirado na tipologia de Mozaffar e Schedler (2002), a gestão eleitoral propriamente dita concentra-se nas funções de aplicação das regras e adjudicação das regras, cujos responsáveis são denominados organismos eleitorais. No nível de



aplicação das regras, destacam-se a Comissão Nacional de Eleições (CNE), órgão independente e permanente encarregado de organizar, supervisionar e gerir o processo eleitoral, e o Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE), estrutura técnica vinculada ao Ministério da Administração Territorial, responsável pela execução logística e pelo recenseamento eleitoral. Já no nível de adjudicação das regras, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) atua como instância máxima de resolução de contenciosos eleitorais, validação de candidaturas e proclamação oficial dos resultados, funcionando como árbitro jurídico do processo.

4. CONCLUSÕES

O trabalho demonstrou que observou que o modo como o modelo da Governança Eleitoral foi instituída representa uma descentralização dos poderes e das competências dos organismos que atuam direta ou indiretamente nas eleições. Ainda assim, percebe-se que a descentralização das atividades referente ao gerenciamento do processo eleitoral (rule application, rule adjudication e rule making) não é um só órgão, como no Brasil, mas, sim, está centrado em quatro instituições diferente a saber: o Parlamento, a Comissão Nacional de Eleições (CNE), o Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE) e o Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Todos esses órgãos devem funcionar de forma interdependente para permitir a realização das eleições livres, justas e transparentes. Vale salientar que, tanto a Comissão Nacional de Eleições (CNE), o Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE) e quanto o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) não podem criar regramento eleitoral, cabendo, exclusivamente, ao Parlamento a sua criação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- NORRIS, Pippa. Conclusions: The new research agenda on electoral management. **International Political Science Review**, v. 40, n. 3, p. 391–403, 2019.
- MOZAFFAR, Shaheen; SCHEDLER, Andreas. The comparative study of electoral governance: Introduction. **International Political Science Review**, v. 23, n. 1, p. 5-27, 2002.
- PASTOR, Robert A. Improving the U.S. electoral system: lessons from Canada and México. **Election Law Journal**. v. 3, n. 3, p.584-591, 2004.
- PASTOR, Robert A. The role of electoral administration in democratic transitions: Implications for policy and research. **Democratization**, v. 6, n. 4, p. 1-27, 1999.
- PELLELA, Eduardo. A Justiça Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral – considerações sobre o sistema de administração, regulação, normatização e controle das eleições no Brasil. In: RAMOS, André de Carvalho (org.). **Temas de Direito Eleitoral no século XXI**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2012, p. 133-201.



MARCHETTI, Vitor. **Poder Judiciário e competição política no Brasil**: uma análise das decisões do TSE e do STF sobre as regras eleitorais. 2008. 233f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

ELKLIT, Jørgen; REYNOLDS, Andrew. The impact of election administration on the legitimacy of emerging democracies: A new research agenda. **Commonwealth & Comparative Politics**, v.40, n. 2, p. 1-40, 2002.

MARCHETTI, Vitor. Governança eleitoral: o modelo brasileiro de justiça eleitoral. **Dados**, v. 51, n. 4, p. 865-893, 2008.

AZEVEDO, Alexandre Francisco de. **Governança eleitoral**: uma comparação entre os modelos de Justiça Eleitoral no Brasil e na Argentina. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

TORRES, Luis Eduardo Medina; DÍAZ, Edwin Cuitláhuac Ramírez. Electoral governance: More than just electoral administration. **Revista de Direito Mexicano**, v. 8, p.33-46, 2015.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. A Justiça Eleitoral brasileira: modelo de governança eleitoral. **Paraná Eleitoral**, v. 4, n. 2, p.189-216, 2015.

HARTLYN, Jonathan; MCCOY, Jennifer; MUSTILLO, Thomas M. Electoral governance matters: Explaining the quality of elections in contemporary Latin America. **Comparative Political Studies**,

v. 41, n. 1, p. 73-98, 2008.



CONDICIONANTES INSTITUCIONAIS DA EFETIVIDADE DO VETO DO EXECUTIVO NA HISTÓRIA DO BRASIL (1824-2024)

RAFAEL VARGAS HETSPER¹

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – hetsper@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O bicentenário da outorga da Constituição de 1824 marca também os 200 anos da introdução formal do poder de veto do Executivo no ordenamento jurídico brasileiro. No entanto, a mera continuidade de sua previsão textual mascara uma história de profunda intermitência em sua eficácia material, entendida aqui como a capacidade real de o veto funcionar como instrumento de equilíbrio no sistema de freios e contrapesos. O problema de pesquisa que norteia este artigo é, precisamente, investigar essa discrepância entre a norma constitucional e a prática política, identificando os condicionantes institucionais que permitiram ou obstruíram a plena operação do instituto.

O marco teórico ancora-se, fundamentalmente, na Teoria da Separação dos Poderes de Montesquieu (2008) e em análises da Ciência Política sobre presidencialismo e relações Executivo-Legislativo (Grohmann, 2003; Lamounier, 2005; Moya, 2006). O objetivo é identificar em quais períodos o veto funcionou efetivamente como instrumento jurídico-político. A hipótese central é a de que a eficácia material do veto esteve condicionada à vigência simultânea de um desenho institucional específico, composto pela tríade: forma de governo republicana, sistema presidencialista e Constituição promulgada. Este arranjo, inspirado no modelo norte-americano, criava as condições ideais para que o veto operasse, no espírito da teoria de *checks and balances*, como mecanismo de defesa mútua entre Poderes independentes e legitimados democraticamente.

Além de mapear essa trajetória histórica, o artigo busca contribuir para dois debates centrais na Ciência Política brasileira: primeiro, o da instabilidade constitucional e sua relação com a solidez das instituições de *accountability* horizontal, evidenciando como rupturas políticas impactam diretamente o papel institucional do veto do Executivo; segundo, o debate sobre o presidencialismo de coalizão, sugerindo que a efetividade do veto é um termômetro sensível da qualidade da interação Executivo-Legislativo. Ao enfatizar a distinção entre a formalidade da norma e a materialidade da prática, o estudo dialoga com a perspectiva do institucionalismo histórico, para quem a eficácia das regras do jogo é contingente ao contexto político mais amplo no qual estão inseridas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa e histórico-institucional, fundamentada na análise documental e na revisão bibliográfica especializada. Foram examinadas as Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988, bem como emendas constitucionais, decretos e atos institucionais que alteraram o desenho de poder ou a dinâmica do veto em cada período considerado.

O procedimento metodológico seguiu quatro etapas: (I) mapeamento normativo: identificação da previsão formal e das regras processuais do veto em cada texto constitucional; (II) definição



operacional da eficácia material: estabelecimento da tríade forma de governo republicana, sistema presidencialista e vigência de uma Constituição promulgada como critério analítico para distinguir a existência formal da eficácia material do veto. Essa opção metodológica não é arbitrária. O presidencialismo é o sistema no qual o veto foi concebido como instrumento de autodefesa de um Executivo eleito diretamente. A república afasta a lógica monárquica, reposicionando o veto como mecanismo horizontal entre Poderes equivalentes. Por fim, a Constituição promulgada é condição necessária para a existência de um Legislativo autônomo e legitimado, sem o qual a ameaça de derrubada do veto perde credibilidade, esvaziando sua função de freio; (III) periodização e identificação de descontinuidades: análise contextual de cada fase constitucional ou subdivisões históricas para identificar rupturas políticas ou alterações formais que interromperam a vigência simultânea da tríade, caracterizando um hiato na eficácia material; e (IV) quantificação e análise interpretativa: contabilização precisa do tempo de vigência do desenho institucional ideal, contrastando-o com o tempo total de previsão formal. Essa quantificação serve como base para uma análise interpretativa sobre os padrões de instabilidade e suas implicações para o equilíbrio de Poderes.

Para além da contagem cronológica, buscou-se avaliar também o impacto político de cada ruptura, observando como a interação entre Executivo e Legislativo foi condicionada pela suspensão ou manutenção do poder de veto. Assim, mais do que um levantamento descritivo, a metodologia articulou dados históricos e interpretação institucional, com o intuito de oferecer uma visão crítica da experiência constitucional brasileira.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam uma nítida discrepância entre a existência formal e a eficácia material do veto. Apesar de sempre previsto nos textos constitucionais, o instituto funciona plenamente em seis períodos distintos, totalizando 91 anos, 3 meses e 20 dias, menos da metade do bicentenário (46%). Esse dado revela que a história constitucional brasileira é marcada por uma instabilidade estrutural significativa. A propósito, esclarece-se que a data de corte de 25 de março de 2024 foi adotada como marco simbólico para o bicentenário, não representando o término da vigência da Constituição de 1988.

Excluem-se da contagem a Constituição de 1824 (pela origem outorgada, forma monárquica, parlamentarismo e previsão de Poder Moderador), e as Constituições de 1937 e 1967, por sua origem outorgada e contexto autoritário. Já as Constituições de 1891 e 1946 sofreram hiatos internos: (I) o Golpe de 3 de novembro de 1891, quando Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Nacional; (II) a Revolução de 1930, que instaurou o governo provisório de Getúlio Vargas e interrompeu a vigência da Carta de 1891; (III) a adoção do parlamentarismo em 1961, como tentativa de conter os poderes de João Goulart; e (IV) o Golpe Militar de 1964, que suprimiu a autonomia do Legislativo até 1985.

Essas descontinuidades revelam que a eficácia do veto depende não apenas de previsão constitucional, mas da manutenção da tríade institucional. O longo período de vigência da Constituição de 1891 (quase 39 anos de uso contínuo) e a atual estabilidade da Constituição de 1988 (mais de 35 anos) contrapõem-se às fases de profunda instabilidade. A maior delas foi o período de 24 anos e 6 meses do regime militar (1964-1988), que abrangeu o final da Constituição de 1946 e a totalidade da Constituição de 1967, e no qual o veto perdeu sua eficácia como ferramenta de equilíbrio. Os dados confirmam que o desenho institucional brasileiro historicamente oscilou entre momentos de plenitude democrática e interrupções autoritárias.



A análise demonstra ainda que o veto, para além de um simples dispositivo jurídico-político, constitui indicador relevante da qualidade democrática e do equilíbrio entre os Poderes. Seu enfraquecimento coincide com momentos de ruptura constitucional, reforçando a ideia de que o presidencialismo brasileiro é altamente vulnerável a crises políticas. Em contrapartida, nos períodos de estabilidade, o veto tem cumprido papel relevante como instrumento de negociação, especialmente na fase contemporânea, em que o presidencialismo de coalizão exige constante articulação entre governo e Congresso. Portanto, o estudo evidencia não apenas a intermitência histórica do instituto, mas também sua centralidade no funcionamento da política brasileira.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que a eficácia material do veto presidencial no Brasil é historicamente intermitente. O arranjo institucional republicano, presidencialista e sob a vigência de uma carta constitucional de origem democrática revelou-se condição necessária, mas esteve presente em menos da metade do período analisado. A principal inovação da pesquisa é a quantificação precisa dessa intermitência, evidenciando que a estabilidade experimentada desde 1988 é exceção histórica. Preservar o atual arranjo institucional é essencial para manter o veto como mecanismo de equilíbrio entre Executivo e Legislativo. Esse diagnóstico reforça a importância de proteger a ordem constitucional contra retrocessos autoritários. Mais do que uma constatação empírica, os achados deste estudo alimentam o debate teórico sobre os limites do presidencialismo brasileiro e sua capacidade de resistir a crises. O veto, enquanto símbolo da interação entre Executivo e Legislativo, deve ser visto não apenas como instrumento jurídico-político, mas como componente vital da engrenagem democrática, cuja preservação é indispensável à solidez institucional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GROHMANN, L. G. M. **O Veto presidencial no Brasil: 1946-1964 e 1990-2000**. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LAMOUNIER, L. A. **Poder de agenda, poder de veto e relações executivo-legislativo no Brasil contemporâneo: presidencialismo de coalizão e reciprocidade estratégica**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia e Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MOYA, M. A. **Executivo versus Legislativo: os vetos presidenciais no Brasil de 1988 a 2000**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MONTESQUIEU. **O Espírito das leis**: As formas de governo. A federação. A divisão dos Poderes. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.



CIÊNCIA POLÍTICA, ESTADO E CONSTITUIÇÃO: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E CRÍTICOS DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICO-POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

FELIPE SCHMALS SILVEIRA¹

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – felipe.ss2009@gmail.com¹

1. INTRODUÇÃO

A crise democrática das instituições jurídico-políticas contemporâneas exige que a formação em Direito articule, de maneira crítica, as noções fundamentais sobre a fundamentação histórica, teórica e política da Teoria do Estado e da Ciência Política. Nesse sentido, este projeto delimita a criação de um programa acadêmico no Curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), vinculado à disciplina Ciência Política, Estado e Constituição, a ser desenvolvido no semestre 2025/1 no âmbito do estágio de docência.

Dallari (2016) destaca que a sociedade é o produto da conjugação de um simples impulso associativo natural e da cooperação da sociedade humana. Sendo assim, a sociedade é um fato natural, determinado pela necessidade pela necessidade que o homem tem de cooperação de seus semelhantes para consecução dos fins e de sua existência. Essa necessidade não é apenas de ordem material, uma vez que, mesmo provido de todos os bens materiais suficientes à sua sobrevivência, o ser humano continua a necessitar do convívio com os semelhantes (Dallari, 2016).

Parte-se do pressuposto de que amplas parcelas da população atravessadas por experiências étnicas, raciais, de gênero e de classe permanecem em condição de subalternidade diante de um modelo econômico desenvolvimentista, das relações de poder e dos mecanismos de representação política. Justifica-se, assim, a proposição de um arranjo teórico, metodológico e prático ancorado na ciência política e jurídica, inspirado nas origens, nos tipos e nos conceitos de sociedade, Estado e constituição.

Nesse contexto, indaga-se como um programa dessa natureza pode qualificar a formação jurídica e fortalecer a capacidade analítica e interventiva dos discentes? O objetivo geral do estudo é analisar de que modo e por quais dispositivos didático-metodológicos a Ciência Política, destacando sua autonomia como campo científico e sua articulação com outras áreas do conhecimento, pode contribuir para a consolidação do Estado democrático de direito e para sua aplicabilidade na realidade contemporânea.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada combina a análise documental, abrangendo bibliografia, legislação e artigos com a simulação de atividades somativas e avaliativas realizadas pelos discentes do 1º semestre da disciplina Ciência Política, Estado e Constituição. Essas atividades consistem na elaboração e defesa de propostas, tendo como princípio orientador o protagonismo discente no processo de aprendizagem.

A avaliação será conduzida de forma contínua, ao longo de toda a disciplina, buscando articular o que foi projetado com o que efetivamente foi realizado. Nesta primeira etapa, os estudantes realizarão a leitura e análise de textos bibliográficos, legislações e produções científicas, com destaque para o debate sobre a origem da sociedade. O estudo será guiado pelas contribuições das



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



teorias clássicas de Aristóteles, Santo Tomás de Aquino, Hobbes e Rousseau, que oferecem diferentes perspectivas sobre a natureza humana, a sociabilidade e a necessidade de organização política.

A segunda etapa será dedicada à articulação entre teoria e prática. Os discentes deverão elaborar propostas que relacionem os fundamentos teóricos clássicos à realidade empírica contemporânea, problematizando a origem, a formação e os elementos constitutivos do Estado. Essa fase busca estimular a pesquisa aplicada, a síntese crítica e a capacidade de formulação normativa.

Na etapa final, o enfoque será dirigido à análise comparativa entre os elementos constitutivos do Estado povo, território e poder destacando suas inter-relações, tensões e significados na experiência histórica e política. A reflexão buscará aproximar conceitos clássicos e contextos atuais, desenvolvendo a capacidade analítica e interventiva dos discentes diante dos desafios do Estado democrático de direito.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura e discussão de textos bibliográficos, legislações e produções científicas clássicas e contemporâneas promoveram o letramento em políticas públicas e jurídicas, ampliando a compreensão sobre as origens da sociedade e do Estado. O estudo de autores como Aristóteles, Santo Tomás de Aquino, Hobbes e Rousseau permitiu aos discentes desenvolverem interpretações normativas fundamentadas em princípios filosófico-políticos, estimulando o confronto crítico entre concepções tradicionais e dilemas atuais da democracia brasileira. Essa etapa também fortaleceu a habilidade de pesquisa documental e interpretação textual, essenciais para a prática jurídica.

Na fase seguinte, os estudantes passaram a aplicar os referenciais teóricos na elaboração de propostas que relacionavam teoria e realidade empírica, discutindo a origem, a formação e os elementos constitutivos do Estado. Essa experiência incentivou o desenvolvimento da capacidade de síntese relatorial e da argumentação principiológica, além de favorecer a prática de comparações internacionais sobre modelos de Estado e de organização política. Como resultado, observou-se um avanço significativo na competência de articular teoria e prática, aspecto essencial para a atuação profissional e para a compreensão crítica do Estado democrático de direito.

A última etapa da simulação concentrou-se no exame das diferenças e inter-relações entre povo, território e poder. O exercício promoveu o trabalho em equipe e a comunicação oral na defesa de propostas, bem como a vivência de ciclos de feedback formativo que potencializaram o aprendizado coletivo. Nessa fase, os discentes demonstraram maior autonomia na construção de interpretações críticas sobre os elementos constitutivos do Estado, articulando dimensões normativas, políticas e sociais. A reflexão revelou não apenas a assimilação dos conteúdos, mas também a capacidade interventiva frente a problemas reais de cidadania, justiça social e equidade.

4. CONCLUSÕES

De modo transversal, a pesquisa evidenciou que a prática de simulação, ancorada em uma base documental e teórica consistente, permite superar o ensino meramente expositivo, favorecendo práticas formativas que conciliam pesquisa, debate, formulação de propostas e aplicação prática. A progressão entre as etapas fortaleceu competências acadêmicas (pesquisa jurídica, análise normativa, escrita e síntese relatorial) e profissionais (trabalho colaborativo, argumentação crítica, exposição oral, mediação e negociação).

Assim, os resultados confirmam que a adoção dessa metodologia não apenas qualifica a formação jurídica inicial, como também contribui para a consolidação de sujeitos críticos e socialmente engajados, aptos a intervir na realidade a partir de uma prática jurídica orientada por



princípios constitucionais, justiça social e equidade. Conclui-se que a experiência didático-metodológica contribui significativamente para a formação de sujeitos críticos e socialmente engajados, capazes de fortalecer uma prática jurídica orientada pela justiça social, pela equidade e pelos princípios constitucionais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. São Paulo: Malheiros, 2015.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 33. ed São Paulo: Saraiva, 2016. Kelsen, Hans. **Teoria geral do direito e do estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora Edgard Blucher LTDA, 2020.

RANIERI, Nina. **Teoria do Estado: Do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito**. 3. ed. São Paulo: Grupo Almedina, 2023.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix, 2001.



GT 2: Gênero, Raça e Participação política

TRAJETÓRIAS LABORAIS E O ENVELHECIMENTO FEMININO: entre aposentadorias e regulações previdenciárias

LUANA BIDIGARAY¹

¹Universidade Federal de Pelotas – luanacbidigaray@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O sistema previdenciário brasileiro vem apresentando um cenário de precarização e vulnerabilidade, sobretudo para mulheres que estão envelhecendo e buscam acessar aposentadorias. Tal conjuntura decorre de fenômenos sociais e políticos consolidados na última Reforma Previdenciária em 2019. As novas mudanças afetam o universo feminino - criação da idade mínima 62 anos com o mínimo de 15 anos de tempo de contribuição para acessar aposentadorias. Essas alterações acrescem dois anos de vida laboral e, como consequência, extingue a aposentadoria por tempo de contribuição. Este último benefício possibilitava perceber 100% do benefício integral com mínimo 30 anos de tempo de contribuição sem idade fixa.

O processo atual de envelhecimento das mulheres encontra-se atravessado por essa nova regulação que fragiliza ainda mais o acesso à proteção social, uma vez que a reforma decorre de políticas neoliberais que visam a desobrigar a execução de políticas públicas do Estado, repassando-as para a iniciativa privada.

A nova dinâmica social e política estabelecida pela reforma nada tem beneficiado às mulheres em seus projetos de envelhecimento e de aposentadorias. Nesse sentido, a pesquisa buscou examinar as mobilizações de mulheres entre 35 a 60 anos para o planejamento de aposentadorias ou a reconfiguração da financeirização do fim do ciclo produtivo.

2. METODOLOGIA

A abordagem escolhida para a pesquisa é a qualitativa. Minayo (2007) afirma que tal abordagem possibilita um maior aprofundamento para investigação proposta, permitindo observar, captar e descrever comportamentos e percepções de fenômenos presenciados no campo observado.

A metodologia foi dividida em dois eixos: I- Revisão da literatura acerca do sistema previdenciário e identificar as recentes alterações legislativas que dificultam o acesso de mulheres



às aposentadorias e de forma complementar dados quantitativos sobre a previdência e o mercado de trabalho; II- entrevistas narrativas com uma diversidade de mulheres (com diferentes perfis socioeconômicos, distintas ocupações e vínculos no mercado de trabalho). O acesso a esse universo de trabalhadoras partem de órgãos de classe, sindicatos de trabalhadores domésticos e outros espaços sociais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Piscitelli (2008) privilegia o debate acerca da categoria da mulher e os espaços sociais que ocupam. Esse debate reforça a necessidade de reflexões sobre o desigual acesso de mulheres no âmbito da proteção social, particularmente às aposentadorias. Trazendo à tona discussões sobre trajetórias laborais femininas situadas entre o espaço produtivo e reprodutivo, demonstrando como ocorrem as relações de poder: entre mulheres e homens, e, também entre elas (Wajnman et al., 2008). Aprofundar tal agência de pesquisa esclarece como o mercado de trabalho absorve e remunera homens e mulheres e, normaliza diferenças no acesso aos benefícios previdenciários.

Os resultados em geral tratam do entrelaçamento de trajetórias laborais femininas e da construção da capacidade contributiva. Identificou-se trajetórias fragmentadas, descontínuas e lineares. Assim, demonstrando a singularidade de cada percurso laboral e também um universo plural de vivências laborais femininas.

Os dados se projetaram em 3 grupos de trabalhadoras (I-diaristas e empregadas domésticas; II-professoras; III-profissionais liberais). O primeiro grupo reúne trabalhadoras com trajetórias laborais mais fragmentadas e com maior incidência de informalidade ou fragilidade formal ao longo do tempo. Nesse grupo predominam ocupações e profissões com baixa qualificação e remuneração, ligadas ao cuidado indireto (trabalhadoras domésticas, porteiras, esteticistas) e direto (cuidadora de idosos) e maior (des) proteção social. O segundo grupo, formado por professoras da educação básica, com maior escolaridade (nível superior), apresenta trajetórias laborais mais contínuas e condições salariais melhores que as do grupo anterior. Amparadas pela CLT ou pela carreira estatutária e possuem, portanto, condições de acessar diferentes tipos de proteção social diferentes regimes: RGPS e RPPS)¹. O terceiro grupo, formado por profissionais liberais, cujas vidas são mais

¹ Regime Geral de Previdência Social (RGPS); Regime Próprio de Previdência (RPPS). Ver <<https://www.gov.br/inss/pt-br>>. Acesso 21 de Set. de 2025.



protegidas de forma geral. Apresentam trajetórias laborais lineares e ascendentes, construindo carreiras profissionais em áreas de prestígio, e com melhor acesso e capacidade contributiva.

4. CONCLUSÕES

As trajetórias analisadas evidenciaram que as trabalhadoras do lar, têm a continuidade do trabalho como forma de garantir a subsistência diante das incertezas da aposentadoria e da renda insuficiente para assegurar a vida. Em razão do atual cenário sócio econômico na qual estão inseridas e pela constituição de trajetórias ocupacionais fragmentadas, as quais são incapazes de prover condições mínimas para vivenciar melhores velhices. Para as professoras e profissionais liberais, o trabalho também aparece nos projetos futuros, entretanto, como expressão de vontades e forma de realização de outros interesses. As professoras, se mobilizam de melhores maneiras para concretizar o que planejam para o tempo de envelhecer, apoiam-se na aposentadoria familiar e possuem campos de possibilidades mais seguros para esse tempo, podendo experimentar novas vivências além do trabalho. As profissionais liberais para o tempo do envelhecer, possuem planos de aposentadorias e estratégias (patrimônio, investimentos e etc.) que asseguram proteção e novos campos de ações para projetar novas experiências nesse tempo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria. R., A bipolaridade do Trabalho Feminino no Brasil Contemporâneo, **Cadernos de Pesquisa**, nº 110, p. 67-104, julho/ 2000.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. PNAD– Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2018.

MARRI, Izabel.; TURRA, Cássio; WAJNMAN, Simone. Os Argumentos de Proteção social e Equidade Individual no Debate sobre Previdência e Gênero no Brasil; trabalho apresentado no **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, realizado em Caxambu– MG– Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



MERIGHI, Miriam et. al. Mulheres Idosas: desvelando suas vivências e necessidades de cuidado. **Revista Esc Enferm-USP**, v. 47. , n.2 , São Paulo, Apr.2013, p. 408-414. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342013000200019> Acesso em 22 de setembro de 2025..

PISCITELLI, Adriana. **Re-CRIANDO A (CATEGORIA) MULHER?** CAMPINAS, Campinas, Novembro 2011. Acesso em 28 de agosto de 2025.



AMBIÇÃO E CARREIRA POLÍTICA DAS VEREADORAS NO RIO GRANDE DO SUL (2016-2024)

LAURA BITENCOURT BANDEIRA RODRIGUES¹; ROSANGELA SCHULZ³

¹*Universidade Federal de Pelotas – laurabandeiraa@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – rosangelaschulz@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A presença das mulheres na política institucional brasileira tem se consolidado como um tema central nos estudos de gênero e representação política, em especial após a implementação de políticas de ação afirmativa voltadas ao aumento da participação feminina. No entanto, a despeito de avanços normativos e da maior visibilidade de candidaturas de mulheres, persistem barreiras estruturais que limitam seu acesso, permanência e progressão no campo político.

O cargo de vereador(a) ocupa posição fundamental no sistema político brasileiro por ser o nível da administração pública mais próximo da sociedade. Além de representar a população local, desempenha papel relevante na formulação, fiscalização e aprovação de políticas públicas que impactam diretamente o cotidiano. Ainda assim, é considerada “a posição eletiva de menor prestígio” (Miguel, 2003, p. 116), o que afeta sua atratividade no interior das carreiras políticas.

Apesar de sua relevância, a vereança tem sido pouco explorada pela literatura em comparação a cargos de maior visibilidade, como o de deputado/a federal. De acordo com De Lima e Barreto (2013), o cargo de vereador tem sido negligenciado nos estudos acadêmicos, em especial nas análises voltadas ao tema da ambição política, onde o maior número de trabalhos foca nos deputados/as federais (Ames, 1995; Samuels, 2003; Pereira e Rennó, 2013), evidenciando a lacuna sobre o legislativo municipal. Essa ausência é ainda mais evidente quando a análise recai sobre a participação de mulheres, revelando a escassez de estudos que adotem o gênero como variável central.

Em vista disso, compreender a carreira e a ambição política no Brasil, como destaca Marques (2021), é central para entender o comportamento dos profissionais políticos. Miguel (2003), dispõe que as carreiras políticas no país possuem uma similaridade com o formato piramidal, no qual a base dessa pirâmide seria composta por aqueles(as) que desejam ascender na vida política; entretanto, à medida que o avanço para cada degrau se torna mais desafiador, a competição para progredir permanece constante.

Relacionando-a ambição política, a perspectiva basilar de ambição política, desenvolvida por Joseph Schlesinger (1991), é a de que há três tipos de ambições políticas: (a) discreta, quando não há pretensão de permanecer na carreira política, assim, o candidato/a assume o cargo por um período e opta por se retirar; (b) estática, para aqueles/as que planejam fazer uma carreira em um mesmo cargo, com o passar dos mandatos; (c) progressiva, sendo aqueles/as que procuram avançar para cargos considerados mais relevantes, com relação ao que se está ocupando, assim possui maior tensão por não se findar somente no eleitorado atual, mas também ao cargo o qual está ambicionando concorrer.

Conforme Marques (2021), há uma lacuna nas abordagens principais que investigam a carreira política no país, pois carece de uma análise com a perspectiva do gênero. Logo, segundo a autora (2021, p.10), a partir de 2010, com a implementação das cotas de gênero completando sua primeira década, 1995 a 2005, se inicia o debate sobre carreira política, impactando as questões de gênero e representação política no país.



Considerando o recorte de gênero na análise da política brasileira, Miguel e Biroli (2010), iniciam o debate sobre carreira política focado nas dificuldades através das desigualdades de gênero. A partir dos autores, partindo da análise clássica de ambição e carreira, com Rohde (1979) e Schlesinger (1961), encontram-se constrangimentos específicos vinculados às mulheres no momento de gerenciar suas carreiras, como suas obrigações domésticas e disponibilidade para mudança de moradia - que pode ser parte no progresso de carreira política -, e essas ações podem ser mais custosas para as mulheres (Miguel e Biroli, 2010, p. 91).

Dessa forma, o trabalho tem como proposta apresentar resultados da pesquisa que investiga a carreira política e a ambição política das mulheres eleitas vereadoras no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 2016 a 2024, que corresponde a cinco pleitos eleitorais. A seleção da análise a partir da eleição de 2016 se deve ao fato que, a partir de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) iniciou o registro da categoria denominada como 'cor/raça' dos(as) candidatos(as). A questão norteadora do trabalho é: quais os padrões de carreira e de ambição política das vereadoras eleitas no Rio Grande do Sul?

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, sustentada na análise de dados eleitorais referentes às eleições municipais e gerais ocorridas no período de 2016 a 2024 nos 497 municípios do Rio Grande do Sul. A escolha desse recorte temporal justifica-se por contemplar dois ciclos eleitorais municipais completos (2016 e 2020), bem como duas eleições gerais (2018 e 2022) e a eleição de 2024, o que permite observar tanto a entrada quanto a eventual continuidade ou progressão das trajetórias políticas das mulheres eleitas vereadoras. Ao acompanhar esse período, é possível captar movimentos de permanência ou ambição de ascensão a cargos de maior prestígio, como prefeita, vice-prefeita, deputada estadual ou federal, junto, assim, aos casos de vereadoras que foram eleitas em 2016 e não pleitearam nenhuma das eleições seguintes - ambição discreta.

As informações utilizadas provêm de bases oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contemplando variáveis como município, raça/cor, idade, escolaridade, ocupação, partido político, número de votos e gastos de campanha. Essas variáveis foram selecionadas por possibilitarem a análise da intersecção entre desigualdades sociais e institucionais, sobretudo no que diz respeito à influência da raça, da formação educacional e da filiação partidária sobre as oportunidades de avanço na carreira política. Assim, no banco de dados em construção no Google Sheets, sabemos que no pleito de 2016, foram eleitas no Rio Grande do Sul, 805 mulheres, sendo que destas 613 ambicionaram - de forma estática ou progressiva - continuar na política do estado.

Nesse sentido, a metodologia proposta não apenas sistematiza dados sobre a presença e a progressão das vereadoras no estado, mas também dialoga com lacunas identificadas na literatura, sobretudo a escassez de análises sobre a carreira política ao nível municipal e com recorte de gênero e raça. Busca-se, portanto, oferecer evidências empíricas que contribuam para a compreensão das barreiras e possibilidades de ascensão das mulheres na política institucional, em especial no contexto do Rio Grande do Sul.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os primeiros resultados permitem observar que as mulheres eleitas vereadoras no pleito de 2016 demonstraram maior ambição política nas eleições subsequentes, em 2020 e 2024, sobretudo na disputa por cargos municipais - com ambição estática. A partir da Tabela 1, verifica-se que essas



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



candidatas optaram majoritariamente por concorrer novamente ao legislativo local, buscando a reeleição ao cargo de vereadora, mas também ampliaram sua atuação ao disputar posições no Executivo municipal, como vice-prefeita e prefeita - em uma ambição progressiva.

Tabela 1: Ambição das vereadoras eleitas em 2016 em pleitos posteriores (2018, 2020, 2022 e 2024)

Eleição	Ambicionaram	Eleitas	Não eleitas
2018	26	3	23
2020	573	291	282
2022	33	4	29
2024	362	185	177

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Esta tendência sugere que, embora o avanço a esferas legislativas ou executivas de maior prestígio (deputada estadual ou federal) seja reduzido, há um esforço de consolidação das trajetórias políticas dentro do âmbito municipal. Os dados reforçam esse diagnóstico: em 2020, 50,78% das mulheres que haviam sido eleitas em 2016 lograram êxito eleitoral, garantindo a continuidade de seus mandatos; em 2024, esse índice apresentou ligeira elevação, chegando a 51,10%. Esses percentuais indicam tanto a persistência de barreiras à permanência delas na carreira política quanto a resiliência e a capacidade de manutenção das mulheres na esfera local, sugerindo que a vereança se consolida, para muitas delas, como espaço possível de continuidade política, ainda que marcado por baixo prestígio e limitações estruturais. Nesse sentido, os achados iniciais reforçam que a ambição política feminina não se traduz necessariamente na busca por cargos de maior hierarquia, mas sim na manutenção e consolidação de mandatos locais, por meio da ambição estática.

Ademais, os dados demonstram que, entre as 613 mulheres que expressaram ambição de concorrer a outros cargos, 97,2% eram brancas, respectivamente, o segundo maior contingente eram mulheres pardas representando somente 1,5%, revelando como a cor da pele continua a operar como um filtro fundamental para a possibilidade de permanência e ascensão na política institucional. Logo, é importante destacar, conforme Rios, Pereira e Rangel (2017), que a participação de mulheres negras se torna mais complexo por ser agravado as condições de gênero, raça e classe. Partindo disso, elas enfrentam desde a sobrecarga da dupla jornada de trabalho até formas mais sutis de exclusão, como estereótipos dispostos a elas marcado pelo colonialismo e o patriarcado. Dessa forma, essas barreiras podem diminuir suas expectativas, como dificultar suas relações com os partidos, dispendo um alto grau de competitividade para elas.

4. CONCLUSÕES

O estudo sugere que, ainda que as mulheres em sua maioria ambicionam permanecer na política, essa permanência é condicionada a fatores exógenos que extrapolam suas escolhas individuais. A ambição, nesse caso, não se apresenta como um atributo universalmente acessível, mas como uma construção atravessada por desigualdades estruturais que limitam ou potencializam trajetórias. Como demonstram os dados preliminares, não são todas as mulheres que conseguem ambicionar e manter-se no campo político. Assim, a ambição não pode ser analisada apenas em



termos de cálculos racionais ou disposições individuais, mas deve ser compreendida como resultado de um campo de disputas marcado por barreiras de gênero, raça e classe.

Dessa forma, considerando que a investigação ainda se encontra em desenvolvimento, é necessário avançar para além dos dados apresentados, incorporando variáveis como a posição e o desempenho dos partidos, os financiamentos das campanhas, bem como as características dos municípios, especialmente no que se refere ao seu porte. Esses elementos são fundamentais para compreender de maneira mais abrangente as dinâmicas que estruturam a permanência e a progressão das mulheres na política municipal. Somente com essa análise ampliada será possível verificar com maior precisão em que medida fatores institucionais e contextuais condicionam a ambição e as carreiras políticas das vereadoras no Rio Grande do Sul.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE FARIA, Alessandra Maia Terra.; RIVETTI, Jéssica Mayara de Melo; DE CASTRO BUTTERBY, Carolina de Castro. Mulheres como o Outro na política brasileira: um balanço das candidatas vice-presidentas, vice-governadoras e vice-prefeitas (2014-2020). **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 10, n. 2, p. 294-321, 2023

DE LIMA, Rafael Nachtigall; BARRETO, Alvaro. A carreira de vereador e a ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010). **Pensamento Plural**, n. 12, p. 91-115, 2014.

MARQUES, Danusa. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 95, 2021.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, p. 115-134, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Femeministas** [online]. 2010, vol.18, n.03, pp.653-679. ISSN 1806-9584.

ROHDE, David W. Assunção de riscos e ambição progressista: O caso dos membros da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. **American Journal of Political Science**, p. 1-26, 1979.

RIOS, Flávia; PEREIRA, Anna; RANGEL, Patrícia. **Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia**. In: *Ciência e Cultura*, v. 69, p.39-44, 2017.

SCHLESINGER, Joseph A. Partidos políticos e a conquista de cargos públicos. **University of Michigan Press**, 1991.



Controle do corpo, controle do sangue: menstruação e construção do corpo feminino no Ocidente

JULIANA GASPAR ROSALINI¹;
LOREDANA MARISE RICARDO
RIBEIRO²

¹Universidade Federal de Pelotas – rosalinijuliana@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se deriva de um trabalho de conclusão de curso referente à graduação no bacharelado em Arqueologia da UFPEL, que possui como objetivo central analisar objetos, práticas e narrativas acerca da menstruação e seu papel na construção sociocultural do corpo feminino no mundo ocidental.

Conforme Alcina Manuela de O. Martins (2013), a menstruação era temida no período medieval, havendo mitos sobre ser venenosa ou que ao se ter relações sexuais nesse período, a criança nasceria com *lepra*¹. Além disso, no período menstrual a mulher poderia fazer com que os alimentos da casa estragassem, “durante o período menstrual, a mulher era aconselhada a manter-se isolada. Este aspecto fisiológico tornava-a incapaz de se igualar ao homem porque, diferente dele, o seu sistema corporal dava mostras da sua inoperância” (Martins, 2013, p. 145-146).

Marylène-Patou-Mathis (2022) elabora que em textos de pesquisadores como Durkheim e Testart, a menstruação é dita como ponto principal da divisão sexual do trabalho, devido à mulheres menstruadas serem vistas como inapropriadas para exercer determinadas funções. Maria das Graças Fernandes (2009) argumenta que a ciência médica concebia que, relativo à saúde mental, qualquer desequilíbrio a que um homem fosse acometido seria atribuído “aos seus papéis sociais de trabalhador e de provedor”, enquanto nas mulheres era considerado como “loucura menstrual”. Visto isso, o menstruar se torna algo indesejado, como um fardo a ser carregado durante a vida da mulher. Assim, é pertinente levar em consideração que a percepção senso comum atual acerca da menstruação está inteiramente ligada a um processo

longo de imposições do regime patriarcal-capitalista. Conforme Silvia Federici (2017) o corpo feminino, em um contexto capitalista, não só é visto como uma máquina de trabalho como também uma máquina de “expansão da força de trabalho”, no que se trata da criação de novos trabalhadores.

Seguindo essa linha de pensamento, as mulheres passam a ser vistas apenas como “portadoras de um útero”, que só podem ser inseridas no mercado de trabalho como produtoras de mão de obra.

Esse papel de produtora de força de trabalho retira da mulher o poder de escolha sobre seu corpo e este passa a ser então um instrumento que deve ser utilizado para atender às determinações do sistema no qual a sociedade ocidental se estabelece. Essa perspectiva também é tratada por Paul B.

Preciado (2020) em “Um Apartamento em Urano”, onde o útero é expropriado do corpo, para atender sua função política e

econômica de gestação.

Sendo tratado como o único destino possível para uma pessoa que possui útero dentro de um contexto de família nuclear, o processo biológico de reprodução é atrelado a esse corpo como algo que não pode ser negado, a menos que sua reprodução não seja de interesse desse sistema. Preciado (2018) argumenta que se tratando de controle de natalidade, a pílula anticoncepcional começou a ter seus testes direcionados a corpos racializados, buscando restringir seu crescimento populacional e atendendo ao interesse do sistema hegemônico. Quanto à inserção desse fármaco no dia a dia, existe

¹ Doença infecciosa conhecida como Hanseníase



um contraste no investimento de fármacos para o uso masculino e feminino. enquanto para o uso da parcela masculina da população o investimento seria para sanar a impotência sexual, para a parcela feminina seria para controle populacional e refeminização da aparência, reforçando a sensação de controle sobre o corpo feminino.

2. METODOLOGIA

Ao decorrer deste trabalho, principalmente entre os meses de setembro de 2024 e fevereiro de 2025, foi realizada uma pesquisa com sete participantes, de forma presencial e online, através do whatsapp no caso das pessoas que residem fora da cidade de Pelotas. As entrevistas foram baseadas em um questionário semi-estruturado com perguntas como as que seguem: Como foi sua primeira menstruação? Como se sente durante o período menstrual? A menstruação afeta algo do seu cotidiano? Utiliza algo para conter o sangramento? Já teve que optar por outra alternativa? Como a menstruação é tratada pelas pessoas do seu convívio? Essas perguntas foram respondidas de formas diferentes pelas/o participantes e, a partir dessas respostas, foram analisados pontos chave da presença da menstruação na vida dessas pessoas. Consoante a essas entrevistas, foi inserida também a percepção pessoal da autora, tendo em vista ser também uma mulher menstruante.

Após esse registro, se buscou relacionar o conteúdo das entrevistas às discussões bibliográficas sobre a conceituação da menstruação no ocidente, para entender como essa percepção se reflete no entendimento de cada pessoa menstruante sobre seu corpo. Além do mergulho na literatura especializada, foram consultados também canais de comunicação de coletivos presentes na internet e em websites das próprias empresas que desenvolvem os produtos menstruais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização das entrevistas, foi possível observar que, mesmo em contextos diferentes, as experiências pessoais de cada participante conversam entre si, podendo ser constatado que os pensamentos e práticas citados comungam com sistema de pensamento ocidental. Sendo um ponto a se destacar o entendimento de que “virar mocinha” simboliza a transição para a maturidade feminina. Quando se trata do primeiro contato com a menstruação, em todas as entrevistas foi relatado um cenário onde a pessoa que passa pela menarca procura algum familiar mais velho como um ponto de apoio, geralmente uma mulher, para que não passe por este momento sozinha e para que este lhe ensine sobre as práticas que serão adotadas a seguir.

Dores e indisposições marcam os relatos sobre como se sentem durante o período menstrual. Contudo, em raros momentos esses incômodos foram suficientes para impedir a realização das atividades que esses corpos têm que executar diariamente, como trabalho e escola. Assim, a necessidade capitalista de produção sobrepõe o cuidado que o período menstrual requer com o corpo, ao mesmo tempo que este corpo é considerado histérico ou incapaz no contexto do mercado de trabalho.

Ao ser questionado sobre os produtos utilizados durante o período menstrual é possível perceber que, mesmo em formatos diferentes, os absorventes internos e externos, os coletores e as calcinhas absorventes são utilizados com o mesmo fim: ocultar o sangue menstrual e impedir que os demais percebam que aquele corpo está menstruado. Vale destacar nesse tópico a preocupação com possíveis vazamentos, sendo este um ponto em comum em várias das entrevistas e um ponto-chave na promoção desses produtos menstruais.

Por fim, no tocante ao tratamento da menstruação pelas pessoas com as quais as participantes convivem é possível entender que com o passar dos anos a menstruação começou a ser



desmistificada na sociedade a qual a pesquisa se insere. Esse ponto se torna perceptível ao analisar que as participantes mais velhas relatam falta de diálogo em suas residências sobre o período menstrual, enquanto as mais novas informam que a situação já é tratada com maior naturalidade. Sendo possível identificar que as participantes que são mães atualmente expressam uma preocupação com um maior diálogo e acolhimento a suas filhas após a primeira menstruação, para que estas não associem a menstruação a algo negativo.

4. CONCLUSÕES

Ao longo da pesquisa, foi possível interpretar que essa percepção negativa da menstruação, que é comum no Ocidente, é inculcada no entendimento das jovens a partir de um ideal de que o corpo feminino deve atender ao interesse social capitalista e que qualquer aspecto que escape a isto deve ser motivo de rejeição pela sociedade e de vergonha para a pessoa. “A vergonha do corpo e a vergonha de ser mulher rapidamente se acrescentam à vergonha da menstruação. Há uma vergonha que as mulheres suportam pelo simples fato de serem mulheres” (Owen, 1993, p. 29). Essa vergonha faz com que as mulheres continuem buscando meios de controlar um processo que é natural ao seu corpo. Além da vergonha, a necessidade de trabalhar e cuidar de suas tarefas diárias, leva as mulheres a esconder a sua menstruação para se manter produtiva: “Para dar conta dessa extensa jornada de trabalho doméstico e externo, o corpo produtivo das mulheres precisou ser enquadrado em uma lógica linear, para que estivesse sempre apto para as diversas explorações e violências às quais ele foi historicamente submetido” (Prado, 2024, p. 4). Valendo ressaltar os casos onde, por fatores socioeconômicos, esta mulher nem sempre possui o acesso necessário a produtos menstruais. (Fernandes, 2023).

Sendo este um cenário criado por homens que sequer experienciaram em algum momento algo parecido com o processo que o corpo feminino experimenta mensalmente. Posto isso, se faz necessário defender políticas que levem em consideração particularidades do corpo que menstrua inserido no mercado de trabalho. Este é o foco de uma medidas adotadas na Espanha, Japão, Taiwan, Coreia do Sul e Zâmbia, que segundo o Jornal da USP², concedem, a partir de critérios distintos, a possibilidade da licença menstrual para mulheres que passam por fortes dores nesse período.

Ainda, o deixar de menstruar carrega consigo a improdutividade perante o sistema, onde as mulheres que encerram todos os seus ciclos menstruais e passam pela menopausa, deixam de pertencer à categoria “mulher” no sentido capitalista da palavra, visto que não são mais capazes de (re)produzir força de trabalho. Evidência disso pode ser o fato de que as mulheres mais velhas, no séc XVI, eram ligadas à bruxaria, por acumularem saberes e por não apresentarem utilidade ao contexto social que estava sendo construído, pelo contrário, elas o desafiavam. (Federici, 2017, p. 157). Trazendo à atualidade, o ato de existir sem atender aos interesses desse sistema continua sendo um ato de rebeldia: a maternidade não é a única opção para este corpo.

Por fim, entende-se que, ao longo de todo o processo de construção da ‘mulher’ pelo ocidente, são estabelecidos critérios irreais, como um lembrete de que esses corpos sempre serão inadequados: a mulher deve exercer o papel de reprodutora para manter a força de trabalho, a menos que ela faça parte de grupos que não interessam ao Estado; também deve se manter impecável, sendo que o sangue com o qual tem contato mensalmente é considerado impuro e sujo; não deve interromper as atividades diárias às quais foi designada, sendo que em seu período pré

² Disponível em:

<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/licenca-menstrual-gera-polemica-antes-mesmo-de-ser-votada-no-congresso-nacional/>



menstrual é considerada como histérica, desequilibrada ou mentalmente incapaz de tomar decisões. Deve se orgulhar apenas da capacidade reprodutiva e rejeitar todas as outras particularidades do seu corpo, pois elas servem como um lembrete da sua vulnerabilidade. O sistema patriarcal-capitalista não desperta interesse em qualquer particularidade do corpo feminino que não seja a produção de força de trabalho.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDERIC, Silvia. **O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**. [S. l.]: Elefante, 2017. Disponível em:
https://coletivoscorax.org/wpcontent/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf. Acesso em: 17 dez. 2023

FERNANDES, Florbela. **Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual: a promoção da dignidade menstrual como imperativo para a promoção dos direitos humanos**. UNFPA, [s. l.], 2023. Disponível em:
https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/recomendacoes-digmenstrual_v2.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira. (2013). **O corpo feminino na Idade Média: um lugar de tentações**. In, Braz, J. & Neves, M. (Orgs). *O corpo-Memória e Identidade* (pp. 103-116). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

PATOU-MATHIS, Marylène. **O homem pré-histórico também é mulher: uma história da invisibilidade das mulheres**. Tradução: Júlia da Rosa Simões. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, 294 p.

PRADO, Isabel Cristina de Almeida. **Políticas Públicas sobre a Saúde Menstrual no Brasil: DOSSIÊ – Mulheres e Política, e Políticas para Mulheres no Século XXI**, Londrina, v. 29, ed. 1, 2024.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. [S. l.]: N-1 Edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento de Urano**. [S. l.]: Companhia das Letras, 2020. 320p.

OLIVE, Kaelaine. **Licença menstrual gera polêmica antes mesmo de ser votada no Congresso Nacional**: Especialista cita exemplos de vários países para mostrar a validade da medida, mas microempresárias se mostram reticentes com adoção da lei em discussão no parlamento brasileiro. *Jornal da USP, Campus Ribeirão Preto*, 19 abr. 2024. Disponível em:
<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/licenca-menstrual-gera-polemica-antes-mesmo-de-ser-votada-no-congresso-nacional/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

OWEN, Lara. **Seu Sangue é Ouro: resgatando o poder da menstruação**. [S. l.]: Rosa dos Tempos, 1993.



VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: O JORNALISMO É VOZ DE DENÚNCIA OU DE CUMPLICIDADE? UMA ANÁLISE BAKHTINIANA SOBRE O ESTUPRO CORRETIVO NO ESPAÇO LEGISLATIVO

NATALI SILVEIRA ROCHA¹
KARINA GIACOMELLI³

¹UFPEL– *natali.silveira1@gmail.com*

³UFPEL– *karina.giacomelli@gmail.com*

1 INTRODUÇÃO

Em agosto de 2023, diversas parlamentares brasileiras receberam, em seus e-mails profissionais, ameaças de estupro corretivo e feminicídio. As intimidações, que se estenderam de 14 a 21 de agosto, atingiram especialmente mulheres lésbicas, bissexuais ou aliadas da comunidade LGBTQIAPN+, incluindo a deputada federal Daiana Santos e a deputada estadual Lohanna França. As mensagens descreviam agressões com requintes de crueldade e estendiam as ameaças a familiares, como a filha de três anos da vereadora Iza Lourença. Esse tipo de violência expõe a vulnerabilidade das mulheres LGBTQIAPN+ nos espaços de poder, marcados historicamente pelo patriarcado e pelo heterossexismo (TOLEDO, 2008; BORRILLO, 2009).

Diante disso, este trabalho analisa a notícia publicada pelo Portal Catarinas sobre as ameaças sofridas por essas parlamentares, buscando compreender como o enunciado é valorado e de que forma o gênero discursivo notícia atua nesse contexto. O Portal Catarinas, fundado em 2016, adota um jornalismo feminista e antirracista, o que implica um posicionamento explícito contra a violência de gênero e a favor dos direitos humanos.

A pesquisa apoia-se nos estudos do Círculo de Bakhtin, especialmente nos conceitos de gêneros discursivos, projeto de dizer, tema e signo ideológico, bem como na Análise Dialógica do Discurso (ADD). Dialoga ainda com contribuições de Manne (2016) e D'Ávila (2022), no campo da violência política de gênero. Metodologicamente, segue as etapas de descrição, análise e interpretação propostas por Sobral (2009) e Sobral e Giacomelli (2016).

Por fim, procura-se responder à questão central: embora publicado em um portal informativo, o texto analisado configura-se como notícia ou denúncia? A resposta passa pela análise do tema, entendido na perspectiva bakhtiniana, e da forma como o portal organiza seu projeto de dizer.

2 METODOLOGIA



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Este trabalho adota como referencial teórico-metodológico os estudos do Círculo de Bakhtin, em especial no campo dos gêneros do discurso, articulados à Análise Dialógica do Discurso (ADD). Para compreender a violência política de gênero, recorre-se ainda a Manne (2016) e D'Ávila (2022), além de Borrillo (2009) no debate sobre homofobia.

O corpus é composto por uma notícia publicada no Portal Catarinas acerca das ameaças de estupro corretivo contra parlamentares. A análise segue as etapas propostas por Sobral (2009) e Sobral e Giacomelli (2016): descrição, análise e interpretação, considerando o projeto de dizer do enunciador e os sentidos produzidos no texto.

Busca-se responder à questão central: embora veiculada em um portal informativo, a notícia configura-se como relato informativo ou como denúncia? Para tanto, mobilizam-se os conceitos bakhtinianos de tema, projeto de dizer, gênero discursivo e signo ideológico.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

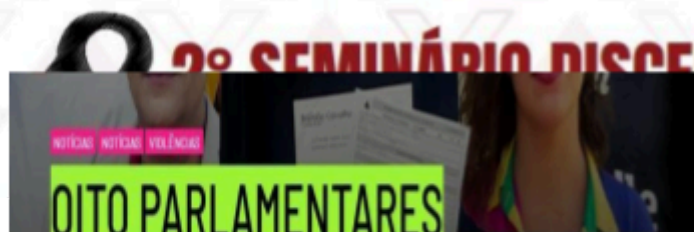
O corpus analisado é uma notícia publicada pelo Portal Catarinas sobre as ameaças de estupro corretivo sofridas por oito parlamentares brasileiras em 2023. O Portal se define como um veículo de jornalismo feminista e interseccional, comprometido em denunciar injustiças e questionar as estruturas de opressão relacionadas a gênero, raça, classe e sexualidade. Nesse sentido, o texto analisado insere-se em uma proposta editorial que entende o jornalismo como prática de denúncia e transformação social.

A notícia em questão é assinada pela jornalista Jess Carvalho, que atua especificamente na cobertura de gênero e sexualidade. A autoria explícita reforça a responsabilidade da enunciadora pelo projeto de dizer, bem como a legitimidade do tema. Desde a manchete, escrita em letras garrafais, a notícia valoriza o acontecimento ao destacar a nacionalidade das vítimas, a gravidade dos crimes (estupro corretivo e feminicídio) e o número de casos em um curto intervalo de tempo, o que intensifica o efeito de impacto.

O texto organiza-se a partir das marcas típicas do gênero notícia, como o lide, que responde às perguntas fundamentais (o quê, quem, quando, onde e como). Entretanto, o uso lexical revela uma forte acentuação valorativa, visível em escolhas como “crimes”, “criminosos”, “misóginos” e “masculinistas”. Como lembra Bakhtin (2016), o estilo é indissociável do gênero, e, nesse caso, os elementos linguísticos não apenas informam, mas também denunciam.

Outro ponto importante é o tratamento dado às vítimas. A jornalista identifica cargos, partidos e cidades de atuação de cada parlamentar, além de mencionar aspectos identitários de forma cuidadosa e respeitosa, como no caso da vereadora Talita Barbosa, descrita como “pessoa com deficiência”, evitando termos pejorativos ou ultrapassados. Esse cuidado reflete um posicionamento político-discursivo e reafirma a luta contra práticas discriminatórias.

As descrições das ameaças são narradas de modo a evidenciar sua crueldade e a violência simbólica que carregam. Exemplo disso é a ameaça dirigida a Talita Barbosa (“estupro vai fazer você andar”) e à filha de apenas três anos da vereadora Iza Lourença. Esses trechos mostram como a materialidade discursiva do texto valoriza a gravidade do acontecimento e induz o leitor a uma leitura de indignação e repúdio.



OITO PARLAMENTARES BRASILEIRAS FORAM AMEAÇADAS DE ESTUPRO CORRETIVO E FEMINICÍDIO EM MENOS DE DEZ DIAS

Crimes seguem o modus operandi de grupos masculinistas e desafiam as autoridades policiais a tirarem esses criminosos misóginos do anonimato

Por Jess Carvalho

5 set 2023, 12h03 | Última atualização: 19 set 2023 às 12h22

As ameaças começaram em 14 de agosto contra a deputada federal Daiana Santos (PCdoB-RS), as deputadas estaduais Rosa Amorim (PT-PE) e Bella Gonçalves (PSOL-MG), e as vereadoras Mônica Benício (PSOL), do Rio de Janeiro, e Iza Lourença (PSOL) e Cida Falabella (PSOL), ambas de Belo Horizonte.

Os ataques contêm descrições do estupro, com requintes de crueldade, e o criminoso diz que seu objetivo seria “curar” as parlamentares, que são lésbicas, bissexuais ou aliadas da comunidade LGBTQIA+. Ele alega ter o endereço de várias delas e estende as ameaças a pessoas próximas, como a filha de três anos de Iza Lourença.

“Não é por acaso que uma violência como essa seja tenha sido cometida em agosto, que é o Mês da Visibilidade Lésbica”, destaca Mônica Benício. “É muito importante dizer que ser lésbica não é uma doença e portanto não precisa de cura, e que estupro é crime hediondo. Não aceitarei intimidações e nem ameaças violentas. Não vou recuar da luta contra a lesbofobia e a violência política de gênero.”

Daiana Santos conta que reforçou a segurança, mas entende que a motivação das ameaças é a intimidação, e não pretende deixar de lutar pelas pautas que sempre foram caras ao seu mandato, como o combate à LGBTfobia e à misoginia. No dia 29 de agosto, como ato de resistência, a parlamentar realizou a [primeira Sessão Solene do Dia da Visibilidade Lésbica da história da Câmaras dos Deputados](#).

Em 21 de agosto, a vereadora Talita de Lima Barbosa (PSB), de Taubaté, que é lésbica e pessoa com deficiência, também recebeu um e-mail misógeno e capacitista, cujo título dizia: “estupro vai fazer você andar”. “Diante de tal ato de violência e intimidação, manifesto profunda preocupação. Sinto que o ocorrido busca silenciar minha voz”, denuncia.

Depois dela, a deputada estadual Lohanna França (PV-MG) foi ameaçada. No e-mail, o criminoso escreve que, devido à proposta de instituir a “Semana Estadual da Maternidade Atípica” em Minas Gerais, a parlamentar tem “sangue nas mãos” e promove “irresponsabilidade feminina na sociedade”, por isso deve ser estuprada.

Figura 1 – Título e lide da notícia_ Portal Catarinas

Figura 2 – Corpo da notícia_

Portal Catarinas.

Fonte: Portal Catarinas. Disponível

em: <https://catarinas.info/oito-parlamentares-brasileiras-foram-ameacadas- em-menos-de-dez-dias/>

3 CONCLUSÕES

A análise da notícia publicada pelo Portal Catarinas evidenciou que, mais do que cumprir a função informativa típica do gênero jornalístico, o enunciado assume caráter de denúncia. Ao destacar a gravidade das ameaças de estupro corretivo contra parlamentares brasileiras, o texto não apenas noticia um acontecimento, mas valoriza o fato a partir de escolhas linguísticas, estilísticas e discursivas que revelam um posicionamento político definido.

A perspectiva do Círculo de Bakhtin permitiu compreender como o projeto de dizer organiza o gênero notícia, articulando vozes sociais e ideológicas que dão sentido ao enunciado. Nesse caso, observou-se que o portal constrói um discurso comprometido com a defesa das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+, reconhecendo suas identidades e legitimando sua presença em espaços historicamente dominados por homens.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Constatou-se, portanto, que a notícia analisada opera em dois níveis: o de informar o público sobre um crime grave e o de denunciar a violência política de gênero, tensionando práticas discursivas que tradicionalmente descredibilizam mulheres em posição de poder. Ao assumir esse duplo papel, o Portal Catarinas reafirma sua proposta editorial feminista e antirracista, contribuindo para a construção de uma mídia que não apenas registra fatos, mas também intervém criticamente na realidade social.

Assim, este trabalho reforça a importância de se analisar enunciados midiáticos sob a ótica da Análise Dialógica do Discurso, revelando como a linguagem, longe de ser neutra, constitui espaço de disputa ideológica e de afirmação de direitos.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BORRILLO, D. **A homofobia**. In: DINIZ, D.; LIONÇO, T. (Orgs.). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres, 2009. p. 15-46.
- BRASIL. Lei Nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. Dispõe sobre o crime de violência política de gênero. Brasília, DF: Diário Oficial, 2021.
- D'AVILA, M. **Sempre foi sobre nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
- MANNE, K. **Down Girl**: The logic of Misogyny. Oxford: Universidade de Oxford, 2017.
- SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- SOBRAL, A. Ver o texto com os olhos do gênero: uma proposta de Análise. **BAKHTINIANA**, v. 1, n. 1, p. 85-103: São Paulo, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3000>. Acesso em: 10/09/2025
- SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. Uberlândia, **Domínios de Linguagem**, v. 10, n. 3, 2016, p. 1076–1094. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/33006>. Acesso em: 10/09/2025
- VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.



INDÍGENAS MULHERES EM MOVIMENTO, FEMINISMO E NACIONALISMO: uma aproximação

BEATRIZ FRANCO DO VALE¹; LUCIANA BALLESTRIN³

1Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – beatrizzzdovale@gmail.com

3Univesidade Federal de Pelotas (UFPEL) – luballestrin@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Ao voltarmos um olhar analítico ao movimento indígena do Brasil, é evidente o grande número relativo de mulheres ligadas a ele ocupando cargos relevantes na política institucional. Isto é, representando o movimento dentro do Estado nacional. Em 2019, Joênia Wapichana (REDE-RR) foi empossada como deputada federal, a primeira representação indígena na Câmara dos Deputados desde a redemocratização, liderando, solitariamente, a Bancada do Cocar no Congresso Nacional. Em 2023, tomaram posse três mulheres indígenas vinculadas ao movimento: Sônia Guajajara (PSOL-SP); Célia Xakriabá (PSOL-MG); e Juliana Cardoso (PT-SP).

Sônia Guajajara se licenciou do cargo após indicação do governo federal para chefiar o inédito Ministério dos Povos Indígenas, tornando-se a primeira Ministra de Estado indígena. Joênia Wapichana, que não se reelegeu para essa legislatura, foi indicada ao cargo de Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), sendo a primeira liderança indígena a ocupar a presidência desse órgão indigenista, fundado em 1967. Célia Xakriabá é líder da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Indígenas e foi a primeira indígena, entre homens e mulheres, a presidir uma comissão na Câmara¹. Observa-se então o que poderia ser chamado, inicialmente, de protagonismo político das mulheres indígenas.

Em análises exploratórias de dados para a pesquisa de tese da autora, o “feminismo” no discurso dessas lideranças é também marcante. São várias as referências a questões de gênero, como ao próprio fato de mais mulheres indígenas estarem ocupando cargos políticos, às denúncias e proposições em relação às violências que as mulheres não param de sofrer. Nas falas, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), fundada em 2021, é ostensivamente mencionada. A organização, inclusive, possui cadeira fixa no Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), principal órgão consultivo sobre as questões indígenas a nível nacional, mesmo que sem direito a voto. Observa-se, portanto, o fortalecimento institucional desse movimento das mulheres indígenas dirigido ao Estado-nação.

A partir da trajetória do movimento indígena do Brasil², depreende-se que esse protagonismo na política-institucional possui raízes no território. A concepção de organização política das indígenas é temporalizada nos anos 2014 e 2015 (ANMIGA, s/d). Conforme reportagem do *site* Amazônia Real (2022), foi em 2017, nos intervalos entre as atividades programadas no Acampamento Terra Livre (ATL), que as mulheres começaram a falar de aspectos mais específicos, como representatividade nos espaços de

¹ A deputada é, atualmente, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

² O movimento indígena contemporâneo vem sendo construído desde o final do século XX, com a luta de lideranças de diferentes povos e aliados indigenistas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), tendo tido influência decisiva à garantia dos direitos “dos índios” na Constituição Federal de 1988. Depois desse clímax, o movimento nacional voltou a se organizar e se fortalecer a partir da metade dos anos 2000 com o início da mobilização anual Acampamento Terra Livre e a criação da representação nacional Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).



poder, violência de gênero e bioeconomia. Antes de 2019, não havia uma programação voltada especificamente às mulheres indígenas e suas questões nesse que é a maior mobilização indígena nacional (Amazônia Real, 2022). A partir desse ano, na 15ª edição do ATL, foi construído “um espaço orgânico de atuação”, que resultou na I Marcha das Mulheres Indígenas em agosto de 2019 (ANMIGA, s/d).

A pandemia, que poderia ser vista como uma barreira ao florescer desse movimento que desabrochou em 2017, constitui-se como um momento-chave em sua

trajetória. Nesse período marcado pelo distanciamento social, investiu-se em encontros *online*, que possibilitaram a construção de redes entre mulheres de diferentes territórios. Em agosto de 2020, “diante do agravamento da pandemia da Covid-19”, as indígenas em movimento decidiram “demarcar as telas e realizar a maior mobilização de mulheres indígenas nas redes virtuais” (ANMIGA, s/d).

Foi então a partir desses encontros, intensificados no período pandêmico, que a ANMIGA foi materializada como uma frente nacional que é referência para as mulheres indígenas (Onu Mulheres Brasil, 2021). Conforme Braulina Baniwa, uma das cofundadoras da organização, essa construção se deu a partir “da consolidação do entendimento de luta por direitos indígenas e enquanto mulheres, pessoas que podem falar por si e reivindicar os seus espaços na construção coletiva no sentido de continuar os nossos conhecimentos. É muito fortalecimento da identidade a partir do território e corpo das mulheres indígenas” (*Idem*). A partir de 2021, ano de fundação formal da ANMIGA, a organização passou a organizar as Marchas, organizando, então, a segunda



Figura 1 - Linha do tempo

edição em
agosto desse
ano.

Segundo Gersem Baniwa (2022), os indígenas em

movimento contam com um amplo repertório de ações, amplitude esta que pode ser aplicada também às indígenas em movimento. Uma das ações frutíferas da organização das mulheres biomas, como são chamadas pela ANMIGA, foi a Caravana das Originárias da Terra. Em uma série de caravanas, as lideranças percorreram os biomas brasileiros com o objetivo de promover o fortalecimento e protagonismo das indígenas mulheres a partir de seus territórios ao longo do ano de 2022. Um dos eixos de ação foi a de formação sobre a participação e representação das mulheres indígenas nos espaços de poder (ANMIGA, 2022). Sem estabelecer uma relação de causalidade, aponta-se o sucesso de candidaturas das mulheres indígenas no pleito federal desse ano.

Assim, pressupondo um maior apoio institucional com a Bancada do Cocar e do MPI, liderados por mulheres, e os recursos que dele advém, contempla-se um fortalecimento do movimento das indígenas mulheres nos territórios. Desde 2023, foram realizadas a III e a IV Marcha das Mulheres Indígenas e, junto a esta última, em 2025, foi realizada a 1ª Conferência Nacional sobre esta temática.

Com base na exposição acima, é inquestionável um movimento político das mulheres indígenas em direção ao Estado nacional, visando o que tem sido chamado de “aldeamento da política”. Nesse sentido, surgem indagações acerca da relação mulheres indígenas, Estado-nação e política: o conceito de “feminismo” é mobilizado no discurso



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS





das indígenas mulheres em movimento? Se sim, quais os sentidos articulados a ele? Se não, como a questão de gênero aparece e é articulada? Pode-se apontar um projeto político nacional da ANMIGA? Partindo da premissa que sim, quais os sentidos articulados à nação, ao Estado e à democracia nesse discurso? Como o “feminismo indígena” articula-se ao projeto político da ANMIGA? Em razão dos limites de espaço desse trabalho, propomos tentar responder as seguintes perguntas: pode-se falar em feminismo indígena? Pode-se falar em nacionalismo quando falamos dos movimentos (políticos) indígenas, como é o caso em tela? A literatura nacional sobre o tema, abordando essa problemática, oferece possíveis respostas a essas perguntas (Karipuna, 2021; Pankararu, 2023). Foi também possível encontrar discussões desde o México (Ruiz, 2001; Jiménez, 2005). Espera-se que a partir dos achados e discussões deste trabalho, encontre-se elementos que substanciam a continuidade e aprofundamento da presente investigação.

2. MARCO TEÓRICO E METODOLOGIA

A articulação aqui proposta – indígenas mulheres, feminismo e nacionalismo – é possível de ser realizada. Em termos empíricos, ela é evidenciada na trajetória da organização das indígenas brasileira, e seu direcionamento ao Estado nacional, exposta acima. Em termos teóricos, Gandhi (1998) realiza uma discussão sobre a relação feminismo, (pós)nacionalismo e pós-colonialismo, a partir de debates teóricos pós-coloniais sobre o tema, lançando mão de exemplos e contribuições desde a Índia. Ballestrin (2017; 2020), voltando-se a compreender os feminismos subalternos e, como um destes, o feminismo de(s)colonial, cuja principal referência é o continente americano, perpassa a questão da nacionalidade. Assim, realiza-se um diálogo entre as autoras referidas para darmos conta da problemática colocada.

Metodologicamente, analisa-se o discurso da ANMIGA desde 2023. O *corpus* conta com 21 discursos proferidos por Sônia Guajajara, Joênia Wapichana, Célia Xakriabá e Juliana Cardoso em diferentes momentos político-institucionais, datados até agosto de 2025. O tratamento analítico dos dados fundamenta-se na teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015), de abordagem pós-estruturalista, a partir da qual a articulação entre os sentidos presentes nos discursos é privilegiada e joga-se luz a duas categorias principais: antagonismo, que compreende valores, sujeitos, situações etc. que são antagonizadas a identidade que se constitui nesse discurso; e a cadeia de equivalência, constituída a partir de demandas, valores, visões de mundo que, apesar de suas diferenças, equivalem-se em torno de um denominador e contra um antagonismo comum.

Assim, tendo em vista os objetivos deste trabalho, estabeleceu-se os seguintes códigos com base nos marcos teórico-conceituais, nas pesquisas exploratórias e na revisão de literatura: I. feminismo, dentro do qual trabalha-se i. feminismo; ii. gênero; e iii. movimento das mulheres indígenas; II. nacionalismo, dentro do qual trabalha-se i. cosmopolítica; ii. Estado e representação; e iii. democracia; e III. antagonismo, dentro do qual trabalha-se i. colonialismo/modernidade. O processo de codificação se deu com o auxílio do *software* NVivo. Abaixo, apresentam-se os principais resultados e realizam-se as discussões teoricamente fundamentadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

São as mulheres que fazem maneiras sustentáveis dos seus territórios indígenas. São as mulheres responsáveis pela formação de lideranças indígenas. São as mulheres que ensinam as crianças, desde a partir do momento que começa a andar, as boas práticas. Então, parentes, nós somos importantes nesse processo e essa conferência vai mostrar que as mulheres também têm ideias, têm proposições. Como eu sempre tenho dito, basta uma oportunidade, basta uma oportunidade para colaborar com o nosso Brasil. O



nosso Brasil é democrático, mas tem que tá as mulheres indígenas também em espaços estratégicos (*Joênia Wapichana*, Anmiga Oficial, 2025).

Nós estamos aqui trazendo a voz de um Brasil, um país que começa por nós, porque a mãe do Brasil é indígena. O Brasil nasce por nós, respeita as mulheres indígenas (*Célia Xakriabá*, Anmiga Oficial, 2025).

De maneira descritiva, o termo “feminismo” ou variações não foram mencionados nos discursos analisados. O termo “gênero” também não aparece. Isso não significa, porém, que não se possa tomá-los como feministas. O significante “mulher” é recorrentemente mobilizado nesse discurso, num sentido de “mulherizar” o Brasil. Há, claramente, uma organização e mobilização política das mulheres indígenas em direção ao Estado-nação, a partir do estabelecimento de que as mulheres realizam trabalhos políticos e sociais em seus territórios e tem competência para fazê-lo também na política nacional, como demonstrado no discurso de Joênia Wapichana transcrito acima. As mulheres indígenas aparecem não só como agentes políticos capacitadas, mas também como fundantes do Brasil-nação. Isso se dá tanto por uma ótica mais geral sobre os povos indígenas, como os “primeiros brasileiros”, os “originários do território”, como através da violação das mulheres indígenas pelos colonizadores, que geraram os “filhos” dessa terra, como aparece no discurso de Célia Xakriabá acima.

Quanto ao nacionalismo, diferentemente do caso do feminismo, não se buscava encontrar menções expressas ao termo, mas sim trechos que tinham a nação como referencial em uma perspectiva político-ideológica, de modo que se obteve resultados que indicam a presença de elementos nacionalistas nos discursos. No discurso de Joênia acima, ela fala em “nosso Brasil”; no da deputada federal, a voz das mulheres indígenas, matriarcas nacionais, são elevadas à “voz do Brasil”. Assim, a construção da nação afasta-se de uma noção patriarcal, incorporando elementos que inserem a pluralidade dos povos brasileiros a sua democratização e, principalmente, “mulherização”: “Antes do Brasil da pátria, o Brasil das mulheres” (*Célia Xakriabá*, Anmiga Oficial, 2025). Afasta-se, portanto, uma hipótese de rejeição da identidade nacional por parte dos povos indígenas, que tem a frente de seu movimento nacional as mulheres indígenas. O que aparece é, em contrapartida, uma revisão da noção universalista hegemônica de nação, concebida pelas elites brancas, masculinas, eurocentradas e colonizadoras para representá-las.

Os achados da análise evidenciam a possibilidade de analisar o discurso do movimento das mulheres indígenas à luz de teorias pós-coloniais/de(s)coloniais (Gandhi, 1998; Ballestrin 2017; 2020). O recorte de gênero do movimento indígena, institucionalizado na ANMIGA, é motivado pelas violências que as indígenas mulheres sofrem, dentro de seus territórios e fora deles, o que remete ao tratamento dispendido à questão da mulher no embate entre o colonialismo e o nacionalismo anticolonial. Identifica-se uma investida contra o patriarcalismo embutido nas instituições e discursos modernos, como em relação ao Estado e à nação, no sentido à “mulherização” desses espaços, entendidos como estratégicos à superação da condição subalterna que ocupam na sociedade. Isso se relaciona ao colonialismo, que anda de braços dados com o machismo e o racismo. A colonização é a origem das violências subsequentes que os povos indígenas e, especificamente, as mulheres indígenas vêm sofrendo há mais de 500 anos. Porém, identifica-se elementos que destoam parcialmente das concepções pós-coloniais/de(s)coloniais sobre feminismos subalternos. A partir do caso em tela, não se identifica uma disputa com um feminismo hegemônico ou qualquer ímpeto à diferenciação entre agendas feministas e, tampouco, uma “essencialização estratégica” da



condição subalterna. Também, apesar de enraizado nos territórios, ou seja, constituir-se localmente, o movimento das mulheres indígenas brasileiras é, ao mesmo tempo, local e global; territorial, nacional e internacional. Por fim, apesar do antagonismo à colonização dos corpos e dos territórios das indígenas, e uma ampla articulação da diversidade de mulheres, como “parentas” de toda a Abya Yala e as “primas” brasileiras, não foi possível identificar a apropriação do de(s)colonial como um signifiicante nesse discurso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Duas perguntas foram propostas de serem respondidas aqui: pode-se falar em feminismo indígena? Pode-se falar em nacionalismo quando falamos dos movimentos (políticos) indígenas, como é o caso em tela? A partir da análise que se deu, pode-se responder positivamente as duas perguntas, resguardadas suas condições: não se fala em “feminismo” nesses discursos, ao passo que emanam sentidos e propõe-se ações políticas feministas; a nação aparece como referencial apropriado pelas mulheres indígenas, o que poderia ser entendido como nacionalismo, mas um nacionalismo que se diferencia substancialmente de seu uso convencional, alicerçado em noções patriarcais, universalistas e eurocêtricas. As evidências empíricas, as indagações levantadas, mas não respondidas, e os resultados da análise – somados às questões políticas do tempo presente – indicam ser esse um tema frutífero, que demanda e merece maiores e mais profundas investigações.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA REAL. Caravana das Originárias revela o protagonismo da mulher indígena em meio a desafios. *Amazoniareal.com.br*, 27 jul. 2022.

Disponível em:

<https://amazoniareal.com.br/caravana-das-originarias-revela-o-protagonismo-da-mulher-indigena-em-meio-a-desafios/>. Acesso em: 26/09/2025

ANMIGA OFICIAL. Ao VIVO: Abertura Oficial da I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas. *Youtube*, 4 ago. 2025. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=IPSm7FI6_3g. Acesso em 02/09/2025

ANMIGA. Caravana das originárias da terra 2022. *Anmiga.org*, 2022. Disponível em: <https://anmiga.org/caravana-das-originarias-2022/>. Acesso em: 26/09/2025

ANMIGA. Manifesto das primeiras brasileiras. As originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena. *Anmiga.org*, s/d. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto/>. Acesso em: 26/09/2025

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como feminismo subalterno latino-americano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos Subalternos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, 2017.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. História indígena no Brasil independente: da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada. *Araucaria*, v. 25, n. 51, pp. 253-290, 2022.

GANDHI, Leela. *Postcolonial theory: a critical introduction*. Sydney: Allen & Unwin, 1998.



JIMÉNEZ, Isabel Altamirano. La política de la tradición: nacionalismo indígena y mujeres en México e Canadá. In: ESQUIVEL, Edgar; COVARRUBIAS, Israel (coords.). **La sociedad civil en la encrucijada: los retos de la ciudadanía en un contexto global**. Tecnológico de Monterrey, 2005.

KARIPUNA, Ana Manoela. Mulheres Originárias: reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. **Cadernos de Campo**, v. 30, n. 2, p. 1-12, 2021.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

ONU MULHERES BRASIL. Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade fortalece liderança local e atuação em rede pelos biomas.

Onumulheres.org.br, 03 set. 2021. Disponível em:

<https://www.onumulheres.org.br/noticias/articulacao-nacional-das-mulheres-indigenas-guerreiras-da-ancestralidade-fortalece-lideranca-local-e-atuacao-em-rede-pelos-biomas/>

. Acesso em: 26/09/2025

PANKARARU, Amanda. **A retomada das indígenas: reflorestando o lugar de mulher**. 2023. 93f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RUIZ, Apen. La índia bonita: nación, raza y género em el México revolucionário. **Debate feminista**, v. 24, p. 142-162, 2001.



UM ESTUDO SOBRE AS ATUAÇÕES POLÍTICAS DAS PRIMEIRAS-DAMAS ORSINA DA FONSECA E NAIR DE TEFFÉ NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1910-1924)

BETHÂNIA LUISA LESSA WERNER¹; SÍLVIA MARIA FÁVERO AREND³

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina – bethaniawerner@hotmail.com

³ Universidade do Estado de Santa Catarina – silvia.arend@udesc.br

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX as renovações historiográficas relacionadas ao campo da História Política promoveram a ampliação de temas, objetos e questões para a área. A partir de novos olhares, questionamentos e da incorporação de novos personagens em suas narrativas, a outrora denominada Nova História Política também se caracteriza pela interdisciplinaridade (Rémond, 2003). Nesse âmbito, destacam-se os diálogos com as áreas da sociologia e da ciência política, por exemplo, mas também com outras áreas da história como a História das Mulheres, os Estudos de Gênero e a História Social. Partindo das interlocuções possíveis entre estas áreas e da ampliação de compreensões sobre o cenário político de diferentes épocas, é que se apresenta esta pesquisa.

Com o objetivo de analisar as atuações políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé a partir de suas redes de relações, espaços de sociabilidade e trajetórias ao longo da Primeira República (1910-1924)¹ é que foram orientadas as discussões aqui apresentadas. Compreendemos, dessa forma, a atuação política feminina enquanto importante elemento para o estudo sobre os cenários políticos federais e regionais. Nessa perspectiva, apontamos para as atuações destas mulheres enquanto diferentes maneiras de exercer protagonismos, seja através da associação a um partido político ou através da produção de caricaturas sobre os agentes sociais que faziam parte deste cenário. Evidenciam-se, no entanto, algumas fronteiras nestas elaborações.

Ao compreender a política enquanto “o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por mais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (Bourdieu, 1989, p. 159), é possível perceber a manifestação do poder simbólico² entre agentes neste cenário. Associado a este, por sua vez, encontram-se as relações de gênero. Partimos, portanto, de uma conceituação de gênero que centraliza as relações e não apenas as diferenças, evidenciando que “o gênero é uma questão de relações sociais dentro das quais os indivíduos e grupos atuam” (Connel, Pearse, 2015, p. 47). Nessa perspectiva, a compreensão do gênero enquanto multidimensional, ou seja, não relacionado “apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo” (Connel, Pearse, 2015, p. 49), permitiu que o estudo sobre as atuações políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé fosse realizado a partir da observação de distintas esferas.

Dentre estas, destacam-se as redes de relações e os espaços de sociabilidade. De acordo com Grendi, essa contextualização social também se interessa pela “reconstrução das redes de relações e pela identificação de escolhas (individuais ou coletivas)” (Grendi, 1998, p. 253), entendendo as redes enquanto “una estructura construida por la existencia de lazos o de relaciones entre diversos

¹ A opção pelo recorte temporal foi orientada a partir de momentos que fizeram parte da trajetória de ambas as personagens. Sendo assim, o recorte inicial de 1910 faz referência ao momento em que Orsina da Fonseca se tornou primeira-dama, enquanto que o recorte temporal final, de 1924, faz alusão a uma entrevista concedida por Nair de Teffé ao *Jornal de Petrópolis* sobre a participação da mulher na política.

² De acordo com Bourdieu, o poder simbólico se apresenta enquanto “[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo (Bourdieu, 1989, p. 14-15).



indivíduos” (Bertrand, 2012, p. 61). Assim, concordamos que a “reconstrução das redes de um indivíduo ou grupo tem se mostrado instrumento valiosíssimo para analisar a ação social e o tecido de relações interpessoais nas quais as pessoas se encontravam imersas” (Vendrame, 2016, p. 175).

Nesse sentido, a análise sobre as redes em que as primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé estiveram inseridas, assim como o olhar aos seus espaços de sociabilidade, colaboram na compreensão de suas atuações políticas. Investigando estas redes e espaços enquanto “formas a partir das quais um grupo de indivíduos entra efetivamente em relação, considerando a dimensão afetiva - positiva ou negativa - como componente da interação social” (Muller, 2010, p. 20), é possível perceber a partir de quais articulações, vínculos e instituições, por exemplo, elas elaboraram suas atuações políticas. A partir destas perspectivas, esta pesquisa analisou quais foram as atuações políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé a partir de suas redes de relações, espaços de sociabilidade e trajetórias ao longo da Primeira República (1910-1924), buscando dar centralidade a estas mulheres nas narrativas sobre o período e seu cenário político.

2. METODOLOGIA

O *corpus documental* desta pesquisa foi formado por diferentes tipos de fontes, levando em consideração as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência³ (Bardin, 1977). Dentre estes documentos encontram-se os jornais do Rio de Janeiro disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, entre os anos de 1910 e 1924. Este conjunto de fontes foi acessado a partir do uso da busca nominal na plataforma, a qual foi orientada a partir dos termos: *Orsina da Fonseca, Nair de Teffé, Mme. Hermes da Fonseca, Mme. Nair da Fonseca, Mme. Teffé, Sra. Hermes, viúva Hermes e Nair da Fonseca*. Após essas buscas foram encontradas menções às personagens em mais de 20 periódicos no período, destacando o recorte espacial da capital federal à época. A metodologia utilizada para análise da imprensa também foi qualitativa e, no âmbito da análise de conteúdo, buscou “compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira” (Bardin, 1977, p. 41), ou seja, uma leitura com base não apenas no que estava explícito nas notas dos jornais.

Outro conjunto de fontes utilizado foram os discursos dos senadores presentes nos Anais do Senado Federal entre os anos de 1910 e 1914, compreendendo um total de 39 livros. A análise deste conjunto foi orientada a partir da leitura dos índices e dos temas presentes em cada edição, assim como novamente a utilização da busca por palavras-chave a partir dos termos: *Orsina da Fonseca, Nair de Teffé, senhora, mulher, consorte, esposa e companheira*. Para o tratamento desta fonte também foi acionado o conceito de representação a partir de Chartier (1994), observando de que maneiras eram elaboradas as representações sobre essas mulheres nos discursos masculinos.

Por fim, enquanto terceiro conjunto de fontes está o livro de memórias escrito por Nair de Teffé, intitulado *A verdade sobre a Revolução de 22*, publicado em 1974. A metodologia para o estudo desta fonte foi orientada a partir do modelo qualitativo e de procedimentos de análise de significados e de significantes inseridos no âmbito da análise de conteúdo (Bardin, 1977),

³ Segundo Bardin (1977), o *corpus documental* constitui-se enquanto os documentos que serão submetidos aos processos de análise ao longo da investigação. A formação deste, por sua vez, pode ser orientada a partir das regras de exaustividade – “não deixando de fora qualquer um dos elementos por esta ou aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não-interesse) que não possa ser justificável no plano do rigor [...]” – de representatividade – “a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste” – de homogeneidade – “os documentos retidos devem ser homogêneos, quer dizer, deve obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha – e de pertinência – “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (Bardin, 1977, p. 97-98).



observando os temas que surgem na narrativa da personagem e as formas descritivas pelas quais ela os apresenta, assim como a análise dos elementos formais atípicos, dentre os quais encontram-se “as omissões, os ilogismos, os silêncios, etc.” (Bardin, 1977, p. 171). Dessa forma, ao longo da análise foram observadas as subjetividades e as fragmentações da memória na narrativa da personagem. Assim, nessa obra a autora descreveu momentos de sua infância, juventude e vida adulta, centralizando o momento de seu casamento com o presidente Marechal Hermes da Fonseca em 1913 e finalizando sua narrativa com o momento de falecimento deste, aspectos que dão à obra um tom de reverência e homenagem ao marido e sua memória.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das análises realizadas foi possível verificar a atuação política de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé em diferentes esferas e contextos. Em relação às redes de relações estabelecidas e mantidas por estas mulheres, cabe destacar algumas diferenças. Ainda que tenham sido mulheres contemporâneas de uma época, as personagens estabeleceram redes marcadas por distintas características, como a forte presença feminina nas redes de Orsina da Fonseca, por exemplo. Enquanto exemplar desta, é possível citar a amizade de Leolinda de Figueiredo Daltro com a primeira-dama, a qual “recebia a militante da causa das mulheres em sua residência e apoiava as iniciativas do Partido Republicano Feminino (PRF), fundado pela amiga em 1910” (Guedes, Melo, 2019, p. 57). Estreitam-se, dessa forma, também as relações de Orsina da Fonseca com a política nacional e com o movimento feminista. A partir da relação entre as duas mulheres, foi possível encontrar a primeira-dama apoiando desde a fundação até às diferentes ações e iniciativas do PRF, ocupando, inclusive, a função de “presidente honorária” (*A Lanterna*, 26/11/1916, p. 1) no partido.

A partir disso, também foi possível verificar a presença, no Palácio do Catete, (*Careta*, 30/09/1911, p. 9), de alunas e integrantes do PRF que aproximavam suas demandas da agenda presidencial através do apoio dado por Orsina da Fonseca. Da mesma forma, em homenagem à primeira-dama, o partido fundou a Escola Orsina da Fonseca e, no início de suas atividades, “offereceu o título de protectora á Exma. Sra. D. Orsina Fonseca, ‘em nome da família, do sexo, do partido feminino e como um culto á mulher, á mãe, á esposa virtuosa’” (*O Paiz*, 19/06/1911, p. 6). Orientada por diretrizes que faziam parte do movimento que posteriormente ficou conhecido como feminismo de primeira onda,⁴ a escola dirigida pelo PRF direcionava seus esforços “em prol da emancipação intellectual da mulher brasileira, seguindo, assim, o grande movimento feminista, actualmente em vigor na Europa” (*O Paiz*, 26/08/1912, p. 3), aproximando a primeira-dama também das lutas e reivindicações políticas das mulheres no início do século XX.

Da mesma forma, as redes de relações de Orsina da Fonseca foram marcadas pelo envolvimento com as ações de assistência social com viés religioso, as quais favoreceram a sua circulação e contato com outras mulheres das elites, evidenciando novamente a presença feminina em suas redes. De modo semelhante, Nair de Teffé teve suas redes marcadas pelo envolvimento com ações de assistência social, especialmente enquanto primeira-dama. Tal aspecto reforça que o envolvimento das primeiras-damas com estas ações também serviam “para demarcar um espaço de atuação social” demarcado por “códigos e valores de classe que as fazia acreditar que cumpriam um papel típico da classe dirigente” (Silva, 2012, p. 20). De maneira distinta de Orsina da Fonseca, as redes de relações de Nair de Teffé foram marcadas especialmente pela presença masculina. Em suas

⁴ Em relação a esse movimento, na historiografia convencionou-se a denominação de feminismo de primeira onda, sendo este caracterizado “pelas reivindicações que ocorreram entre o final do século XIX e o início do XX, na qual as questões mais debatidas eram os direitos políticos, sociais e econômicos das mulheres, nesta ordem” (Karawejczyk, 2014, p. 330).



memórias, além da centralidade que a personagem concedeu à figura do marido, é possível perceber a referência a outros homens aos quais ela dedicou capítulos ou afetivas menções, como o seu pai, o Barão de Teffé, o senador Pinheiro Machado, o Barão do Rio Branco e Nilo Peçanha (Fonseca, 1974), reforçando tal aspecto. Tal característica também foi observada em relação às produções artísticas de Nair de Teffé enquanto caricaturista, apresentando diferentes figuras masculinas do cenário político nacional a partir dos traços irônicos e satíricos de seu lápis.

Não apenas em relação às redes dessas mulheres é que encontram-se distinções. Quando observadas as representações sobre suas ações e condutas, é possível verificar um contraste de “modelos” sobre o ser primeira-dama elaborados a partir de cada uma. Como exemplo, destacam-se as notícias em torno do falecimento de Orsina da Fonseca em novembro de 1912. A partir da cobertura da imprensa sobre o fato, as narrativas em torno deste elaboraram representações sobre ela enquanto uma mulher digna, mãe, esposa e primeira-dama exemplar, destacando-a enquanto “esposa amantíssima [...] senhora de altas virtudes moraes, cuja presença na elevada posição a que acompanhou seu marido só se manifestou por actos de caridade e doçura [...]” (*Revista da Semana*, 07/12/1912, p. 1). As narrativas em torno da morte de Orsina da Fonseca, por sua vez, apresentavam uma unidade de narrativa (Gritti, 1976): a morte de uma mulher exemplar.

Em contraposição, as representações acerca da figura de Nair de Teffé apresentavam teor de julgamento e crítica sobre seus posicionamentos públicos, especialmente a partir do protagonismo que a personagem apresentou nas festas e reuniões oficiais organizadas no Palácio do Catete enquanto primeira-dama. No entanto, desde o anúncio do seu casamento com o presidente da República em 1913, a oposição e parte da imprensa já descreviam o acontecimento enquanto inadequado como quando apontavam que, devido às influências de Nair de Teffé, estariam “a tirar a nação das regras mais elementares do regimen, chegando aos poucos ao extremo de introduzir na administração da Republica esse órgão novo, a rainha, s. ex. a Presidenta” (*O Seculo*, 17/09/1913, p. 1). Da mesma forma, a imprensa evidenciava que “A senhora do chefe do governo não tem direito a nenhuma representação official”, destacando que “As festas publicas, as representações officiaes da graciosa *mademoiselle* não são apenas uma inconveniencia social, mas tambem uma impertinencia política, que está surprehendendo desagradavelmente todo o paiz” (*O Imparcial*, 29/10/1913, p. 3).

A partir destes elementos é possível apontar, portanto, tanto para distintas representações em relação às duas primeiras-damas mencionadas, quanto para os reflexos de suas atuações políticas no período. Seja a partir da vinculação a um partido que lutava pelos direitos das mulheres no início do século XX ou a partir dos incômodos causados por seus posicionamentos ao ocupar determinados espaços públicos, tanto Orsina da Fonseca quanto Nair de Teffé apresentaram trajetórias políticas possíveis e formadas a partir de suas épocas, dando à função de primeira-dama ares próprios.

4. CONCLUSÕES

A orientação de toda a análise realizada e apresentada nesta pesquisa foi a de promover novas leituras, olhares e debates sobre o período da Primeira República no Brasil. Buscando romper com a hegemonia dominante do estudo de trajetórias políticas masculinas, a partir do estudo das atuações políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé foi possível observar diferentes protagonismos femininos, especialmente na esfera política. A partir do estudo de suas redes de relações, dos espaços de sociabilidade que ocuparam e de suas trajetórias foi possível observar suas atuações que, por vezes, foram marcadas pela adequação e, em outras, pelo questionamento das funções sociais e políticas que ocupavam. Nesse sentido, o olhar para as movimentações dessas primeiras-damas no início do século XX possibilitam a compreensão sobre as permanências e transformações em relação à ocupação do espaço público e político pelas mulheres. A partir de suas



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



atuações e trajetórias, portanto, buscou-se pluralizar as compreensões e evidenciar os tensionamentos experienciados por estas mulheres que, entre limites e possibilidades, confrontaram estereótipos de gênero em meio a relações de poder historicamente constituídas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, LDA. [trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro]. Lisboa, Portugal, 1977.
- BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Revista digital de la Escuela de Historia**. Año 4, nº6, Rosario, p. 47-80, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. [trad. Fernando Tomaz]. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.
- CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. A questão do gênero. In: CONNELL, R; PEARSE, R. (org.) **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015, p. 29-50.
- FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. **A verdade sobre a Revolução de 22**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974.
- GUEDES, Cica. MELO, Murilo Fiuza de. **Todas as mulheres dos presidentes – a história das primeiras damas desde o início da República**. Rio de Janeiro: Máquina dos Livros, 2019.
- GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 251-262.
- GRITTI, Jules. Uma narrativa de imprensa: os últimos dias de um Grande Homem. In: BARTHES, Roland. (et. al). **Análise Estrutural da Narrativa**. 4ª ed. Editora Vozes Limitada, 1976.
- KARAWAJCZYK, Mônica. Suffragettes nos trópicos? A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 20, n.1, p. 327-346, 2014.
- MULLER, Dalila. **“Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”**: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). Tese [Doutorado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, RS, 2010.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. [tradução: Dora Rocha] 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SILVA, Adriana Oliveira da. **Damas da Sociedade**: caridade, política e lazer entre as mulheres de elite de Itabuna (1924-1962). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2012.
- VENDRAME, Máira Ines. **O poder na aldeia**: Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2016.



O PAPEL DO CONFLITO ENTRE O ESTADO E OS CARTÉIS NA CRISE AGUDA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MÉXICO

JULIA RUDRIGUES¹; CAIO MENEZES DOS SANTOS²

¹Universidade Federal de Pelotas – juliarudrigues@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – caio.ciba@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O México sofre, há mais de trinta anos, com uma crise aguda de violência contra a mulher. Iniciada no ano de 1993, ano em que corpos de mulheres espancados, mutilados e estuprados foram encontrados pela primeira vez nos arredores de Ciudad Juárez, no estado de Chihuahua (Agnew, 2015), esta crise só fez agudecer após a declaração de guerra às drogas do então Presidente Felipe Calderón (2006-2012), no ano de 2006. De acordo com o Instituto Nacional de Estadística y Geografía do México (INEGI), o número oficial de mortes de mulheres com presunção de homicídio alcançou uma média de 2.160 por ano entre 1993 e 2022 (INEGI, s/d). Os números contemporâneos continuam estarrecedores: de acordo com a ONU Mujeres (2024) 10 mulheres são assassinadas por dia no país. Tendo em vista uma crise tão longa, e de intensidade tão alta, torna-se pertinente o objetivo estabelecido: investigar o papel do conflito entre o Estado e os cartéis na crise aguda de violência contra a mulher no México.

O referencial teórico é embasado por três conceitos importantes da perspectiva teórica feminista: violência institucional, violência de gênero e revitimização. Bodelón (2014) define violência institucional como ações e omissões perpetradas pelo Estado e suas autoridades. De acordo com a autora (2014) esse conceito foi agregado pela perspectiva teórica feminista quando os movimentos de mulheres se conscientizaram de que há uma dimensão institucional na violência de gênero. O'Toole, Schiffman e Sullivan (2020, p. xiii – tradução livre)¹ estabelecem a seguinte definição de violência de gênero: “qualquer violação interpessoal, organizacional ou de natureza política perpetrada contra pessoas devido ao seu sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou posição na hierarquia de sistemas sociais dominados por homens.” Na interseção entre ambos os tipos de violência está a revitimização: situação a partir da qual a vítima de um abuso e/ou crime tem suas chances de ser vitimada novamente amplificadas devido à um padrão de omissões (Diario Oficial de la Federación, 2015). Cerva Cerna (2020) elenca exemplos de como o Estado e seus representantes podem praticar a revitimização: conduzindo investigações e julgamentos de forma inadequada, se omitindo da responsabilidade sobre os crimes cometidos contra a população feminina no território, permitindo que agressores fiquem impunes e criminalizando mulheres.

2. METODOLOGIA

Este trabalho é derivado da pesquisa dos autores intitulada *Entre a revitimização e a resistência: as práticas feministas de enfrentamento à crise aguda de violência contra a mulher no México*, e apresenta parte dos resultados obtidos. A metodologia selecionada para cumprir o objetivo estabelecido na seção anterior foi a análise de conjuntura, de acordo com a obra de Herbert de Souza *Como se faz análise de conjuntura*. Esta seleção foi considerada adequada pois, como

¹ Do original: “(...) gender violence is any interpersonal, organizational, or politically oriented violation perpetrated against people due to their sex, gender identity, sexual orientation, or location in the hierarchy of male-dominated social systems.”



define Souza (1984), a análise de conjuntura é uma leitura especial da realidade realizada através do emprego de cinco categorias analíticas: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e articulação (relação) entre estrutura e conjuntura. O autor (1984) reforça que esse tipo de análise pode ser objetivo, mas nunca neutro. Afinal, a análise de conjuntura para Souza (1984) é um ato político e sempre dependente do interesse e da visão de mundo de quem realiza a análise. Durante a realização da pesquisa aplicou-se, portanto, as cinco categorias de análise no caso da crise aguda de violência contra a mulher no México. Souza (1984) considera acontecimentos os fatos importantes para a análise. Os cenários, por sua vez, são os espaços onde transcorrem as ações da trama social e política. Já os atores são os grupos que se engajam nas relações de forças, que de acordo com Souza (1984) podem ser de confronto, coexistência ou cooperação. Na articulação entre conjuntura e estrutura, a última categoria, busca-se compreender o fio condutor histórico que liga os movimentos, contradições e condições que geraram a situação em análise, e a situação *per se*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Milhares de acontecimentos compõem a crise aguda de violência contra a mulher no México. No país de cerca de 126 milhões de habitantes, 70% da população feminina com mais de 15 anos já sofreu violência ou discriminação psicológica, sexual, patrimonial, física ou econômica, e 49.7% das mulheres possuem ao menos um relato de violência sexual ao longo da vida (INEGI, 2022). Entre 1993 e 2022, o total oficial de mortes de mulheres com presunção de homicídio foi de 64.811 (INEGI, s/d). De acordo com Sánchez e Díaz (2023), até 2010 a tipificação do feminicídio como delito ainda não existia no México, e somente em 2012 se tornou norma através do Artigo 325 do Código Penal Federal. De acordo com Gress et. al (2023), 5.759 feminicídios foram notificados entre janeiro de 2016 e março de 2022, com uma média de 951 casos por ano.

O cenário onde se dão esses acontecimentos, o território do México, se estende por 1.964.375 km², compartilhando sua maior fronteira com os Estados Unidos, ao norte. Este é um fator determinante, pois o início da onda de violência contra a mulher remonta a 1993 e aos corpos de mulheres violentados encontrados em Ciudad Juárez, cidade fronteiriça com El Paso, no Texas (Agnew, 2015). Entretanto, estes crimes não foram os únicos eventos que abalaram a cidade naquele período – eles foram desencadeados por outro processo. De acordo com Agnew (2015) os primeiros anos da década de 1990 foram marcados por operações de combate às drogas exitosas na Colômbia, o que causou a reterritorialização do crime organizado e do tráfico internacional de drogas para o México. Na prática, os cartéis mexicanos se apossaram do processo de produção e tráfico de drogas, em especial para os Estados Unidos (U. S. Department of Justice, 2010). Mais grave que isso, cartéis como o de Sinaloa e do Golfo acumularam poder a ponto de desafiar o Estado diariamente, preservando a produção e as rotas de distribuição em pleno funcionamento a despeito das tentativas de contenção e da guerra às drogas (Osorno, 2011).

Essa relação de forças teve consequências desastrosas. Atuesta, Siordia e Lajous (2019) afirmam que a guerra às drogas se tornou um conflito comparável a uma guerra civil. O Estado passou a exercer violência em embates diretos com os cartéis, que já entravam em confronto entre si, aumentando os níveis totais de violência. Como resultado, os números de homicídios de mulheres tiveram dois grandes saltos, um em 2009 e outro em 2015, e não decaíram desde então (INEGI, s/d). Principal vítima do conflito entre cartéis e Estado, a população feminina se organizou em diversas práticas de enfrentamento à crise, em especial as manifestações e protestos massivos que passaram a tomar as ruas a partir de 2019 (Cerva Cerna, 2020). Em 2020, 100.000 mulheres marcharam apenas na Cidade do México no 8 de março (García-Del Moral, 2020). A frustração e



indignação dessas mulheres se voltava principalmente ao Estado, agente vitimizador, ao alimentar uma guerra às drogas às custas das vidas de mulheres, e também revitimizador.

García-Del Moral (2020) denuncia a cultura mexicana de impunidade promovida por um Estado revitimizador, evidenciada pelo comportamento de seus representantes. A autora (2020) traz como exemplo o pronunciamento do Procurador Federal Alejandro Gertz Manero de que o tipo penal de feminicídio deveria ser extinto por ser “muito difícil de provar e processar”. Isto foi dito em um país onde, entre 2012 e 2016, menos de 20% dos assassinatos de mulheres foram processados como feminicídios (Connectas, 2017). Durante a gestão do Presidente Andrés Manuel López Obrador (2018-2024), as mulheres participantes dos protestos em efervescência foram criminalizadas. Conforme Vázquez (2021) o Presidente chegou a colocar uma cerca alta de metal ao redor do Palácio Nacional do México no Dia Internacional da Mulher de 2021, como se as protestantes fossem uma ameaça. Elas responderam escrevendo com tinta branca sobre o metal preto centenas de nomes de mulheres vítimas de feminicídio no país. Caracterizadas as relações de forças, de natureza conflituosa, resta evidenciar a articulação que relaciona a conjuntura à estrutura no caso estudado. Gómez (2022) informa que a estrutura do México é extremamente patriarcal, baseada na visão do feminino como “frágil” e “submisso”, e do masculino como “racional” e “dominador”. É esse constructo primário que sustenta a vida social do país, alimentando as dinâmicas de violência que assumiram uma feição mortal para a população feminina.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se que, na crise aguda de violência contra a mulher no México que perdura há mais de trinta anos, os cartéis se colocam como agentes vitimizadores, e o Estado e seus representantes como atores tanto vitimizadores como revitimizados. A ascensão do narcotráfico e a guerra às drogas levaram ao conflito civil. O elevado nível de violência no país, associado à sua estrutura intensamente patriarcal, teve como resultado a crescente estereotipada da violência contra a mulher, especialmente no que tange a homicídios e feminicídios. Na análise, o Estado mexicano se revela, além de incapaz de combater o narcotráfico em seu território, um perpetrador da violência contra a mulher. Seus representantes, ao invés de resguardar os direitos da população feminina, fomentam a impunidade e criminalizam os grupos que reivindicam justiça e mudanças sociais nas ruas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNEW, Heather Robin. Reframing ‘femicide’: Making room for the balloon effect of drug war violence in studying female homicides in Mexico and Central America. **Territory, Politics, Governance**, v. 3, n. 4, p. 428-445, 2015.

ATUESTA, Laura H.; SIORDIA, Oscar S.; LAJOUS, Alejandro Madrazo. The “war on drugs” in Mexico: (official) database of events between December 2006 and November 2011. **Journal of conflict resolution**, v. 63, n. 7, p. 1765-1789, 2019.

BODELÓN, Encarna. Violencia institucional y violencia de género. In: **Anales de la Cátedra Francisco Suárez**, p. 131-155, 2014.

CERVA CERNA, Daniela. La protesta feminista en México. La misoginia en el discurso institucional y en las redes sociodigitales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 65, n. 240, p. 177-205, 2020.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



CONNECTAS. **Las muertas que no se ven:** el limbo de los feminicidios. México, 2017. Disponível em: <https://www.connectas.org/feminicidios-mexico/>. Acesso em: 07 set. 2025.

DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN. **Modelo Integral de Atención a Víctimas.** México, 2015. Disponível em: https://dof.gob.mx/nota_detalle_popup.php?codigo=5395286. Acesso em: 07 set. 2025.

GARCÍA-DEL MORAL, Paulina. Practicing accountability, challenging gendered state resistance: Feminist legislators and feminicidio in Mexico. **Gender & Society**, v. 34, n. 5, p. 844-868, 2020.

GÓMEZ, Cecilia Martínez. La estructura patriarcal y la constante violencia contra las mujeres en México. **Ciencia Jurídica**, v. 11, n. 21, p. 87-105, 2022.

INEGI. **Mortalidad – Conjunto de datos:** Defunciones por homicidios. México, s/d. Disponível em: https://www.inegi.org.mx/sistemas/olap/consulta/general_ver4/MDXQueryDatos.asp?proy=. Acesso em: 12 set. 2025.

INEGI. **Violence against Women in Mexico:** National Survey on the Dynamics of Household Relationships – ENDIREH 202. México, 2022. Disponível em: https://www.inegi.org.mx/contenidos/programas/endireh/2021/doc/national_results.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025.

ONU MUJERES. **Las huellas de los feminicidios en CDMX.** 07 mar. 2024. Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/stories/noticia/2024/03/las-huellas-de-los-feminicidios-en-cdmx>. Acesso em: 10 set. 2025.

OSORNO, Diego Enrique. **El cártel de Sinaloa:** Una historia del uso político del narco. Grijalbo, 2011.

O'TOOLE, Laura L.; SCHIFFMAN, Jessica R.; SULLIVAN, Rosemary. **Gender Violence:** Interdisciplinary Perspectives. Nova York: New York University Press, 2020.

SÁNCHEZ, María de Jesús Ávila; DÍAZ, José Alfredo Jáuregui. El delito de feminicidio y sus diversos aspectos legales en México, 2018-2022. **CONfines de Relaciones Internacionales y Ciencia Política**, v. 19, n. 37, p. 9-30, 2023.

SOUZA, Herbert José. **Como se faz análise de conjuntura.** Petrópolis: Vozes, 1984.

U. S. DEPARTMENT OF JUSTICE. **Drug Movement Into and Within the United States.** Estados Unidos, 2010. Disponível em: <https://www.justice.gov/archive/ndic/pubs38/38661/movement.htm>. Acesso em 12 set. 2025.

VÁZQUEZ, Yaredh. De muro de paz a muro de la vergüenza. Prácticas artísticas populares feministas en México. **Pensamiento palabra y obra**, n. 26, p. 164-179, 2021.



DO PICO AO VÁCUO: ESPETACULARIZAÇÃO E SILENCIAMENTO DO RACISMO NO FUTEBOL COMO FACES DE UM MESMO REGIME DE VISIBILIDADE — IMPLICAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E VIOLÊNCIA RACIAL NAS DEMOCRACIAS

MARIA EDUARDA ALVES CAVALCANTI¹; ROSANA ALVES GOMES²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – me.alvescavalcanti@outlook.com;

²Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – rosanag31@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga como picos de visibilidade midiática e vácuos de silêncio institucional operam de forma complementar na produção de (des)responsabilização do racismo no futebol brasileiro. O estudo toma como casos reveladores a coletiva da CBF de 25/03/2024, centrada em Vinícius Júnior, cuja circulação enfatizou a emoção do atleta e o enquadramento em campanha, e a sequência pós-jogo e os posicionamentos no caso de injúria racial envolvendo Luighi Hanri (06/03/2025), em que se observaram omissões, eufemismos e tecnificação procedimental. Situa-se na interface entre estudos discursivos e Ciência Política ao compreender o futebol como arena de disputa política e de produção de desigualdades, com ênfase na violência política de raça que regula quem fala, sobre o quê e por quanto tempo.

Do ponto de vista teórico, mobiliza-se a Análise de Discurso Materialista, com as noções de formação discursiva, memória e assujeitamento (Pêcheux, 1997; 1999), articuladas à concepção de mídia e entidades esportivas como Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1999). Adota-se a tipologia de formas do silêncio (Orlandi, 2008; 2013) e a literatura sobre produção de (des)informação sobre violência como prática discriminatória (Njaine et al., 1997). Para accountability, utiliza-se o eixo answerability e enforceability (O'Donnell, 1998; Schedler, 1999).

Os objetivos desta pesquisa são propor um modelo explicativo que articule visibilidade midiática e densidade de responsabilização por meio de uma matriz 2×2, demonstrar o ciclo “pico–vácuo” entre espetacularização e silenciamento a partir da comparação entre os dois casos e oferecer critérios de accountability aplicáveis a políticas públicas no esporte, destacando efeitos sobre participação política e desigualdade racial. Para alcançar esses objetivos, adotamos um desenho metodológico que dialoga diretamente com o quadro teórico e com o corpus selecionado, conforme delineado a seguir.

2. METODOLOGIA

O desenho é qualitativo, orientado por casos reveladores e amostragem de máximo contraste, de modo a operacionalizar o primeiro objetivo (modelo explicativo): um caso de pico de visibilidade (coletiva da CBF sobre Vinícius Júnior, 25/03/2024) e um caso de vácuo de visibilidade (pós-jogo e notas no caso Luighi Hanri, 06–13/03/2025). O corpus reúne materiais públicos, audiovisuais e textuais, com identificação de emissor e data. Para cada caso, delimitaram-se três peças com alta rastreabilidade: no caso Vinícius, a coletiva na CBFTV/YouTube, os recortes de telejornais esportivos nas 24–48 horas subsequentes e as postagens institucionais de campanha dos perfis oficiais; no caso Luighi, a entrevista pós-jogo (canal esportivo com transmissão digital), a nota



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



institucional publicada no dia seguinte e um pronunciamento do presidente da entidade continental na semana subsequente. Como parâmetro normativo (ligado ao terceiro objetivo, de critérios de accountability), consultaram-se o protocolo FIFA dos “três passos” para manifestações racistas e o Código Disciplinar da CONMEBOL (art. 15), utilizados apenas para aferir presença/ausência de medidas.

A unidade de análise é o evento comunicacional (coletiva, pós-jogo, nota, postagem, reportagem), observado em janela de sete dias a partir do fato indexador. O percurso analítico articula AD materialista — descrição de condições de produção, seleção de sequências discursivas e análise de efeitos de sentido (Pêcheux, 1997; 1999) — com análise de enquadramentos e de cenografia (quem fala, de onde, com quais suportes), alinhando-se ao segundo objetivo (descrição do ciclo “pico–vácuo”). Buscam-se operadores de excesso (repetição de close na emoção, slogans, mise-en-scène, trilhas) e de falta (perguntas omitidas, eufemismos do tipo “incidente”, deslocamentos como “vamos falar do jogo”, tecnificação por comissões sem prazos).

Tabela 1 — Critérios de codificação (chave de leitura)

Dimensão	Categoria/escala	Definição operacional
Tempo da resposta institucional	Imediata / Tardia / Nula	Imediata: até 24 horas; tardia: >24h até 7 dias; nula: sem resposta no recorte.
Densidade de responsabilização	0 / 1 / 2 / 3	0: nenhuma ação; 1: gesto simbólico; 2: ação parcial; 3: ação efetiva com sanção/aplicação em jogo e transparência.
Visibilidade midiática	Baixa / Alta	Alta: coletiva nacional, telejornais, trending e posts virais; baixa: notas locais e circulação restrita.
Quadrante (matriz 2×2)	1 / 2 / 3 / 4	Q1 = Alta, 0–1; Q2 = Alta, 3; Q3 = Baixa, 0; Q4 = Baixa, 1–2.

Fonte: Elaboração própria

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação dos critérios mostrou dois funcionamentos distintos e cumulativos com os objetivos: no caso Vinícius Júnior, houve alta visibilidade acompanhada de baixa densidade de responsabilização; no caso Luighi Hanri, predominou baixa visibilidade e ausência/tecnificação de medidas. Na coletiva e nas 24–48 horas seguintes, a estética do sofrimento (close na emoção, slogans, repetição de frames) deslocou o foco da responsabilização material para a psicologização do evento, mantendo o índice em 0–1 (Njaine et al., 2010; Pêcheux, 1999; O'Donnell, 1998; Schedler, 1999). No pós-jogo de Luighi, o foco no placar e o uso de eufemismos, seguidos de nota sem prazos ou responsáveis, configuraram silêncio rotineiro e silêncio procedimental (Orlandi, 2007), com answerability frágil e sem enforceability. Esses achados alimentam a matriz 2×2 (objetivo 1) e explicitam o funcionamento do ciclo “pico–vácuo” (objetivo 2).

Tabela 2 — Resultados codificados (versão resumida)

Caso	Evento (data)	Visibilidade	Densidade (0–3)	Quadrante	Evidência resumida (operadores)
Vinícius Júnior / CBF	Coletiva (25/03/2024)	Alta	1	Q1	Mise-en-scène de campanha; close na emoção; slogan; ausência de perguntas sobre sanção/protocolo e reparações.
Vinícius Júnior / TV	Telejornais (25–26/03/2024)	Alta	0	Q1	Repetição de frames emotivos; sem cobrança por aplicação em jogo/medidas materiais.
Vinícius Júnior / Redes	Post institucional (26/03/2024)	Alta	0	Q1	Peças e hashtags; nenhum prazo, responsável ou sanção anunciada.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Luighi Hanri	Pós-jogo (06/03/2025)	Baixa	0	Q3	Omissão de perguntas; eufemismo “incidente”; deslocamento ao placar.
Luighi Hanri	Nota institucional (07/03/2025)	Baixa	1	Q4	“Apuração” sem prazos/responsáveis; tecnificação do conflito; sem efeito aplicável em jogo.

A comparação sustenta o ciclo “pico-vácuo”: o pico concentra fala e emoção, produz resolução simbólica e legitima o retorno à normalidade; o vácuo normaliza a violência e prepara o próximo estopim. Em termos políticos, isso eleva o custo de participação de sujeitos negros e sinaliza baixa accountability das entidades. A denúncia transformadora (Q2) exige visibilidade alta com densidade 3 — interrupção/encerramento de partida diante de racismo, sanções e reparações com prazos e responsáveis tornados públicos e cumpridos (O’Donnell, 1998; Schedler, 1999). Esses parâmetros servem como critérios normativos (objetivo 3).

4. CONCLUSÕES

Os resultados indicam que espetacularização do sofrimento e silenciamento institucional constituem faces complementares de um regime de visibilidade que (des)responsabiliza o racismo no futebol. À luz da Análise de Discurso e da teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado, verificou-se que operadores de excesso e de falta deslocam o conflito para a emoção individual ou para a tecnificação procedimental, com efeitos sobre participação política e desigualdades raciais. A operacionalização de accountability como combinação de answerability e enforceability permitiu construir um índice de densidade (0–3) acoplado à matriz 2×2, distinguindo espetacularização vazia, silêncio rotineiro, silêncio procedimental e denúncia transformadora.

Do ponto de vista dos objetivos propostos, o estudo cumpriu: (i) a formulação do modelo explicativo (matriz visibilidade × responsabilização) e sua aplicação aos dois casos; (ii) a demonstração do ciclo “pico-vácuo” a partir da comparação empírica; e (iii) a proposição de critérios normativos de accountability (interrupção/encerramento de partida, sanções, reparações, transparência de prazos e responsáveis). Como agenda, recomenda-se ampliar o corpus, testar confiabilidade intercodificador em amostras maiores e acompanhar longitudinalmente casos que alcancem Q2, a fim de aferir condições de responsabilização efetiva no esporte.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. In: —. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1999.

NJAINE, Kathie; et al. **A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 13, p. 405-414, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**. Campinas: Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



PÊCHEUX, Michel. **O papel da memória.** In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999. p. 49-58.

O'DONNELL, Guillermo. **Horizontal accountability in new democracies.** *Journal of Democracy*, v. 9, n. 3, p. 112–126, 1998.

SCHEDLER, Andreas. **Conceptualizing accountability.** In: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L.; PLATTNER, M. (org.). **The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies.** Boulder, CO: Lynne Rienner, 1999. p. 13–28.

A) Fontes primárias do corpus

CBF/CBFTV. *Seleção Brasileira: coletiva com Vinícius Júnior.* YouTube, 25 mar. 2024. Disponível em: <https://shre.ink/SSac>. Acesso em: 24 set. 2025.

GE (Globo Esporte). *Vini Jr chora ao relatar luta contra o racismo: “Cada vez tenho menos vontade de jogar”.* 25 mar. 2024. Disponível em: <https://shre.ink/SSal>. Acesso em: 24 set. 2025.

CBF (@CBF_Futebol), X/Twitter. *“Um jogo de 90 minutos por uma luta secular!”* 25 mar. 2024. Disponível em: <https://shre.ink/SSaH>. Acesso em: 24 set. 2025.

UOL Esporte. *Entrevista pós-jogo com Luigi Hanri (shorts).* YouTube, 6 mar. 2025. Disponível em: <https://shre.ink/SSan>. Acesso em: 24 set. 2025.

g1. *Veja o que se sabe sobre caso de racismo contra jogador do Palmeiras no Paraguai (vídeos e prints das arquibancadas),* 9–10 mar. 2025. Disponível em: <https://shre.ink/SSaU>. Acesso em: 24 set. 2025.

ESPN. *Palmeiras emite nota sobre racismo na Libertadores Sub-20 e promete ir às “últimas instâncias”*, 7 mar. 2025. Disponível em: <https://shre.ink/SSa1>. Acesso em: 24 set. 2025.

YouTube (CONMEBOL/afiliados). *Discurso do presidente Alejandro Domínguez no sorteio da Libertadores* (17 mar. 2025). Disponível em: <https://shre.ink/SScY>. Acesso em: 24 set. 2025.

CONMEBOL. *“Queremos um futebol sul-americano forte...” (menção ao racismo como “flagelo”),* 17 mar. 2025. Disponível em: <https://shre.ink/SScN>. Acesso em: 24 set. 2025.

GE. *Estreia do “gesto antirracismo” e explicação do protocolo,* 30 ago. 2024. Disponível em: <https://shre.ink/SSc6>. Acesso em: 24 set. 2025.

CNN Brasil. *CBF adota protocolo antirracismo em todo o país, e Vini Jr comemora feito,* 19 nov. 2024. Disponível em: <https://shre.ink/SScJ>. Acesso em: 24 set. 2025.

CONMEBOL. *Código Disciplinario – Edición 2023* (PDF oficial). Disponível em: <https://shre.ink/SScO>. Acesso em: 24 set. 2025.



VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE: RACISMO, MISOGINIA E A DEMOCRACIA BRASILEIRA

TAIANE DA CRUZ ROLIM¹

TUANE TARQUES²

¹ UFPEL: Programa de Pós Graduação em Ciência Política - advogadarolim@gmail.com

² FURG: Universidade Federal do Rio Grande - tarques.adv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A violência política de gênero constitui um dos maiores desafios à consolidação da democracia representativa no Brasil. Assim, reconhecida juridicamente pela Lei nº 14.192/2021, essa forma de violência se manifesta em ataques verbais, físicos, digitais e institucionais contra mulheres que ocupam ou buscam ocupar espaços de poder. Tal fenômeno compromete não apenas a integridade das vítimas, mas também a própria qualidade da democracia, ao restringir a diversidade e a pluralidade de vozes no processo político. Historicamente, a presença feminina na política enfrenta resistências estruturais, Simone de Beauvoir (1980) assinala que a condição feminina foi construída socialmente como “o outro”, justificando a exclusão sistemática das mulheres dos espaços de decisão.

No contexto brasileiro, Lélia Gonzalez (2018) evidencia que a misoginia não pode ser dissociada do racismo estrutural, de modo que mulheres negras vivenciam formas agravadas de exclusão e violência. Nesse sentido, em diálogo com essas perspectivas, Bell Hooks (2019) e Kimberlé Crenshaw (1989) introduzem a noção de interseccionalidade, destacando como as opressões se sobrepõem e tornam mais vulneráveis mulheres negras, pobres, indígenas e LGBTQIA+. Deste modo, partindo desses referenciais, o presente estudo insere-se no campo da Ciência Política, com ênfase nos debates de gênero, raça e participação política, e busca problematizar de que forma a violência política de gênero impacta a participação política interseccional no Brasil contemporâneo. Diante do exposto, o objetivo central é analisar casos emblemáticos ocorridos no cenário nacional, compreendendo como esses episódios revelam barreiras estruturais à efetiva democratização da representação política.

2. METODOLOGIA

A pesquisa, em fase inicial, adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, por se tratar de um campo de investigação em que a compreensão das dimensões simbólicas, discursivas e institucionais é fundamental para a análise do fenômeno (MINAYO, 2007). Serão mobilizadas três estratégias metodológicas principais: a revisão bibliográfica, contemplando obras clássicas do feminismo e da teoria interseccional, bem como estudos contemporâneos sobre violência política de gênero; uma análise documental da Lei nº 14.192/2021 e de normativas correlatas, visando compreender os avanços e limitações do marco jurídico existente; e um estudo de casos emblemáticos, a partir da seleção de episódios



de violência política de gênero contra lideranças brasileiras. Esses casos serão identificados por meio de matérias jornalísticas, entrevistas públicas e documentos oficiais, considerando critérios como repercussão nacional, relevância política da vítima e diversidade interseccional das trajetórias analisadas.

Isto posto, o tratamento dos dados seguirá a perspectiva da análise de discurso crítica, com base em autores como Norman Fairclough (2001), Teun van Dijk (2008) e Michel Foucault (2014), possibilitando examinar não apenas os fatos em si, mas também as narrativas construídas em torno dos episódios de violência política de gênero. Logo, a articulação dessas estratégias permitirá evidenciar os efeitos dessa forma de violência sobre a participação política interseccional e suas implicações para a democracia brasileira.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares indicam que a violência política de gênero no Brasil apresenta caráter multidimensional, manifestando-se não apenas na esfera pessoal e simbólica, mas também por meio de estratégias institucionais de silenciamento. Desse modo, a promulgação da Lei nº 14.192/2021 representou um marco normativo importante no enfrentamento dessa problemática, contudo, sua efetividade permanece limitada diante da persistência de práticas discriminatórias e da insuficiência de mecanismos de proteção e responsabilização.

A análise de casos emblemáticos evidencia como diferentes interseccionalidades potencializam os impactos da violência política. Nessa configuração, Manuela D'Ávila, ex-deputada federal pelo Rio Grande do Sul, foi alvo de campanhas sistemáticas de desinformação e ataques digitais, destinados a fragilizar sua legitimidade política (A PÚBLICA, 2024). Em âmbito local, a vereadora Fernanda Miranda, em Pelotas, vem sendo reiteradamente acionada pela Comissão de Ética da Câmara Municipal, em processos interpretados como tentativas de inviabilizar seu mandato, situação que alcançou repercussão estadual (PELOTAS13HORAS, 2025). Já a deputada federal Erika Hilton, primeira mulher trans a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, relatou episódios de transfobia, racismo e misoginia, inclusive, no ambiente legislativo (AGÊNCIA BRASIL, 2023). Por fim, o caso da vereadora Marielle Franco, mulher negra, assassinada em 2018, simboliza o extremo da violência política, tornando-se referência internacional na luta contra o racismo, o sexismo e a violência de Estado (MEMÓRIA GLOBO, 2018).

Nesse contexto, esses episódios corroboram a análise teórica de Lélia Gonzalez (2018), ao demonstrar que a experiência da mulher negra no Brasil é atravessada por opressões simultâneas de raça e gênero, bem como, de Bell Hooks (2019), que defende um feminismo inclusivo e interseccional. Afinal, os resultados parciais sugerem que mulheres negras, indígenas, LGBTQIAPN+ e de outras identidades historicamente marginalizadas enfrentam formas intensificadas de violência política, que não apenas limitam trajetórias individuais, mas comprometem a qualidade da democracia representativa ao restringir a diversidade de vozes nos espaços institucionais de poder.



4. CONCLUSÕES

Conclui-se que a violência política de gênero, atravessada por múltiplas opressões interseccionais, constitui um obstáculo significativo à efetivação da democracia representativa no Brasil. Diante desse cenário, embora a Lei nº 14.192/2021 represente um marco jurídico relevante, sua aplicação ainda se mostra insuficiente diante da persistência de práticas discriminatórias e da fragilidade dos mecanismos de proteção, pois a realidade mostra que mulheres negras, periféricas e LGBTQIA+ seguem expostas a riscos maiores.

Em virtude disso, o trabalho evidencia a necessidade de políticas públicas específicas, protocolos de prevenção e responsabilização mais efetivos, bem como do fortalecimento de uma cultura política que valorize a diversidade e a pluralidade nos espaços institucionais. Por fim, a principal contribuição desta pesquisa está em articular o debate sobre violência política de gênero a partir da perspectiva interseccional, reforçando que apenas por meio da conjugação entre teoria feminista, mobilização social e mudanças institucionais será possível ampliar a representatividade e consolidar a democracia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BEAUVOIR, S. D. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BIROLI, F. **Reação conservadora, democracia e conhecimento**. Revista de Antropologia, v. 61, p 83-94, 2018.
- BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2024.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2020.
- CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER MATTOS, K. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: Velasco e Cruz, Sebastião; kaysel, André; Cotas, Gustavo. **Direita Volver. O retorno da direita e ciclo político brasileiro**. Ed. Perseu Abramo. 2015. p.115-144.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: SILVA, L. L. (org.). **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- HOOKS, B. **Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- JESUS, J. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.
- A PÚBLICA. Entrevista: **Manuela D'Ávila fala sobre violência política**. 2024. Disponível em: <https://apublica.org>. Acesso em: 18 set. 2025.
- AGÊNCIA BRASIL. **Erika Hilton relata violência política no Congresso**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 18 set. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.



- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24º. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- JUNQUEIRA, R. **A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder**. Brasília, Editora Letras Livres, 2022.
- MEMÓRIA GLOBO. **Caso Marielle Franco. 2018**. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/caso-marielle/>. Acesso em: 18 set. 2025.
- MINAYO, M. C. S. (org); DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes; 2007.
- MOUFFE, C. **O retorno do político**. São Paulo: UNESP, 2005.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.



PERFIL E CARREIRA POLÍTICA DAS CANDIDATAS ÀS PREFEITURAS MUNICIPAIS GAÚCHAS NAS ELEIÇÕES DE 2024

TAÍS DIAS DOMINGUES¹; TITO LÍVIO CABRAL RENOVATO SILVA MACIEL²

¹Universidade Federal de Pelotas – taistata742@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – titocabralrenovato@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nas eleições municipais de 2024, as mulheres formavam a maioria do eleitorado gaúcho (52,54%). Porém, de um total de 1.214 candidaturas majoritárias para disputar o Poder Executivo de 494 municípios gaúchos, os partidos lançaram apenas 129 mulheres (10,6%) em 124 municípios. Dentre essas, apenas 39 mulheres se elegem prefeitas (30,2%)¹, o que evidencia a sub-representação feminina no comando dos municípios gaúchos. A sub-representação feminina nas instituições políticas não é um fenômeno exclusivo do Brasil, chegando até as democracias consolidadas do Norte Global (NORRIS, INGLEHART, 2001).

Apesar de alguns estudos já tratarem da participação política das mulheres nos municípios brasileiros, seja por meio de análise geral do perfil social das candidaturas de mulheres aos cargos majoritários e proporcionais locais (SILVA, 2024; ALVES, 2022; JÚNIOR, 2019), ou por meio de estudos focados em localidades específicas (SANTOS, 2023), ainda conhecemos pouco sobre o perfil dessas candidatas e sua trajetória política até o comando do Poder Executivo local. Ainda são poucos os estudos sistemáticos que tentam relacionar o sucesso eleitoral de mulheres em cargos majoritários e proporcionais à nível municipal com variáveis socioeconômicas e culturais (MIGUEL, QUEIROZ, 2006). Nesse sentido, este trabalho busca suprir essa lacuna, analisando o perfil e a carreira política das mulheres que se candidataram às prefeituras gaúchas nas eleições de 2024. Em relação à carreira política, nossa hipótese é que se trata de mulheres que já possuem uma trajetória política em seus municípios, seja por já terem se candidatado a algum cargo proporcional ou por possuírem mandato como vereadoras ou vice-prefeitas.

Analisar o perfil das mulheres que se colocam como candidatas ao Executivo Municipal permite problematizar não apenas as dinâmicas de seleção partidária, mas também os significados sociais e políticos atribuídos à liderança feminina no espaço público. Outrossim, investigar a inserção de mulheres na disputa por cargos do Executivo Municipal proporciona uma reflexão sobre a maneira pela qual as candidaturas de mulheres dialogam com a cultura política vigente, os arranjos institucionais dos partidos e as expectativas sociais em torno da liderança feminina. Assim, ao analisar esse fenômeno, pretende-se contribuir para o debate sobre representatividade, democracia substantiva e as condições necessárias para que a presença das mulheres na política ultrapasse o caráter meramente formal e se traduza em efetiva transformação social.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, de natureza mista, que selecionou 129 candidaturas de mulheres registradas para o cargo de prefeito nas eleições municipais de 2024, realizadas em 124

¹ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



municípios gaúchos. Os dados brutos referentes ao quantitativo de candidatos foram coletados do portal Estatísticas Eleitorais, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em função das seguintes variáveis:

a) uf; b) município; c) cargo; d) gênero; e) filiação partidária; f) reeleição; g) faixa etária; h) grau de instrução; i) estado civil. A partir do cruzamento desses dados, pudemos identificar o quantitativo de candidaturas de mulheres ao cargo de prefeito nos municípios acima referidos. Esses dados foram compilados e tratados em uma planilha no SPSS, de onde se extraíram informações acerca do perfil social dessas candidatas.

Com o objetivo de traçar padrões de carreira política dessas candidatas, acessamos o portal DivulgaCand2024, também disponibilizado pelo TSE, por meio do qual selecionamos cada um dos 124 municípios gaúchos e, a partir do nome das candidatas, extraímos informações sobre a composição da chapa majoritária, bem como sobre as eleições e os cargos que elas disputaram desde 2004, data-limite disponibilizada no sistema. Essas evidências permitir-nos-ão comparar cada candidatura e identificar padrões de carreira política.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como mencionado anteriormente, identificamos 129 candidaturas de mulheres ao Poder Executivo de 124 municípios gaúchos nas eleições de 2024. Dentre elas, apenas 22 candidatas concorreram à reeleição (17,2%). A taxa de sucesso eleitoral foi baixa, pois apenas 39 mulheres conseguiram se eleger (30,2%). Todavia, dentre aquelas que concorriam à reeleição, 18 asseguraram um novo mandato (81,8%).

Ao todo, 11 partidos lançaram mulheres para concorrer ao Executivo Municipal. Dentre esses, o Progressistas foi o que lançou mais candidatas (23,3%), seguido do PL (18,6%), MDB (17,8%) e PT (13,2%)². 11 cidades tiveram duas mulheres como candidatas ao Poder Executivo Municipal³. Como exceção, Porto Alegre foi a única cidade que registrou três candidatas a prefeita.

Quanto ao perfil das candidaturas, identificamos as seguintes características. Em relação ao estado civil, a maioria das candidatas é casada (84, ou 65,1%). No tocante à cor, a grande maioria é branca (93%); pardas e pretas são a minoria (3,9% e 3,1%, respectivamente). Quanto ao nível de escolaridade, a grande maioria possui ensino superior completo (79,8%). Por fim, quanto à idade, a maioria das candidatas contava, na data do registro da candidatura, entre 40 e 59 anos (68,2%). Apenas duas candidatas contavam mais de 75 anos (1,6%) e apenas uma tinha entre 25 e 29 anos (0,8%). Esse perfil se coaduna com o que foi identificado por Silva (2024) em relação às candidaturas femininas nas eleições de 2020, nas quais a maioria das mulheres eram brancas, filiadas a partidos à direita do espectro ideológico, casadas, possuíam curso superior completo e estavam na faixa etária entre 45 e 59 anos.

Em relação às carreiras políticas, ainda estamos em fase de análise das trajetórias políticas de cada candidatura para, por fim, compararmos cada caso no intuito de identificar padrões de carreiras políticas. Nossa hipótese é que essas candidatas já possuem uma trajetória política em seus municípios, seja por terem se candidatado a algum cargo proporcional ou por possuírem mandato como vereadoras ou vice-prefeitas.

² Os partidos a seguir também lançaram mulheres aos cargos majoritários locais, mas em menor número: PDT, PRD, PSD, PSDB, PSTU, REPUBLICANOS e UNIÃO BRASIL.

³ Foram elas: Alvorada, Campinas do Sul, Erebangó, Estância Velha, Itati, Maratá, Santo Augusto, São João do Polêsine, São José do Hortêncio, Sapiranga e Tio Hugo.



4. CONCLUSÕES

O estudo permitiu lançar luz sobre as candidaturas femininas às prefeituras gaúchas nas eleições de 2024, evidenciando a permanência de um quadro de sub-representação política que, embora não seja exclusivo do Brasil, assume contornos específicos na realidade local. O contraste entre a maioria feminina no eleitorado e a baixa presença de mulheres no comando dos municípios gaúchos demonstra que a igualdade formal assegurada pelo ordenamento jurídico não se converte automaticamente em igualdade substantiva nos espaços de poder.

Os dados empíricos revelam que as mulheres que lograram disputar e que, em menor medida, conquistaram cargos no Executivo municipal, compartilham um perfil bastante homogêneo: são predominantemente brancas, casadas, com ensino superior completo e inseridas na faixa etária intermediária da vida adulta. Essa homogeneidade indica que o acesso ao espaço político continua condicionado por marcadores de classe, raça e idade, que delimitam as trajetórias possíveis e restringem a pluralidade de perfis femininos no campo político. Tal cenário reforça a ideia de que, mesmo com a presença de mulheres nos pleitos, ela se dá de forma seletiva e excludente, reforçando desigualdades preexistentes.

Outro achado significativo refere-se à relação entre sucesso eleitoral e experiência política prévia. A elevada taxa de reeleição e a presença de trajetórias consolidadas em cargos legislativos ou executivos apontam para a importância do capital político acumulado como fator decisivo para a viabilidade das candidaturas femininas. Em outras palavras, a ascensão de mulheres ao Executivo municipal não ocorre, em regra, como fenômeno de renovação política, mas sim como continuidade de carreiras já sedimentadas, em grande parte marcadas por inserção partidária e por redes de apoio locais. Esse padrão reforça a hipótese de que o “labirinto de cristal” se expressa nas eleições municipais, configurando um percurso sinuoso e seletivo, em que somente determinadas mulheres conseguem ultrapassar os obstáculos estruturais da política institucional (EAGLY, CARLI, 2007).

Tais evidências permitem concluir que a presença feminina nas prefeituras gaúchas ainda está distante de representar uma transformação estrutural da política local. Apesar de avanços pontuais, o cenário descrito reafirma que a democratização substantiva da política requer não apenas ampliar numericamente a participação de mulheres, mas também diversificar os perfis representados e enfrentar as barreiras institucionais, culturais e sociais que limitam a atuação feminina. Nesse sentido, este estudo contribui para o debate sobre a necessidade de políticas públicas e de reformas institucionais que ampliem as condições de acesso e permanência das mulheres na política, de forma a transformar a representação em instrumento efetivo de pluralidade democrática e justiça social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M. M. J. **Mulheres sem voto nas eleições legislativas municipais:** uma análise sociopolítica das candidaturas nos municípios brasileiros. 2022. 123f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará.
- EAGLY, Alice H.; CARLI, Linda L. **Through the Labyrinth: The Truth About How Women Become Leaders.** Boston: Harvard Business School Press, 2007.
- JÚNIOR, M. E. S. A. **A Sub-representação de Mulheres Negras na Política Brasileira:** uma avaliação das eleições municipais de 2016. 2019. 107f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará.
- MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



NORRIS, P. LOVENDUSKI, J. **Political recruitment**: gender, race and class in the British parliament. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SANTOS, J. G. C. **Um estudo sobre as alterações legislativa eleitoral**: representatividade feminina e composição dos partidos na Câmara de Vereadores em Campina Grande-PB. 2023. 85f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Campina Grande.

SILVA, T. L. C. R. Mulheres na política local: quem são as prefeitas e vereadoras eleitas em 2020? In: NASCIMENTO, P.; BARROS, A. T. D. L. (Org.). **Ciência Política**: uma proposta educativa: partidos políticos e eleições. Campina Grande: EDUEPB, 2024, v. 3, p. 87-103.

EAGLY, A. H.; CARLI, L. L. **Through the Labyrinth**: The Truth About How Women Become Leaders. Boston: Harvard Business School Press, 2007.



A MATERNIDADE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA: GÊNERO, PODER E DESIGUALDADE

FRANCIOLI BAGATIN¹; LUANA BRONI DE ARAÚJO²

¹Universidade Federal de Pelotas - franbng@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - luanabujo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A maternidade, frequentemente concebida como destino natural da mulher, deve ser compreendida como uma construção social, histórica e política. A partir do final do século XVIII, com a consolidação da sociedade moderna, a maternidade passou a ser valorizada como um papel essencial da mulher, vinculado à emergência de novas formas de organização familiar e à crescente valorização da infância (Ariès, 1981; Badinter, 1985). Tal valorização, entretanto, esteve atrelada a estratégias estatais de controle populacional e disciplinamento social, transformando o cuidado materno em imperativo moral e político (Badinter, 1985).

Emma Goldman (1897) denunciou a imposição da maternidade como forma de contenção da liberdade feminina, defendendo que a maternidade deveria ser fruto de uma escolha consciente, e não de um papel obrigatório. Essa crítica é aprofundada por autores como Laqueur (2001), Strathern (1995) e Mead (1999), que evidenciam o caráter histórico e cultural dos papéis maternos, revelando sua vinculação a construções de gênero normativas e excludentes.

Foucault (1999) amplia essa compreensão ao tratar da sexualidade como campo de regulação social e política. A maternidade, dentro desse marco, torna-se parte dos dispositivos de poder que controlam os corpos e as subjetividades, sobretudo femininas. A crítica à naturalização da maternidade também está presente em Stolcke (2000), que adverte contra o essencialismo biológico que reduz a mulher à sua capacidade uterina.

A partir do pensamento de Carole Pateman (1993), a maternidade revela-se como pilar da estrutura patriarcal moderna. Em *O contrato sexual*, Pateman demonstra que a exclusão das mulheres da cidadania e do contrato social está diretamente relacionada à sua designação compulsória ao papel materno, subordinando-as à dominação masculina. O patriarcado, longe de ser apenas uma tradição cultural, constitui-se como sistema político que organiza o poder a partir da diferença sexual. Assim, a maternidade, quando imposta como função social essencial da mulher, atua como dispositivo de reprodução das desigualdades de gênero, restringindo sua participação plena na esfera pública, no mercado de trabalho e na política.

Compreender a maternidade como construção cultural e política permite desestabilizar os discursos normativos que vinculam a identidade feminina à maternidade. Tal análise abre espaço para reconhecer as múltiplas formas de parentalidade, questionar a divisão sexual do trabalho e propor modelos familiares mais equitativos. Ao desnaturalizar o papel materno, possibilita-se a luta por uma sociedade mais justa, na qual a maternidade seja uma escolha legítima, e não um destino imposto.

2. METODOLOGIA

Este trabalho fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, teórico-analítica, de cunho interdisciplinar, ancorada na teoria feminista estrutural de Sylvia Walby (1990), que compreende o patriarcado como um sistema de dominação masculina sustentado por seis estruturas interdependentes: o modo de produção patriarcal, as relações de trabalho remunerado, o Estado, a violência masculina, a sexualidade e as instituições culturais.



A análise foi conduzida por meio de pesquisa documental e revisão bibliográfica, com ênfase em dados estatísticos oficiais e relatórios institucionais produzidos no Brasil entre 2022 e 2025, incluindo fontes como o IBGE, IPEA, Ministério das Mulheres, DIEESE, entre outros. Também foram considerados estudos acadêmicos e projetos de pesquisa voltados à questão da maternidade e da desigualdade de gênero no país, de modo a evidenciar a transversalidade da maternidade em todas as estruturas do patriarcado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados levantados revelam que:

1. **No modo de produção patriarcal**, a maternidade amplia a carga de trabalho reprodutivo feminino. Mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos cuidados e afazeres domésticos, enquanto homens dedicam 11,7 horas (IBGE, 2024). A presença de filhos pequenos acentua ainda mais essa desigualdade.
2. **No trabalho remunerado**, a maternidade atua como fator de exclusão e precarização. Mulheres ganham, em média, 19,4% a menos que homens; essa diferença aumenta entre mulheres negras. Quando se trata de raça/cor, o relatório mostra que as mulheres negras, estão em menor número no mercado de trabalho (2.987.559 vínculos, 16,9% do total), e também são as que têm renda mais desigual (Brasil, 2024). A pergunta sobre filhos é comum em entrevistas de emprego, e a maternidade é frequentemente vista como "obstáculo" à produtividade.
3. **No Estado**, a baixa representação política feminina reflete o controle institucional sobre os corpos e decisões das mulheres. Apesar de representarem mais da metade da população, as mulheres ocupam apenas 13,2% das prefeituras e 18,2% das câmaras municipais. Políticas públicas ainda naturalizam a maternidade como um destino feminino (Ministério das Mulheres, 2025).
4. **Na violência masculina**, o lar — espaço central da maternidade — é também o lugar onde ocorrem 71,6% dos casos de violência contra mulheres. A maioria dos agressores é do sexo masculino, sendo que as mulheres negras são as mais afetadas (Ministério das Mulheres, 2025).
5. **Na esfera da sexualidade**, o controle sobre o corpo feminino se manifesta, por exemplo, na exigência de consentimento do parceiro para uso de métodos contraceptivos, o que revela a negação da autonomia sexual e reprodutiva das mulheres (Brasil, 2021).
6. **Nas instituições culturais**, a maternidade é exaltada como ideal de feminilidade e realização plena, reforçando estereótipos que vinculam a identidade feminina exclusivamente à maternidade e ao cuidado. A mídia, a religião e o sistema educacional ainda reproduzem discursos que vinculam a mulher ao lar, invisibilizando outras formas de existência feminina.

A análise dos dados evidencia que a maternidade, longe de ser uma escolha puramente individual, funciona como um eixo estruturante da desigualdade de gênero nas múltiplas dimensões do patriarcado. As estatísticas demonstram que mulheres, especialmente negras, arcam com a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados (21,3 horas semanais, contra 11,7 dos homens), enfrentam desigualdades salariais (19,4% a menos que os homens; e apenas 66,7% da remuneração das mulheres brancas, no caso das negras) e são frequentemente discriminadas no mercado de trabalho por serem mães ou por pretenderem sê-lo. No campo político, a sub-representação feminina (apenas 13,2% das prefeituras comandadas por mulheres em 2024) e os altos índices de violência contra mulheres (76,6% dos agressores são homens; 71,6% dos casos ocorrem no lar) revelam que o Estado e a violência institucional mantêm e legitimam a subordinação feminina (IBGE, 2024, Brasil, 2024, Ministério das Mulheres, 2025).

A sexualidade das mulheres também é controlada, como mostram exigências de consentimento masculino para contraceptivos, e a cultura, por sua vez, reforça o ideal da “mãe abnegada” como destino natural das mulheres. Esses dados confirmam que a maternidade é utilizada



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



como instrumento político e simbólico de controle sobre as mulheres, operando de forma transversal e articulada nas estruturas patriarcais descritas por Walby (1990).

4. CONCLUSÕES

A partir da análise das seis estruturas do patriarcado propostas por Sylvia Walby (1990) — modo de produção patriarcal, trabalho remunerado, Estado, violência masculina, sexualidade e instituições culturais —, evidencia-se que a maternidade não é apenas uma função biológica ou um papel social, mas sim um dispositivo central de controle político e simbólico sobre as mulheres. No contexto brasileiro, os dados apresentados revelam como a maternidade está profundamente atravessada por desigualdades de gênero, classe e raça, funcionando como um mecanismo de reprodução das hierarquias sociais. As mulheres, especialmente as negras, acumulam jornadas exaustivas de trabalho não remunerado, e são penalizadas no mercado de trabalho, sub-representadas nas esferas de poder e vítimas recorrentes de violências estruturais e simbólicas, muitas vezes legitimadas por instituições estatais e culturais.

A romantização da maternidade, somada à responsabilização exclusiva das mulheres pelo cuidado, reforça a permanência da lógica patriarcal em todas as dimensões da vida social. Conclui-se, portanto, que desnaturalizar a maternidade como destino feminino e compreender seu papel enquanto estrutura política são passos fundamentais para o enfrentamento das desigualdades de gênero e para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **A História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Ministério do Trabalho e Emprego. Mulheres recebem 19,4% a menos que os homens, aponta 1º Relatório de Transparência Salarial. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial>. Acesso em: 01 set. 2025.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 2719 de 2021**. Proíbe que planos e seguros privados de assistência à saúde exijam consentimento do companheiro para a inserção de Dispositivo Intrauterino (DIU) ou Sistema Intrauterino (SIU) em mulheres casadas, em união estável ou qualquer forma de relacionamento afetivo. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2292894#:~:text=PL%202719%2F2021%20Inteiro%20teor.Projeto%20de%20Lei&text=Pro%C3%ADbe%20que%20planos%20e%20seguros,qualquer%20forma%20de%20relacionamento%20afetivo>. Acesso em: 01 set. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FUZITA, Amanda. **Perguntas inconvenientes que apenas mulheres e mães escutam em entrevistas de emprego**. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/carreira/perguntas-inconvenientes-que-apenas-mulheres-e->



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



maes-escutam-em-entrevistas-de-emprego.a83a97b44b34fb11d5da5e1985d74e05kr6flen4.html. Acesso em: 01 set. 2025.

GOLDMAN, Emma. Marriage. **The Firebrand**. Julho/1897. Disponível em: <https://jwa.org/media/goldmans-first-published-writing-on-subject-of-marriage>. Acesso em: 01 set. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil** — 3ª edição (2024). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Perfil dos eleitos nas eleições de 2022**. Brasília. 2022. Disponível em: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Eleicoes-2022-Perfil-dos-Eleitos-1.pdf?x69356>. Acesso em: 01 set. 2025.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo aponta desigualdade de gênero no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14024-estudo-aponta-desigualdade-de-genero-no-trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado-no-brasil>. Acesso em: 01 set. 2025.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo – Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Relatório Anual Sócioeconômico da Mulher: RASEAM. Ano 7 (mar. 2025). Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025.

MOURA, Bruno de Freitas. **PNAD: mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico**. Agência Brasil. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico#:~:text=Em%202022%2C%20148%2C1%20milh%C3%B5es,%2C2%25%20entre%20o%20homens>. Acesso em: 01 set. 2025.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

STOLCKE, Verena. Es el sexo para el género lo que la raza para la etnicidad... e y la naturaleza para a sociedade? In: **Política e Cultura. Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**. México. 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/267/26701403.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de Pais, Necessidade de Mães. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2; p. 303-329, 1995.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1990.



GT 3: Relações Internacionais

DIFERENÇAS E SIMILARIDADES NA APLICAÇÃO DA CLÁUSULA DEMOCRÁTICA DO MERCOSUL: ESTUDOS DE CASO DO PARAGUAI, BRASIL E VENEZUELA

DOUGLAS GOVEIA RECHIA¹; NAIRANA KARKOW BONES²

¹*Universidade Federal de Pelotas – douglas_rechia@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – nairanabones@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Em meio aos processos de redemocratização da Argentina (1983), do Uruguai e do Brasil (1985) e do Paraguai (1989), foi firmado, em 1991, o Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). Do ponto de vista político, um marco relevante foi a assinatura do Protocolo de Ushuaia, em 1998, pelos Estados-membros do bloco, que instituiu a Cláusula Democrática. Esse instrumento representou um importante avanço, ao reforçar a vigência do regime democrático e de suas instituições como condição essencial e indispensável para o aprofundamento da integração regional e para a permanência dos Estados no bloco.

O documento estabelece, dentre outras disposições, que, “[n]o caso de ruptura da ordem democrática em um Estado Parte do presente Protocolo, os demais Estados Partes promoverão as consultas pertinentes entre si e com o Estado afetado” (Mercosul, 1998, p. 1). Dentre as possíveis consequências de uma ruptura, estão a suspensão do direito de participar nos órgãos dos processos de integração e dos direitos e obrigações resultantes desses processos.

Conforme se depreende da leitura de seu texto, a Cláusula sofre de imprecisão conceitual, uma vez que não define com clareza o conceito de democracia. Esta característica, segundo Monte e Anastasia (2017), contribui para um uso estratégico dessa regra de acordo com os objetivos e preferências dos governos. Com base nisso, selecionamos três crises que se sucederam nas políticas internas dos países-membros do Mercosul desde 1998, que constituem o objeto de análise: o impeachment de Fernando Lugo, no Paraguai (2012); o impeachment de Dilma Rousseff, no Brasil (2016); e a crise democrática que resultou na suspensão da Venezuela do bloco, em 2017. A escolha desses três casos se justifica pela repercussão internacional que provocaram e pelos debates que suscitaram em torno de temas como a democracia e a aplicação da Cláusula Democrática do Mercosul.

Para examinar tais episódios, adotamos uma abordagem neoinstitucionalista, baseada na premissa de que os fenômenos políticos podem ser explicados por meio da análise da interação entre os atores políticos e as instituições (Peres, 2008). Nesse sentido, a análise examina como as preferências dos atores políticos, suas posições estratégicas relativas à política externa e suas concepções sobre democracia se articulam com as regras institucionais do Mercosul, as quais restringem, condicionam e incentivam determinadas escolhas e ações. O estudo também considera outros fatores relevantes, como a dimensão econômica e os recursos de poder dos Estados.

Diante desse contexto, este trabalho busca responder à seguinte pergunta-problema: por que o Mercosul adotou posicionamentos distintos diante das crises políticas no Paraguai (2012), no Brasil (2016) e na Venezuela (2017)? A hipótese central sustenta que as diferenças nas decisões tomadas nesses casos decorrem mais de objetivos estratégicos de política externa no âmbito do Mercosul do que de motivações ideológicas ou de uma preocupação genuína com a defesa da democracia. O objetivo geral consiste em analisar a aplicação (ou não) da Cláusula Democrática em controvérsias



político-institucionais envolvendo governos de países-membros do Mercosul, no período compreendido entre 2012 e 2017.

2. METODOLOGIA

Para compreender e analisar a aplicação da Cláusula Democrática no Mercosul diante das crises políticas no Paraguai (2012), no Brasil (2016) e na Venezuela (2017), adotamos uma metodologia qualitativa, fundamentada em análise documental e no estudo de caso, com a utilização de fontes primárias e secundárias. Entre as fontes primárias, destacam-se os acordos firmados entre os países do Mercosul relacionados à Cláusula Democrática, além dos pronunciamentos oficiais de presidentes e chanceleres no período analisado. As fontes secundárias, por sua vez, correspondem à bibliografia especializada que trata da temática em questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de estudar os casos de crises político-institucionais mencionadas, desmembramos o texto em duas seções. A primeira faz referência aos conceitos de democracia e perpassa o desenvolvimento histórico da Cláusula Democrática, enquanto que na segunda, abordamos com maior profundidade os casos do Brasil, Paraguai e Venezuela, atentando para as dinâmicas e interações entre as instituições e os atores políticos.

A discussão sobre os conceitos de democracia estabelece as bases teóricas para analisar a retórica dos governos em relação ao tema da democracia e ao próprio uso da Cláusula. No campo das teorias democráticas, diversos modelos teóricos foram construídos ao longo de século XX, de modo que estas diferentes concepções são mobilizadas em disputas políticas, como apontaram Monte e Anastasia (2017) ao estudarem os debates feitos no Legislativo brasileiro à época da ratificação da adesão da Venezuela ao Mercosul. Nessas discussões entre os legisladores, se sobressaem concepções ora mais procedimentais de democracia, tributárias do minimalismo schumpeteriano (1961), ora mais substantivas e vinculadas ao igualitarismo de Pateman (1992) e Cohen (1997).

Feita esta incursão no debate democrático, analisamos brevemente o processo histórico que levou à criação do Protocolo de Ushuaia, levando em conta o contexto internacional e regional de expansão dos regimes democráticos e também o surgimento de instrumentos internacionais de proteção à democracia. Destacamos, por exemplo, o papel da Organização dos Estados Americanos (OEA), pioneira ao formalizar tal compromisso por meio de sua Carta de 1948 (Organization of American States, 1948). Constatamos também que, nesses instrumentos anteriores à Cláusula Democrática do Mercosul, não há uma definição precisa e clara sobre democracia.

Na segunda seção, destacamos que a Cláusula Democrática foi efetivamente aplicada em dois dos três casos analisados. No caso do Paraguai (2012), após o impeachment de Fernando Lugo, o Protocolo de Ushuaia foi acionado, resultando na suspensão temporária do país do Mercosul. De modo semelhante, em 2017, diante da crise política e institucional na Venezuela, o mecanismo também foi utilizado, culminando na suspensão do país do bloco até os dias atuais. Já no Brasil, em 2016, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, a Cláusula não foi acionada.

O recorte temporal deste estudo abrange parte do período denominado Onda Rosa, caracterizado pela ascensão de governos de esquerda na América do Sul, incluindo os Estados-membros do Mercosul, especialmente na primeira década dos anos 2000, os quais adotaram



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



agendas que, em maior ou menor grau, se opunham ao neoliberalismo (Oliveira, 2020). A convergência ideológica durante a Onda Rosa favoreceu certo alinhamento nas políticas externas.

No entanto, a formulação da política externa não se reduz à dicotomia entre neoliberalismo e progressismo, sendo atravessada por múltiplas variáveis, como interesses estratégicos, condicionantes institucionais e dinâmicas contextuais específicas. Para este estudo, adotamos a concepção de política externa proposta por Pinheiro (2004), que a define como o conjunto de ações e decisões de um ator - geralmente mas não necessariamente o Estado - em relação a atores externos, formuladas a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional (Pinheiro, 2004).

Até o momento, foram analisados os casos do Paraguai e do Brasil. Podemos destacar que, com base nos dados coletados e analisados, estamos verificando uma tendência de peso explicativo maior para os elementos política externa e preferências ideológicas, que parecem estar influenciando as tomadas de decisão dos Estados-membros do Mercosul na aplicação da Cláusula Democrática. No entanto, o caso do Paraguai pareceu trazer importância considerável à dimensão democrática da crise.

4. CONCLUSÕES

O trabalho se encontra em desenvolvimento. Nota-se que, embora o discurso em torno da democracia esteja presente e, no caso do Paraguai, sua relevância esteja um pouco mais evidente, as estratégias de política externa têm se mostrado de extrema relevância para explicar a tomada de decisão dos Estados-membros. Da mesma forma, a posição político-ideológica dos governos nessas decisões não pode ser compreendida isoladamente, devendo ser analisada em conjunto com outros fatores, como recursos de poder, instituições e o contexto interno e internacional. Ademais, o estudo contribui para a literatura sobre o processo de integração do Mercosul e sobre a utilização de cláusulas democráticas, ao evidenciar as consequências concretas da adoção de um instrumento de proteção da democracia em contextos de integração regional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COHEN, J. Procedure and Substance in Deliberative Democracy. In J. Bohman & W. Rehg, eds. **Deliberative Democracy: Essays on Reason and Politics**. 1997. Cambridge, MA: The MIT Press.

MERCOSUL. **Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile**. Ushuaia, 24 set. 1998. Disponível em:

<https://www.mercosur.int/pt-br/documento/protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico-n-o-mercosul-bolivia-e-chile/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MONTE, D.; ANASTASIA, F. Cláusula Democrática do Mercosul: indefinição conceitual e uso estratégico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 62, p. 11-36, jun. 2017.

OLIVEIRA, A. N. C. Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 26, nº 1, jan.-abr., p. 158-192, 2020.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Charter of the Organization of American States**. Bogotá: Organization of American States, 1948. Disponível em: https://www.oas.org/en/sla/dil/docs/inter_american_treaties_A-41_charter_OAS.pdf. Acesso em: 9 abr. 2025.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERES, P. S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 23 n. 68 outubro/2008.

PINHEIRO, L. **Política Externa Brasileira (1889-1992)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). - Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.



O ESTADO ARGENTINO E O LÍTIO: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES NOS GOVERNOS ALBERTO FERNÁNDEZ E JAVIER MILEI

MARIA PAULA SANTANA DA ROSA¹;

¹*Universidade Federal de Santa Maria – maria.rosa@acad.ufsm.br*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho está situado no âmbito da política internacional e busca compreender em que medida os interesses das empresas ligadas ao setor de mineração de Lítio estiveram representados no governo de Alberto Fernandez e estão representados no Governo Javier Milei, para isso buscou-se analisar discursos proferidos pelos respectivos presidentes, medidas tomadas em relação a atividade de mineração de Lítio na Argentina e discursos de representantes das mineradoras. Os minérios críticos são considerados essenciais para a economia e são caracterizados por apresentarem alto risco de escassez ou interrupção no fornecimento devido a fatores geopolíticos, dependência de importação, baixa substituíbilidade e desafios ambientais e tecnológicos. Esses minerais vêm crescendo em importância estratégica com o advento da transição energética e tecnológica. A elevada demanda internacional intensificou a competição entre potências globais, como Estados Unidos e China, que buscam garantir acesso seguro e estável a esses recursos. A Argentina, que detém a segunda maior reserva mundial de lítio, emerge com destaque nessa disputa, e suas decisões políticas ganham relevância para a geopolítica internacional. A mineração foi uma das primeiras atividades desenvolvidas pelos europeus na América Latina. Ao longo do tempo o papel que a atividade de mineração ocupou na economia e na política externa dos países flutuou de acordo com contextos internacionais e nacionais. A partir da década de 1990 e da ascensão do empreendimento neoliberal, os países da América Latina passaram a privatizar suas empresas de mineração nacionais e criar facilidades e incentivos para empresas internacionais explorarem suas reservas minerais, que passaram de recursos estratégicos para comuns (Hogenboom, 2012). No caso Argentino, especificamente, observa-se uma trajetória de abertura ao capital estrangeiro e de desnacionalização progressiva do setor.

O embasamento teórico deste trabalho apoia-se na teoria do Estado de Nicos Poulantzas, que compreende o estado como uma estrutura jurídico-política formada pelo direito burguês e pelo burocratismo. Segundo Poulantzas (2019), o Estado atua para organizar o bloco no poder e garantir a reprodução do capitalismo, mediando contradições e articulando interesses das frações da classe dominante. Essa perspectiva permite analisar como os governos de Fernández e Milei representaram e incorporaram os interesses das frações de classes das mineradoras em suas políticas. A relevância dessa pesquisa está na abordagem que analisa as tensões e repercussões dos interesses de frações de classe no interior do Estado. E como este efetiva e garante tais interesses por intermédio de políticas e concessões.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada combina pesquisa bibliográfica e análise documental de fontes primárias e secundárias. O referencial teórico está centrado na obra de Nicos Poulantzas, complementado por autores que discutem a política externa argentina e a geopolítica do lítio (MACHADO; STREIBEL, 2024) e por autores que pensam a política internacional latino americana em uma perspectiva Poulantziana (GRANATO; MARTUCCELI, 2024). Serão analisados



documentos como discursos presidenciais, legislação setorial, relatórios oficiais, comunicados de empresas mineradoras e artigos de imprensa especializada, abrangendo o período de 2019 a 2025. Até o presente momento foram analisadas 18 notícias veiculadas em portais especializados em mineração, veículos de imprensa de grande circulação e canais oficiais do governo argentino. Foram verificados os posicionamentos das seguintes empresas do setor: Liex S.A. (Zijin Mining), Livent (Arcadium Lithium), Ganfeng Lithium, Rio Tinto Group, Sinohydro e Y-TEC. A abordagem qualitativa permitiu identificar continuidades e rupturas discursivas e políticas entre os dois governos, com ênfase na triangulação de fontes para garantir robustez analítica. Como se trata de uma pesquisa em desenvolvimento, os resultados apresentados são parciais e sujeitos a revisão à medida que novos dados forem incorporados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que se possa realizar a análise dos governos de Fernandez e Milei é necessário elucidar os conceitos de estado, com ênfase nas particularidades latino-americana, bloco no poder e cena política. Para isso, utilizaremos como fundamentos as obras de Leonardo Granato (2021) e Granato e Martuscelli (2024). Para Granato (2021) o Estado na periferia do capitalismo, como é o caso da Argentina, não é um espelho passivo do Estado nos países do centro do sistema. Este é uma forma histórica específica, caracterizada por uma condição estrutural dependente e por uma formação social heterogênea, onde se condensam relações de força complexas que articulam interesses de burguesias locais e internacionais. O bloco no poder é definido como a aliança contraditória entre as classes e frações de classes dominantes que detêm a hegemonia no âmbito econômico (GRANATO; MARTUSCELLI, 2024). Dentro deste bloco, identifica-se uma fração hegemônica, cujos interesses particulares são prioritariamente servidos pela política estatal de forma duradoura, ainda que isso implique concessões a outras frações do bloco. Em contrapartida, a cena política é compreendida como o "espaço particular da representação partidária" e da disputa governamental imediata, onde atua a fração reinante que é o segmento cujos interesses encontram expressão direta nos partidos que controlam o aparelho de governo (GRANATO; MARTUSCELLI, 2024). A chave analítica proposta está na defasagem constitutiva entre esses níveis: a fração que reina no governo (cena política) pode não ser a mesma que detém a hegemonia real no bloco no poder. Mudanças que parecem radicais na primeira podem, portanto, ocultar uma continuidade na segunda, que é onde reside o poder estrutural.

Os resultados preliminares apontam a existência de rupturas e continuidades entre as posturas adotadas pelos governos Fernández e Milei, embora haja, no discurso, diferenças. No governo Alberto Fernández, a política para o setor de lítio foi coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Produtivo, sob a gestão de Matías Kulfas, que priorizou a articulação entre Estado, setor privado e academia para promover a industrialização e a agregação de valor (ARGENTO, 2023). Kulfas defendia um modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações e na integração regional, com destaque para as parcerias com a China (UNLP, 2022).

Com a posse de Javier Milei, implementou-se um "ajuste econômico de ruptura neoliberal" (LUCCHESI, 2025), onde a Secretaria de Energia foi incorporada ao Ministério da Economia, e o secretário Eduardo Rodríguez Chirillo iniciou uma agenda de desregulamentação e abertura econômica radical. Após desentendimentos, assumiu María Tettamanti, que deu continuidade à política de facilitar investimentos estrangeiros e reduzir a presença do Estado no setor (LANACIÓN, 2024). Conforme analisa Machado (2024), a política externa mileista se caracteriza por um alinhamento incondicional com os Estados Unidos e uma ruptura com os tradicionais parceiros regionais.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



No governo Fernández, os interesses das mineradoras foram mediados, como já mencionado, por um projeto que enfatizou o estado no processo de desenvolvimento, buscando conciliar a exploração mineral com a industrialização e a soberania tecnológica. Esta mediação estatal é evidenciada em atos concretos, como a visita do presidente Fernández ao projeto Tres Quebradas (Liex S.A.) em Catamarca (Fev/2022), onde o discurso oficial enfatizou a agregação de valor e o desenvolvimento regional. Da mesma forma, a inauguração de uma Planta Piloto do CONICET-UNLP (Jun/2022) materializa a prioridade dada à soberania tecnológica, articulando Estado, academia e setor privado dentro de um projeto nacional de participação em mais de uma etapa da cadeia de valor do lítio.

Já sob a gestão Milei, observa-se uma subordinação direta do estado aos interesses do capital transnacional, com a promoção de marcos legais como o Régimen de Incentivo para Grandes Inversiones (RIGI) - que oferece estabilidade fiscal por 30 anos aos grandes capitais - a flexibilização de normas ambientais e o alinhamento geopolítico com os Estados Unidos. O anúncio de um investimento de USD 2,7 bilhões da Livent (Mar/2025) foi tratado como uma validação das políticas de desregulamentação, e não como uma oportunidade de industrialização. Os discursos presidenciais e as reuniões com CEOs de grandes mineradoras refletem uma priorização da atração de investimentos em detrimento de considerações socioambientais e de longo prazo (BNamericas, 2024).

Quanto ao trato com as empresas chinesas, observou-se uma nítida diferença de abordagem entre os governos, enquanto Fernández promoveu parcerias estratégicas e joint ventures com empresas chinesas (como no caso Y-TEC/Ganfeng), visando transferência tecnológica e agregação de valor, o governo Milei adotou uma postura de desconfiança e restrição a investimentos chineses, privilegiando o alinhamento com capitais ocidentais. Contudo, a análise revela nuances pragmáticas nesta orientação ideológica. A manutenção do acordo entre Y-TEC e Ganfeng Lithium (BNamericas, Fev/2025), herdado do governo anterior, sugere que, no setor do lítio, o pragmatismo econômico pode sobrepor-se à retórica anti chinesa quando envolve investimentos concretos. Esta exceção, porém, confirma a regra geral de desconfiança, como atesta a revisão e ameaça de cancelamento dos contratos de energia com a chinesa Sinohydro (Dialogue Earth, 2024). Além disso, outro aspecto relevante identificado consistiu no caráter especulativo do mercado do lítio, no qual empresas de menor porte adquirem direitos de exploração sobre as salinas, realizam estudos preliminares que demonstram o potencial do local e revendem tais direitos por valores significativamente superiores, sem necessariamente avançar para a fase produtiva. Esta prática, recorrente no setor, cria uma camada adicional de opacidade que dificulta a identificação das áreas efetivamente em exploração versus aquelas mantidas para fins especulativos.

À luz de Poulantzas (2019) e com base na distinção teórica proposta por Martuscelli (2018), é possível considerar que o governo Fernández se caracterizou por uma dissociação entre hegemonia ideológica e política. Conforme Martuscelli (2018), a hegemonia ideológica, que é a capacidade de uma fração de classe impor sua visão de mundo como interesse geral, se manifestou através do projeto que visava participar de mais de uma etapa da cadeia de valor do lítio, articulado pela fração da burguesia ligada à mineração local. Entretanto, a hegemonia política, controle efetivo dos mecanismos de acumulação capitalista, manteve-se com o capital internacional, revelando a característica dependente do capitalismo argentino onde essas dimensões nem sempre coincidem. Já sob Javier Milei, observa-se que o capital internacional reassume simultaneamente a hegemonia ideológica, através do discurso neoliberal de ajuste e desregulamentação, e a hegemonia política, via controle direto do aparelho estatal. Esta reconfiguração, contudo, não altera a natureza fundamental do bloco no poder, que segue sob domínio do capital internacional, mas sim a forma de sua manifestação na cena política.



4. CONCLUSÕES

As conclusões parciais deste trabalho evidenciam uma reconfiguração significativa na representação dos interesses das empresas de mineração de lítio na Argentina entre os governos de Alberto Fernández e Javier Milei. Enquanto a gestão Fernández buscou mediar interesses de uma cena política onde se articulavam atores estatais, privados e acadêmicos, dentro de um quadro de autonomia relativa do Estado (POULANTZAS, 2019 apud MARTUSCELLI; GRANATO, 2024), a administração Milei aprofundou a subordinação do Estado aos imperativos do capital financeiro-extrativista transnacional, alinhando-se a uma agenda de liberalização radical e de dependência externa (LUCCHESI, 2025). O aspecto de continuidade reside na possível manutenção da fração de classe que detém a hegemonia política nos governos analisados.

A pesquisa tem identificado como desafio metodológico e analítico significativo a instabilidade crônica no mercado das mineradoras, caracterizada por frequentes trocas de denominação social e reestruturações corporativas, mesmo quando os interesses econômicos substanciais e a liderança executiva (CEOs) permanecem praticamente inalterados. Esta dinâmica de "reconfiguração superficial" dificulta o acompanhamento preciso das operações e a accountability corporativa. Um desafio analítico adicional reside na natureza dinâmica do governo Milei, particularmente considerando a recente derrota eleitoral de seu partido "La Libertad Avanza" na província de Buenos Aires em 2025 e o fato de que a Constituição argentina atribui às províncias a competência primária sobre os recursos minerais em seus territórios. Esta configuração institucional complexa, onde o governo nacional depende da cooperação provincial para implementar sua agenda mineral, introduz variáveis de incerteza política significativas.

A pesquisa segue em andamento e considerará não somente o acréscimo de dados adicionais, mas também aspectos de mudança na conjuntura política da Argentina do Governo Milei, que está em curso. Como desafio futuro, destaca-se a necessidade de monitorar se a atual orientação do governo se manterá consistente até o final de seu mandato em 2027, dada a instabilidade da conjuntura política argentina e as resistências que sua agenda enfrenta tanto no nível subnacional quanto no Congresso Nacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIGLP. Cómo fue definida la llegada de María Tettamanti a la Secretaría de Energía y con lo que se debate: cortes de luz, tarifas e obras. **AIGLP**, [S. l.], [2024]. Disponível em: <https://aiglp.org/como-foi-definida-a-chegada-de-maria-tettamanti-a-secretaria-de-energia-e-com-o-que-ela-se-depara-cortes-de-luz-tarifas-e-obras/>. Acesso em: 15 set. 2025.

ARGENTO, M. K. Litio en Argentina: el presidente Alberto Fernández visitó en Catamarca un proyecto de minería de litio y un emprendimiento turístico. **Litio.com.ar**, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://litio.com.ar/litio-en-argentina-el-presidente-alberto-fernandez-visito-en-catamarca-un-proyecto-de-mineria-de-litio-y-un-emprendimiento-turistico/>. Acesso em: 13 set. 2025.

BNamericas. Lithium: Argentina y Ganfeng formarán joint venture para proyectos en Salta.

BNamericas, 25 fev. 2025.

Disponível em:

<https://www.bnamericas.com/pt/feature/lithium-argentina-e-ganfeng-formarao-joint-venture-para-projetos-em-salta-na-argentina>. Acesso em: 14 set. 2025.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



BUENOS AIRES HERALD. Understanding Argentina's new large investment regime. **Buenos Aires Herald**, [S. l.], 2024. Disponível em:

<https://buenosairesherald.com/business/understanding-argentinanew-large-investment-regime>. Acesso em: 13 set. 2025.

CASA ROSADA. El presidente recibió a las autoridades de la empresa Livent que triplicará la capacidad productiva de litio en el país. **Casa Rosada**, [Buenos Aires], mar. 2022. Slider Principal. Disponível em:

<https://www.casarosada.gob.ar/slider-principal/48529-el-presidente-recibio-a-las-autoridades-de-la-empresa-livent-que-triplicara-la-capacidad-productiva-de-litio-en-el-pais>. Acesso em: 13 set. 2025.

CNN BRASIL. Saiba quem são os ministros e ministras de Javier Milei. **CNN Brasil**, 21 dez. 2023. Internacional. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/saiba-quem-sao-os-ministros-e-ministras-de-javier-milei/>. Acesso em: 14 set. 2025.

CONICET - LA PLATA. El presidente Alberto Fernández visitó la futura planta de litio en La Plata. **CONICET La Plata**, 29 jun. 2022. Disponível em:

<https://laplata.conicet.gov.ar/el-presidente-alberto-fernandez-visito-la-futura-planta-de-litio-en-la-plata/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CORTA. Quién es Eduardo Rodríguez Chirillo, el titular de Energía de Milei. **Corta**, [S. l.], 11 dez. 2023. Política. Disponível em:

<https://corta.com/politica/quien-eduardo-rodriguez-chirillo-titular-energia-milei-n20883>. Acesso em: 28 ago. 2025.

DIALOGUE EARTH. Argentina ameaça parceria com China em energia renovável. **Dialogue Earth**, 13 mai. 2024. Energia. Disponível em:

<https://dialogue.earth/pt-br/energia/argentina-ameaca-parceria-china-em-energia-renovavel/>. Acesso em: 13 set. 2025.

ENERGIA ONLINE. Designan como director en YPF a Eduardo Rodríguez Chirillo. **Energia Online**, 19 dez. 2023. Disponível em:

<https://energiaonline.com.ar/designan-como-director-en-ypf-a-eduardo-rodriguez-chirillo/>. Acesso em: 08 set. 2025.

GRANATO, L. **O Estado Latino-Americano: teoria e história**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

GRANATO, L.; MARTUSCELLI, D. E. **Ler Poulantzas**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2024.

HOGENBOOM, B. Depoliticized and repoliticized minerals in Latin America. **Journal of Developing Societies**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 133-158, 2012.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



INFOBAE. Milei recibió al CEO de la principal productora de litio en el país que confirmó una inversión de USD 2700 millones. **Infobae**, Buenos Aires, 12 mar. 2025. Economía. Disponible en:



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



<https://www.infobae.com/economia/2025/03/12/milei-recibio-al-ceo-de-la-principal-productora-de-litio-en-el-pais-que-confirio-una-inversion-de-usd-2700-millones/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LA CAPITAL. Kulfas: "Milei es un gran impulsor de la industria del resto del mundo". **La Capital**, [Rosario], 26 jan. 2024. Economía. Disponível em:

<https://www.lacapital.com.ar/economia/kulfas-milei-es-un-gran-impulsor-la-industria-del-resto-del-mundo-n10212232.html>. Acesso em: 28 ago. 2025.

LA NACIÓN. Con el respaldo a Milei, la segunda minera más grande del mundo acelera sus inversiones en el país. **La Nación**, Buenos Aires, 14 mar. 2025. Economía. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/economia/con-el-respaldo-a-milei-la-segunda-minera-mas-grande-del-mundo-acelera-sus-inversiones-en-el-pais-nid14032025/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

LA NACIÓN. Echaron al secretario de Energía, Eduardo Rodríguez Chirillo. **La Nación**, Buenos Aires, 17 out. 2024. Economía. Disponível em:

<https://www.lanacion.com.ar/economia/echaron-al-secretario-de-energia-eduardo-rodriguez-chirillo-nid17102024/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

LA NACIÓN. María Tettamanti: "No contamos con una potencia instalada suficiente para pasar los picos de demanda". **La Nación**, Buenos Aires, 13 ago. 2025. Economía. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/economia/maria-tettamanti-no-contamos-con-una-potencia-instalada-suficiente-para-pasar-los-picos-de-demanda-nid13082025/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LUCCHESI, P. A. Ajuste econômico de ruptura neoliberal na Argentina: uma análise dos primeiros meses do governo Milei. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1-25, 2025.

MACHADO, L. F. P.; STREIBEL, M. A geopolítica do lítio na América do Sul: China, Estados Unidos e a disputa por recursos estratégicos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 1-22, 2024.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo**. Florianópolis: Ed. Em Debate, 2018.

PODER360. Secretário de Energia da Argentina é substituído por aliado de Macri. **Poder360**, Brasília, 17 out. 2024. Poder Internacional. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/secretario-de-energia-da-argentina-e-substituido-por-aliado-de-macri/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

POULANTZAS, N. **Poder Político e Classes Sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019. PRESIDENCIA DE LA NACIÓN. Alberto Fernández recibió a los directivos de Ganfeng Lithium.

Argentina.gob.ar, [Buenos Aires], jun. 2022.

Disponível em:

<https://www.argentina.gob.ar/noticias/alberto-fernandez-recibio-los-directivos-de-ganfeng-lithium>. Acesso em: 13 set. 2025.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



PRESIDENCIA DE LA NACIÓN. El presidente Milei se reunió con autoridades de la empresa Rio Tinto Group. **Argentina.gob.ar**, [Buenos Aires], 24 abr. 2024. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/el-presidente-milei-se-reunio-con-autoridades-de-la-empresa-rio-tinto-group>. Acesso em: 29 ago. 2025.



O Discurso e o Espaço: levantamento das localidades dos pronunciamentos de Lula sobre a agenda energética durante o primeiro semestre de seu terceiro governo

CAIO MENEZES DOS SANTOS¹

¹*Universidade Federal de Pelotas – caio.ciba@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo identificar as localidades em que Luiz Inácio Lula da Silva realizou pronunciamentos sobre a agenda de transição energética durante o primeiro semestre de seu terceiro mandato. Esse trabalho se constitui de uma continuidade de outro elaborado pelo autor, denominado “A transição energética no discurso do terceiro governo Lula: uma análise exploratória do primeiro semestre” (Santos, 2025, no prelo). Essas ações são parte do processo de desenvolvimento de um trabalho de dissertação a ser desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel.

Após a eleição que consagrou Lula para o mais alto cargo do executivo nacional, o assunto sobre transição energética teve seu destaque em sua primeira participação em um fórum multilateral, a cúpula climática da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2022, essa conhecida como COP 27, realizada em Sharm El-Sheikh (Egito). Em pronunciamento, Lula expôs que o combate à mudança climática terá o mais alto perfil na estrutura do seu governo, apresentando ainda que para cumprir esse objetivo é necessário promover o crescimento econômico através da conjugação da inclusão social com a transição energética, sendo citados investimentos nas matrizes energéticas de fonte eólica, solar, hidrogênio verde e biocombustíveis, apontando que o território nacional é propício para isso (Silva, 2022).

Este trabalho, ao ser um processo da construção da dissertação, está alicerçado na seguinte pergunta norteadora: como a transição energética é significada no discurso de Luiz Inácio Lula da Silva em seu terceiro governo? A hipótese a ser verificada é de que a transição energética é significada em primeiro plano como estratégia para captação de investimentos, estando em segundo plano a questão de proteção ambiental.

A proposta da pesquisa terá como perspectiva teórica a Teoria de Discurso de Laclau e Mouffe (2015). Nesse sentido, adota-se o entendimento de “discurso” o conceito desenvolvido pelos autores em que se compreende indissociabilidade entre elementos linguísticos e extralinguísticos. Dado posto, para se compreender um discurso é fundamental analisar as articulações dos elementos que o constituem, a articulação desses elementos forma uma cadeia articulatória, conferindo lógica entre os elementos. Com isso, essa correlação emprega novos sentidos aos elementos, formando cadeia de equivalências. Por essa razão, a relevância em se verificar os espaços em que ocorrem esses pronunciamentos, sendo esses, elementos que realizam a construção do discurso.

2. METODOLOGIA

Para a pesquisa exploratória, a metodologia adotada foi a qualitativa. A primeira etapa consistiu na coleta dos pronunciamentos realizados por Luiz Inácio Lula da Silva durante os seus seis primeiros meses de mandato, disponibilizados pelo site do Palácio do Planalto. Em segundo momento, foram analisados os que apresentam elementos relacionados à agenda de transição energética, o que resultou na seleção de 37 pronunciamentos para análise. Esses pronunciamentos



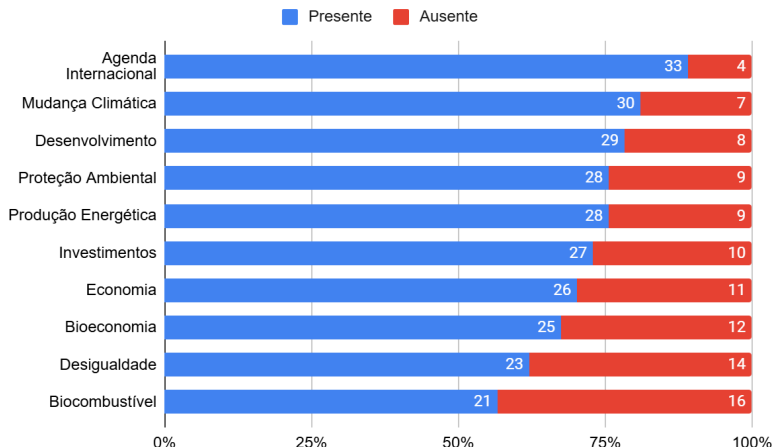
foram adicionados ao software NVivo, com o objetivo de organizar os dados e sistematizar os resultados encontrados. Em seguida, foi iniciado o processo de classificação dos elementos discursivos nos pronunciamentos, categorizando esses conforme entendimento sobre a temática, esse processo se denomina codificação, que, a partir da análise dos documentos, resultou em eixos e temáticas defendidas no discurso.

Para realizar o entendimento da construção do discurso, foi realizada uma identificação dos locais das realizações desses pronunciamentos, isso permite identificar o discurso em torno do significativo “transição energética” por permitir maior conhecimento de elementos para a formação da cadeia de equivalência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho antecessor dessa pesquisa após análise no NVivo, concluiu que houve uma predominância de dez codificações, sendo essas: Agenda Internacional (33 documentos); Proteção Ambiental (28, documentos); Desenvolvimento (29 documentos); Economia (26 documentos); Investimentos (27 documentos); Bioeconomia (25 documentos); Desigualdade (23 documentos); Produção Energética (28 documentos); Mudança Climática (30 documentos) e Biocombustível (21 documentos). Considerando que foram 37 documentos, é possível verificar a distribuição percentual e total dessas codificações nos pronunciamentos analisados, conforme gráfico:

Gráfico 1. Distribuição percentual e total das codificações.



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme apresentado no trabalho, evidenciou-se que, dentre os elementos constitutivos da cadeia de equivalências que estruturam o significado atribuído à transição energética por Luiz Inácio Lula da Silva, ao menos durante os seis primeiros meses de seu terceiro mandato, a dimensão econômica se apresenta como a mais recorrente. Isso decorre não apenas pela elevada frequência com que o tema foi abordado nos pronunciamentos oficiais, mas também pela ênfase reiterada ao longo desse período, a questão econômica pode ser observada em cinco categorias: Desenvolvimento, Economia, Investimentos e Bioeconomia. Em seguida, a questão ambiental se faz presente em quatro categorias: Proteção Ambiental, Bioeconomia, Mudança Climática e Biocombustível. Os códigos denominados Produção Energética e Biocombustível, estão atrelados à matriz energética, sendo possível a partir dessas identificar a prevalência sobre a origem da matriz energética.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



países que tiveram lideranças no Brasil, para encontros bilaterais e os pronunciamentos foram realizados estão em amarelo, esses são Finlândia e Romênia, durante visita de seus respectivos presidentes ao Brasil. Por sua vez, em verde estão aquelas lideranças em que os pronunciamentos foram realizados em encontros multilaterais, que contou com representantes de diversos Estados mas também de arranjos e blocos internacionais como a União Europeia, Cúpula dos Estados Latino Americanos e Caribe, além dos países membros do Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima.

Outro dado identificado nessa pesquisa é de que 24 desses pronunciamentos tiveram caráter de agenda externa, sendo 13 caráter de agenda interna, corroborando que a política externa apresenta uma predominância sobre a temática de transição energética, entretanto movimentações no âmbito interno são comuns e devem ser investigadas também.

4. CONCLUSÕES

A presente pesquisa demonstrou que a política externa brasileira possui significativa potencialidade para se consolidar como o principal espaço de articulação da transição energética, evidenciando, portanto, a necessidade de maior aprofundamento na análise da dimensão internacional da agenda energética do país. Observou-se, ainda, a diversificação das lideranças diante das quais o Brasil apresentou essa agenda, uma vez que os pronunciamentos analisados ocorreram perante autoridades de diferentes continentes.

Destaca-se, em especial, a relevância dos pronunciamentos realizados em encontros bilaterais com Estados Unidos, China, França, Reino Unido, Itália, Portugal, Espanha, Uruguai e Argentina. Os sete primeiros países, altamente industrializados e com histórico de exploração de economias periféricas, podem ser analisados sob a perspectiva da codificação “desigualdade”, de modo que se recomenda a realização de novas pesquisas direcionadas aos discursos proferidos nessas localidades, a fim de identificar as codificações mais recorrentes. Já em relação a Uruguai e Argentina, a hipótese levantada é a de que a transição energética possa ser mobilizada pelo Brasil como instrumento para o fortalecimento de sua condição de liderança regional, o que igualmente demanda investigações futuras para sua validação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq. 2015.

LACERDA, Carlos César de Oliveira; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizar do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r] existência. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 787-819, 2020.

SANTOS, Caio Menezes dos. A transição energética no discurso do terceiro governo Lula: uma análise exploratória do primeiro semestre. in: **XXVII Encontro de Pós-Graduação**. 2025, Pelotas. Anais, Pelotas: UFPel, 2025, no prelo.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **27ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU)**. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/16/veja-integra-do-discurso-de-lula-na-cop-27.ghtml>. Acesso em 15 de junho de 2024.



SUBDESENVOLVIMENTO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: UMA QUESTÃO DE PRODUÇÃO

AYOLSÉ ANDRADE PIRES DOS SANTOS¹; ETIENE VILLELA MARRONI²

¹Universidade Federal de Pelotas – ayolsesantos@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – evmarroni@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo é parte da pesquisa de doutorado em andamento, cujo objetivo visa compreender as capacidades do Estado são-tomense na promoção do desenvolvimento. São Tomé e Príncipe é um arquipélago formado por duas ilhas, localizado no Golfo da Guiné, na costa ocidental africana. Do século XV até a segunda metade do século XX, o país foi colônia portuguesa, usada para produção de culturas de exportação. Durante séculos de exploração, as remessas dos lucros advindos da produção agrícola (Cana-de açúcar, cacau, café), eram enviados à metrópole, sem qualquer investimento no país que permitisse o surgimento de um mercado interno capaz de gerar riqueza para as ilhas (Quaresma, 2017; Menezes, 2015). Durante a era colonial até a tomada de independência em 12 de julho de 1975, a economia do arquipélago assentava-se no modelo primário exportador. Após a independência, deu-se continuidade ao mesmo modelo sem programas alternativos de diversificação da economia. Preso a um modelo que não tem conseguido modernizar as forças produtivas e permitir os avanços da modernização, a balança comercial tem registrado déficit desde a independência, aos dias atuais (Menezes, 2015).

A independência formal de São Tomé e Príncipe, não significou a autosustentabilidade do país. Devido aos déficits recorrentes, as ajudas externas tornaram o meio necessário para que o Estado pudesse garantir os serviços essenciais à população (Santos, 2022). Embora localizado em uma região estratégica, a baixa capacidade financeira tem constituído obstáculo para a garantia da soberania. O Estado não possui recursos suficientes para controle do seu espaço aéreo e marítimo, nem tão poucas capacidades para explorar os recursos naturais existentes. Dessa forma, constata-se que São Tomé e Príncipe enquadra-se na categoria de Estado frágil. De acordo com Ferreira (2011), Estado frágil pode ser entendido como sendo Estado que não possui capacidade de cumprir com as suas funções, garantir a soberania e o bem-estar da sua população.

O subdesenvolvimento em São Tomé e Príncipe deve ser compreendido também a partir de sua inserção no contexto do capitalismo tardio. Sem ter vivenciado transformações estruturais significativas, como revoluções sociais ou industriais, o país permaneceu integrado à lógica periférica da economia mundial. Sua atividade produtiva manteve-se restrita, em grande medida, à exportação de matérias-primas, enquanto o mercado interno tornou-se receptor dos produtos industrializados oriundos dos países centrais (MANDEL, 1985). Tal dinâmica ilustra o que Piketty (2015) denomina “economia desigual”, na qual as assimetrias do capitalismo global condicionam a permanência de determinadas nações na produção de bens primários, ao passo que outras se consolidam na produção de mercadorias industrializadas, de maior valor agregado.



2. METODOLOGIA

Esse estudo tem se valido do método materialismo histórico dialético, desenvolvido por Marx e Engel (1980). Busca-se a partir do método estudar as diretrizes econômicas em São Tomé e Príncipe que justificam a sua condição atual de país subdesenvolvido. Para tal, o estudo se apoia na análise qualitativa dos principais dados macroeconômicos e, a partir disso, identificar os obstáculos ao desenvolvimento. Dos Santos (2011), salienta a importância da não dependência de produtos primários como indispensável para o desenvolvimento. Segundo o autor, desenvolvimento depende da elevação de padrão de vida, e isso apenas só é possível mediante processo de industrialização. A perpetuação do modelo primário exportador apresenta-se como obstáculo à elevação do padrão de vida no arquipélago. De modo a compreender a diretriz econômica, valeu-se dos dados da balança comercial fornecido pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), cujo objetivo foi identificar o estado da balança comercial. Dessa forma foi possível identificar o comportamento da economia real do país a partir da produção interna.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa identificou que a balança comercial tem registrado déficit recorrente, em que a importação tem sido maior que as exportações. Isso demonstra que o Estado são-tomense não é autossustentável, fazendo com que haja necessidade de recorrer a créditos, e forte dependência das ajudas externas. Além da dependência dos produtos primários, devido a pouca dimensão do território, tem sido inviável uma produção em larga escala de modo a aumentar a produção. Não obstante isso, verificou-se uma alta dependência dos bens importados, seja bens de consumo como bens de capital.

São Tomé e Príncipe continua sendo nos dias atuais a periferia do sistema capitalista (Mandel, 1985). Com a evolução do sistema capitalista para o capitalismo financeiro, tem-se registrado um aumento do estoque da dívida pública, 603.6 milhões de dólares no ano de 2023, de acordo com o Ministério de planejamento e finanças. A falta de investimento no setor secundário tem se apresentado como principal desafio para a melhoria de condições de vida. Devido a falta de produção interna, a importação tem encarecido o custo de vida da população. Com isso observa-se a falta de criação de estrutura, base da economia, que viabilize a diversificação da produção.

4. CONCLUSÕES

O desenvolvimento em São Tomé e Príncipe enfrenta desafios estruturais que decorrem da limitada capacidade estatal de promover políticas eficazes de substituição de importações, sobretudo pela ausência de investimentos consistentes no setor secundário. Essa fragilidade perpetua a dependência externa e a vulnerabilidade econômica diante das oscilações do mercado internacional. Assim, o enfrentamento desses obstáculos exige não apenas a diversificação produtiva e o fortalecimento da indústria local, mas também a construção de capacidades estatais que permitam ao país definir e implementar estratégias autônomas de desenvolvimento. Nesse sentido, pensar o futuro de São Tomé e Príncipe implica refletir sobre a necessidade de superar o modelo primário-exportador e avançar em direção a uma economia mais integrada, sustentável e menos dependente das potências externas.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAFFIERO, C. **O Capital: uma leitura popular**. 2. ed. São Paulo: Editora Polis, 1981.
- CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.
- CRUZ, G. S. P. V. **A Democracia em S. Tomé e Príncipe, Instabilidade Política e as Sucessivas Quedas dos Governos**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Lisboa.
- CRUZ, G. S. P. V. **A Democracia em S. Tomé e Príncipe, Instabilidade Política e as Sucessivas Quedas dos Governos**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Lisboa, 2014.
- FERREIRA, P. A. S. M. B. **“Estados frágeis” em África: a intervenção externa nos processos de statebuilding e peacebuilding**. 2011. Tese de Doutorado. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- HARDT, M; NEGRI, A. **Imperialismo**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- KARL, M; FRIEDERICH, E. **A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas**. Editorial Presença, 1980.
- KARL, M. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo : Expressão Popular, 2008
- . MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- PIKETTY, T. **A economia desigual**. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda., 2015.
- QUARESMA, E. S. **Economia Açucareira: São Tomé e Príncipe (século XVI ao XVII)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SANTOS, A. P. **Estudo da Questão Agrária da Ex Colônia Portuguesa: O Caso de São Tomé e Príncipe**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista.



AS PATENTES INDUSTRIAIS MILITARES: Infraestrutura de Contenção Tecnológica e a Reconfiguração do Sistema- Mundo

WANDER CATARINA DOS SANTOS¹; ETIENE
VILLELA MARRONI²

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – e-mail: wander.catarina@outlook.com

² Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – e-mail: evmarroni@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O sistema internacional contemporâneo caracteriza-se pela centralidade crescente do controle jurídico e contratual da difusão tecnológica. Mais do que os arsenais tangíveis, são as cláusulas de propriedade intelectual (PI), controles de exportação e verificações pós-entrega que configuram novas formas de contenção estratégica (Sell, 2003). A hipótese central é que a contenção tecnológica exerce função análoga à dissuasão nuclear da Guerra Fria, restringindo a autonomia de Estados formalmente independentes. Propõe-se, neste trabalho, a categoria de soberania bloqueada como chave heurística para captar como a autonomia tecnológica, tanto no núcleo quanto na semiperiferia do sistema-mundo, é restringida por dispositivos jurídicos e contratuais. Tais restrições não são eventos pontuais, mas mecanismos estruturais de poder, comparáveis, em sua função disciplinadora, à lógica nuclear da Guerra Fria.

Estudos da RAND Corporation (Camm et al., 2021a; 2021b; Weinbaum et al., 2022; Kotila et al., 2023) mostram que a gestão da PI militar tornou-se vetor de dependência estratégica, inclusive para os Estados Unidos, cuja hegemonia tecnológica é tensionada por cláusulas de data rights impostas por fabricantes privados. A incapacidade da Força Aérea norte-americana de realizar manutenções críticas no KC-46 (Camm et al., 2021a, p. 19) evidencia que a PI opera como mecanismo de bloqueio operacional. Ao mesmo tempo, a análise de Weinbaum et al. (2022) sobre a base industrial chinesa confirma a assimetria estrutural da disputa. Essas evidências convergem com a leitura histórico- estrutural de Wallerstein (2004) e Arrighi (1996), segundo a qual a hegemonia sustenta-se não apenas na primazia material, mas na institucionalização de formas de contenção — contratuais, jurídicas ou normativas. Assim, a PI de uso dual deve ser compreendida como dispositivo de dissuasão tecnológica, funcionalmente análogo à lógica nuclear, mas operando no plano jurídico e informacional.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota um mapeamento comparativo de marcos normativos institucionais, voltado à identificação de mecanismos causais que vinculam cláusulas contratuais e regimes normativos internacionais à autonomia tecnológica. O desenho organiza-se em três procedimentos principais e uma etapa auxiliar.

A análise documental estruturada seguirá Cellard (2008), enfatizando o contexto de produção, autoria e finalidade institucional das fontes. Examinará normas internacionais — como o Export Administration Regulations (EAR) e o International Traffic in Arms Regulations (ITAR) dos EUA, o Defense Federal Acquisition Regulation Supplement



(DFARS), bem como o Regulation (EU) 2021/821 e a Common Position 2008/944/CFSP da União Europeia. Incluem-se marcos nacionais, como a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil, 2020), além de contratos de defesa disponíveis em portais oficiais (PNCP, Compras.gov.br, acórdãos do TCU). Esses documentos revelam cláusulas de end-use, verificações pós-entrega, restrições de software e obrigações de confidencialidade, sistematizadas em uma matriz preliminar de codificação.

A segunda etapa corresponde à comparação estruturada de casos (George; Bennett, 2005). Três programas estratégicos brasileiros — Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB/SN- BR) e Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) — serão examinados à luz dos dados da etapa anterior. Selecionados por sua relevância geopolítica e documentação disponível, permitem observar restrições jurídico-normativas em diferentes setores. Para contraste externo, serão mobilizados relatórios de exportação da DSCA/FMS (EUA) e do COARM (UE).

A terceira etapa emprega o process tracing (Beach; Pedersen, 2013), voltado à reconstrução de cadeias causais. Busca-se verificar se decisões políticas e cláusulas contratuais — especialmente sobre data rights — geraram dependência tecnológica. O encadeamento causal será rastreado pela sequência decisão → cláusula → implementação → resultado, identificando a operação dos mecanismos de contenção.

Por fim, a triangulação utilizará bases agregadas (UNROCA, Comtrade, EDA e COARM) apenas como teste de consistência, avaliando se os padrões identificados nos casos específicos se confirmam em escala mais ampla. A operacionalização seguirá a seguinte estrutura: variável dependente (VD) = Autonomia Tecnológica Operacional (ATO), medida por acesso a software/dados, manutenção local, liberdade de reexportação e conteúdo nacional; variável independente (VI) = Intensidade de Contenção Jurídico-Normativa (ICJ), aferida por controles de exportação, cláusulas restritivas e limitações de PI. A mensuração será feita por escala ordinal (0–3), com registro das codificações em codebook replicável.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os primeiros resultados sugerem que a contenção tecnológica não é um fenômeno episódico, mas uma regularidade estrutural. Nos programas brasileiros (SGDC, PROSUB e CLA), cláusulas de confidencialidade, restrições de acesso a software e barreiras normativas produziram dependência operacional direta, confirmando a hipótese de que a soberania tecnológica se encontra juridicamente bloqueada. Esse padrão, entretanto, não se restringe à semiperiferia: a análise da RAND Corporation evidencia que até mesmo os Estados Unidos, núcleo hegemônico do sistema, enfrentam constrangimentos derivados de cláusulas de data rights impostas por fabricantes privados (Camm et al., 2021a).

Em contraste, a China adota estratégias ativas de superação, mobilizando mecanismos estatais de espionagem industrial e transferência seletiva (Hannas et al., 2013), enquanto a Rússia reconfigura sua dependência ao estreitar laços tecnológicos com Pequim após 2014. A convergência desses casos sugere que a PI militar e os contratos de defesa funcionam como instrumentos de dissuasão tecnológica, cuja eficácia não depende da posição estrutural isolada de cada Estado, mas da capacidade do núcleo em institucionalizar restrições e da habilidade das potências contestatórias em subvertê-las.



4. CONCLUSÕES

O exame comparativo indica que a contenção tecnológica, longe de ser acidental, constitui um mecanismo sistêmico de poder no capitalismo contemporâneo. A categoria de “soberania bloqueada” proposta neste estudo opera como chave heurística para captar essa condição: Estados do núcleo e da semiperiferia encontram sua autonomia restringida por dispositivos jurídicos que se articulam à lógica histórica da dissuasão. Ao integrar Wallerstein (2004), Arrighi (1996) e Sell (2003), a pesquisa sustenta que a PI militar de uso dual funciona como regime invisível de coerção, comparável, em sua função disciplinadora, à dissuasão nuclear do século XX. O mérito analítico reside em mostrar que a força não é hoje apenas bélica, mas normativa: quem controla as licenças, os registros e as cláusulas controla também a fronteira do possível. A agenda futura exige, portanto, investigar como alternativas contratuais (como acordos ITAR-free) e arranjos regionais de cooperação podem mitigar esse bloqueio, ampliando a margem de manobra de Estados semiperiféricos frente à contenção estrutural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- BEACH, D.; PEDERSEN, R. B. **Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**; Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/ENDPND_Optimized.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional** (versão eletrônica 2020). Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional-lbldn-1. Acesso em: 22 set. 2025.
- CAMM, F. et al. **Data Rights Relevant to Weapon Systems in Air Force Special Operations Command**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2021a. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR4298.html. Acesso em: 15 maio 2025.
- CAMM, F. et al. **Managing Intellectual Property Relevant to Operating and Sustaining Major U.S. Air Force Weapon Systems**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2021b. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR4252.html. Acesso em: 15 maio 2025.
- CELLARD, A. A análise documental. In: **POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



EUROPEAN UNION. Regulation (EU) 2021/821 of the European Parliament and of the Council of 20 May 2021 setting up a Union regime for the control of exports of dual-use items. **Official Journal of the European Union**, 2021. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32021R0821>. Acesso em: 20 set. 2025.

EUROPEAN UNION. Council. Common Position 2008/944/CFSP defining common rules governing control of exports of military technology and equipment. **Official Journal of the European Union**, 2008. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32008E0944>. Acesso em: 20 set. 2025.

GEORGE, A. L.; BENNETT, A. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

KOTILA, B. et al. **Fostering Innovation in Military Technology**: Strengthening DoD's Commercial Technology Pipeline. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2023. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RBA1352-1.html. Acesso em: 15 maio 2025.

SELL, S. K. **Private Power, Public Law**: The Globalization of Intellectual Property Rights. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. (Cambridge Studies in International Relations; 88).

UNITED STATES. Export Administration Regulations (EAR). **Code of Federal Regulations**, Title 15, Part 730–774. Disponível em: <https://www.ecfr.gov/current/title-15/subtitle-B/chapter-VII/subchapter-C>. Acesso em: 20 set. 2025.

UNITED STATES. International Traffic in Arms Regulations (ITAR). **Code of Federal Regulations**, Title 22, Part 120–130. Disponível em: <https://www.ecfr.gov/current/title-22/chapter-I/subchapter-M>. Acesso em: 20 set. 2025.

UNITED STATES. Defense Federal Acquisition Regulation Supplement (DFARS). **Code of Federal Regulations**, Title 48, Chapter 2, Part 227. Disponível em: <https://www.acquisition.gov/dfars/part-227-patents-data-and-copyrights>. Acesso em: 20 set. 2025.

WALLERSTEIN, I. **World-Systems Analysis**: An Introduction. Durham; London: Duke University Press, 2004.

WEINBAUM, C. et al. **Assessing Systemic Strengths and Vulnerabilities of China's Defense Industrial Base**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2022. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_briefs/RBA930-1.html. Acesso em: 15 maio 2025.



SECURITIZAÇÃO DAS MILÍCIAS CARIOCAS E AS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA

DIEGO FERNANDES¹; GUILHERME ZIEBELL (orientador)²

¹UFRGS – diegotf143@gmail.com

²UFRGS – guilherme.ziebell@ufrgs.br

1. INTRODUÇÃO

As milícias cariocas surgiram no final do século XX, inicialmente como grupos de extermínio e proteção local, compostos, em grande parte, por agentes de segurança pública. Ao longo do tempo, essas organizações evoluíram, ampliando suas atividades criminosas e influência política, consolidando-se como atores de grande relevância na dinâmica da violência urbana no Rio de Janeiro. Este trabalho analisa a formação, evolução e atuação das milícias sob a perspectiva das Relações Internacionais, destacando políticas públicas, influenciadas por fatores externos como a “guerra às drogas” dos Estados Unidos, que contribuíram para a consolidação dessas organizações, que se tornaram um dos maiores desafios de segurança pública no Brasil.

A expansão e consolidação das milícias cariocas representam um desafio complexo e multifacetado para o Estado brasileiro. Inicialmente toleradas, ou até mesmo incentivadas, como um “mal menor” frente ao tráfico de drogas, as milícias se transformaram em grandes organizações criminosas que controlam territórios, influenciam políticas públicas e ameaçam a soberania estatal. Como compreender a relação entre políticas públicas de segurança, moldadas por influências externas como a “guerra às drogas”, e a ascensão das milícias a ponto de se tornarem uma questão central de segurança pública? Essa pesquisa busca explorar como a partir da teoria da securitização percebe-se mudanças da postura estatal em relação as milícias, inicialmente tratadas como “mal menor” frente ao tráfico de drogas e após 2008 e especialmente com o surgimento das milícias 5G ou narcomilícias, esses grupos passaram a ser securitizados, consolidando-se como uma das maiores ameaças à segurança pública no Brasil.

A relevância deste estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre a evolução das milícias no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, e seu impacto nas políticas públicas e na segurança pública. A escolha do tema se justifica pela urgência em desvendar como esses grupos se consolidaram como atores relevantes no cenário político e econômico, além de suas implicações para a soberania estatal. No campo acadêmico, a pesquisa contribui para a ampliação dos estudos sobre segurança e o impacto de narrativas internacionais em políticas públicas no Brasil, ao analisar como a narrativa causal da guerra às drogas influenciou políticas que fortaleceram a atuação das milícias e moldaram a resposta estatal ao crime organizado. Para a sociedade, ela lança luz sobre a complexidade do problema das milícias, suas raízes estruturais e o papel do Estado em sua formação e combate.

Os objetivos deste trabalho incluem analisar o processo de securitização e dessecuritização relacionado às milícias e ao tráfico de drogas, investigando a influência da política de securitização das guerras às drogas dos Estados Unidos na formulação de estratégias públicas. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar, utilizando revisão bibliográfica e análise documental para examinar atos de fala, políticas de segurança pública e a atuação das milícias ao longo das últimas décadas.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Inicialmente se faz necessário destacar que as milícias, são grupos paramilitares, compostos por civis que se utilizavam de práticas guerrilheiras e lutava, contra invasões estrangeiras. No Brasil a associação do termo “milícia”, se refere grupos compostos por agentes públicos, como policiais civis, policiais militares e bombeiros militares que estando ou não em atividade, se organizam em grupos paramilitares, inicialmente com o objetivo de oferecer proteção a população, em geral, dos traficantes (Zaluar, Conceição, 2007, p. 90). Isso só foi possível pois havia um descrédito da população em relação a atuação do Estado e em seu uso de forças para proteção da comunidade, trazendo assim certa aprovação inicial por parte da sociedade acerca do *modus operandi* das milícias na defesa dos “cidadãos de bem”.

A análise das milícias cariocas, embora enraizada em um fenômeno de segurança interna, insere-se diretamente no campo das Relações Internacionais, uma vez que evidencia a interdependência entre agendas domésticas e dinâmicas globais de segurança. A securitização do crime organizado e da violência urbana, especialmente após o fim da Guerra Fria, ampliou a noção tradicional de segurança, antes centrada no Estado e em ameaças militares, para incluir atores não estatais e fenômenos transnacionais. Nesse sentido, compreender a trajetória das milícias implica reconhecer como narrativas globais, como a guerra às drogas liderada pelos Estados Unidos, influenciaram políticas públicas brasileiras e moldaram respostas estatais à criminalidade. As milícias, portanto, não podem ser analisadas apenas como um problema local, mas como parte de um quadro mais amplo de transformações nas concepções de segurança, no qual a criminalidade organizada se torna uma ameaça central à ordem interna e internacional.

Assim, a relação entre o Estado e as organizações criminosas, como as milícias, revela uma dinâmica complexa, na qual as organizações criminosas desafiam a segurança interna dos Estados nacionais ao operarem com forças paralelas, não dotadas de legitimidade do uso da força. Essa realidade nos leva a um ponto-chave nos debates acerca dos estudos de segurança internacional: a necessidade de expandir o conceito para além das ameaças externas, como guerras entre Estados e exclusão de questões militares. É neste contexto que surge a discussão sobre a evolução dos estudos de segurança, especialmente com a contribuição da Escola de Copenhague.

É nesse contexto que a criação da Escola de Copenhague surge, se voltando ao continente europeu nos anos 1980, durante o auge do conflito, grande parte da literatura da área ressalta aspectos estratégicos e militares. Essa nova corrente busca redefinir os limites teóricos da área de segurança, por meio do debate sobre a redefinição do conceito de segurança utilizado em Relações Internacionais. A Escola de Copenhague pode ser vista como abrangente, por sustentar que as ameaças à segurança se originam não apenas na esfera militar, mas também das esferas política, econômica, ambiental e social (Tanno, 2003). O livro “A New Framework for Analysis” (Wæver et alii, 1998) é um importante marco não só para a Escola de Copenhague, mas também para todos os estudos de segurança. Aqui defende-se que cabe ao pesquisador apenas identificar quando uma questão está sendo apresentada como pertencente à área de segurança. Em *Security, a New Framework for Analysis* (Wæver et alii, 1998), segurança é descrita como:

A partir da perspectiva da Escola de Copenhague, faz-se necessário explicar o conceito de securitização, como uma das maiores contribuições dos pesquisadores da Escola de Copenhague. Securitização pode ser entendido como um movimento discursivo que busca apresentar uma ameaça referente a uma situação ou objeto, com o intuito de elevá-la para além do campo político, valendo-se, portanto, de medidas excepcionais (Buzan et al., 1998). Tal termo foi cunhado pela Escola de Copenhague nos anos 1990 e nas Relações Internacionais insere de maneira, mesmo que cautelosa, propostas de expansão dos níveis de análise para além do paradigma estatal e de consideração de novos fatores, tais como o papel da agência, identidade e percepções (Saint Pierre, 2018).



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Segundo o fundamento da teoria de securitização, ela ocorre ao transcender a esfera normal da política, utilizando-se de medidas excepcionais, que por sua vez necessitam de um processo que inclui, ao menos, quatro variáveis: objeto referente, agente securitizador, ato de fala e audiência. A teoria da securitização envolve quatro elementos principais: o objeto referente, que é percebido como uma ameaça que precisa ser tratada de maneira excepcional; o agente securitizador, que, por meio do discurso, tenta convencer a audiência de que essa ameaça é real e urgente; o ato de fala, que consiste na declaração que busca legitimar a adoção de medidas emergenciais; e, por fim, a audiência, que é responsável por aceitar ou rejeitar essa narrativa, determinando se as ações excepcionais serão ou não implementadas. Conceitualmente a teoria de securitização dá ênfase maior ao discurso do que as medidas excepcionais, pois ele é capaz de evidenciar uma ameaça e viabilizar a legitimação pela audiência do uso de tais medidas (Buzan et al., 1998).

As milícias em sua fase inicial se distinguiram com o resto do crime organizado do Rio de Janeiro, porém com o passar dos anos essa diferença quase não se faz mais presente, pois as milícias da atualidade não apenas cobram por serviços de proteção, mas também adentraram na competição pelo mercado de tráfico de drogas e demais serviços, criando assim o termo narcomilícias, que segundo dados do IBGE apontam que 2,7 milhões de cariocas vivem sob o domínio destas narcomilícias, termo que passou a ser utilizado sob o governo Cláudio Castro (PL).

Na análise do autor Brama (2019), o fenômeno das milícias é dividido em dois momentos distintos, tendo como marco de separação a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias em junho de 2008. A CPI foi criada pela Resolução nº 433/2008, publicada no Diário Oficial da União em 11 de junho de 2008. Sua criação foi motivada pelo sequestro e tortura física e psicológica de jornalistas do jornal carioca “O Dia” em 14 de maio de 2008 por milicianos na favela do Batan, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O episódio chocou a sociedade brasileira e evidenciou a crescente atuação das milícias no Rio de Janeiro, o que levou à criação da CPI para investigar o problema e buscar soluções para combatê-lo.

Sob forte pressão da opinião pública, o governo, através do deputado Marcelo Freixo (PSOL) instaurou uma CPI para investigar as milícias. Estas, agora motivo de grande preocupação, recebiam maior atenção da imprensa e da sociedade civil. O clamor popular forçou os deputados estaduais do Rio a aprovarem a Comissão Parlamentar de Inquérito, algo que Freixo já havia solicitado no terceiro dia da nova legislatura, em fevereiro de 2007. “Liderada por Freixo, a comissão indiciou 225 pessoas, entre políticos, policiais, agentes penitenciários, bombeiros e civis” (Manso, 2020). Uma das contribuições da CPI foi a confirmação da relação entre milícias e cargos públicos, principalmente cargos legislativos.

Em 2008 as milícias eram definidas por cinco elementos: a) domínio territorial de grupos armados irregulares sobre pequenos territórios; b) coação sobre moradores e comerciantes; c) motivação de lucro individual; d) discurso de legitimação; e) participação ativa e pública de agentes do Estado em posições de comando (Cano, 2008). Após o marco da CPI definido por Brama (2019), as milícias mantêm apenas seus três primeiros elementos inalterados. A imagem da milícia enquanto “mal menor” sofre um pesado desgaste, o que resulta na perda da capacidade de seu discurso de legitimação, principalmente no poder público. Da mesma maneira, a expansão das milícias nos próximos anos é intensificada por outra perda de elemento: a participação ativa de agentes do Estado em posições de comando não é mais vista como regra absoluta. Após a CPI a expansão das milícias no Rio de Janeiro, passou a ocorrer de forma mais discreta, “no sapatinho”, segundo Cano e Duarte (2012).

A principal distinção entre milicianos e facções criminais já não se sustenta nos mercados que exploram, nem em suas bases econômicas, visto que essas organizações se aproximam cada vez mais. A distinção clássica entre ambos se dissolve: a milícia atua em mercados antes dominados pelos



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



traficantes, enquanto estes aderem a atividades antes exclusivas da milícia. A partir disso, a distinção mais nítida se encontra nos tipos de atores que integram cada organização. O que caracteriza uma milícia é a participação de agentes públicos em seus quadros, algo dificilmente encontrado nos comandos do tráfico (Hirata; Cardoso; Grillo, 2021).

Atualmente, o modelo de milícias se transformou de forma significativa em relação ao início dos anos 2000, adquirindo maior capacidade de geração de renda e ampliando sua inserção em mercados ilícitos, especialmente o do tráfico de drogas. Esse movimento marca o surgimento das chamadas “narcomilícias” ou “milícias 5G”, que, ao se associarem a facções criminosas, consolidaram novas formas de dominação territorial e econômica, tornando-se protagonistas da violência urbana no Rio de Janeiro. Essa mudança de perfil representou um ponto de inflexão no modo como o Estado passou a lidar com o fenômeno: de grupos inicialmente tolerados ou até incentivados como barreira ao tráfico, as milícias se tornaram objeto de securitização, sendo cada vez mais enquadradas como uma das maiores ameaças à segurança pública e à própria soberania estatal. É nesse contexto que este trabalho se propõe a analisar a evolução das milícias sob a ótica da teoria da securitização, investigando como narrativas internas e externas moldaram a postura estatal diante dessas organizações criminosas e seus impactos para as políticas públicas de segurança.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, com base em revisão bibliográfica e análise documental. O objetivo é compreender a trajetória das milícias no Rio de Janeiro a partir da relação com o Estado e dos discursos de securitização que moldaram sua percepção ao longo do tempo.

O trabalho FOI desenvolvido em três eixos principais. O primeiro eixo busca resgatar a formação do Estado moderno, recorrendo a autores como Thomas Hobbes, Max Weber e Hans Morgenthau, a fim de fundamentar o debate sobre soberania, monopólio da violência e legitimidade do poder. Essa etapa teórica é indispensável para situar a discussão acerca do papel do Estado frente ao crime e à violência, bem como para esclarecer os referenciais que embasam a análise da relação entre milícias e Estado.

O segundo eixo insere o fenômeno das milícias no campo dos Estudos de Segurança Internacional, destacando a ampliação da agenda de segurança após o fim da Guerra Fria, quando novas ameaças não estatais, como terrorismo e crime organizado, que passaram a ocupar lugar central nas dinâmicas de segurança internacionais. Nesse ponto, foram mobilizados conceitos da Escola de Copenhague, em especial a teoria da securitização, como ferramenta para compreender a mudança na postura do Estado em relação às milícias, que deixaram de ser percebidas como um “mal menor” para se tornarem ameaça securitizada.

Por fim, o terceiro eixo da pesquisa consiste na análise empírica, realizada a partir de documentos oficiais (como relatórios da CPI das Milícias), legislações, planos de segurança pública e discursos políticos e fontes secundárias de autores que analisaram o fenômeno das milícias cariocas, como Manso (2020), Zaluar e Conceição (2012), Brama (2019), entre outros. Esse material permitiu identificar como as políticas públicas e narrativas securitizadoras contribuíram para moldar a trajetória das milícias, desde sua formação no vácuo de governança pós-ditadura até sua consolidação como atores políticos, econômicos e criminais.

O cruzamento entre referencial teórico e análise documental possibilitou observar de que forma o Estado, por meio de seus discursos e práticas, participou tanto da tolerância inicial quanto da



posterior securitização das milícias, evidenciando as dinâmicas que explicam seu fortalecimento e expansão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho, fruto do desenvolvimento de meu TCC, permitiu avançar na compreensão da trajetória das milícias cariocas a partir de sua relação com o Estado e do processo de securitização. A pesquisa mostrou que, em diferentes momentos, as milícias foram tratadas de formas distintas: inicialmente toleradas ou vistas como um “mal menor” diante do tráfico; posteriormente expostas e criminalizadas a partir da CPI de 2008; e, mais recentemente, securitizadas como uma das maiores ameaças à segurança pública, sobretudo com o surgimento das chamadas milícias 5G. Os resultados indicam que o Estado, por meio de seus discursos e políticas públicas, oscilou entre a omissão, a instrumentalização e a repressão seletiva, revelando um processo de securitização e dessecuritização contínuo, que não levou ao enfraquecimento dessas organizações, mas sim à sua adaptação e fortalecimento.

As milícias cariocas tiveram sua origem em grupos de extermínio e na chamada “polícia mineira”, inicialmente constituídas como uma resposta à violência urbana em áreas de pouco alcance estatal. Com o passar dos anos, essas organizações expandiram suas atividades, ingressaram na política e adquiriram maior influência, como evidenciado na CPI das Milícias. Após a CPI, as milícias buscaram operar “no sapatinho”, reduzindo sua exposição, até se transformarem nas chamadas milícias 5G ou narcomilícias, nas quais ampliaram seu poderio territorial, político e econômico, incorporando práticas do tráfico de drogas em sua estrutura.

4. CONCLUSÕES

No âmbito teórico, este estudo utilizou os conceitos de securitização da Escola de Copenhague, permitindo compreender como as milícias foram enquadradas no debate sobre segurança pública no Brasil. Essa perspectiva possibilitou identificar os momentos em que esses grupos foram dessecuritizados, tratados como “mal menor” diante do tráfico de drogas, e posteriormente securitizados, quando passaram a ser reconhecidos como uma das maiores ameaças à segurança pública.

Entre os desafios enfrentados, destacam-se a resiliência e capacidade de adaptação das milícias, que souberam explorar lacunas das políticas públicas, bem como a omissão e até conivência estatal que favoreceram sua consolidação. A influência externa, sobretudo da política estadunidense de “guerra às drogas”, também se mostrou central, ao moldar estratégias nacionais de combate ao crime que priorizaram o tráfico e abriram espaço para a expansão milicianista.

Em síntese, este trabalho evidencia que as milícias não podem ser compreendidas apenas como grupos criminosos locais, mas como fenômenos profundamente vinculados às fragilidades do Estado, às contradições das políticas públicas de segurança e à circulação de narrativas internacionais. Essa constatação ressalta a necessidade de repensar o enfrentamento estatal ao problema, superando respostas militarizadas e fragmentadas, a fim de resgatar a legitimidade e a soberania do Estado diante de um dos maiores desafios de segurança pública contemporânea.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAMA, Leonardo. As diversas milícias do Rio de Janeiro: entre expansões práticas e semânticas. 2019. 119f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019

BUZAN, B; HANSEN, A. Evolução dos Estudos de Segurança Internacional. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUZAN, Barry; Wæver, Ole; Wilde, Jaap de. Security: A New Framework For Analysis. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). LAV, Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2012.

HIRATA, Daniel; CARDOSO, Adauto; GRILLO, Carolina Christoph. A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados. Rio de Janeiro: Geni/UFF, 2021.

MANSO, Bruno Paes. A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. Todavia, 2020.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. Grandes tendências da segurança internacional contemporânea. JOBIM, N.; ETCHEGOYEN, S.; ALSINA JP. Segurança internacional. Perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

TANNO, G. (2003). A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. In: Contexto Internacional, Vol. 25; No. 1; Janeiro-Junho 2003.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 89-101, 2007.



REFLEXÕES SOBRE A DECLARAÇÃO DO RIO DE 2025 DOS BRICS: A DEFESA DO MULTILATERALISMO E A REFORMA DA OMC

MARIELE CUNHA ROCHA¹

¹*Universidade Federal de Pelotas – advmariele@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o multilateralismo tem sido entendido como o principal instrumento de organização das relações internacionais, oferecendo mecanismos para a cooperação entre Estados e a construção de normas compartilhadas em diversos campos, incluindo o comércio, a segurança e os direitos humanos. Contudo, nas últimas décadas, esse modelo tem enfrentado desafios significativos, refletidos em paralisia decisória, na adoção crescente de medidas unilaterais e no questionamento da legitimidade de suas instituições centrais. No regime internacional de comércio, tais dificuldades são particularmente evidentes na Organização Mundial do Comércio (OMC), que se depara com impasses nas negociações multilaterais, fragilidades na implementação de normas e a paralisação do seu Órgão de Apelação. Nesse contexto, coalizões de países emergentes, como os BRICS, vêm assumindo maior protagonismo ao reivindicar uma ordem internacional mais inclusiva, democrática e representativa.

A Declaração do Rio de Janeiro, adotada na Cúpula dos BRICS de 2025, oferece pistas relevantes sobre a visão do grupo a respeito do multilateralismo e do sistema de comércio internacional. O documento reafirma a centralidade da ONU e da OMC, critica medidas unilaterais e protecionistas disfarçadas de objetivos ambientais e defende a necessidade de uma reforma que contemple as demandas do Sul Global. A análise dessa declaração permitirá compreender em que medida os BRICS se apresentam como defensores da ordem multilateral existente, como reformistas que buscam reposicionar seu funcionamento ou, ainda, como atores que ensaiam alternativas normativas para o regime de comércio.

Diante disso, o problema de pesquisa que orienta o estudo é: De que forma a Declaração do Rio de 2025 permite identificar o posicionamento dos BRICS frente aos desafios do multilateralismo e às negociações na Organização Mundial do Comércio?

O objetivo geral da pesquisa apresentada é analisar como a Declaração do Rio de Janeiro expressa o posicionamento dos BRICS quanto ao multilateralismo, com ênfase no regime internacional de comércio e no papel da OMC. Especificamente, busca-se: a) identificar as críticas e propostas apresentadas pelos BRICS à OMC e ao sistema de comércio multilateral; b) avaliar se tais posicionamentos configuram uma agenda de reforma ou de contestação; e c) discutir os limites e possibilidades dos BRICS como polo de representação do Sul Global na governança internacional.

A relevância desta pesquisa reside na possibilidade de contribuir para a compreensão do papel de atores emergentes na redefinição das instituições multilaterais em um cenário de multipolaridade crescente. Ao examinar um documento político de alto nível, como a Declaração do Rio, pretende-se captar não apenas o discurso oficial dos BRICS, mas também as tensões e contradições que atravessam a construção de uma agenda coletiva para a reforma do multilateralismo e da OMC.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa se insere no campo das Relações Internacionais e da Ciência Política, em afinidade com a linha de pesquisa “Instituições e Processos Políticos”. Do ponto de vista teórico, este trabalho ancora-se no Institucionalismo Neoliberal de KEOHANE (1984); RUGGIE (1992) e KRASNER (2012), que consideram os regimes internacionais como arranjos institucionais que reduzem custos de transação, facilitam a cooperação e aumentam a



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



previsibilidade entre atores em um sistema internacional anárquico. Para esse referencial, a crise atual da OMC pode ser compreendida tanto como resultado de falhas institucionais quanto como oportunidade de adaptação e reforma.

2. METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada na análise documental da Declaração do Rio de Janeiro dos BRICS, com o objetivo de compreender o posicionamento do grupo em relação ao multilateralismo e à Organização Mundial do Comércio (OMC). O documento foi examinado para identificar temas centrais, tais como a defesa e reforma do multilateralismo, o papel da OMC, a representação do Sul Global, a construção de uma ordem multipolar e possíveis contradições entre discurso e prática. A interpretação do conteúdo permitiu analisar as estratégias políticas do bloco, suas prioridades e limitações, articulando os resultados ao contexto das Relações Internacionais e do regime internacional de comércio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da Declaração do Rio de Janeiro revela uma abordagem estratégica dos BRICS em relação ao multilateralismo e ao regime internacional de comércio, marcada por uma tensão entre reformismo e preservação da ordem vigente. Os resultados indicam que o grupo adota uma postura reformista sem ruptura, buscando ampliar sua influência nas instituições internacionais sem, contudo, substituí-las. Esse posicionamento pragmático se manifesta na defesa da ONU e da OMC, associada à crítica às assimetrias e exclusões históricas dessas organizações. Assim, o multilateralismo é concebido pelos BRICS não como espaço a ser rejeitado, mas como arena de disputa e reconfiguração de poder, em que a inclusão de novos atores, especialmente do Sul Global, constitui objetivo central.

Essa estratégia pode ser caracterizada como uma espécie de “reformismo inclusivo”. Ao propor mudanças estruturais enquanto preserva a arquitetura institucional existente, os BRICS buscam tensionar o sistema internacional sem colocá-lo em colapso. A crise do multilateralismo, nesse sentido, é interpretada não como justificativa para abandono das normas existentes, mas como oportunidade de legitimar uma agenda de reformas que promova maior representatividade e equilíbrio de poder. Entretanto, tal postura evidencia uma ambivalência: ao evitar a ruptura, o grupo simultaneamente reconhece a autoridade das instituições criticadas, gerando um dilema entre discurso transformador e prática adaptativa. A questão central que emerge é se os BRICS se configuram como reformistas por convicção ou por necessidade estratégica.

No tocante à Organização Mundial do Comércio (OMC), observa-se um duplo movimento de reconhecimento e crítica. A Declaração a apresenta como fórum legítimo e indispensável à estabilidade do comércio global, reconhecendo seu caráter universal e sua relevância histórica. Contudo, os BRICS também denunciam o enfraquecimento da organização, apontando para desafios decorrentes do protecionismo disfarçado de medidas ambientais, do unilateralismo das grandes potências e da paralisação do sistema de solução de controvérsias. Essa indeterminação sugere que, para os BRICS, a OMC permanece um fórum em crise, mas insubstituível, cuja preservação é fundamental para evitar a fragmentação do comércio internacional em blocos regionais ou arranjos bilaterais que marginalizariam os países em desenvolvimento.

Apesar da valorização da OMC, emergem tensões entre princípios normativos e práticas políticas concretas. Embora critiquem o protecionismo do Norte Global, os próprios membros do



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



grupo adotam medidas nacionais de defesa econômica, revelando a complexidade e as ambiguidades de sua posição coletiva. Nesse sentido, a defesa da OMC parece mais uma estratégia para conter o poder regulatório das economias desenvolvidas do que a materialização de um projeto universalista de comércio aberto.

A análise evidencia ainda uma contradição entre discurso e prática. Os BRICS apresentam-se como defensores de um comércio justo e inclusivo, mas sua atuação tende a ser predominantemente reativa, voltada a proteger interesses imediatos diante de barreiras tarifárias, não tarifárias e ambientais impostas pelo Norte Global. Tal postura indica que o grupo ainda não formula um projeto normativo consistente para uma governança alternativa do comércio. O discurso enfatiza o que deve ser evitado, as medidas unilaterais e protecionistas, mas não especifica com clareza o que deveria ser construído em seu lugar. Consequentemente, os BRICS operam mais como bloco de contestação do que como motor de inovação normativa, demonstrando resistência à hegemonia das potências desenvolvidas, mas limitando sua capacidade de protagonismo institucional transformador.

A representação do Sul Global constitui outro elemento central da narrativa dos BRICS. A Declaração reforça repetidamente a ideia de que o grupo atua como porta-voz legítimo das demandas históricas de países em desenvolvimento, particularmente nos campos do comércio, financiamento e desenvolvimento sustentável. O Sul Global funciona, nesse contexto, como recurso retórico para legitimar a agenda reformista do bloco. No entanto, a heterogeneidade interna do grupo, refletida em diferenças econômicas, políticas e estratégicas entre China, Índia, Brasil, Rússia e África do Sul, evidencia limites à construção de uma identidade coletiva homogênea. Assim, a invocação do Sul Global fortalece a narrativa política do grupo, mas também evidencia fragilidades em sua coesão interna, sugerindo que os BRICS operam mais como espaço de articulação de interesses conjunturais do que como ator capaz de sustentar uma agenda global consistente.

Por fim, a Declaração pode ser interpretada como reflexo de um processo de multipolaridade em construção. Ao reivindicar reformas nas instituições internacionais e defender maior espaço para países emergentes, os BRICS se posicionam como protagonistas de uma transição na correlação de forças globais. Essa multipolaridade é concebida não como ruptura do sistema, mas como redistribuição de voz e influência dentro dele. O grupo atua, assim, como ator de equilíbrio, buscando contrabalançar a hegemonia do Norte Global sem se desvincular das regras existentes. Ao mesmo tempo em que questiona a concentração de poder, o bloco enfrenta limites estruturais que condicionam sua capacidade de liderar mudanças normativas profundas.

Em síntese, os resultados sugerem que os BRICS adotam uma estratégia de reformismo pragmático, caracterizada por defesa das instituições existentes, críticas às assimetrias e busca por maior representatividade do Sul Global. A atuação do grupo reflete tanto potencial transformador, na contestação à hegemonia e na reivindicação de espaço político para emergentes, quanto limites impostos pela heterogeneidade interna, reatividade diante de barreiras externas e ausência de proposições institucionais alternativas. A Declaração do Rio, portanto, oferece pistas valiosas sobre a maneira como o bloco negocia sua inserção na ordem multilateral, evidenciando um equilíbrio delicado entre contestação, preservação e construção de protagonismo político no regime internacional de comércio.

4. CONCLUSÕES

A análise da Declaração do Rio de Janeiro evidencia que os BRICS adotam uma estratégia de reformismo pragmático, buscando ampliar sua influência nas instituições internacionais sem promover ruptura com a ordem vigente. O bloco combina defesa da OMC e da ONU com críticas às



assimetrias estruturais e à exclusão do Sul Global, revelando uma tentativa de tornar o sistema multilateral mais representativo e equilibrado.

Embora se apresentem como defensores de um comércio justo e inclusivo, os BRICS mantêm uma atuação reativa, protegendo interesses imediatos diante de barreiras e medidas unilaterais do Norte Global. A heterogeneidade interna limita a coesão do bloco, enquanto a narrativa do Sul Global funciona como estratégia de legitimação. Assim, a Declaração do Rio demonstra que os BRICS buscam contestar a hegemonia do Norte Global e consolidar uma multipolaridade negociada, mas ainda enfrentam desafios para projetar um protagonismo transformador no regime internacional de comércio.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KEOHANE, Robert. The Demand for International Regimes. **International Organization**, v. 36, n. 2, p. 325-355, 1982.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony**: Cooperation and Discord in the World Political New Jersey: Economy Princeton, Princeton University Press, 1984.

KRASNER, Stephen. CAUSAS ESTRUTURAIS E CONSEQUÊNCIAS DOS REGIMES INTERNACIONAIS: regimes como variáveis intervenientes. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012.

RUGGIE, John Gerard. The Anatomy of an Institution. **International Organization**, v. 46, n. 3, p. 561-598, 1992.



A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DAS POTÊNCIAS DO GOLFO ÁRABE PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO TERCEIRO GOVERNO LULA (2023 – 2024)

MATEUS JOSÉ DA SILVA SANTOS¹;
CHARLES PEREIRA PENNAFORTE²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – mateus_santos29@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – charlespennaforte@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em 13 de janeiro de 2025, uma conversa por telefone entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o príncipe-herdeiro da Arábia Saudita Mohammed Bin Salman marcou um processo de revisão das relações gerais entre os dois Estados (Saudi Press Agency, 2025). Qualificando o atual momento como “excelente” (Matos, 2025), o Chefe de Estado brasileiro convidou a autoridade saudita para visitar o país ainda nesse ano, além de demonstrar interesse em aprofundar ainda mais as relações entre Brasília e Riad.

Alguns meses antes, no âmbito da Reunião de Cúpula dos Líderes do G-20 no Rio de Janeiro (2024), um encontro entre o presidente brasileiro e o Príncipe Herdeiro de Abu Dhabi, Xequie Khaled bin Mohamed bin Zayed Al Nahyan, marcou a assinatura de uma Declaração Conjunta sinalizando interesse pelo aprofundamento de uma parceria estratégica entre Brasil e Emirados Árabes Unidos (EAU) em diferentes campos (Brasil, 2024).

Em meio aos compromissos de recuperação de determinados princípios e ações que constituíram a experiência da chamada Política Externa Altiava e Ativa nos dois primeiros mandatos do Presidente Lula (Santos, 2023a), ressignificados à luz dos desafios contemporâneos de reconstrução da inserção internacional do país e enfrentamento aos problemas decorrentes de mais de seis anos de reformismo ultraneoliberal, as relações contemporâneas entre o Brasil e as duas potências do Golfo Árabe constituem um dos principais vetores de reinserção do país nas dinâmicas do Oriente Médio e, em certa medida, em outras agendas que ultrapassam as fronteiras dessa região transcontinental.

Dentro dos declarados esforços governamentais em contribuir para a consolidação de uma ordem global multipolar e retomada do protagonismo do país em agendas como desenvolvimento, meio-ambiente e reforma das instituições multilaterais, Riad e Abu-Dhabi se tornam parceiros importantes dentro dos propósitos da diplomacia brasileira na contemporaneidade. Além de estímulos de ordem geopolítica, questões relacionadas à atração de investimentos externos, ampliação da internacionalização da economia brasileira, fortalecimento de mercados alternativos diante das incertezas globais e movimentação de atores privados ampliam o sentido de valorização de tais relações no atual quadro de consolidação de novas diretrizes de ação externa.

Nesse sentido, essa comunicação analisa as principais características que envolvem os movimentos de aprofundamento das relações entre o Brasil, a Arábia Saudita e os EAU durante os dois primeiros anos do governo Lula (2023 – 2024). Argumenta-se que tais laços assumem um caráter estratégico e multifacetado, transformando-se em um dos principais eixos de reaproximação brasileira com o chamado Mundo Emergente, além de congregar múltiplos



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



interesses de ordem econômico-financeira e geopolítica que favorecem a constituição de bases para a cooperação em médio e longo prazo.

2. METODOLOGIA

Para fins desse estudo, desenvolve-se uma análise qualitativa, a partir de um corpus documental constituído por textos jornalísticos, veiculados por órgãos brasileiros, sauditas ou emiradenses, dados coletados no Portal de Estatísticas do Comércio Exterior Brasileiro (*ComexStat*), disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), além de Declarações, Memorandos e Notas à Imprensa, publicadas pelo governo brasileiro a partir de seus canais oficiais. Além disso, a pesquisa também contempla revisão bibliográfica interdisciplinar, abarcando os seguintes eixos temáticos: Análise da Política Externa Contemporânea; História das Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe; História das Relações Internacionais Contemporâneas e estudos sobre as Políticas Externas saudita e emiradense.

Do ponto de vista da estrutura teórica, propõe-se uma abordagem cruzada entre a Análise da Política Externa (APE) e a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM). Com ênfase no estudo das características do processo decisório, o desenvolvimento da APE envolveu o reconhecimento de diferentes níveis de análise entre aspectos domésticos e sistêmicos, além do papel de diferentes agentes, instituições, percepções e ideias na conformação dos ambientes de formulação e implementação de iniciativas que constituem tal política pública.

No processo de consolidação da APE, a emergência de diferentes perspectivas teóricas pavimentou a formação de uma disciplina multifacetada, reunindo contribuições de diferentes campos. No que pode ser considerado como um dos produtos do processo de renovação dos estudos sobre a Política Externa a partir do fim dos anos 1970 e ao longo de toda a década subsequente, a proposta do jogo de dois níveis de Robert Putnam (2010) constituiu em uma alternativa ao enfrentamento do desafio de investigação sobre as complexas interações entre a política doméstica e as relações internacionais de um determinado Estado. Na definição de uma perspectiva multinível, a produção de uma estrutura de análise das negociações internacionais a partir do reconhecimento de um processo que reúne atores domésticos perseguindo seus interesses (nível 2) e governos nacionais buscando maximizar seus resultados a partir da ação negociadora no plano externo (nível 1) possibilita um olhar sobre as dinâmicas envolvendo Estados, governos e atores sociais na construção de iniciativas que impactam diretamente a produção de agendas de Política Externa. No caso específico desse estudo, a mobilização de tais contribuições teóricas proporciona um estudo mais abrangente envolvendo o reconhecimento de um ambiente doméstico favorável ao avanço nas relações com as duas potências do Golfo Árabe, impulsionado por movimentos empreendidos tanto pelo Estado quanto por setores como o agronegócio, indústria, serviços e outros ramos como mineração e energia.

Em diálogo com tal modelo de análise, extrai-se contribuições da ASM enquanto recurso de interpretação da atual conjuntura global. Considerada uma “abordagem alternativa e contrahegemônica ao *mainstrain* das relações internacionais” (Voigt, 2007, p. 101), a ASM foi forjada no seio da crítica ao modelo de análise até então dominante nas Ciências Sociais, na crítica a chamada Teoria da Modernização e na perspectiva de produção de respostas acerca da natureza do conjunto das transformações ocorridas na geopolítica e na geoeconomia global a partir do fim da década de 1960. Frente ao desafio imposto pelo último objetivo, o reconhecimento de um processo



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



de transição nas relações internacionais a partir do declínio de uma ordem internacional liderada pelos EUA se tornou uma das principais contribuições contemporâneas de atores como Giovanni Arrighi (1996) e Immanuel Wallerstein (2004).

Assumindo uma característica não-linear, o processo que se estende há pelo menos cinco décadas reuniu uma série de fatores econômicos, culturais, políticos e sociais. Demonstrando sinais de aprofundamento ao longo das últimas duas décadas, a aceleração das transformações globais envolveu a ampliação do descompasso entre a compreensão quanto às capacidades de ação dos EUA no atual quadro de forças das relações internacionais contemporâneas e a emergência de novos atores globais, além de potências regionais que, a partir da valorização de tendências autonomistas, tendem a reconfigurar o mapa geopolítico. Nesse mesmo sentido, instituições, regras e regimes que sustentaram a ordem emergente no Pós-Guerra foram contestados e, de certo ponto, entraram gradualmente em colapso diante dos novos fenômenos globais.

Por meio de tal perspectiva, reconhece-se o papel das transformações sistêmicas como fatores que oportunizam ou constroem o comportamento de Brasil, Arábia Saudita e EAU. No caso de Riad e Abu-Dhabi, os sintomas de mudança na geopolítica e na geoeconômica contemporânea envolvem, dentre outras coisas, a afirmação de um processo histórico de diversificação de parcerias externas. Articulado aos objetivos de modernização das estruturas produtivas e ampliação na participação dos processos decisórios globais, as duas potências árabes do Golfo se tornam verdadeiras interlocutoras entre o tabuleiro global e o ambiente regional, aproximando-se, sobretudo, do chamado mundo emergente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos dois últimos anos, os gestos de aproximação entre o Brasil e as duas potências árabes do Golfo envolveram múltiplas iniciativas. Do ponto de vista diplomático, visitas de alto nível, com destaque para a presença do Presidente Lula na Arábia Saudita e nos EAU em novembro de 2023, além da participação brasileira na Reunião do Conselho de Cooperação do Golfo em setembro de 2024 por meio do chanceler Mauro Vieira, sinalizam com a intenção de solidificar o diálogo político, numa zona que, segundo a autoridade diplomática brasileira, é “prioritária” dentro das diretrizes da PEB (Anba, 2024). Além das visitas de autoridades sauditas e emiradenses ao Brasil, os contatos entre os dois Estados também foram reforçados na esfera multilateral, com destaque para a entrada formal dos EAU no BRICS e o convite feito para o ingresso de Riyadh na iniciativa multilateral, também em 2023.

Na esfera econômica, EAU e Arábia Saudita corresponderam juntos a 42% do total das exportações brasileiras para o Oriente Médio em 2024 e mais de 53% das importações para a mesma região. O certo otimismo em relação ao futuro das relações comerciais pode ser registrado a partir do reconhecimento do potencial de crescimento. No caso saudita, por exemplo, os dois governos anunciam o interesse em elevar o volume comercial para até US\$ 20 bilhões em 2030, o que corresponderia a um crescimento superior a 100%. Em relação aos EAU, o avanço no ALC com o Mercosul é uma das ações que envolvem o horizonte de crescimento das relações comerciais. Nos dois casos, iniciativas vinculadas ao setor privado, como a organização de Missões Comerciais e Empresariais pavimentam a perspectiva de ampliação da presença econômica do Brasil no Mundo Árabe. A existência de um predomínio de produtos de menor valor agregado na agenda comercial



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



brasileira representa um dos desafios para uma maior consolidação de tais relações, bem como o enfrentamento a outros problemas de ordem logística e econômico-financeira.

Do ponto de vista financeiro, o interesse brasileiro em atrair o capital emiratense e saudita constitui outra plataforma de aproximação. Se os investimentos diretos dos EAU no Brasil ultrapassam os US\$ 2 bilhões, além da presença de iniciativas ligadas ao Fundo Mubadala em diversas áreas como transporte e energia, as perspectivas em relação à Arábia Saudita envolvem desde as promessas de aporte dos Fundos Soberanos do Reino no Brasil na ordem de US\$ 10 bilhões nos próximos anos. Há certa expectativa quanto à atração dos dois países para o financiamento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

4. CONCLUSÕES

Dentro dos desafios de reconstrução da inserção internacional do país durante os primeiros anos do governo Lula, a busca pelo aprofundamento de relações com diferentes atores regionais e globais obedece aos imperativos de defesa de uma ordem multipolar e construção de parcerias estratégicas visando atender às demandas domésticas. Nessa perspectiva, o horizonte de consolidação de um relacionamento multifacetado com as duas principais potências do Golfo Árabe favorece a busca por uma retomada da presença brasileira numa região geoestratégica entre três continentes, amplia as perspectivas de atração de investimentos e proporciona maiores condições para uma participação mais ativa do Brasil em uma série de debates considerados centrais na atual conjuntura internacional, a exemplo dos conflitos no Oriente Médio e no Leste Europeu, além de agendas relacionadas à transição energética e reformas dos principais organismos políticos internacionais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência de Notícias Brasil – Árabe (ANBA). “Relação com GCC é prioridade para o Brasil”. 10 set. 2024. Disponível em: <https://anba.com.br/relacao-com-gcc-e-prioridade-para-brasil/>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Exportação e Importação Geral.

Comex Stat. 2024. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Declaração Conjunta Brasil – EAU por ocasião da Cúpula dos Líderes do G20 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 18 nov. 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-brasil-emirados-arabes-unidos-por-ocasio-da-reuniao-de-lideres-do-g20#:~:text=A%20Rep%C3%BAblica%20Federativa%20do%20Brasil,1.

MATOS, Maria Clara. “Em conversa com líder saudita, Lula diz que relações entre países estão em excelente momento”. **CNN Brasil**, São Paulo, 13 jan. 2025. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-conversa-com-lider-saudita-lula-diz-que-relacoes-entre-paises-estao-em-excelente-momento/>

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. Tradução de Dalton L. G. Guimarães, Feliciano de Sá Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147 – 174, jun. 2010.

SANTOS, Mateus José da Silva. O Brasil que sai das urnas em direção ao mundo: considerações sobre o futuro da política externa no Governo Lula. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v.13, n. 37, p.130-137, 2023a.

SAUDI PRESS AGENCY. HRH the Crown Prince Receives Telephone Call from Brazilian President. Medina, 13 jan. 2025. Disponível em: <https://spa.gov.sa/en/N2242248>

VOIGT, Márcio Roberto. A Análise dos Sistemas-Mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das relações internacionais. **Textos de Economia**, 2 (10): 101-118, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.



A ATUAÇÃO DO BUROCRATA DE MÉDIO ESCALÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DA HIDROVIA URUGUAI-BRASIL

BRUNO HAMMES DE CARVALHO¹

¹Universidade Federal de Pelotas – bhdcarvalho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva compreender a atuação dos burocratas de médio escalão da representação brasileira dentro da Secretaria Técnica para Hidrovia Uruguai-Brasil por meio da análise das atas das dez primeiras reuniões do órgão no período de 2011 à 2015. A partir do estudo dos documentos, foi observado como os agentes brasileiros atuaram em prol da implementação do projeto da hidrovia. O intervalo temporal foi selecionado devido tratar-se do período em que a representação brasileira atuou previamente à ratificação do Acordo pelo Executivo. As perguntas que orientam o artigo são: qual a razão de os agentes atuarem sem a oficialização do Acordo pelo governo brasileiro? E quais foram as formulações de alternativas desenvolvidas e quão específicas foram para o projeto?

O ciclo de políticas públicas é a representação do processo de desenvolvimento de políticas públicas, abrangendo desde a identificação de um problema público até a extinção da política pública implementada. Dentro deste ciclo, um dos atores inseridos é o burocrata de médio escalão. Esse ator é aquele que gere as expectativas do alto escalão ao mesmo tempo em que direciona a ação dos burocratas implementadores, sendo assim essencial para a implementação de políticas públicas (Lotta; Pires; Oliviera, 2014). A análise da atuação do burocrata de médio escalão adotada no trabalho é a da perspectiva relacional. Essa linha busca observar a maneira com que os burocratas de médio escalão se relacionam em um ambiente com atores internos e externos ao Estado, qual seu processo de gestão na relação entre o processo de implementação e formulação, como também de que maneira eles impactam na atuação dos implementadores das alternativas, os burocratas de nível de rua. Assim sendo, os burocratas de médio escalão se tornam ponto essencial para ligação entre as regras e a implementação prática, entre a esfera política e aqueles que implementam as alternativas selecionadas (Lotta, Pires, Oliveira, 2014). Sendo o cenário da Hidrovia Uruguai-Brasil um contexto *multi-level*, onde há subordinação, os burocratas necessitam elaborar sua atuação com base em incentivos e controles, na capacidade de aplicação de suas decisões e avaliação por seus superiores, pois estão atrelados a uma estrutura hierárquica (Lotta, 2019).

A pesquisa aborda duas etapas do ciclo de políticas públicas: a fase de implementação e a de formulação de alternativas. O processo de implementação é onde a esfera administrativa pública exerce seu papel fundamental: produzir ações concretas a partir de intenções políticas, sendo uma etapa complexa e profundamente interativa que envolve não apenas os tomadores de decisão como também todos aqueles indivíduos que irão fazer com que as alternativas formuladas no topo desçam a cadeia hierárquica de forma a resultar na política pública. Oportuniza-se a atuação dos atores administrativos na forma de gerir, liderar e coordenar os esforços na implementação de políticas públicas (Secchi, 2010).

Já na etapa de formulação de alternativas são pautados os objetivos que desejam ser produtos da implementação elaborada. Nesta janela os atores que estão inseridos no processo, como burocratas ou analistas políticos, elaboram as estratégias, planos de ação e projetos que auxiliem a satisfazer os objetivos almejados (Secchi, 2010). A atuação de *policymakers*, os fazedores de política, é essencial. Elaborar soluções e ter percepção de seus custos é uma tarefa árdua, que necessita de recursos, tempo, estudos e *know-how* técnico para que seja feito de maneira correta.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Enquanto isso, o Projeto da Hidrovia Uruguai-Brasil é uma política pública que foi concebida com a premissa de satisfazer a necessidade de transporte e comunicação eficiente entre os dois países e como forma de concretizar o processo de integração regional. O projeto objetiva possibilitar a navegação de passageiros e de embarcações comerciais das duas partes por meio da implementação de uma hidrovia, desenvolvida na bacia hidrográfica da Lagoa Mirim-São Gonçalo, fomentando o desenvolvimento econômico na região e a integração regional por meio do incremento a navegação comercial e a circulação de turistas como consequência (CLM, 2010).

Para supervisionar a execução do projeto e lidar com quaisquer necessidades que venham a surgir, foi criada a Secretaria Técnica da Hidrovia Uruguai-Brasil (ST-HUB). O órgão tem autonomia para tomadas de decisão que impactam o andamento da constituição e manutenção da hidrovia de forma a otimizar a conclusão do projeto. O órgão é de responsabilidade do Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), contudo é complementado por burocratas dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), das Relações Exteriores (MRE), do Desenvolvimento Regional (MDR) como também da Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (ALM) (CLM, 2010), sendo todos observados para a pesquisa.

2. METODOLOGIA

A pesquisa envolveu abordagem qualitativa com finalidade analítica. As fontes primárias foram documentos, sendo eles as atas das dez primeiras reuniões realizadas pela ST-HUB entre o período de 2011 a 2015. As fontes secundárias abarcaram o referencial bibliográfico selecionado para guiar a análise de conteúdo, a qual possibilita a inferência de conhecimentos através de um conjunto de técnicas de análise dos materiais observados (Bardin, 2011).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange a atuação dos burocratas de médio escalão na implementação da Hidrovia Uruguai-Brasil foi possível identificar a formulação de alternativas, quem as elaborou e o grau de especificidade com o projeto. Primeiramente é importante destacar que cada órgão que participou do processo de desenvolvimento da hidrovia desempenhou sua função como disposto no texto do Acordo para Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil (CLM, 2010), instrumento que criou o projeto.

Logo na primeira reunião, realizada em 2011, já é possível identificar a atuação de burocratas da marinha do Brasil para o início da confecção das cartas de cartografia da hidrovia como também a ação de agentes do Ministério dos Transportes para expor o projeto de diagrama geral da Hidrovia, no que toca o território brasileiro, para os demais presentes nas reuniões da Secretaria (CLM, 2011). Com o decorrer do desenvolvimento do projeto, cada vez mais os setores inseriram-se em suas esferas de ação, como por exemplo o Ibama participando da primeira reunião do Grupo de Trabalho para Proteção do Meio Ambiente (CLM, 2015). Entretanto, apesar de uma atuação na formulação e implementação condizentes com as necessidades do projeto, ao analisar-se as discussões e tomadas de decisão é possível inferir que as alternativas não são específicas ao projeto da hidrovia. A delimitação dos Pontos PK-Zero, a confecção de cartas náuticas e os regramentos de navegação são alternativas já implementadas anteriormente no desenvolvimento de outras políticas públicas.

Além de ser uma política pública de atuação mais técnica, outro fator que pode impactar na formulação de alternativas é alta interação dos burocratas brasileiros com suas contrapartes uruguaias. Exemplo disto é o convite da delegação brasileira para visita de técnicos uruguaios à Porto Alegre para discussões acerca do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (CLM, 2014). Entretanto, é um contexto esperado, pois Keohane (2005) expunha que ao se estar inserido em uma



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



instituição duradoura e participar ativamente dela, problemas graves que necessitam de ação coletiva têm custos diminuídos pelos meios e condições proporcionados por ela. Dessa forma, as alternativas formuladas podem ter sido feitas de maneira menos específicas ao projeto da hidrovía como forma de facilitar a interação entre as duas representações e satisfação das expectativas da outra parte.

Já referente à qual razão levou à atuação dos burocratas de nível intermediário previamente a ratificação, e assim a oficialização do compromisso, do Acordo da Hidrovía Uruguai-Brasil é possível inferir ter sido resultante de uma pressão advinda do topo da cadeia hierárquica. A proatividade observada previamente à ratificação do Acordo pode ser traçada à um desejo do topo da cadeia decisória do Executivo, já que a questão do desenvolvimento e integração regional da Bacia da Lagoa Mirim é um tema tratado diplomaticamente desde a década de 60 (CLM, 1961). Tendo sido o instrumento costurado como um dos principais projetos para melhor aproveitamento dos recursos da bacia e desenvolvimento da região na CLM, pode inferir-se que há um desejo inicial de satisfazer as expectativas de seu parceiro. Como aponta Keohane (2005), as consequências de inquietar o equilíbrio de uma instituição internacional, isto é, seu funcionamento e objetivos, são sentidas no comportamento dos atores em outras instituições com enfoques totalmente diferentes.

A rápida formulação de alternativas observadas nas primeiras reuniões da ST-HUB em seus primeiros anos apontava um empenho e comprometimento dos burocratas, e seus círculos, na implementação do projeto (CLM, 2011, 2012, 2013). Contudo, quando o instrumento foi ratificado a atuação dos burocratas brasileiros já passava por um passo menos acelerado e um maior trânsito burocrático nas esferas governamentais. Isso é exposto quando visto que houve 10 reuniões nos primeiros cinco anos de funcionamento da ST-HUB, e após 2015 houve apenas 6 reuniões em oito anos e um desenvolvimento menos acelerado da implementação das alternativas escolhidas. Ainda, é constatado que o envolvimento das partes com o desenvolvimento do projeto não foi o mesmo ao longo do tempo e com a mesma intensidade, pois a atitude e interesse dos atores perante a celeridade do desenvolvimento da hidrovía encontrou inconstância (Hammes de Carvalho; Schimanski, 2024).

Os períodos em que após a ratificação do Acordo o projeto da hidrovía encontrou novo fôlego, foram em momentos em que o líder do Executivo, e nesse contexto a posição mais ao topo da cadeia decisória dos burocratas intermediários aqui analisados, interveio em favor de sua implementação. Um exemplo foi a quebra de morosidade quando no governo de Jair Bolsonaro, em 2021, foi realizado o encontro entre os presidentes Lacalle, do Uruguai, e Bolsonaro, do Brasil, em fevereiro daquele ano, em Brasília que resultou em um novo processo de obtenção de licenças e realização de estudos de viabilidade para obras de infraestrutura da hidrovía teve início a partir desse encontro (CLM, 2021). Dessa forma, é possível inferir que a atuação prévia à ratificação do Acordo se deu em razão de interesses e oportunidades políticas no topo da cadeia decisória que influenciaram a atuação dos burocratas. Estando estes burocratas de escalão médio inseridos em um modelo onde há subordinação, aponta Lotta (2019) que eles devem pautar, em uma estrutura hierárquica, sua atuação com base em incentivos e controles, na capacidade de aplicação de suas decisões e avaliação por seus superiores.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho explora atuação dos burocratas de médio escalão da representação brasileira dentro da Secretaria Técnica para Hidrovía Uruguai-Brasil. Apesar de o período de análise abranger apenas cinco anos e as dez primeiras reuniões, o material coletado possibilita compreender a atuação dos agentes responsáveis em implementar o projeto da hidrovía na esfera organizacional em que estão inseridos na Secretaria Técnica, bem como os objetivos e pressões que pautaram essas ações. Ademais, além da existência de mais materiais para análise, o atual contexto em que está inserido o projeto oportuniza seu acompanhamento como também o aprofundamento da análise da



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



atuação dos burocratas de médio escalão em pesquisas futuras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

COMISSION MIXTA URUGUAYO-BRASILENA PARA EL DESAROLLO DE LA CUENCA DE LA LAGUNA MERÍN - CLM. **Acta de Conversaciones Uruguay-Brasil**. Rio de Janeiro. 1961.

CLM. **Acta de la I Reunión de la Secretaria Técnica de la Hidrovía Uruguay-Brasil**. Montevideú, 7-8 jul. 2011.

CLM. **Acta de la III Reunión de la Secretaria Técnica de la Hidrovía Uruguay-Brasil**. Montevideú, 8 mar. 2012.

CLM. **Acta de la V Reunión de la Secretaria Técnica de la Hidrovía Uruguay-Brasil**. Montevideú, 12-12 mar. 2013.

CLM. **Acta de la VII Reunión de la Secretaria Técnica de la Hidrovía Uruguay-Brasil**. Montevideú, 2-6 jun. 2014.

CLM. **Acta de la IX Reunión de la Secretaria Técnica de la Hidrovía Uruguay-Brasil**. Montevideú, 30-31 jul. 2015.

CLM. **Acta de la XV Reunión de la Secretaria Técnica de la Hidrovía Uruguay-Brasil**. Online, 5 out. 2021.

CLM. **Acuerdo sobre transporte fluvial y lacustre en la Hidrovía Uruguay-Brasil**. Santana do Livramento. 2010.

HAMMES DE CARVALHO, Bruno; SCHIMANSKI, Silvana. O desenvolvimento da Hidrovia Uruguai-Brasil: Atos de Fala nas Atas da Secretaria Técnica. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 15, n. 72, p. 60–75, 2024. DOI: 10.22456/2178-8839.140705. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/140705>. Acesso em: 27 set. 2025.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 2005

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, p. 11-38, 2019

LOTTA, Gabriela; PIRES, Roberto; OLIVEIRA, Vanessa. **Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas**. Revista do Serviço Público - RSP, v. 65, n. 4, p. 463-492. Brasil, Enap, Out. 2014. Disponível em: <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/562/516>>. Acesso em: 01 fev. 2024.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning 133 (2010).



ORIGENS DO MARCO REGULATÓRIO DO HIDROGÊNIO VERDE NO BRASIL

GUSTAVO GORDO DE FREITAS¹; ETIENE VILELLA MARRONI²; LUCIELE
SANTA BÁRBARA SOARES

¹*Universidade Federal de Pelotas – gustavo.freitas@ufpel.edu.br*

²*Universidade Federal de Pelotas – etiene.marroni@ufpel.edu.br*

³*Universidade Federal de Pelotas - lucielesbs@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A transição energética para fontes renováveis é uma necessidade urgente para combater a crise climática e garantir um futuro sustentável, substituindo o modelo atual baseado em combustíveis fósseis. Essa mudança requer um planejamento estratégico que equilibre inovação tecnológica, viabilidade econômica e equidade social. A diversificação das fontes de energia limpa — como solar, eólica, hidrogênio verde, geotérmica e maremotriz — é crucial para aumentar a segurança e a resiliência do sistema energético, aproveitando as vantagens regionais, como no caso do Brasil (Smil, 2024).

O hidrogênio verde (H₂V), produzido a partir de fontes renováveis, destaca-se como uma solução promissora para descarbonizar setores de difícil eletrificação, como a indústria pesada e o transporte de longa distância. O Brasil, com sua matriz energética majoritariamente renovável e grande potencial solar e eólico, possui vantagens competitivas para se tornar um produtor e exportador global de H₂V. A trajetória do hidrogênio no Brasil evoluiu de pesquisas acadêmicas nas décadas de 1970-80 para uma política de Estado a partir de 2020, com a criação de hubs portuários de exportação e a instituição de um marco legal e incentivos fiscais, consolidando o H₂V como vetor estratégico para a descarbonização e a inserção global do país (Thomsen, 2023).

O Brasil está estruturando sua Política Nacional de Hidrogênio para se tornar um produtor global de hidrogênio verde (H₂V), com diretrizes estabelecidas pelo PNE 2050. O governo federal está desenvolvendo um marco regulatório com incentivos fiscais e financiamento, enquanto estados como Ceará, Rio de Janeiro e Pernambuco já implantam hubs de produção. No entanto, desafios como a necessidade de regulamentação específica, redução de custos e desenvolvimento de mercado interno ainda persistem. A criação de políticas públicas no Brasil segue um processo institucionalizado e bastante complexo, envolvendo muitas vezes os três Poderes. Este processo é influenciado por grupos de interesse (empresas, associações, ambientalistas) e dinâmicas partidárias, resultando frequentemente em políticas graduais ou ambíguas devido à complexa barganha política (Thomsen, 2023; Gonçalves, 2024).

A Lei nº 14.948/2024 representa um marco regulatório para o desenvolvimento do hidrogênio verde (H₂V) no Brasil, estabelecendo diretrizes para fomentar a produção, comercialização e uso desse vetor energético. A norma cria incentivos fiscais e financeiros para projetos de H₂V, incluindo desonerações tributárias e linhas de crédito específicas, além de definir parâmetros técnicos e de sustentabilidade para sua certificação. A lei também prevê a estruturação de hubs regionais de hidrogênio, priorizando áreas com alto potencial de energias renováveis, como o Nordeste (eólica e solar) e a região Norte (biomassa). Além disso, determina a elaboração de um Plano Nacional de Hidrogênio Verde, a ser coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com metas de produção e consumo para os próximos anos. A legislação ainda busca atrair investimentos privados e internacionais, posicionando o Brasil como um player global no mercado de energia limpa, alinhado aos compromissos de descarbonização assumidos no Acordo de Paris. Contudo, desafios permanecem, como a regulamentação complementar e a efetiva implementação dos instrumentos previstos



(Brasil, 2024; Gonçalves, 2024). Levando-se em consideração a relevância que o tema do hidrogênio vem tomando no desenrolar da transição energética no Brasil, bem como a necessidade de se compreender como as dinâmicas políticas e sociais no País culminaram na proposição de uma série de políticas públicas, é necessário propor a seguinte pergunta de pesquisa: Como se deu o processo político de criação do arcabouço normativo que regulamenta e incentiva a produção de hidrogênio verde no Brasil?

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa adotará como metodologias a revisão bibliográfica e a análise de conteúdo (Bardin, 2011). Esta última trata-se de um conjunto de técnicas que permite a interpretação sistemática e objetiva do significado de textos e comunicações, com o propósito de inferir conhecimentos sobre o contexto em que foram produzidos e recebidos. É um método robusto e versátil, ideal para extrair significados de um grande volume de dados qualitativos de forma estruturada. O processo metodológico envolverá, inicialmente, uma leitura flutuante desse corpus documental para uma imersão no material e identificação preliminar de suas interconexões. Em seguida, uma análise mais aprofundada buscará categorizar e interpretar o conteúdo, identificando os principais eixos temáticos, conceitos-chave e a evolução do marco regulatório.

Inicialmente, será realizada revisão bibliográfica em dois eixos principais: a questão energética e a atuação dos agentes políticos e grupos de interesse na criação de normativas e políticas públicas. Primeiro, será realizado um estudo no viés da Ciência Política sobre o processo de criação de normas e políticas públicas no Brasil.

Em segundo lugar, será realizada análise de conteúdo do arcabouço normativo com o objetivo de compreender a estrutura regulatória que rege a produção de hidrogênio verde no Brasil. Para isso, será conduzida uma análise documental detalhada de quatro normativas fundamentais: Resolução CNPE nº 6/2021 (estudo para diretrizes do Programa Nacional do Hidrogênio); Resolução CNPE nº 6/2022 (que institui o Programa e seu Comitê Gestor); Lei nº 14.948/2024 (Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono); e Lei nº 14.990/2024 (que cria o Programa de Desenvolvimento - PHBC e altera a lei anterior).

Em terceiro lugar, será realizada análise de conteúdo dos debates legislativos acerca dos projetos de lei que tratam do tema do Hidrogênio Verde. Esta etapa visa capturar a dinâmica política e os embates ideológicos em torno do tema no Poder Legislativo. A análise se estenderá a um corpus amplo, composto por: 63 documentos provenientes de 5 (cinco) Projetos de Lei principais (PL 2.308/2023, PL 1.878/2022, PL 1.880/2022, PL 3.173/2023 e PL 5.816/2023), incluindo requerimentos, emendas, despachos e pareceres; 68 documentos das discussões em três comissões parlamentares: Comissão de Minas e Energia (Câmara), Comissão Especial sobre Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde (Câmara) e Comissão Especial do Senado para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde.

Todo esse material, coletado no período de maio de 2023 a agosto de 2024, passará pelo mesmo rigor metodológico: triagem via leitura flutuante para selecionar as passagens mais relevantes, seguida da aplicação das técnicas de análise de conteúdo para codificar e interpretar os argumentos, posicionamentos e conflitos presentes nos debates.

Em quarto lugar, será feita análise de conteúdo das Atas do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O propósito aqui é traçar a linha do tempo e a evolução do interesse do Poder



Executivo sobre o tema. Para isso, será analisado o conjunto completo de 43 atas do CNPE, disponíveis a partir de 2013. O método permitirá identificar o momento exato em que o hidrogênio verde entrou na agenda deste conselho, a frequência com que foi discutido, os termos utilizados e a progressão das discussões, desde menções preliminares até a formulação de resoluções concretas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise proposta reconhece que a formulação de políticas públicas no Brasil é um empreendimento institucionalizado, porém profundamente influenciado por uma miríade de atores. De um lado, encontra-se o Estado técnico-burocrático, representado por órgãos como o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que atuaram na concepção de diretrizes de longo prazo, como as estabelecidas no PNE 2050. De outro, a arena político-partidária do Congresso Nacional, onde os projetos de lei foram negociados, modificados e amendados por meio de complexas coalizões e sob a forte pressão de grupos de interesse (*lobbies*) (Bresser-Pereira, 2016).

Estes grupos constituem um ecossistema de poder diversificado e, por vezes, antagônico. Segundo o que se pode aferir até o momento, há 2 principais grupos que têm algum interesse na questão. Primeiro, o grupo das empresas produtoras de combustíveis fósseis (petróleo e gás, sobretudo), que buscou garantir que o novo marco não o excluísse, defendendo a inclusão do hidrogênio "de baixo carbono" produzido a partir de gás natural com captura de carbono (Hidrogênio Azul). Em segundo o grupo das energias renováveis (solar, eólica, biocombustíveis), que cuja visão seria mais restritiva que beneficiando o hidrogênio "verde" oriundo de fontes exclusivamente renováveis (Thomsen, 2023; Gonçalves, 2024).

Além dos conflitos setoriais, a dinâmica federativa acrescentou outra camada de complexidade. Estados como Ceará, Rio de Janeiro e Pernambuco, em competição acirrada para atrair investimentos e se consolidarem como *hubs* de exportação, exerceram pressão sobre a União para a aceleração e formatação do marco regulatório, evidenciando como interesses regionais influenciam políticas nacionais. Portanto, a pergunta de pesquisa exige um olhar que vá além do texto final da lei. É necessário investigar os bastidores onde tecnocratas, parlamentares, lobistas e governos estaduais negociaram os termos desta transição.

4. CONCLUSÕES

A metodologia de análise de conteúdo aplicada ao corpus documental, que inclui o marco normativo, os debates legislativos em comissões e as atas do CNPE, combinada com a revisão bibliográfica para a formação de um marco teórico-conceitual permitirá desvendar não apenas o que foi decidido, mas o como e o porquê dessas decisões. Será possível mapear os argumentos, identificar os atores-chave em cada fórum, reconstituir uma cronologia da agenda e, por fim, compreender como as tensões entre tecnocracia, política, interesses econômicos e geopolítica foram temporariamente resolvidas para dar origem à política brasileira de hidrogênio verde. A efetiva implementação deste marco e a capacidade do Brasil de se tornar um *player* global dependerão, em grande medida, de como esses conflitos e alianças continuarão a se desdobrar no futuro. A pesquisa ainda se encontra em fase de exploratória para a compreensão do quadro geral em que se insere a questão do H2V no Brasil.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRESSER-PEREIRA. **A Construção Política e Econômica do Brasil**. S.Paulo: Editora 34, 2016.

GONÇALVES, Izadora B.F. **Hidrogênio Verde: Regulamentação Jurídica e Desenvolvimento para Utilização da Energia Verde no Estado do Ceará**. 2024. 138 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9575/acervo/detalhe/590593>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SMIL, Vaclav. **Energia e Civilização: uma história**. Porto Alegre: Bookman, 2024.

THOMSEN, Max. **Desenvolvimento de uma Economia de Hidrogênio Verde no Brasil: obstáculos e viabilizadores**. 2023. 86f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, FGV, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/c6ccd6bf-9b25-4c08-9adb-1583573291bc/content>. Acesso em: 20 ago. 2025.



O CAMPO DE FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS EM TORNO DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL BRASILEIRA

PEDRO NICOLÁS COSTA STEINDORFF¹; RICARDO MAYER³

¹*Universidade Federal de Santa Maria – nicolas.costa@acad.ufsm.br*

³*Universidade Federal de Santa Maria*

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa tem como tema a disputa político-institucional em torno da exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira, mais notadamente, na região da Foz do Amazonas, e se situa nas áreas de Ciência Política e Sociologia Política.

Essa questão ganhou relevância a partir de 2023, quando o Ibama, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), negou a licença ambiental solicitada pela Petrobras para perfuração na região, alegando riscos ambientais e impactos sobre comunidades indígenas. A negativa desencadeou um conflito aberto no interior do governo federal, polarizando dois grupos principais: de um lado, a ala ambientalista, representada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ibama, que defende a priorização de critérios técnicos e ambientais, alinhados com os compromissos climáticos internacionais do Brasil; e de outro, a ala que optamos por designar provisoriamente por “neodesenvolvimentista”, encabeçada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Petrobras, que argumenta em favor da exploração como vetor de crescimento econômico, soberania energética e financiamento da transição energética.

Além da dimensão nacional, a questão possui repercussão transnacional: estudos da Petrobras indicam que vazamentos poderiam afetar oito países e dois territórios ultramarinos, e há divergências com a Colômbia, que se opõe a novos projetos de combustíveis fósseis na Amazônia. Nesse contexto, o Itamaraty enfrenta o desafio de formular uma posição externa coerente, apesar das cisões internas. O trabalho se fundamenta na teoria dos campos de Pierre Bourdieu (2001; 2008; 2013), entendida como uma ferramenta heurística para analisar relações de poder e dominação em espaços sociais específicos. O conceito de campo é operacionalizado a partir das seguintes premissas: (a) o campo é um espaço social autônomo (embora relativo), estruturado por disputas em torno de uma questão específica – neste caso, a exploração de petróleo na Margem Equatorial (b) as tomadas de posição dos agentes (declarações, ações, alianças) são homólogas às suas posições no campo e aos capitais (econômico, político, cultural) que possuem e (c) a política pública é entendida como produto de relações sociais e de disputas em um campo específico, conforme proposto por Vincent Dubois (2014; 2018).

A proposta de pesquisa dialoga ainda com autores que aplicam a teoria do campo a fenômenos transnacionais e a políticas ambientais, como Sapiro (2017), que faz uso do conceito de campo para analisar relações diplomáticas como meta-campo e Targa (2017), que o utilizou para analisar o campo dos diplomatas brasileiros e a sua autonomia relativa.

Assim, o **problema de pesquisa** proposto é: Quais as posições e tomadas de posição dos diplomatas brasileiros face às disputas inerentes à correlação de forças que subjaz a formulação das políticas em torno da exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira? Ou seja, como a diplomacia brasileira atua diante das disputas internas e das pressões externas para sustentar uma posição única e coerente no cenário internacional?



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



A presente proposta de pesquisa tem como objetivo geral reconstruir, mediante a operacionalização da teoria do campo de Bourdieu, o espaço social formado em torno das políticas relativas à exploração de petróleo na Margem Equatorial, de modo a desvendar a estrutura relacional subjacente ao conflito e situar os diplomatas brasileiros nesse espaço. Dentre os objetivos específicos, destacamos: (a) esquadrihar as posições em disputa na formulação das políticas de desenvolvimento para a região e (b) identificar e mapear as posições e tomadas de posição dos agentes do campo, objetificando sua estrutura relacional.

Pretende-se testar a seguinte hipótese de pesquisa: a formulação das políticas em torno da exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira se situa na intersecção do campo de poder e do campo econômico, isto é, no âmbito da rede de instituições na qual circulam os poderes econômicos, políticos e culturais que os grupos dirigentes, ou elites, buscam preservar para si próprios. Está plasmada, de um lado, pelas disputas no âmbito da composição ministerial do Presidente Lula da Silva, que opõe dois domínios, a saber, ambientalistas e neodesenvolvimentistas, e de outro, pela dimensão transnacional da diplomacia ligada à questão ambiental, relativa às relações com a Colômbia e com os 9 países potencialmente afetados no que se refere à questão do campo específico. Nesse sentido, o Itamaraty, que pode ser conceituado como um “campo dos diplomatas brasileiros”, está situado em uma fração do campo político brasileiro, do qual sofre influências e injunções (devendo aplicar a política externa formulada pela Presidência da República), apesar de sua autonomia relativa, fazendo também parte de um espaço social transnacional da diplomacia, no qual deve apresentar uma posição única, coerente, do Brasil frente aos demais países, a despeito de discordâncias internas quanto a uma determinada questão. Sendo assim, enquanto a disputa latente não é decidida, os diplomatas brasileiros atuam no campo específico aqui tratado de maneira a sustentar, no âmbito da política externa, posições intermediárias entre os domínios antagônicos em disputa, nas quais procura coadunar, assim como no histórico de negociações de tratados referentes à meio ambiente, preservação ambiental com desenvolvimento econômico e social, ou seja, exploração sustentável de combustíveis fósseis.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa se justifica pela escassez de estudos no campo das Ciências Sociais, em particular da Ciência Política, sobre esse tema específico. A aplicação da teoria bourdieusiana do campo a um objeto de natureza transnacional e em disputa no interior do Estado brasileiro representa uma contribuição inovadora, tanto teórica quanto metodológica. Também, a exploração da Margem Equatorial é considerada a nova fronteira offshore do petróleo brasileiro, com potencial para agregar 1,1 milhão de barris por dia a partir de 2029 e reservas estimadas em 14 bilhões de barris. Trata-se, portanto, de uma questão estratégica para a economia e a política energética do país. Além disso, a tensão entre exploração de recursos e preservação ambiental coloca o Brasil no centro do debate global sobre transição energética e justiça climática, especialmente por sediar a COP 30 em 2025. A Margem Equatorial situa-se na interface entre interesses econômicos de grande escala e a conservação da Amazônia, bioma de interesse mundial.

2. METODOLOGIA

Busca-se utilizar a teorização de Pierre Bourdieu (2001; 2008; 2013) em torno do conceito de campo, amparada por revisão bibliográfica que propõe novos usos desse conceito e faz uso dele para analisar diferentes objetos, a fim de dar conta de um objeto com um lastro empírico próprio (o conjunto de relações sociais e disputas em torno da questão da exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira), haja vista a sua dimensão transnacional.

Quanto à operacionalização da teoria do campo, podemos dividi-la em três etapas, das quais já cumprimos a primeira, já tendo identificado o objeto de análise, qual seja, o campo da formulação



das políticas em torno da exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira, na intersecção do campo de poder e do campo econômico, ou seja, no âmbito da rede de instituições na qual circulam os poderes econômicos, políticos e culturais que os grupos dirigentes buscam preservar para si próprios. Em um segundo momento, irá se traçar uma topologia da estrutura interna do campo em tela, de modo a desvendar a estruturação das relações (de supremacia e subordinação, distância e proximidade, complementaridade e antagonismo) que vigoram em determinado momento, entre os agentes e as instituições. Por fim, em um terceiro momento, se fará a reconstrução das trajetórias sociais dos principais agentes que entram em concorrência no interior do campo da formulação das políticas em torno da exploração de petróleo na Margem Equatorial, para, assim, tornar visível o sistema de disposições socialmente constituídas que orienta a sua conduta e as suas representações em relação à políticas (neo)desenvolvimentistas e às políticas ambientalistas.

A bibliografia utilizada enfatiza a dimensão empírica da abordagem bourdieusiana, na qual a construção de interpretações se dá por meio da interação direta com um caso empírico, fazendo uso de uma série de métodos que são definidos de acordo com a necessidade posta por uma dada proposta de pesquisa (Adler-Nissen, 2013). Nesse sentido, em paralelo à operacionalização da teoria do campo descrita acima, se fará, em um primeiro momento, uma revisão bibliográfica, na qual está inclusa a leitura de produção acadêmica (artigos, livros, dissertações e teses) que trate tanto do tema “exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira”, quanto de bibliografia que trate da teoria do campo de Bourdieu e que a utilize para analisar objetos de caráter transnacional, sobretudo relativos a diplomacia e a disputas em torno de questões ambientais.

Na sequência, no que tange às fontes empíricas, por meio das quais se coletará os dados a serem utilizados para a operacionalização da teoria e do conceito de campo, será realizada, em um segundo momento, pesquisa documental com base em notícias, artigos e reportagens jornalísticas dos principais meios de comunicação brasileiros a respeito do tema “exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira”, bem como de discursos de agentes relevantes presentes no campo, como da Presidência, e notas e publicações oficiais de órgãos relevantes, como o Itamaraty, publicadas de 2023, início do terceiro governo Lula, até março de 2025, quando deve ter início a pesquisa, assim como documentos e relatórios pertinentes que forem mencionados no decorrer da revisão bibliográfica e da leitura primária das fontes anteriormente descritas. Os dados coletados nessa etapa da pesquisa serão tratados por meio do uso do RQDA, pacote da linguagem de programação R para análise de dados qualitativos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como se trata de uma pesquisa em andamento, realizamos apenas a primeira etapa da operacionalização do conceito, a saber, identificar a questão em jogo e os agentes. Essa etapa foi realizada com base em notícias dos principais jornais do país (O Globo, Estadão e Folha e S.P.), utilizando-se do critério de saturação. Consonante a essa etapa, foi realizado um primeiro agrupamento dos agentes de acordo com as suas posições.

4. CONCLUSÕES

A presente proposta de estudo tem o potencial de inovação com relação ao uso de um conceito, a saber, o conceito de campo de Pierre Bourdieu, em um objeto transnacional que ainda não foi estudado deste modo no campo das Ciências Sociais brasileiras. Com efeito, para além da compreensão do objeto em si, proporciona um avanço teórico na expansão do uso de um conceito.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Por fim, dos possíveis desafios a serem encontrados para a condução da pesquisa, se destaca a dificuldade de se acessar diplomatas brasileiros para a condução de entrevistas, bem como o caráter não público das negociações, conduzidas pelos agentes, que subjazem as disputas tornadas públicas, que podemos identificar por fontes jornalísticas e pronunciamentos oficiais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER-NISSEN, R. **Bourdieu in International Relations**. Routledge, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- . **La nobleza de Estado: Educación de elite y espíritu de cuerpo**. 1a Ed. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2013.
- . **Las estructuras sociales de la economía**. 1a Ed. Buenos Aires: Ediciones Manantial SRL, 2001.
- DUBOIS, V. **L'action de l'État, produit et enjeu des rapports entre espaces sociaux**. Actes de la recherche en sciences sociales, No 201-202, 2014, p. 11-25.
- . **The Fields of Policy-Making**. In: CARDINALE, I.; SCAZZIERI, R. (Eds.). *The Palgrave Handbook of Political Economy*. London: Palgrave Macmillan UK, 2018. p. 29–51.
- SAPIRO, Gisèle. **La teoría de los campos en sociología: génesis, elaboración, usos**. El taco en la brea. Revista del Centro de Investigaciones Teórico-literarias –CEDINTEL– FHUC / UNL Año 4, No 5 (Mayo 2017).
- TARGA, L. G. **OS DIPLOMATAS BRASILEIROS SOBRE A PERSPECTIVA RELACIONAL: O campo dos diplomatas e o campo político**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2017.



GT 4 - Teorias Políticas Contemporâneas e o Debate das Democracias

DEMOCRACIA E NEOLIBERALISMO NOS ESTADOS PÓS-COLONIAIS AFRICANOS: AS REFORMAS DEMOCRÁTICAS NA GUINÉ-BISSAU

MAMADÚ INDJAI¹; LUCIANA BALLESTRIN²

¹UFPEL 1 – *mamaduindjai@gmail.com* 1

²UFPEL – *luballestra@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

As décadas de 1980 e 1990, a Guiné-Bissau passou por um processo de transformação nas estruturas estatais e na forma de organização do seu modelo de sociedade (CARDOSO, 1996), abrindo mão de um modelo de desenvolvimento com inspiração mais socialista (CHABAL, 1986), e aderindo propostas de liberalização econômica impostas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional através das chamadas Programas de Ajustamento Estrutural - PAE, como fizeram vários outros países da África subsaariana, e estas mudanças foi fruto das transformações que se sucederam na Europa Oriental, com o colapso do Bloco Soviético ou da ordem bipolar global no final dos anos 1980, motivando a transição do comunismo de Estado para o capitalismo neoliberal (BROWN, 2019). Este trabalho é parte de pesquisa a ser desenvolvida entre julho e setembro de 2025 em Bissau, na Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau - INEP como parte da proposta de pesquisa de Campo para a tese de doutorado em Ciência Política, pesquisa financiada pelo Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG da UFPEL e com a importante contribuição da Coordenação do Curso – PPGCPOL. O trabalho tem como objetivo analisar um conjunto de reformas, tanto do ponto de vista econômico e institucional quanto sociopolítico, no quadro de Programas de Ajustamento Estrutural - PAE adotados desde o início da década de 1980. A ênfase é dada, sobretudo, às condicionalidades tanto externas quanto internas do processo de implementação da democracia na Guiné-Bissau. A partir dos documentos da INEP e dos relatórios do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

2. METODOLOGIA

A pesquisa está inserida num trabalho de pesquisa documental em Bissau, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau – INEP com o intuito de analisar os arquivos históricos e as produções científicas. Está em curso a análise dos documentos relacionados ao programa de ajustamento estrutural que é um dos projetos desta instituição de pesquisa, com objetivo de identificar e descrever o conjunto de reformas econômicas e sociopolíticas empreendidas pela Guiné-Bissau ao longo das décadas de 1980 e 1990. A pesquisa está dividida em duas fases interdependentes; a primeira, está fundamentalmente inserida em uma perspectiva de abordagem teórica crítica, que procura compreender as matrizes teóricas que veem a racionalidade contemporânea do neoliberalismo como limites ao processo de democratização. Ela parte, principalmente, da relação dessa racionalidade com a globalização da democracia liberal, em teóricos pós-coloniais, em contexto do Sul Global, olhando para a África particularmente, tendo como principais teóricos, Achille Mbembe (2001, 2012, 2017), Issa Shivji (2018, 2021) e outros). Para tal tarefa, optamos, primeiramente, por criar categorias teóricas analíticas para a operacionalização da pesquisa (categorias já existentes), entre as quais: *pós-colonialismo* (as particularidades do Sul Global na inserção em globalização neoliberal e democrática); *Estado pós-colonial* (as transformações estruturais na pós-independência); *democracia* (como um conceito em disputa); *democratização* (discutindo noções de soberania, liberdade e dignidade humana); e,



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



finalmente, *neoliberalismo* (a partir das noções de racionalidade neoliberal, razão normativa, governo das populações e formas de captura política). A segunda parte desta pesquisa está inserida em um trabalho de pesquisa documental em Bissau, na Guiné-Bissau, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau (INEP) com o intuito de analisar os arquivos históricos e as produções científicas acerca da política contemporânea do país. O objetivo é analisar os documentos relacionados ao Programa de Ajustamento Estrutural e ao Processo de Transição Democrática a partir dos elementos descritos no quadro de operacionalização de pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira parte deste trabalho (ao qual foi apresentação na qualificação do projeto de tese) foi apresentada e discutida a dimensão teórica com a reflexão sobre a possibilidade de outros paradigmas conceituais ou modelos alternativos do pensamento democrático, que parte sobretudo, do reconhecimento de que existe uma ausência de um pensamento alternativo a democracia liberal, que poderia servir de base para as especificidades dos contextos, como as das periferias do Sul Global, principalmente na África Subsariana. Como Achille Mbembe (2012) contesta, de que não é porque temos dificuldades de encontrar alternativas para esse pensamento democrático liberal ou para uma revolução social radical no continente que não exista nenhuma aspiração à liberdade e ao bem-estar. Portanto, independentemente das especificidades que frequentemente têm sido associados a analisar a efetividade da democracia, a nossa abordagem parte do entendimento da democracia como um conceito em disputa, e a democratização (SHIVJI, 2018) como um conceito chave para pensar a África e a Guiné-Bissau especificamente. A democratização, aqui, é entendida no sentido trabalhado por Issa Shivji (2018) de um “processo” contrário à democracia, entendido pelo autor como um modelo e um transplante imposto pelo Ocidente ao resto do mundo. Assim, a democratização é um conceito que se refere à luta do resto do mundo contra os implantes locais, mas, principalmente, às lutas para expandir a esfera da liberdade e da dignidade humana. Uma das preocupações de Shivji (2018) é sobre o discurso a respeito da democracia, a qual, segundo o autor, não pode ser tomada como algo garantido; isso quer dizer que o modelo de democracia liberal hegemônico, no mundo e, particularmente, na África, é parte da história particular das lutas dos povos europeus. Além disso, sua preeminência (a partir do sistema capitalista) é conquistada pelas guerras e pela violência.

4. CONCLUSÕES

Esta proposta é parte de um trabalho de pesquisa em andamento que tem como objetivo verificar quais foram as condicionantes do Estado Pós-colonial à neoliberalização na Guiné-Bissau a partir de 1980, considerando o processo de democratização neste país da Costa Ocidental africano. No entanto, duas hipóteses impulsionaram a nossa inquietação nesta primeira fase, a primeira, no sentido macro, é de que as reformas democráticas (políticas e institucionais) condicionadas pelas reformas econômicas neoliberais, nas décadas de 1980 e 1990, introduzidas no período pós-independência, afetaram ou minaram os caminhos da democratização e de reforma do Estado na Guiné-Bissau. E o segundo é de que os arranjos ou condicionamentos que tal reforma provocou foram responsáveis por introduzir uma democracia de baixa intensidade, impossibilitando a participação mais efetiva da sociedade civil e da sociedade em geral na abertura democrática e na busca da sua consolidação.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Filosofia Política, 2019.

CARDOSO, Carlos. Transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. *In*: CARDOSO, Carlos; AUGEL, Johannes (org.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: INEP, 1996. p. 13-39.

CHABAL, Patrick. Revolutionary democracy in Africa: case of Guinea-Bissau. *In*: CHABAL, Patrick (org.). **Political domination in Africa**: reflection on the limits of power. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 84-108.

MBEMBE, Achille. **On the postcolony**. Los Angeles: University of California Press, 2001.

MBEMBE, Achille. **Políticas de inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Luanda: Edições Pedagogo, 2012.

SHIVJI, Issa. **Liberating democracy and democratising liberation**. Dar es Salaam: University of Dar Es Salaam, 2021.

Capítulo de livro

SHIVJI, Issa. Democracia e democratização em África: interrogar paradigmas e práticas. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel (org.). **Demodiversidade**: imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 114-128.



A DEMOCRACIA SOB TENSÃO: TOCQUEVILLE E A ANATOMIA DA LIBERDADE EM TEMPOS DE IGUALITARISMO FORÇADO

RAFAEL ALEXANDRE SILVEIRA¹; CLÁUDIO ROBERTO COGO LEIVAS²

¹*Universidade Federal de Pelotas – rasilveirinha@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – ckleivas@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A democracia, enquanto forma de governo e experiência histórica, tem sido objeto de intensas reflexões desde a modernidade. Entre os pensadores que mais profundamente investigaram suas estruturas e paradoxos, destaca-se Alexis de Tocqueville, cuja obra *A Democracia na América* (1835) permanece como uma das análises mais agudas sobre os dilemas constitutivos da ordem democrática. Tocqueville não se limitou a descrever instituições políticas: ele sondou os sentimentos, os hábitos e os imaginários que sustentam — ou corroem — a liberdade em sociedades igualitárias.

No centro de sua reflexão está uma tensão que atravessa os regimes democráticos: a busca pela igualdade de condições, embora emancipatória, pode engendrar uma uniformização social que ameaça a liberdade individual e favorece a centralização do poder. Tocqueville antecipa, com impressionante lucidez, os riscos de uma “tirania da maioria”, da apatia cívica e da erosão das instituições intermediárias — elementos que, hoje, ressoam com inquietante atualidade diante da ascensão de lideranças populistas, das disputas políticas na era digital e da desconfiança generalizada nas democracias liberais.

Este artigo propõe uma releitura crítica da obra tocquevilliana à luz dos desafios contemporâneos, interrogando os fundamentos da democracia para além de suas formas institucionais. Assim, busca-se compreender como os afetos democráticos, as práticas cívicas e os vínculos comunitários podem ser revitalizados frente à crise de legitimidade que assola os regimes democráticos no século XXI. A escolha de Alexis de Tocqueville como objeto de estudo se justifica por sua abordagem singular da democracia como fenômeno social, político e cultural. O autor não apenas descreveu a democracia americana do século XIX, mas antecipou dilemas que hoje ameaçam a vitalidade democrática global.

Revisitar Tocqueville é mais do que um exercício histórico — é uma necessidade crítica. Este trabalho propõe uma leitura provocativa: será que a obsessão contemporânea por igualdade, descolada da liberdade e da responsabilidade cívica, está corroendo os próprios alicerces da democracia? Ao enfatizar a dimensão emocional e cultural da democracia, o texto também busca expandir o escopo dos estudos políticos, oferecendo uma contribuição original para a teoria política e para o debate público.

Tendo em conta o que foi até aqui exposto, procura-se responder à seguinte problematização: como a tensão entre liberdade e igualdade, identificada por Alexis de Tocqueville, pode ser interpretada como um fundamento estrutural da democracia contemporânea e de que maneira as implicações desse tensionamento podem ampliar os riscos atuais de erosão democrática? Os objetivos deste ensaio buscam investigar os fundamentos da democracia em Alexis de Tocqueville, com foco na tensão entre liberdade e igualdade, bem como analisar sua relevância para os desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas.



2. METODOLOGIA

Neste trabalho, o tipo de pesquisa desenvolvido é de caráter qualitativo e teórico-conceitual, cujos procedimentos buscaram uma revisão bibliográfica das obras de Tocqueville (*A Democracia na América*, *O Antigo Regime e a Revolução*) e sua conexão com autores contemporâneos como Norberto Bobbio, Pierre Rosanvallon, Sheldon Wolin e Robert Putnam. Além disso, intentou-se uma análise hermenêutica dos conceitos-chave: liberdade, igualdade, tirania da maioria e instituições intermediárias. Também pode ser entendido como um estudo comparativo entre o contexto toquevilliano e os fenômenos democráticos atuais (ex.: redes sociais, populismo, desinformação). Trata-se de uma primeira aproximação teórica e em desenvolvimento, com vistas à elaboração de um modelo interpretativo que relacione os fundamentos toquevillianos com a crise democrática contemporânea.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa realizada, pode-se afirmar que a obra de Tocqueville articula uma análise sociológica da democracia com uma reflexão filosófica sobre a liberdade. Em *A Democracia na América*, o autor observa que a igualdade de condições não apenas transforma as estruturas políticas, mas molda os hábitos mentais e os afetos coletivos. A democracia, para Tocqueville, é uma forma de vida — uma gramática social que redefine as relações entre os indivíduos e o Estado.

A igualdade, embora emancipada das hierarquias aristocráticas, pode gerar efeitos ambivalentes. Tocqueville alertava para o risco de que, em nome da igualdade, os cidadãos abdicuem da liberdade, confiando ao Estado poderes excessivos. Esse “despotismo democrático” não se impõe por força, mas por tutela benevolente, que infantiliza o cidadão e enfraquece sua autonomia política.

Autores como Bobbio (1984) e Rosanvallon (2022) retomam essa tensão ao discutir os limites da democracia representativa e os riscos da hipercentralização estatal. Wolin (2017), por sua vez, aprofunda a crítica ao mostrar como regimes democráticos podem se transformar em sistemas de gestão tecnocrática, cuja participação cidadã é substituída por mecanismos de controle e de eficiência. A vitalidade democrática, segundo Tocqueville, depende da existência de instituições intermediárias — associações, comunidades locais, imprensa livre — que funcionam como amortecedores entre o indivíduo e o Estado. Putnam (2001) retoma essa preocupação ao diagnosticar o declínio do capital social nas democracias contemporâneas, comprometendo não apenas a eficácia

das instituições, mas a própria experiência democrática como prática cotidiana.

A igualdade de condições, celebrada por Tocqueville como conquista histórica, revela-se também como fonte de inquietação democrática. Em sociedades de aspiração por maior igualdade, qualquer diferença pode ser percebida como ameaça. Essa sensibilidade exacerbada à desigualdade alimenta uma cultura de ressentimento e de vigilância moral, que se manifesta hoje nas redes sociais, nos discursos identitários e no grau de acirramento das disputas políticas.

O desejo de igualdade, quando desvinculado da liberdade, transforma-se em demanda por conformidade. A lógica algorítmica das plataformas digitais reforça bolhas de opinião e valida o pensamento majoritário, sufocando o dissenso. Tocqueville antevia esse fenômeno ao alertar que, em democracias, o poder da maioria não se limita às urnas — ele se infiltra nos costumes, nas crenças e até nas emoções.

A apatia cívica, denunciada por Tocqueville, encontra eco na crise de participação que assola democracias contemporâneas. A substituição do engajamento coletivo por indignação episódica



revela uma democracia emocionalmente instável, em que o cidadão é mais espectador do que agente. A liberdade, nesse contexto, torna-se abstrata: celebrada em discursos, mas ausente na prática cotidiana.

A resposta toquevilliana reside na valorização das instituições intermediárias. Associações civis, comunidades locais e espaços de deliberação são os pilares de uma democracia robusta. São nesses espaços que se forma o “hábito da liberdade” — uma disposição prática e afetiva para o exercício da cidadania. A democracia, sem essas mediações, corre o risco de se tornar uma relação direta e vertical entre indivíduos isolados e um Estado cada vez mais centralizador.

4. CONCLUSÕES

A leitura de Tocqueville revela-se como uma ferramenta analítica para compreender os impasses da democracia contemporânea. Ao identificar a tensão entre liberdade e igualdade como eixo estruturante da experiência democrática, o autor antecipou dilemas que hoje se manifestam com intensidade renovada: a centralização do poder, a erosão das instituições intermediárias, a apatia cívica e a tirania da maioria travestida de consenso digital.

A democracia não é um dado estático, mas uma construção histórica, cultural e afetiva que exige constante vigilância e renovação. A igualdade, quando desvinculada da liberdade e da responsabilidade coletiva, pode tornar-se uma ameaça. A liberdade, por sua vez, depende de práticas cívicas, de vínculos comunitários e de instituições que a sustentem.

A atual crise democrática não se resolve apenas com reformas institucionais. É preciso reencantar a democracia como experiência vivida, como espaço de conflito legítimo, de pluralidade e de construção coletiva. Tocqueville nos convida a cultivar o “hábito da liberdade” — um *ethos* democrático que se forma na convivência, na deliberação e na disposição para o dissenso.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 13ª Ed, 2016.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1ª Ed, 1984.
- PUTNAN, Robert. **Bowling Alone: the collapse and revival of American community**. Simon and Schuster, 2001.
- ROSANVALLON, Pierre. **A contra democracia: a política na era da desconfiança**. Tradução Diogo Cunha São Paulo: Ateliê Humanidades Editorial, 2022.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. Livro I. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América: sentimentos e opiniões**. Livro II. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- WOLIN, Sheldon. **Democracy incorporated: managed democracy and the specter of inverted totalitarianism**. Princeton University Press, 2017.



MOVIMENTO ESTUDANTIL E A QUESTÃO TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE ENQUADRAMENTO CULTURAL E OPORTUNIDADES POLÍTICAS

MARCELO DE OLIVEIRA DUTRA

Universidade Federal de Pelotas - marceloodutra7@gmail.com

Orientador: Prof. William Daldegan -

william.daldegan@gmail.com Co-orientadora: Prof. Monika

Dowbor- mdowbor@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo analisa como o movimento estudantil brasileiro, aqui representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), de acordo com seu grau de relevância político e engajamento no conjunto das lutas dos movimentos sociais, têm abordado e mobilizado a temática da justiça fiscal em suas pautas políticas. A questão principal é: qual é a importância da tributação nas batalhas por políticas sociais e cidadania? Iniciamos a reflexão a partir da observação de um paradoxo presente na Constituição de 1988, que promoveu a expansão de políticas e direitos sociais, mas não provocou uma transformação significativa no caráter injusto do sistema tributário, que assegurasse maiores receitas ao Estado brasileiro. Portanto, o objetivo é entender de que forma o movimento percebe as oportunidades políticas e formula enquadramentos acerca da justiça tributária, vimos em TILLY (2004) que oportunidades políticas representam aspectos constantes no cenário político, as quais influenciam as previsões de êxito ou insucesso dos grupos coletivos, criando motivos para a mobilização ao moldar a maneira como os movimentos se relacionam com os poderes públicos. Já os enquadramentos culturais são citados por GOFFMAN (1974) como modelos de compreensão que ajudam as pessoas a encontrar, entender, reconhecer e nomear eventos e vivências. Já em SNOW e BENFORD (1988) os apontam como esquemas de interpretação coletivamente aceitos que representam e resumem o ambiente externo, visando estimular e direcionar a ação conjunta.

A partir disso, transfere-se a discussão sobre tributação e arrecadação de um plano técnico-econômico para um espaço de disputa política. A pesquisa traz contribuições para um campo que é pouco abordado pela literatura de movimentos sociais, ao evidenciar estratégias coletivas de promoção da democratização frente às injustiças fiscais.

2. METODOLOGIA

De acordo com suas expressões e visibilidade dentro do contexto político dos movimentos



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



sociais, foram escolhidas duas organizações: União Nacional dos Estudantes (UNE) e Associação



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG). Em seguida, no site de cada uma dessas organizações, foi submetido o protocolo na plataforma “Google” com as seguintes palavras-chave: “tributação”, “tributária”, “taxação”, “imposto”, “fiscal”, “juros” e “grandes fortunas”. Esse protocolo define a coleta de publicações relacionadas a mobilizações sobre políticas tributárias e o registro de informações importantes para a pesquisa, como data, autor e tipo de documento. Os conteúdos foram analisados e classificados em dois grupos: documentos relevantes, que abordam a posição do movimento, e menos relevantes, onde mencionam a questão tributária de forma periférica. Dessa forma, pode-se perceber em quais contextos de oportunidades políticas as organizações atuam, bem como os enquadramentos culturais utilizados para projetarem suas reivindicações e mobilização dos seus apoiadores.

Os materiais foram posteriormente submetidos a um procedimento de análise a partir do software “DNA” (Discourse Network Analyzer), onde através da codificação dos documentos, averigou-se como as organizações tratam a origem e o destino dos tributos, considerando que “OT” é origem e “DT” destino. A origem a contribuição versa sobre de onde será retirado o recurso e o destino aponta onde o mesmo será aplicado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a temática fiscal aparece na pauta do movimento, especialmente em períodos de crise política e contenção de gastos públicos (como ocorrido em 2015), principalmente na área da educação, quando a luta por verbas governamentais se acirra. Essas situações atuam como oportunidades para apresentar demandas por equidade tributária. Ao passo que a discussão em torno de reformas tributárias também gera um engajamento do movimento, como o caso da Reforma Tributária proposta pelo Ministério da Fazenda em 2023 a qual configura uma janela favorável de conjuntura, gerando uma mobilização acerca desta pauta.

Em relação aos enfoques, o movimento ressalta a injustiça inerente do sistema fiscal, apontando como origem da tributação a taxa progressiva, como o imposto sobre grandes fortunas, lucros e dividendos e combate à sonegação tributária, trazendo como destinação desses tributos o investimento em políticas públicas de educação, como desenvolvimento da ciência e tecnologia, assistência estudantil, políticas de geração de emprego e redução da desigualdade.

Assim, a discussão sobre impostos não é considerada um objetivo isolado, mas sim parte de uma visão mais abrangente para diminuir as desigualdades e reforçar as políticas sociais.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho traz uma contribuição original ao situar a discussão sobre impostos dentro de um contexto de conflitos políticos, expandindo a análise do movimento de estudantes além das perspectivas técnico-econômicas convencionais. Ao incorporar as ideias de oportunidades políticas, segundo TILLY (2004), e enquadramentos culturais, de acordo com GOFFMAN (1974) e SNOW e BENFORD (1988), a investigação busca entender de que maneira as organizações estudantis criam significados coletivos e desenvolvem suas táticas de mobilização em relação à justiça fiscal. Essa perspectiva possibilita examinar o papel do movimento estudantil como um agente que interpreta,



articula e orienta demandas sociais complexas, ligando políticas públicas, direitos sociais e práticas cidadãs. A inovação deste estudo está exatamente na conexão entre a teoria dos movimentos sociais e a análise das questões tributárias, preenchendo uma lacuna na literatura brasileira ao explorar como assuntos fiscais são integrados nas estratégias de democratização e mobilização conjunta.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEIFELD, Philip. **Discourse Network Analysis**. In: VICTOR, J. N. et al. (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Networks*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 301-325

DIANI, Mario. Social movements and social capital: a network perspective on movement outcomes. **Mobilization: An International Quarterly**, San Diego, v. 5, n. 2, p. 143–158, 2000.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 26, p. 611–639, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper & Row, 1974.

TILLY, Charles. **Social movements, 1768–2004**. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, **Frame Resonance, and Participant Mobilization**. *International Social Movement Research*, v. 1, p. 197-217, 1988.



ENTRE FRONTEIRAS E DISCURSOS: A POLÍTICA COMO PARTE DA VIVÊNCIA DO MIGRANTE

THAINARA PEREIRA DE SOUZA¹; CLAUDIA TURRA MAGNOL

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – souzathainara374@gmail.com

³UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – e-mail do orientador (opcional)

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um recorte do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia, realizado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), baseado na experiência de mobilidade internacional que realizei em 2024 em Bragança, Portugal, no Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Durante minha estadia, observei não apenas o cotidiano dos migrantes, mas também os fatores estruturais e conjunturais que moldam suas trajetórias. A ascensão de partidos de extrema-direita, como o Chega, despertou particular atenção devido ao impacto direto que tais mudanças políticas podem exercer sobre a vida dos imigrantes e sobre o debate público acerca da imigração. Este estudo se insere no campo da Antropologia, especialmente na interface entre a antropologia política e a antropologia das migrações.

Nas semanas que antecederam as eleições legislativas de março de 2024, pude acompanhar cartazes, discussões nas ruas e conversas informais com colegas brasileiros e outros imigrantes. Muitos demonstravam certo distanciamento da política local, acreditando que o crescimento do Chega não teria impacto imediato sobre suas vidas. Contudo, a vitória do partido evidenciou preocupações significativas entre migrantes e acadêmicos, refletindo tensões entre percepções individuais e mudanças estruturais além de surpreender pela expressiva votação recebida junto à população jovem, especialmente entre aqueles com até 25 anos..

Esse trabalho apresenta que embora muitos dos imigrantes estejam legalmente estabelecidos, vivem sob constante incerteza quanto à manutenção de seus direitos. Paralelamente, observações sobre escolhas residenciais entre cidades maiores, como Lisboa, e cidades menores, como Bragança, evidenciam como fatores econômicos, sociais e culturais se articulam com a percepção de segurança e oportunidades de vida.

O debate sobre imigração em Portugal é atravessado por diferentes discursos — jurídicos, científicos e midiáticos — que moldam a percepção pública e a formulação de políticas. Conforme destaca Jardim (2018), esses discursos influenciam a classificação e a inserção dos migrantes na sociedade, evidenciando limites e possibilidades de participação social.

A representação da extrema-direita no parlamento e na sociedade como um todo é uma incógnita nos próximos anos. Discursos de ódio e intolerância, como os observados nos movimentos anti-imigração que ganham força em Portugal e na Europa, tendem a se intensificar (ZANETTI, 2024, Pg 15)



Este trabalho propôs analisar, a partir de uma perspectiva autoetnográfica, como a ascensão da extrema-direita em Portugal interfere nas percepções e experiências de migrantes, contribuindo para a reflexão sobre a relação entre política, migração e cidadania. “As ideologias coloniais, produzidas pela colonialidade, permanecem como racionalidades predominantes na esfera pública portuguesa.” (ZANETTI, 2024, Pg 7)

2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de uma abordagem autoetnográfica, articulando a reflexão sobre experiências vividas com a análise de contextos sociais, políticos e culturais. Durante meu período de mobilidade acadêmica em Portugal, utilizei a observação participante, participando de atividades acadêmicas, eventos culturais e interações informais com colegas brasileiros e outros imigrantes, muitos dos quais ligados à Associação de Brasileiros em Portugal. Essa prática permitiu compreender não apenas o cotidiano dos migrantes, mas também como fatores estruturais e conjunturais moldavam suas trajetórias e percepções, especialmente frente à ascensão do partido de extrema-direita Chega. “A presença dos cartazes do Chega por toda a Lisboa é também um lembrete: a qualquer momento o pouco espaço político e social que os imigrantes tinham poderia ser retirado.” (ZANETTI, 2024, Pg 8)

Foram realizadas conversas informais com imigrantes de diferentes nacionalidades, capturando percepções sobre segurança, processos de cidadania e permanência no país. Um exemplo foi o relato de Raavi, colega de apartamento, que expressou preocupação com seu pedido de cidadania portuguesa diante da vitória do Chega mesmo estando estabelecido no país a cerca de sete anos, refletindo o temor compartilhado por muitos migrantes em relação a mudanças políticas que poderiam afetar seus direitos e permanência. Outro colega brasileiro, que havia obtido recentemente um visto permanente para trabalhar, também compartilhou sentimentos de insegurança quanto à estabilidade de sua situação migratória. Essas conversas evidenciaram o impacto direto das políticas de extrema-direita sobre a vida dos imigrantes, bem como a sensação de incerteza e vulnerabilidade que permeia suas experiências.

O acompanhamento do contexto político e midiático foi igualmente fundamental. Analisei campanhas eleitorais, e notícias situando as experiências individuais dentro do panorama mais amplo das políticas de imigração e das ideologias políticas em Portugal.

Essa metodologia permitiu analisar a complexidade da experiência migratória em Portugal, articulando relatos autoetnográficos, observação participante e análise documental. O procedimento possibilitou compreender como a ascensão de partidos de extrema-direita influencia não apenas a percepção de segurança e os planos de permanência dos imigrantes, mas também como esses indivíduos se relacionam com discursos sociais e jurídicos sobre imigração, contribuindo para uma compreensão aprofundada das tensões políticas, sociais e culturais que atravessam o país.

O panorama migratório em Portugal, apresentado no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF (2022), evidencia uma dinâmica de crescimento contínuo. Segundo o documento, o país conta atualmente com 781.915 estrangeiros portadores de títulos de residência válidos, excluindo aqueles com dupla cidadania ou em situação irregular. Esse número representa um aumento de 11,9% em relação ao ano anterior. No período



compreendido entre 2021 e 2022, a emissão de novos títulos de residência teve uma elevação ainda mais expressiva, atingindo 143 mil, o que corresponde a um crescimento de 28,5%.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho se dedicou a investigar a experiência dos migrantes em Portugal, especialmente diante do contexto político marcado pela ascensão do partido de extrema-direita Chega e suas implicações para as políticas migratórias e a vida cotidiana dos migrantes. A pesquisa envolveu a coleta de relatos pessoais, conversas com imigrantes brasileiros e de outras nacionalidades, além da observação do ambiente político e social durante o período das eleições legislativas portuguesas de 2024.

Foram identificadas preocupações significativas entre os imigrantes quanto à segurança de seus direitos e à estabilidade de seus processos migratórios, especialmente em relação ao fim de novos pedidos para visto CPLP, que representava uma importante via de entrada e permanência para muitos. A análise também revelou um clima de insegurança e medo gerado pela retórica anti-imigração do partido Chega, que se opõe explicitamente à integração dos estrangeiros no país. O medo de terem seus vistos cancelados ou suas permanências questionadas é uma constante em muitas comunidades imigrantes, tanto em Portugal quanto no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países.

O visto CPLP foi um dos primeiros alvos das mudanças políticas em Portugal, sendo extinto em julho de 2024. Apesar das críticas vindas tanto da direita quanto da esquerda, durante meu período de mobilidade observei falhas significativas na sua aplicação. Em maio de 2024, em Bragança, foi identificado um imigrante vivendo há 17 anos em condições análogas à escravidão, sem supervisão adequada do sistema migratório. Esse caso evidenciou a fragilidade das políticas de imigração portuguesas e reforçou a necessidade de maior fiscalização e proteção dos direitos dos migrantes. Embora criticadas pela extrema-direita, políticas como o CPLP também são alvo de críticas da esquerda, que aponta a falta de fiscalização e a vulnerabilidade de muitos imigrantes. As discussões acadêmicas e as experiências coletadas indicam que, mesmo com a dependência econômica de Portugal em relação à imigração, o avanço da extrema-direita contribui para um clima de insegurança e instabilidade para essas comunidades.

4. CONCLUSÕES

Portugal hoje enfrenta uma alta taxa de emigração entre os nascidos em Portugal entre 19 e 35 anos, sendo hoje o país europeu com mais emigrantes que buscam novas oportunidades fora do país devido à crise econômica e à falta de perspectivas em Portugal. A emigração, que foi um grande problema durante o regime de Salazar, continua a ser uma característica de Portugal, mas agora com uma mudança: em vez de sair em busca de liberdade, muitos jovens portugueses procuram melhores condições de vida e trabalho em outros países da União Europeia. Essa realidade leva a considerar o futuro da população portuguesa, cada vez mais envelhecida, e com uma taxa de natalidade negativa crescente. A imigração tornou-se essencial para a manutenção da economia, mas o



crescente poder de partidos como o Chega, que rejeitam a imigração, levanta a questão de como Portugal lidará com sua dependência crescente de imigrantes para sustentar sua força de trabalho. Embora o Chega busque preservar uma identidade 'portuguesa pura', essa visão entra em conflito com a realidade econômica atual do país, que depende fortemente da contribuição de imigrantes e da União Europeia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JARDIM, Denise F. Imigrantes ou Refugiados: tecnologias de controle e as fronteiras. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2017.

ZANETTI, Lucas Arantes. Portugal migrante: ativismo e resistência em tempos de ascensão da extrema-direita. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 33, n. 1, p. e220715, 2024. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe220715. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/220715>.

ARAÚJO, Marta. 2013. "Challenging Narratives on Diversity and Immigration in Portugal: The (De)politicization of Colonialism and Racism". In *Migrant Marginality: A transnational perspective*, editado por Philip Kretsedemas, Jorge Capetillo-Ponce, Glenn Jacobs. 27 -46. New York: Routledge

COSTA, Ana Paula; PAULA, Cynthia. 2020. "Experiências de Discriminação na Imigração em Portugal: Um diagnóstico elaborado pelo Projeto: #MigraMyths-Desmistificando a imigração." Casa do Brasil de Lisboa. Acessado em Novembro 15, 2023. https://casadobrasildelisboa.pt/wp-content/uploads/2021/03/Relat%C3%B3rio_MigraMyths_single_page.pdf

COSTA, Ana Paula. 2021. "Discurso de ódio e imigração em Portugal: Diagnóstico do projeto #MigraMyths - Desmistificando a Imigração." Casa do Brasil de Lisboa. Acessado em Novembro 15, 2023. <https://casadobrasildelisboa.pt/wp-content/uploads/2022/01/relatorio-migramyths-202111-1.pdf>

CUNHA, Isabel. 2015. "Da 'desdemocratização' da Europa: democracia, media e corrupção política." *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 38, 37-63.



ALINHAMENTO ENTRE URGÊNCIA CLIMÁTICA E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA: LIMITES E POSSIBILIDADES

JÉSSICA SEABRA DE OLIVEIRA ALVES¹; GUILHERME CAMARGO MASSAU²;

¹ Universidade Federal de Pelotas – jessicaadvalves@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – uassam@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A crise climática global impõe uma urgência de ação que colide, fundamentalmente, com os ritmos e as lógicas da política representativa e dos ciclos democráticos. A ciência climática exige transformações estruturais rápidas — como a descarbonização da matriz energética e a proteção ecossistêmica — que, no curto prazo, podem gerar custos econômicos e sociais, tornando-se politicamente impopulares. A inércia de governos, a polarização política e a priorização de interesses imediatos e eleitorais constituem os principais limites da política representativa para a governança climática eficaz.

Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023) enfatizam que limitar o aquecimento global a 1,5°C requer mudanças estruturais profundas e imediatas em todos os setores da economia, exigindo que as emissões globais atinjam o pico antes de 2025 e sejam reduzidas drasticamente até 2030 (cerca de 43% em relação a 2019). Esta exigência de transformação em uma janela de tempo tão curta (a próxima década) entra em rota de colisão com a lentidão do legislador, que é tipicamente pautada por ciclos eleitorais curtos e pela satisfação de interesses imediatos dos eleitores, adiando, frequentemente, a tomada de decisões de longo prazo e impopulares. A fragilidade das políticas de longo prazo é exacerbada pela pressão de grupos de interesse e pela captura regulatória por setores intensivos em carbono, que exploram a natureza competitiva da democracia para adiar ou enfraquecer a legislação ambiental.

Contudo, a democracia é a fonte essencial de legitimidade para que políticas ambientais ambiciosas sejam duradouras. Sem o apoio social e a percepção de justiça, medidas cruciais — como a precificação do carbono — podem ser facilmente revertidas em futuras mudanças de governo. A legitimidade garante a equidade na distribuição dos ônus e bônus da transição e assegura que as políticas sejam percebidas não como imposições tecnocráticas¹, mas como um projeto coletivo (LACAVA; BARRETO; PIRES, 2025).

O problema central que orienta este trabalho é: como alinhar a urgência climática com a legitimidade democrática? O objetivo é investigar as possibilidades de reformulação da governança que permitam aos sistemas políticos responderem à crise ambiental de forma rápida, justa e amplamente aceita pela sociedade.

¹ Resoluções tecnocráticas são decisões políticas ou administrativas tomadas com base quase exclusiva em critérios técnicos ou científicos, geralmente por especialistas, consultores ou órgãos burocráticos, e não pelo debate político mais amplo ou pela deliberação democrática. A ideia central é que, diante de problemas complexos — como a crise climática, a regulação econômica ou a gestão de saúde pública —, a “melhor” decisão seria aquela orientada por evidências, cálculos de eficiência e conhecimento especializado.



2. METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada é qualitativa e analítico-interpretativa de natureza bibliográfica e documental, adequada para a fase inicial de construção de um arcabouço teórico e analítico sobre a interface entre política, economia e meio ambiente.

A pesquisa bibliográfica foca na revisão sistemática da literatura acadêmica em três eixos principais: Teoria Política e Democracia: Análise de conceitos como legitimidade, representação, deliberação e governança de longo prazo; Economia Ambiental e Mercado de Carbono: Estudo da eficácia, equidade e aceitação política de instrumentos de precificação de carbono (impostos e sistemas *cap-and-trade*); Estudos de Mudanças Climáticas e Governança: Revisão de trabalhos sobre a inércia política e a construção de coalizões pró-clima.

A pesquisa documental abrange a análise de relatórios institucionais-chave, como os do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que estabelecem a urgência científica, e documentos de políticas nacionais e subnacionais que demonstram tentativas de conciliação entre metas de emissão e processos democráticos (por exemplo, planos climáticos de países com assembleias de cidadãos).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise preliminar dos materiais bibliográficos e documentais permite identificar um conjunto de tensões estruturais que atravessam a relação entre urgência climática e legitimidade democrática. Essa relação não se configura apenas como um dilema abstrato, mas emerge concretamente nos processos de formulação e implementação de políticas climáticas em diferentes contextos nacionais e subnacionais.

Em primeiro lugar, a literatura em teoria política e democracia revela que o problema da temporalidade política está no cerne da governança climática. Enquanto a ciência impõe horizontes de curto prazo para mudanças radicais, a política representativa se ancora em ciclos eleitorais regidos pela busca de aprovação imediata. Essa assimetria temporal explica em grande medida a fragilidade das políticas ambientais de longo prazo, frequentemente sujeitas a descontinuidades quando novos governos assumem o poder (LACAVA; BARRETO; PIRES, 2025). A revisão de autores contemporâneos sugere que mecanismos de democracia deliberativa — como assembleias de cidadãos e pactos interinstitucionais — podem atenuar essa fragilidade ao criar espaços de decisão menos vulneráveis às pressões imediatistas e ao mesmo tempo legitimadas pelo debate público.

Os estudos de governança climática reforçam que a inércia política não decorre apenas da lentidão legislativa, mas também da capacidade de setores intensivos em carbono de capturar processos decisórios e adiar regulações. Os documentos do IPCC e experiências comparadas de países da União Europeia e do Canadá sugerem que a construção de coalizões pró-clima, capazes de articular governos, sociedade civil, setor privado e comunidades locais, é fundamental para romper essa captura (IPCC, 2023). No entanto, os resultados preliminares revelam que tais coalizões são frágeis quando não conseguem traduzir a agenda climática em benefícios concretos de curto prazo

— como empregos verdes, redução de custos energéticos ou inovação tecnológica.

Um ponto adicional emergente da análise é a ambiguidade da democracia enquanto obstáculo e solução. Se, por um lado, a competição eleitoral e a influência de interesses organizados atrasam medidas urgentes, por outro, a democracia fornece o único terreno de legitimidade capaz de



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



sustentar políticas climáticas duradouras. Essa constatação aponta para a necessidade de repensar o desenho institucional, de modo a alinhar rapidez decisória com mecanismos robustos de participação e justiça social.

Em síntese, os resultados ainda parciais sugerem que a resposta à questão central — como alinhar urgência climática e legitimidade democrática — não passa pela superação da democracia em nome da eficiência tecnocrática, mas sim por sua reinvenção institucional. Experiências como assembleias de cidadãos sobre o clima, mecanismos de compensação justa para populações vulneráveis e pactos intertemporais entre partidos e governos aparecem como pistas promissoras.

O desafio, portanto, não é apenas técnico ou econômico, mas eminentemente político: trata-se de construir uma governança climática que seja simultaneamente rápida, justa e legítima. Esse é o ponto de inflexão em que se encontram as democracias contemporâneas diante da crise climática.

4. CONCLUSÕES

O alinhamento da urgência climática com a legitimidade democrática exige mais do que apenas um ajuste de políticas; demanda uma inovação na própria estrutura de governança. Mais do que diagnosticar a lentidão ou a resistência dos sistemas representativos, o que emerge é a necessidade de um reposicionamento normativo e institucional. A crise climática tensiona a própria ideia de democracia, desafiando-a a demonstrar sua capacidade de lidar com problemas cuja escala temporal e distributiva ultrapassa o horizonte eleitoral tradicional. Nesse sentido, a governança climática exige não apenas ajustes incrementais, mas uma redefinição do que significa governar de maneira legítima em um contexto de emergência.

O desafio é, portanto, imaginar instituições políticas que combinem rapidez e profundidade com justiça e inclusão. Esse reposicionamento não pode ser reduzido a soluções tecnocráticas, sob risco de minar a legitimidade social, nem tampouco pode se contentar com a lógica incrementalista que caracteriza boa parte da ação parlamentar. A resposta passa por formatos híbridos, que articulem a força da deliberação democrática com a urgência das medidas executivas.

Essa reflexão aponta para um horizonte instigante: a crise climática pode ser não apenas o maior teste de resiliência das democracias, mas também uma oportunidade de renovação institucional. Em última instância, o que está em jogo não é apenas a eficácia das políticas ambientais, mas a capacidade das democracias de se reinventarem à altura de seu tempo. Se conseguirem alinhar urgência e legitimidade, poderão transformar o desafio climático em um ponto de inflexão civilizatório. Se fracassarem, o preço não será apenas ambiental, mas também político: a erosão da confiança social e a abertura de espaço para soluções autoritárias em nome da eficiência.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA MOTTA VEIGA, Pedro; RIOS, Sandra Polónia. **Os sistemas de comércio de emissões no mundo e no Brasil**. 2023. Disponível em:

<https://cindesbrasil.org/wp-content/uploads/2023/12/Breves-131-Sistema-de-Comercio-de-Emissao-e-s-e-o-Brasil.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Entre fatos e normas: Contribuições para uma teoria do discurso do direito e da democracia**. John Wiley & Sons, 2015. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4SK1CgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=>



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



H



ABERMAS, J. Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge: MIT Press, 1996. &ots=4zm8JbRZay&sig=3LAAQO94pDxFnpA A Px D6CCd71-I#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 04 abr. 2025.

IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LACAVA, Luiza Veronese; BARRETO, Marina Shlessarenko Fraife; PIRES, Mônica Sodré. **Crise climática e crise da democracia? Um mapeamento dos desafios para as democracias em um mundo que aquece.** Journal of Democracy em Português, Volume 13, Número 1, 2024. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/arquivos/jod/mai24/5-crise-climatica-e-crise-da-democracia-um-mapeamento-dos-desafios-para-as-democracias-em-um-mundo-que-aquece.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SEIFERT JR, Carlos Alberto; STEIN, Guilherme de Queiroz; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Entre Polis e Phisys: A democracia como problema e como solução da crise climática.** 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/mgK9mNbGBWvYKSQxBWYTpnr/?lang=pt&utm_source=researcher_app&utm_medium=referral&utm_campaign=RESR_MRKT_Researcher_inbound. Acesso em: 05 ago. 2025.



NOS ALICERCES DA ECOLOGIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: AS VISÕES MARXISTA E PÓS-ESTRUTURALISTA

LUCAS ANTÔNIO PENNA REY¹; BIANCA DE FREITAS LINHARES²

¹Universidade Federal de Pelotas – lucaspennarey@live.com

²Universidade Federal de Pelotas – biancaflinhares@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

De maneira geral, contemporaneamente, as Ecologias Políticas se desenvolveram, ainda na década de 1970, a partir de críticas a trabalhos neomalthusianos, os quais procuraram destacar a relevância do aumento populacional na degradação e esgotamento de recursos naturais – e se intitulavam puramente objetivos e neutros. Inicialmente, a principal ponderação veio da matriz marxista que, embora não se opusesse às considerações sobre o impacto ambiental causado pelos humanos, acusava os neomalthusianos de ignorarem fatores sociais e políticos (Walker, 2005). Neste sentido, muitos estudos passaram a associar a destruição ambiental a contextos sociais e econômicos, especialmente em cenários de desigualdades. A partir daí, então, as Ecologias Políticas movimentaram-se no esforço em admitir que, junto aos estudos sobre os elos ecológicos, seria necessária a atenção para as relações de poder advindas daqueles. De acordo com Roberts (2023), as Ecologias Políticas, no século XX, se estabeleceram a partir de duas visões principais: a) uma iniciada ainda na década de 1970, de base marxista – com o desenvolvimento do *Ecosocialismo* (por vezes, também chamado de *Ecomarxismo*); e b) outra a partir da década de 1990, fundada em abordagens pós-estruturalistas. Diante disso, o objetivo deste trabalho é examinar essas duas correntes, apontando para suas potencialidades e limites.

2. METODOLOGIA

Servirmo-nos de metodologia qualitativa, a partir da técnica de pesquisa bibliográfica para albergar os diálogos e discussões teóricas realizadas sobre a temática. Desta feita, ela é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, tais quais livros e artigos científicos, sendo proposta a análise de diversas posições a respeito de um determinado assunto ou tema, enquanto um procedimento formal com método de pensamento reflexivo, isto é, uma forma sistemática e crítica de tratar o material bibliográfico. Neste sentido, para fins do recorte deste trabalho, nosso levantamento e seleção resultou em dois blocos de obras bibliográficas: a) Abordagem marxista:

a.1) Inicial: Bahro (1984); Gorz (2008); a.2) Renovada: Foster (2005); Löwy (2014); Saito (2021);

b) Abordagens pós-estruturalistas:

b.1) Iniciais: Moore (1993); Peets e Watts (2004); Peets, Robins e Watts (2011); b.2) Renovadas: Alimonda (2008); Escobar (2008) e Leff (2019).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abordagem marxista

De acordo com Michael Löwy (2014), o *Ecosocialismo* não é só uma corrente de pensamento, contudo uma ação ecológica, que se embasa no marxismo, mas sem abarcar suas crenças produtivistas. Nesse sentido, além de rejeitar as regras do Capital, do Lucro e do Mercado, os ecosocialistas também se afastam do autoritarismo burocrático e do *socialismo real*. Assim, especialmente crítica à competição industrial, militar e urbana – e particularmente nuclear – da URSS em relação aos EUA, durante a Guerra Fria, os ecosocialistas consideravam o socialismo soviético incompatível com a preservação ambiental. Entre os expoentes dessa linha de pensamento inicial estavam: o alemão (nascido na Alemanha Oriental) Rudolf Bahro e o francês André Gorz.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Criticando o socialismo de Estado, Bahro (1984) acusa a URSS de reproduzir a mesma lógica industrialista do capitalismo, colocando o crescimento econômico acima da Natureza e da vida e, portanto, contribuindo intensamente para a destruição ambiental. Para ele, a Ecologia Política precisa substituir tanto o *socialismo real* quanto o capitalismo, numa mudança de chave civilizacional – uma transformação ética – e não a partir de meras reformas ou adaptações técnico-ambientais. O movimento proposto da passagem do “vermelho” (do socialismo soviético) para o “verde” (socialismo ambiental, de alguma forma) representa, sem deixar de lado a determinação econômica, uma ecologia que não é apenas uma questão ambiental, mas uma nova forma de organizar a vida social, através de novos valores que abandonassem a crença no progresso industrial. Já André Gorz (2005) desenvolve uma visão de Ecologia Política que vai além da preocupação ambiental imediata, pois tanto o capitalismo quanto o *socialismo real* compartilhavam a lógica de crescimento ilimitado da produção. De acordo com Gorz, isso se torna insustentável, uma vez que destrói ecossistemas e reduz a vida humana à lógica da mercadoria; o que se deveria fazer era reduzir a produção material – repensar o bem-estar fora dos padrões de consumo – e valorizar as dimensões imateriais da vida, como tempo livre e criatividade. Além do mais, sua percepção em relação à tecnologia, é que esta deveria ser questionada a partir do paradigma de reduzir a exploração ambiental e do trabalho e não servir como mais um mecanismo de acumulação de capital. Nesses termos, a Ecologia Política trata-se de uma crítica radical de transformação social; para proteger o ambiente, seria imprescindível questionar profundamente tanto o capitalismo quanto qualquer tipo de produtivismo. Diante disso, embora o pensamento ecossocialista se distinga por não abrir mão da proteção ambiental em detrimento da funcionalidade do *socialismo real*, sua crítica central ao produtivismo econômico torna sua análise embasada em uma abordagem essencialista. Entre as maiores críticas sofridas está o fato de elaborar uma forma de ver o capitalismo global enquanto estrutura monolítica, tornando coadjuvantes as perspectivas e potenciais de lutas políticas locais.

Nas perspectivas renovadas do *Ecossocialismo*, Michael Löwy (2014) também parte da crítica ao capitalismo e ao *socialismo real* produtivistas, propondo uma alternativa que una justiça social e sustentabilidade ecológica. Sua proposta combina, destarte, crítica ao Capital, consciência ecológica dos limites ambientais, democracia radical participativa e autogestão social, baseada em valores como solidariedade, igualdade e respeito à Natureza. Para Löwy, não é possível haver o exame das questões ambientais e ecológicas sem considerar a crítica marxista da acumulação do Capital, permanecendo o trabalho de Karl Marx imprescindível para construir essas transformações radicais. John Bellamy Foster (2005) recupera e reinterpreta o pensamento de Karl Marx em relação à natureza. Em oposição à maioria das leituras que acusam Marx de ser produtivista ou antiecológico, Foster apresenta um exame de que Marx tinha uma concepção refinada da relação entre sociedade e Natureza, centrada no conceito de metabolismo. Dessa forma, de acordo com ele, Marx compreendia a relação entre humanos e Natureza como um processo metabólico: a produção social retira elementos da Natureza, transforma-os e devolve-os ao meio. No entanto, o Capitalismo rompe esse metabolismo, gerando uma *fenda metabólica*, a partir da lógica de acumulação, que explora ilimitadamente a Natureza e a esgota; trata-se de uma desestabilização da relação entre humanos e Natureza: portanto, para Foster, Marx não defendia uma produção ilimitada, mas uma relação sustentável com os ecossistemas. Uma sociedade pós-capitalista, em termos de um *ecossocialismo*, portanto, é que tornaria possível o restauro do metabolismo. Trata-se de uma espécie de revisão crítica do marxismo, resgatando uma dimensão ecológica nos trabalhos de Marx: persiste, assim, imprescindível a compreensão dos fundamentos do Capitalismo para enfrentar a crise ambiental. Kohei Saito (2021) esteia-se em manuscritos inéditos e pouco estudados de Marx – como os Cadernos sobre Ciências Naturais –, demonstrando que Marx desenvolveu uma crítica ecológica radical do Capitalismo. Da mesma forma que Foster (2005), Saito aprofunda o conceito de metabolismo e *fenda metabólica*, causada pelo Capitalismo. Nesses termos, Saito denomina de *ecossocialismo marxiano* a proposição orgânica de Marx enquanto um modelo de sociedade que se relacionasse de maneira racional e sustentável com a Natureza.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



As abordagens pós-estruturalistas

As abordagens pós-estruturalistas surgiram, a partir da década de 1990, como questionamento ao determinismo marxista, propondo uma visão que fosse além da análise estrutural. A crítica inicial veio de Donald Moore, que destacou a simplificação da oposição ‘usuários locais/grandes corporações’ presente nas análises essencialistas *ecossocialistas*, sem dar a devida importância a aspectos e lutas políticas locais. Neste sentido, a Ecologia Política pós-estruturalista, realizando exames além dos determinismos marxistas, contribuiu para análises de conflitos e mudanças ambientais com inúmeras variáveis não-hierárquicas, como recortes de gênero, étnico-racial, sexualidade, econômico *etc.* Entre as pesquisas mais destacadas estão as coletâneas organizadas por Peets e Watts (2004) e Peets, Robins e Watts (2011), cujas influências se dão, especialmente – e aplicadas a cada contexto –, nos estudos sobre poder, discurso, biopoder e governamentalidade de Michel Foucault. As críticas sofridas por estas abordagens, além do relativismo geral pós-estruturalista, recaem no desequilíbrio da abordagem que protagonizaria a ‘política’ em detrimento da ‘ecologia’, focando nas relações de poder entre os humanos e escanteando as demais relações ecossistêmicas e ambientais (Vayda; Walters, 1999; Walker, 2005).

Dentre as renovações de destaque da Ecologia Política inspirada no pós-estruturalismo está a Ecologia Política latino-americana que, de modo geral, questionam a colonialidade da Natureza e da elaboração uma proposta de desessencialização da Ecologia Política. Suas propostas se inspiram tanto em Michel Foucault quanto em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Héctor Alimonda (2008), por exemplo, propõe a ideia de *colonialidade da natureza*, articulando-a à noção de colonialidade do poder desenvolvida por Aníbal Quijano: da mesma forma que a colonialidade estruturou hierarquias raciais, econômicas e políticas na América Latina, ela também teria operado sobre a natureza, moldando formas de apropriação, exploração e significação da Natureza, submetendo povos e redefinindo a Natureza latino-americana como recurso para a economia-mundo capitalista. Assim, estaríamos sob uma visão eurocêntrica do ambiente, que o objetifica. Além disso, destaca Alimonda, os saberes indígenas e camponeses são essenciais para contrapor o modelo, pois oferecem alternativas para repensar essas relações. Já Arturo Escobar (2008) inicia questionando as concepções universais de Natureza, asseverando que elas são construções históricas e culturais, vinculadas a relações de poder. Ele propõe uma Ecologia Política antiessencialista, que rompe com a ideia de que a natureza existe como algo dado e separado da sociedade, passível de objetificação. Como alternativa, Escobar defende que a Ecologia Política precisa reconhecer a pluralidade de ontologias e de práticas socioambientais, valorizando os diferentes modos de existência da natureza: a luta ambiental não seria apenas por recursos, mas também pelo reconhecimento de mundos e outras formas de habitar o planeta. Ainda nesta esteira, Escobar (2008) afirma que a globalização neoliberal redefine as relações sociedade-natureza, destacando seus efeitos sobre territórios e culturas na América Latina. Ele pensa, assim, uma Ecologia Política para entender o capitalismo global – e suas formas de organização e imposição hegemônicas de apropriação da Natureza –, e propõe uma *Ecologia Política da Diferença*, que reconhece e valoriza as resistências locais e as ontologias outras. Por fim, Enrique Leff apresenta uma Ecologia Política como um campo crítico que vai além da análise de conflitos ambientais, propondo-a como projeto ético, epistêmico e civilizatório. Afirmado pela posição de uma racionalidade ambiental – na territorialização da vida, enquanto um processo de reapropriação cultural, política e ecológica dos territórios – em detrimento de uma racionalidade econômica, a Ecologia Política deve articular, ainda, a valorização dos saberes indígenas, camponeses e locais, a defesa da diversidade cultural e ecológica e a construção de alternativas baseadas em justiça ambiental e sustentabilidade forte.



4. CONCLUSÕES

A Ecologia Política contemporânea ocidental surgiu como forma de contestação às teorias – aparentemente neutras – do pensamento neomalthusiano em resposta à destruição ambiental. Os marxistas, primeiros a contestar essa posição – e de forma a demonstrar uma posição política – desenvolveram as ideias de *Ecosocialismo/Ecomarxismo*, confrontando, em sua base, a lógica do Capital, contudo também contestando o empreendimento produtivista do *socialismo real* soviético, cujo funcionamento também integrava a destruição ambiental. Em objeção à centralidade e essência econômicas no pensamento material-dialético e estrutural marxista, as abordagens pós-estruturalistas surgiram como forma de diversificar as visões sobre as relações de poder envolvendo as questões ambientais. Resultaram críticas a essa abordagem por protagonizar mais a ‘política’, escanteando a ‘ecologia’. Todavia, ambas as correntes seguem ‘vivas’ com movimentos de renovação, procurando compreender o contexto contemporâneo: exemplos disso são novos resgates ao pensamento de Marx e algumas interpretações latino-americanas, inspiradas no *Pós-Estruturalismo*.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIMONDA, H. La colonialidad de la Naturaleza: una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (org.). **La Naturaleza colonizada**: Ecología Política y minería en América Latina. Buenos Aires, CLACSO, 2008.
- BAHRO, R. **From red to green**. Tradução para o inglês de Gus Fagan and Richard Hurst. London: Verso, 1984.
- ESCOBAR, A. Ecología Política de la globalidad y la diferencia. In: ALIMONDA, H. (org.). **La Naturaleza colonizada**: Ecología Política y minería en América Latina. Buenos Aires, CLACSO, 2008.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GORZ, A. **Ecológica**. Tradução para o espanhol de Pablo Betesh. Madrid: Clave Intelectual, 2008.
- LEFF, E. **Ecología política**: de la deconstrucción del capital a la territorialización de la vida. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2019.
- LÖWY, M. **O que é ecosocialismo?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- MOORE, D. S. **University contesting terrain in Zimbabwe's eastern highlands**: political ecology, ethnography, and peasant resource struggles. *Economic Geography*, v. 69, n. 4, pp. 380-401, out., 1993.
- PEET, R.; ROBINS, P.; WATTS, M (ed.). **Global political ecology**. London: Routledge, 2011.
- PEET, R.; WATTS, M (ed.). **Liberation ecologies**: environment, development, social movements. London: Routledge, 2004.
- ROBERTS, J. Political ecology. In: STEIN, F. (ed.). **The Cambridge encyclopedia of Anthropology**: the open encyclopedia of Anthropology. Disponível em: <<https://www.anthroencyclopedia.com/entry/political-ecology>>.
- SAITO, K. **O ecosocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e a crítica inacabada da economia política. Tradução de Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2021.
- VAYDA, A. P.; WALTERS, P. P. Against Political Ecology. **Human Ecology**, v. 27, n. 1, p. 167- 179, 1999.
- WALKER, P. A. **Political ecology**: where is the ecology? *Progress in Human Geography*, v. 29, n.1, p. 73–82, 2005.



QUE DISCURSOS POLÍTICOS PERMEIAM O CONTEÚDO DOS MAIORES INFLUENCIADORES DIGITAIS DE FINANÇAS DO BRASIL EM 2024: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DIFUNDIDO POR INFLUENCIADORES DIGITAIS

LUMA RAMOS DA COSTA¹; DANIEL DE MENDONÇA²

¹Universidade Federal de Pelotas – lumaramosdacosta@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – ddmendonca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A plataforma de vídeos na internet Youtube, propriedade do Google LLC, atingiu a marca de 144 milhões de usuários no Brasil entre 2024 e 2025, segundo estimativas da empresa proprietária em relatórios a respeito dos resultados obtidos por anúncios veiculados na plataforma (Dourado, 2025).

Dentre os assuntos mais pesquisados na plataforma em 2024 estão informações a respeito das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, informações esportivas e relacionadas às Olimpíadas de Paris, além do termo "candidatos à eleição" (Dourado, 2025).

Tais dados vão ao encontro a uma tendência já observada pelos teóricos que se dedicam a compreender as dinâmicas sociais e políticas da atualidade e constataam a influência das redes sociais digitais nas decisões políticas da população.

Casos famosos, como a constatada interferência de informações falsas amplamente divulgada em redes sociais no resultado da eleição presidencial dos Estados Unidos da América de 2016 são exemplos concretos deste fenômeno, mas infelizmente não dão conta de observar a complexidade e dimensão destas relações mediadas por computador no comportamento político-social da população.

O fenômeno dos chamados influenciadores digitais, personalidades com amplo alcance, e constroem posições de autoridades nos nichos os quais estão inseridos, passaram a ocupar espaços antes reservados a famílias, amigos e colegas, mudando drasticamente a dinâmica social, a partir de referências e perspectivas anteriormente não consideradas por esses indivíduos.

O canal intitulado "Me Poupe", fundado pela jornalista Nathalia Arcuri com o intuito de fornecer educação financeira de forma gratuita e acessível, é o maior do nicho de finanças do Brasil, e possui mais de 7 milhões de inscritos. O segundo canal da mesma categoria, "O Primo Rico", fundado por Thiago Nigro, conta com mais de 1 milhão de inscritos. Somente estes canais publicaram 54 e 76 vídeos, respectivamente, nos seis primeiros meses de 2025, cerca de 40 horas de conteúdo.

Dentre os temas debatidos, somente em janeiro de 2025, por esses e outros produtores de conteúdo do nicho de finanças pessoais estão as novas normas de monitoramento de transferências via PIX - posteriormente abortadas pelo governo -, o início de governo Trump nos Estados Unidos da América e suas implicações na economia internacional, além de orientações a respeito dos planos de aposentadoria e previdência pública e privada.

A partir disso, considerando a inegável mudança nos meios de comunicação de massa e sua relação direta com o consumo de informações e tomada de decisões políticas, defendemos a importância de analisar criteriosamente os discursos difundidos por influenciadores digitais do nicho de finanças pessoais com amplo alcance.



Ao longo deste trabalho nos voltaremos aos conteúdos produzidos pelos três maiores canais - em número de inscritos - do referido nicho na plataforma Youtube: Me Poupe, O Primo Rico, Gustavo Cerbasi, além do canal Nath Finanças, o sétimo em número de inscritos no Brasil, mas o segundo colocado quando consideramos canais comandados por mulheres ainda em atividade.

Por meio de uma análise de discurso a partir da teoria do discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, pretendemos compreender com mais profundidade os discursos difundidos nos canais citados, visando compreender suas relações com ideologias e/ou hegemonias políticas.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se orienta metodologicamente pela análise de discurso fundamentada na teoria pós-estruturalista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), a qual compreende o discurso como uma prática social e política constitutiva da realidade. Segundo essa perspectiva, o discurso é um campo de disputa simbólica no qual diferentes forças competem para fixar sentidos e estabelecer hegemonias. Assim, a análise busca revelar como determinadas significações se tornam dominantes, quais demandas sociais são articuladas, e quais identidades políticas são produzidas, silenciadas ou marginalizadas em contextos discursivos específicos.

O objeto de análise será composto pelas postagens realizadas no YouTube, no formato de vídeos publicados no feed principal dos canais “Me Poupe!”, “O Primo Rico”, “Gustavo Cerbasi” e “Nath Finanças”, ao longo dos seis primeiros meses do ano de 2025. Esses canais foram selecionados com base no critério objetivo de número de inscritos, conforme verificado em levantamento realizado em junho de 2025, sendo os dois canais mais populares do nicho de finanças pessoais no Brasil naquele momento comandados por um homem e os dois com maior alcance comandados por uma mulher.

A coleta dos dados compreende as seguintes etapas:

Catálogo sistemática das postagens realizadas no período delimitado, com registro da data, título, duração e principais temas abordados em cada vídeo;

Armazenamento dos vídeos, mediante download e organização em diretório próprio (Google Drive), para garantir acesso contínuo e preservação do material;

Transcrição integral do conteúdo verbal dos vídeos selecionados, incluindo trechos falados pelo(s) influenciador(es) e elementos textuais que apareçam na tela;

Pré-análise dos dados, com identificação preliminar de tópicos recorrentes, categorias discursivas e possíveis significantes políticos relevantes.

A partir da transcrição, os dados serão analisados com base nos conceitos centrais da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, como significantes vazios, cadeias de equivalência, formações hegemônicas e antagonismos discursivos. O objetivo da análise será compreender como os discursos financeiros presentes nesses conteúdos articulam elementos de natureza política, as ideologias são reproduzidas e que efeitos simbólicos e normativos são produzidos sobre os seguidores (1985).

Trata-se de uma abordagem qualitativa, interpretativa e teórico-analítica, que não busca generalizações estatísticas, mas o aprofundamento crítico da estrutura discursiva de conteúdos que, embora apresentados como neutros ou técnicos, carregam implicações políticas significativas. A expectativa é que a análise permita mapear os sentidos políticos mobilizados por esses discursos, seus efeitos de poder e os modos como contribuem para a produção de subjetividades alinhadas a determinados projetos ideológicos.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A hipótese central deste trabalho é que os conteúdos produzidos por influenciadores digitais do nicho financeiro — ainda que frequentemente apresentados como neutros e voltados à educação financeira — operam como veículos de reprodução de discursos políticos, especialmente os alinhados à racionalidade neoliberal. Como argumenta Foucault (2008), o neoliberalismo não se reduz a uma doutrina econômica, mas atua como uma tecnologia de governo que orienta condutas e subjetividades, promovendo a figura do sujeito-empREENDEDOR de si.

Ao analisarmos essas narrativas sob a perspectiva da teoria do discurso proposta por Laclau e Mouffe (1985), compreendemos que tais discursos não apenas descrevem práticas econômicas, mas produzem significados políticos, ao articular significantes como “liberdade financeira”, “autonomia” e “mérito individual” em cadeias discursivas que naturalizam uma determinada visão de mundo. Essa construção discursiva opera no campo simbólico para fixar sentidos e estabelecer hegemonias, silenciando ou excluindo outras formas possíveis de pensar a economia, como a solidariedade, a redistribuição ou a intervenção estatal.

A partir da análise discursiva, será possível identificar quais significantes políticos são mobilizados ou ocultados, de que modo os conteúdos reforçam ou contestam formações ideológicas dominantes e como constroem identidades políticas e financeiras entre os seguidores. Como destacam Mendonça e Rodrigues (2014), a teoria do discurso permite revelar as disputas simbólicas que sustentam projetos hegemônicos de sociedade, os quais, no contexto digital, são amplificados pela ação dos influenciadores como agentes de mediação cultural e política.

4. CONCLUSÕES

O trabalho aqui apresentado ainda está em fase inicial, mas tem como principal objetivo analisar o discurso difundido por produtores de conteúdo digital para a plataforma Youtube, voltados ao nicho de finanças pessoais, com o intuito de determinar que discursos políticos permeiam estas mensagens.

A partir da utilização da análise de discurso e com base nas teorias já mencionadas, pretendemos determinar a quais ideias políticas os discursos analisados podem ser relacionados, apontando que aspectos nos levaram aos resultados apresentados e qual é a relevância destes resultados para o campo de estudo em que esta pesquisa se insere.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. **NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução: E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DOURADO, Bruna. Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2025, com insights, ferramentas e materiais. **RD Station**. Porto Alegre, 11 fev. 2025. Acessado em 13 ago. 2025. Online. Disponível em: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**. Madrid, España, 1985.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre, 2014.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.



SOBERANIA NACIONAL E PROGRESSO ECONÔMICO: O DISCURSO AMBIENTAL DE JAIR BOLSONARO

LUCAS GARCIA DA SILVA¹

¹*Universidade Federal de Pelotas – lucasgarciads@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da tese do presente autor, cujo o principal objetivo é realizar uma análise sobre o discurso de Jair Bolsonaro e Lula da Silva, no exercício do mandato de Presidente da República (no caso do Lula, a pesquisa engloba apenas o terceiro mandato). Neste trabalho em específico, iremos apresentar os resultados gerais da análise feita sobre os pronunciamentos de Jair Bolsonaro.

O Brasil ocupa posição central nas discussões ambientais globais devido à sua imensa biodiversidade e papel estratégico na regulação climática, especialmente com a Amazônia. Contudo, historicamente, a pauta ambiental é atravessada por tensões entre preservação e interesses econômicos ligados ao agronegócio, mineração e exploração de recursos naturais. Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), houve retrocessos significativos: enfraquecimento institucional do Ministério do Meio Ambiente, fortalecimento da Bancada Ruralista, aumento expressivo do desmatamento, emissões recordes de CO₂, violência contra povos indígenas. Sua visão esteve atrelada a um discurso de soberania, economicista, e alinhado ao agronegócio, que tratava a natureza como recurso a ser explorado.

Já no terceiro mandato de Lula, que se iniciou em 2023, observa-se uma inflexão, com a revitalização de políticas ambientais, recriação de órgãos de proteção, retomada da demarcação de terras indígenas e queda considerável nos índices de desmatamento. Contudo, sua gestão enfrenta entraves institucionais diante da força da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da necessidade de alianças no Congresso, o que limita avanços mais profundos, como no caso do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Além disso, persiste uma contradição entre o discurso ambientalista e a manutenção de uma lógica desenvolvimentista, evidenciada no apoio de Lula à exploração de petróleo na Margem Equatorial. Assim, embora represente avanços em relação ao governo Bolsonaro, a agenda ambiental lulista ainda está marcada por disputas políticas e tensões entre conservação e crescimento econômico.

A tese, então, busca comparar as duas agendas ambientais, buscando identificar os pontos antagônicos e flutuantes no discurso dos dois sujeitos que aqui consideramos como populistas. Como já dito no início desta introdução, neste trabalho em específico apresentaremos a arquitetura discursiva da análise de Bolsonaro, observando os diversos elementos que constituíram os dois grandes pontos nodais no discurso ambiental de Bolsonaro, bem como os antagonismos que foram mobilizados.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a presente pesquisa tem caráter qualitativo, a partir de uma análise de discurso que segue os pressupostos pós-estruturalistas da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). Aqui, o discurso não é concebido apenas pelo conjunto de palavras, falas e textos produzidos por um determinado sujeito, mas sim por todo o tipo de ação que produz alguma significação no social. Sendo assim, os materiais de investigação foram vistos como uma reprodução de sentidos, onde o analisado não é visto como um produtor, mas sim alguém que se



sujeita a uma variedade de sentidos, levando-o a reproduzir aqueles que considera como “os verdadeiros”.

Na condução da análise, optou-se por focar em um conjunto de enunciados capaz de constituir um corpus discursivo representativo do objeto de estudo. Esse corpus foi composto por pronunciamentos de Jair Bolsonaro no exercício do seu mandato enquanto presidente da República. As fontes utilizadas incluem pronunciamentos e entrevistas concedidas, disponíveis no site da Biblioteca da Presidência da República e no site oficial do Planalto, por meio da plataforma gov.br. No total, foram 705 documentos analisados, sendo 624 pronunciamentos e 81 entrevistas.

Todos os documentos foram lidos na sua integridade, mas apenas os ligados à temática ambiental foram relevantes para o trabalho. A análise contou com o auxílio do software *NVivo – QRS Internacional*, que facilita pesquisas qualitativas ao organizar grandes volumes de dados em diferentes formatos. A plataforma permite criar nós e subnós, utilizados aqui como categorias discursivas que emergiram dos pronunciamentos dos sujeitos, sem definição prévia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Imagem 1 – Diagrama Bolsonaro discurso ambiental.



Fonte: desenvolvido pelo autor.

A Imagem 1 mostra o diagrama que representa a arquitetura discursiva de Jair Bolsonaro no que tange às questões ambientais. Podemos perceber que o político do Partido Liberal mobilizou dois grandes pontos nodais para dar representação ao seu discurso: *Soberania Nacional* e *Progresso Econômico*. Percebemos também, que estes dois pontos nodais são mobilizados frente à dois



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



antagônicos: Relações Internacionais e Ativismo ambiental. Estes dois sentidos são relevantes pois, aqui, parte-se do pressuposto de que toda ordem de discurso político existe a partir da relação com o seu antagônico. O antagonismo funciona como um exterior constitutivo, ou seja, uma identidade externa que, ao mesmo tempo, ameaça e justifica a existência da outra (Laclau e Mouffe, 2015; Laclau, 2013).

Começaremos explicando o sentido *Soberania Nacional*. Neste discurso, Bolsonaro exalta a soberania nacional que o Brasil possui sobre a Amazônia e demais recursos naturais que estão no território brasileiro, defendendo que as florestas pertencem ao país e que, portanto, cabe exclusivamente aos brasileiros decidir o que deve ser feito com elas. Essa defesa tomou corpo diante das críticas feitas por chefes de Estado europeus (especialmente Emmanuel Macron, Presidente da França, e Angela Merkel, ex-primeira ministra da Alemanha) à política ambiental de seu governo. Como resposta, Bolsonaro acusou esses países de tentarem intervir nos assuntos internos do Brasil, configurando, segundo ele, uma ameaça direta à soberania nacional brasileira perante o seu território, e que não iria se curvar às decisões internacionais, marcando um antagonismo com o discurso das *Relações Internacionais*, como mostra o diagrama da Imagem 1. Como veremos mais adiante no *Progresso Econômico*, a ideia de que o Brasil é quem deve decidir o que fazer com os recursos naturais vem de uma causa de um propósito extrativista, no qual os recursos naturais são vistos como uma alavanca econômica. Ao defender a soberania nacional nesse contexto, ele entra em antagonismo com líderes europeus que criticavam sua omissão no combate ao desmatamento e a ausência de demarcação de terras indígenas, argumentando que, na Europa, já não existiam florestas preservadas e que, portanto, os europeus não teriam legitimidade moral para julgar o Brasil.

Então, como mencionado, atrelado à esta ideia de *Soberania Nacional*, está o sentido *Progresso Econômico*, que no âmbito ambiental representa: desenvolver o Brasil economicamente por meio da exploração dos seus recursos naturais. Jair Bolsonaro possui uma visão estritamente econômica da natureza, onde os recursos naturais são vistos como instrumentos para fazer o país prosperar economicamente, minimizando a importância da preservação ambiental. Isso significou uma quebra num padrão que seguia entre os presidentes brasileiros desde o governo de José Sarney (1985-1990), no qual os presidentes costumavam adotar uma retórica de olhar para a Amazônia e demais ecossistemas sob a ótica da conservação, e não a partir da sua perspectiva econômica (Hochstetler, 2021). Embora não tenha feito declarações explícitas, sua postura é quase que a de um negacionista climático, devido à sua deslegitimação das políticas ambientais e o menosprezo dos riscos associados às crises climáticas.

Na Imagem 1 o diagrama mostra alguns elementos que, articulados, dão sustentação ao ponto nodal *Progresso Econômico*, são eles *Desenvolvimento através dos recursos naturais*, *Defesa do agronegócio* e *Flexibilização das leis ambientais*. Ainda estiveram presentes na análise sentidos como: *Israel*, *Legalização do garimpo*, *Meio Ambiente casado com o econômico*, e *Desenvolvimento sustentável*. Bolsonaro vê a economia e o debate sobre meio ambiente de forma indissociável, em que o segundo não pode se sobrepor ao primeiro. Por isso, nomeou Ricardo Salles para o Ministério do Meio Ambiente, pois é uma pessoa amiga do homem do campo e que “casa muito bem o meio ambiente com o econômico”. Bolsonaro defendeu amplamente a redução do aparato estatal responsável pela regulação ambiental, propondo o afrouxamento das leis, o enfraquecimento das instituições e o incentivo à livre iniciativa sobre as terras e recursos do país. Ainda foi construída a ideia de que o Brasil deveria se inspirar em Israel, um país que, mesmo com poucos recursos naturais, tornou-se uma nação próspera. Assim, defendia-se que o Brasil utilizasse sua abundância de riquezas para crescer por meio da agricultura, mineração, turismo e outras atividades produtivas, sem os “freios” impostos por legislações ambientais, normas internacionais ou agendas de sustentabilidade. No meio de todos esses elementos, aparece a ideia de *Desenvolvimento Sustentável*, algo que



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



supostamente iria na contramão de todos os outros elementos inseridos no ponto nodal *Progresso Econômico*. Porém, este sentido só foi mobilizado em conferências internacionais com representantes de chefes de Estados estrangeiros, onde havia a necessidade de mostrar que o governo Bolsonaro estava preocupado com a proteção do meio ambiente. Portanto, trata-se de um sentido discursivo sem um discurso político marcado.

Por fim, cabe-nos comentar sobre os sentidos de antagonismo. Os pronunciamentos antagônicos foram centrais na construção discursiva bolsonarista na área ambiental, e uma coisa que todos os inimigos nomeados por Bolsonaro têm em comum é o fato de trabalharem contra o progresso econômico do Brasil, barrando-o sob a justificativa da proteção ambiental. Dentre estes inimigos nomeados estão: *Comunismo*, *Demarcação de terras* (indígenas e quilombolas), *Imprensa*, *Militância Ambiental*, *ONGs*, *Relações Internacionais* e *STF*. Essa narrativa é estruturada a partir de uma dicotomia entre dois polos: de um lado, o projeto defendido por Bolsonaro, que busca explorar os recursos naturais como caminho para o crescimento econômico e a soberania nacional; do outro, atores que seriam contrários a esse projeto, vistos como instrumentos de ingerência externa, ideologizados ou movidos por interesses ocultos. A retórica antagonista serve, portanto, para legitimar ações do governo que flexibilizam normas ambientais, ao mesmo tempo em que desqualifica qualquer crítica como sendo parte de uma conspiração contra o Brasil e a sua *Soberania Nacional*. Assim, o discurso ambiental bolsonarista não se organiza em torno da preservação da natureza, mas sim da defesa do desenvolvimento econômico como prioridade absoluta para o crescimento da nação, com a eliminação de obstáculos — representados por esses "inimigos" — como condição necessária para o avanço do país.

4. CONCLUSÕES

Concluimos que todos os sentidos aqui apresentados não são mobilizados de forma separada, eles se entrelaçam, estão articulados uns aos outros. Ao mobilizar a soberania nacional, Bolsonaro também está falando em termos econômicos, pois enxerga que o Brasil possui grande potencial de crescimento devido ao fato de ter uma natureza abundante. Quem trava esse crescimento, segundo Bolsonaro, são os ativistas ambientais, que também estão fortemente inseridos no âmbito das Relações Internacionais. O discurso político é sempre uma articulação de diferentes elementos frente a um inimigo, e vimos que o discurso de Jair Bolsonaro em relação às questões ambientais está estruturado em torno de dois grandes pontos nodais, Soberania Nacional e Progresso Econômico. Trata-se, portanto, de uma estratégia discursiva que reafirma a primazia do desenvolvimento econômico em detrimento da preservação ambiental, reforçando um modelo extrativista e excludente que, embora se declare em defesa do povo brasileiro, fragiliza os compromissos históricos do Brasil com a sustentabilidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma política democrática radical**. São Paulo, Intermeios, 1ª ed, 2015

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

HOCHSTETLER, Kathryn, "O meio ambiente no governo Bolsonaro". In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie(orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.



A CONSTRUÇÃO DO POVO URUGUAIO NO DISCURSO ELEITORAL DE YAMANDÚ ORSI EM 2024

RENATA DA SILVA¹; DANIEL DE MENDONÇA²

¹Universidade Federal de Pelotas – renata_dsilva@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – ddmendonca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a cientista política Chantal Mouffe, tanto o populismo de esquerda quanto o de direita “visam a aliar demandas de insatisfação, mas eles o fazem de maneiras muito diferentes. A diferença reside na composição de um ‘nós’ e como o adversário, o ‘eles’, é definido” (2020, p. 47). No caso dos populistas de direita, estes “não tratam da demanda por igualdade e constroem um ‘povo’ que exclui numerosas categorias, normalmente imigrantes, vistos como uma ameaça à identidade e à prosperidade da nação” (Mouffe, 2020, p. 47). Já a estratégia populista de esquerda “visa aliar as demandas democráticas em uma vontade coletiva para construir um ‘nós’, um ‘povo’, confrontando um adversário comum: a oligarquia” (Mouffe, 2020, p. 48). Visto os desafios apresentados sobre a manutenção e fortalecimento da democracia contemporânea, em consequência do avanço da extrema-direita na América Latina e no mundo, torna-se essencial analisar os atuais discursos políticos e o modo como apresentam o povo em sua conjuntura.

A partir disso, esse trabalho tem como objetivo compreender a construção discursiva do povo no discurso eleitoral de Yamandú Orsi durante as eleições presidenciais no Uruguai em 2024. O trabalho se encontra dentro da área do conhecimento da Ciências Humanas, com a temática na Ciência Política, especificamente na linha de pesquisa da Teoria Política Contemporânea. No que se refere à problemática desta pesquisa, esta é definida como sendo: de que modo Yamandú Orsi constitui o povo em seu discurso de campanha eleitoral em 2024? Com relação aos objetivos específicos, se tem: entender os elementos apresentados pelo candidato que constituem a noção de povo; e evidenciar os grupos que compõem o povo de Yamandú Orsi. Importante destacar que esse trabalho se refere a um recorte do projeto de tese da autora e que tem como foco analisar os atuais populismos de esquerda na América do Sul, com foco no Brasil, Uruguai e Venezuela.

A pesquisa se apresenta como relevante pois busca entender a identidade política constituída pelo candidato, além de evidenciar e reforçar os sentidos de pertencimento presentes em seu discurso, essenciais para a compreensão das dinâmicas de representação e participação política.

Para alcançar os objetivos delimitados neste trabalho, se utiliza como base teórica e metodológica a Teoria do Discurso dos teóricos políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, presente na linha do pós-estruturalismo. Dentro da teoria, se mobiliza a categoria de discurso, entendida como sendo “quaisquer conjuntos de elementos nos quais as *relações* desempenham o papel constitutivo. Isso significa que os elementos não preexistem ao complexo relacional, mas se constituem através dele” (Laclau, 2013, p. 116, grifo do autor). Uma segunda categoria utilizada neste trabalho é a de articulação, compreendida como sendo “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória” (Laclau e Mouffe, 2015, p. 178). A categoria de hegemonia é outra que possui importância dentro da teoria, sendo essa o objetivo final de um discurso político, denominada como sendo uma “relação em que uma determinada identidade, em um determinado contexto histórico, de



forma precária e contingente, passa a representar, a partir de uma relação equivalência, múltiplos elementos” (Mendonça e Rodrigues, 2014, p. 53).

Com relação à definição de povo, é utilizada a definição apresentada por Ernesto Laclau em sua teoria populista. Para ele, o povo é entendido como sendo “uma *plebs* que reivindica ser o único *populus* legítimo, uma parcialidade que quer funcionar como totalidade da comunidade” (Laclau, 2013, p. 134-135, grifo do autor). Além disso, “the ‘people’ as operating in populist discourses, is never a primary datum but a construct - populist discourse does not simply express some kind of original popular identity; it actually constitutes the latter” (Laclau, 2005, p. 48). Ou seja, o povo, dentro de um discurso populista, é sempre uma construção discursiva.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho se baseia na pesquisa qualitativa. A fim de alcançar os objetivos delimitados na introdução, também é realizada a análise discursiva, baseada na Teoria do Discurso apresentada pelos teóricos políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Importante destacar que mesmo que os autores não tenham desenvolvido sua teoria como processo metodológico, ela conta com categorias teóricas que têm “o potencial de ser uma ferramenta de compreensão do social, uma vez que o seu próprio entendimento dá-se aqui a partir da construção de ordens discursivas, sendo a questão do poder central e constituidora de relações sociais” (Mendonça e Rodrigues, 2014, p. 47).

Sobre o material de análise, este é definido como sendo o discurso de campanha eleitoral de Yamandú Orsi, candidato pelo partido Frente Ampla, nas eleições para presidente do Uruguai em 2024. O recorte de análise é definido entre o período de 27 de setembro a 25 de outubro de 2024, e de 9 de novembro a 22 de novembro de 2024, correspondente ao primeiro e segundo turno de campanha eleitoral, estabelecido pela Corte Eleitoral do Uruguai.

Para realizar o levantamento do material de campanha de Yamandú Orsi, foram coletados os conteúdos publicados no canal oficial do candidato no Youtube e nos seus perfis oficiais no Instagram e no X (antigo Twitter). Ao todo, foram levantados 228 materiais, dentre eles 55 vídeos do Youtube, 91 postagens no Instagram e 82 tweets. Os materiais são compostos por vídeos de propagandas eleitorais do candidato da Frente Ampla, cortes de comícios e debates eleitorais realizados, além de entrevistas de Orsi, concedidas a programas de televisão do Uruguai.

Após o processo de coleta do conteúdo de análise, foi realizada a transcrição dos materiais em áudio e vídeo com o auxílio da ferramenta de Inteligência Artificial OpenAI Whisper, proposta por Lange (2025). Finalizada a etapa da transcrição automática dos materiais, estes foram revisados e organizados em arquivos *Word* e planilhas no Excel. Concluído o processo de transcrição, todos os materiais foram inseridos no software de pesquisa qualitativa NVivo, versão 12. No software se trabalhou com o nó denominado “Povo”. Dessa forma, todas as práticas retóricas de Yamandú Orsi referentes à ideia de povo eram categorizadas nesse nó. Ao fim do processo de análise, se obteve 64 referências ao nó “Povo”. Ao fim da análise, o nó foi extraído em arquivo *Word* para facilitar o processo de exposição das retóricas discursivas do candidato com relação à sua construção de povo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise realizada, se compreende que o discurso eleitoral de Yamandú Orsi nas eleições presidenciais de 2024 constitui o povo a partir da ideia de união. Mesmo que esse povo seja



compreendido como tendo suas diferenças e particularidades, a sua atuação como um corpo unido é colocada como sendo essencial para o desenvolvimento do país. A ideia de união também está atrelada à necessidade de um resgate de uma noção de comunidade solidária, em que há a presença da ajuda mútua entre os seus. No discurso de Orsi, o povo uruguaio também sofre com um sistema econômico desigual, sendo explorado economicamente e não é recompensado de modo equivalente ao trabalho que realiza.

Com relação aos grupos que constituem esse povo, Yamandú Orsi apresenta quatro, sendo eles: crianças e jovens, aposentados, trabalhadores e pequenos e médios agricultores rurais.

No que se refere às crianças, estas são definidas como sendo aquelas que necessitam da presença do Estado para serem asseguradas com relação aos maiores investimentos em educação. Já os jovens, estes se apresentam como sendo aqueles que precisam de investimentos para a criação de mais postos de trabalho e incentivos para que adentrem o mercado de trabalho de forma mais facilitada.

Os aposentados são apresentados como aqueles que são afetados com a diminuição do poder de compra e piora na qualidade de vida. Um dos elementos apontados por Orsi é o baixo valor da aposentadoria e que não condiz com a renda necessária para que os aposentados mantenham sua qualidade de vida, necessitando de reajustes em seus pagamentos e bonificações pontuais.

O terceiro grupo que constitui o povo de Yamandú Orsi são os trabalhadores. Na conjuntura discursiva do candidato, estes são representados como sujeitos afetados por dificuldades econômicas e pela remuneração salarial reduzida. Por essa razão, a qualidade de vida desse grupo e de suas famílias é afetada. Para isso, Orsi apresenta que é necessário o investimento em políticas sociais de renda, a fim de aumentar o poder de compra dos trabalhadores. Alguns desses investimentos são os benefícios para pagamento de conta de energia para famílias de baixa renda e aumento do valor do Cartão Social Uruguaio.

O último grupo que constitui o povo no discurso de Yamandú Orsi são os agricultores rurais. Aqui, os agricultores são apresentados como aqueles que contribuem para a economia do país. No entanto, foram afetados pela ausência de políticas do governo de Lacalle Pou nos anos anteriores. Com isso, os agricultores buscam atuar de forma independente com seus próprios recursos, mas em certos momentos, sofrem com problemas pontuais e que não estão preparados para lidar. Um dos problemas apontados são as secas que ocorreram no país, de modo que afetou o rendimento das produções dos agricultores nos últimos tempos. A partir disso, o Estado é colocado como sendo aquele que precisa oferecer subsídios e políticas a esses trabalhadores do campo, a fim de assegurá-los e manter suas produções e lucros.

Com relação ao objeto de estudo, sendo este o discurso eleitoral de Yamandú Orsi, este já foi analisado para o projeto de tese que está sendo elaborado, principalmente no que se refere às demandas apresentadas pelo candidato em seu discurso, assim como o povo e o antagonismo presente. No entanto, ainda é necessário a análise dos discursos eleitorais de Lula nas eleições de 2022, e de Nicolás Maduro em 2024. Somente ao fim da análise desses três discursos, será possível fazer a comparação e evidenciar as semelhanças e diferenças entre os três discursos.

4. CONCLUSÕES

Como conclusões, compreende-se que Yamandú Orsi, ao apresentar o povo como vítima das desigualdades econômicas, mas também de um grupo solidário e coeso, o candidato constrói uma imagem que legitima políticas estatais direcionadas. No entanto, essa presença do Estado não é colocada como sendo de um tutor permanente, mas que tem a função de oferecer as condições



necessárias para que o povo tenha garantido seus direitos e boa condição de vida, mantendo sua concepção de cidadania ativa e autônoma. Assim, o Estado é concebido como instrumento subsidiário para a efetivação de direitos e para o atendimento de demandas específicas e pontuais. Com isso, o discurso de Orsi reforça a centralidade do “povo” como sujeito político, e não apenas como objeto de políticas públicas.

Mesmo reconhecendo as fragilidades desses grupos, Orsi apresenta o povo como sendo composto por atores indispensáveis. No caso das crianças e jovens, estas são colocadas como sendo o futuro do país, e que assim, necessitam dos investimentos para o avanço do Uruguai. Sobre os trabalhadores e agricultores, Orsi os apresenta como os responsáveis pela base da produção nacional, essenciais para a base econômica do país. Já os aposentados, o candidato os coloca como os representantes dos direitos conquistados no país e que necessitam ser protegidos pelo Estado.

Por fim, ao apresentar os quatro grupos em seu discurso político, Orsi contempla em seu discurso os setores urbanos e rurais, assim como aqueles com idade ativa e fora do mercado de trabalho. Com isso, o candidato amplia sua constituição do povo, de modo que busca apresentar um projeto nacional que englobe diferentes grupos. Assim, se entende como inovação com essa pesquisa de que o Estado não é colocado como figura central, mas um meio de oferecer melhores condições para que o povo exerça sua cidadania e se mantenha assegurado, realizando a manutenção da democracia no país.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LACLAU, Ernesto. Populism: what 's in a name? In: PANIZZA, Francisco (ed.). **Populism and the mirror of democracy**. London: Verso, 2005. p. 32-49.

LANGE, Thales Morbach. **OpenAI Whisper [recurso eletrônico]**: transcrição automática para pesquisa (Guia Prático de Utilização do OpenAI Whisper no Google Colab). Pelotas: PPGCPol, 2025. Disponível

em:

<https://wp.ufpel.edu.br/idad/files/2025/06/OpenAI-Whisper-transcricao-automatica-para-pesquisa.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre, EdUPUCRS, 2014, p. 47- 57.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.



“O NOVO SEMPRE VEM”?¹ A ASCENSÃO DO TRUMPISMO E DO BOLSONARISMO COMO NOVO *MODUS OPERANDI* DE (DES)DEMOCRATIZAÇÃO

LAURA SILVA COSTA¹

¹Universidade Federal de Pelotas – laurinhasc0602@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nas duas primeiras décadas do século XXI, as democracias ocidentais passaram a enfrentar a ascensão de movimentos de direita radical e de líderes populistas que tensionaram os limites institucionais do Estado Democrático de Direito (Laclau, 2013). Nesse contexto, figuras como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Messias Bolsonaro, no Brasil, tornaram-se expoentes de um mecanismo político que combina conservadorismo moral, aspectos do neoliberalismo, ataques às instituições e à imprensa, além de uma mobilização digital por meio das redes sociais em larga escala (Souza, 2024).

A literatura tem denominado tais fenômenos como expressões de uma “nova direita”, ou de uma extrema-direita contemporânea, marcada por estratégias discursivas polarizadoras, negacionismo histórico e científico, e uma postura anti-sistêmica que paradoxalmente se manifesta no interior do próprio regime democrático. No caso brasileiro, Alonso (2021) destaca como o bolsonarismo emerge como uma “reação patriota” contra pautas progressistas, envolvendo religião, família, segurança e soberania nacional por meio de um ideário “tradicional”. Esse movimento se fundamenta em ressentimentos históricos, na politização das Forças Armadas (Pessoa et. al, 2024) e de um revisionismo nostálgico que disputa narrativas sobre o passado autoritário do Brasil (Bauer, 2024). Nos Estados Unidos, por sua vez, o trumpismo se manifesta ancorado em frustrações econômicas e no ressentimento cultural frente às mudanças sociais, produzindo um discurso hegemônico de restauração da “grandeza nacional” (Baptista; Haubner; Orlandini, 2022; Souza, 2024).

Portanto, este trabalho pretende realizar uma análise comparativa entre Donald Trump e Jair Bolsonaro e suas respectivas ideologias. Para tanto, serão mobilizadas obras que discutem a democracia, os aspectos ideológicos de ambos que podem convergir ou divergir entre si e os impactos deixados pelas chamadas novas direitas nos contextos analisados, Estados Unidos e Brasil, que se apresentam em um novo *modus operandi* de ataque aos regimes democráticos vigentes, conforme Brown (2019, p. 21-22): “enraizados na liberdade [*liberty*] e gerando uma ordem e evolução espontâneas, seus opositos radicais são qualquer tipo de política, planejamento e justiça sociais deliberados e administrados pelo Estado.”

A comparação busca compreender como essas ideologias se articulam ou se distanciam, ancoradas em ideais que colaboram para a desdemocratização da política. Enquanto no Brasil esse processo é reforçado pelos legados autoritários deixados pela ditadura civil-militar (1964-1985), nos Estados Unidos, a ascensão da extrema-direita se constitui a partir de um discurso nacionalista que reforça uma visão excludente de nação, baseada em superioridade cultural e racial, e transforma adversários políticos, imigrantes e minorias em inimigos internos, legitimando a polarização extrema e corroendo as bases democráticas. Com isso, busca-se sustentar a hipótese de que a

¹ Citação da música “Como nossos pais”, de Antônio Carlos Belchior, lançada em 1976 no álbum “Alucinação”, pela PolyGram/Philips.



extrema-direita contemporânea não é totalmente inédita, e sim herdeira de tradições autoritárias e discursos anti-políticos, ainda que utilize novos mecanismos que desafiam as democracias vigentes.

2. METODOLOGIA

A pesquisa encontra-se em estágio inicial de desenvolvimento e baseia-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma análise comparativa entre Trump e Bolsonaro. O corpus da análise inclui:

Revisão bibliográfica, utilizando referências acadêmicas que tratam sobre o tema das novas direitas e dos casos de Trump e Bolsonaro, bem como para a compreensão do populismo de direita e do neoliberalismo como bases da desdemocratização;

Análise comparativa buscando identificar divergências e convergências nos seguintes eixos:

(1) estratégias discursivas: populismo, despolitização, disseminação de fake news; (2) relações institucionais: mídias, Forças Armadas, Judiciário e o Congresso; (3) impactos nas democracias estadunidense e brasileira: polarização, erosão institucional, mobilização de massas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trump e Bolsonaro compartilham estratégias discursivas baseadas em antagonismos binários, no qual parte do povo é contraposto a “elites corruptas” e “inimigos internos” (Baptista; Hauber; Orlandini, 2022). Inspirados em uma lógica populista no sentido de Laclau (2013), ambos constroem identidades políticas mobilizadoras que reduzem a complexidade social a uma disputa moral e existencial. Além disso, ambos se valem de narrativas de crise permanente: Trump contra imigrantes e globalistas, e Bolsonaro contra comunistas, ambientalistas e defensores de direitos humanos (Alonso, 2021; Souza, 2024). Essa retórica sustenta a polarização extrema e legitima os ataques às instituições democráticas, mesmo que utilizando da própria democracia para assim, corrompê-la.

No campo discursivo, a despolitização é central: ao negar a validade da ciência ou da memória histórica, como o negacionismo da ditadura civil-militar no Brasil, segundo Bauer (2024), ou na minimização da pandemia pelos dois líderes (Souza, 2024), reconfiguram o debate público em termos de lealdade e identidade políticas. Essa estratégia fortalece a polarização e fragiliza as condições deliberativas da democracia (Baptista; Haubner; Orlandini, 2022). Por fim, há a influência direta do trumpismo no Brasil. Souza (2024) e Costa (2025) destacam como Bolsonaro reproduziu a estratégia de Trump de questionar o processo eleitoral, culminando nos ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília – um eco que remete à invasão ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021.

Brown (2019) oferece uma interpretação essencial para sustentar a comparação: tanto Trump quanto Bolsonaro mobilizam o ressentimento contra elites políticas, mas governam sob uma lógica neoliberal que faz associação entre políticas de austeridade, privatização e um discurso de restauração da ordem moral, que produz um cenário em que as liberdades políticas são corroídas em nome de uma suposta defesa da nação e da família. A junção de austeridade econômica e moralismo conservador cria um cenário em que a cidadania é substituída por fidelidades identitárias e religiosas. No caso brasileiro, a conjunção entre neoliberalismo e conservadorismo religioso fortalece uma cultura política disposta a sustentar práticas autoritárias em detrimento de valores democráticos, conforme Alonso (2021).



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



No entanto, para organizar a comparação dos dois casos em análise, apresenta-se o quadro 1. Nele, aspectos centrais, como as estratégias discursivas, institucionais e os impactos deixados nos âmbitos democráticos de cada país são apresentados, de modo a sistematizar a análise comparativa os contrastes discutidos sobre cada uma das figuras.

Quadro 1 – Comparação entre Trump e Bolsonaro segundo os eixos metodológicos

Eixo de análise	Donald Trump	Jair Bolsonaro
Estratégias discursivas	Retórica nacionalista (“ <i>Make America Great Again</i> ”); discurso hegemônico; anti-imigração; ataque às elites políticas e à mídia; difusão de fake news e teorias conspiratórias.	Retórica patriótica e religiosa (“Deus, pátria, família, liberdade”); anticomunismo; ataques ao STF e à imprensa; negacionismo da ditadura e da ciência; difusão de fake news e teorias conspiratórias.
Relações com as instituições	Tensões com Judiciário e Congresso, mas instituições se mantêm relativamente em pé; Forças Armadas preservam neutralidade.	Politização das Forças Armadas; tentativas de enfraquecer a independência do Judiciário e ameaças às instituições democráticas.
Impactos nas democracias	Polarização extrema; ataque ao Capitólio em 06/01/2021 como contestação do processo eleitoral; corrosão da confiança nas eleições.	Polarização extrema; ataques de 08/01/2023 em Brasília; enfraquecimento da memória democrática; riscos de erosão institucional duradoura.

Fonte: Alonso (2021); Baptista; Haubner; Orlandini (2024); Souza (2024). Elaboração própria.

Os resultados aqui expostos são parciais e exploratórios, buscando indicar possíveis caminhos para o aprimoramento da pesquisa. No entanto, a análise buscou condensar a relação trumpista-bolsonarista proposta para este trabalho.

De acordo com Silva e Baron (2021), o populismo em Laclau não é apenas patologia da democracia, e sim um modo de constituí-la. Nesse sentido, as duas ideologias analisadas mostram a ambiguidade do populismo: ampliam a participação popular, mas frequentemente a canalizam contra a pluralidade democrática, transformando representação em personalismo. Esse processo derivado do populismo de direita revela que a democracia é corroída não apenas por ataques diretos às instituições, mas também pela transformação de sua base social e cultural (Laclau, 2013).

4. CONCLUSÕES

A análise mostra, ainda que preliminarmente, que o trumpismo e o bolsonarismo são expressões de uma extrema-direita globalizada, mas enraizada e adaptada a contextos nacionais específicos (Souza, 2024). A convergência em torno do populismo de direita (Laclau, 2013), do negacionismo e do neoliberalismo (Brown, 2019) se soma, no caso brasileiro, à politização das Forças Armadas e ao revisionismo histórico, que tornam os impactos para a democracia ainda mais graves, conforme Alonso (2021) e Pessoa et al. (2024) argumentam.



Enquanto nos Estados Unidos Trump desafia as instituições sobretudo pela via eleitoral e midiática, no Brasil, Bolsonaro atingiu um ponto crítico ao articular atores estatais – como parlamentares e setores das Forças Armadas – em um projeto de erosão democrática (Pessoa et. al, 2024; Souza, 2024).

Assim, compreender o diálogo entre as ideias de Trump e Bolsonaro e seus efeitos sobre as democracias não é apenas uma questão de comparação política, mas uma tarefa essencial para refletir sobre os desafios contemporâneos dessa crise democrática. O aprofundamento da pesquisa deve investigar como redes digitais, alianças religiosas e militares e fluxos internacionais de ideias extremistas articulam a continuidade desses movimentos em âmbitos transnacionais, para assim compreender de quais maneiras podem ser enfrentados dentro dos limites das democracias em vigor.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. La reacción patriota en Brasil. **Población & Sociedad**, Vol. 28, n. 2, 2021, pp. 8-28. Disponível em: https://www.scielo.org/ar/scielo.php?pid=S1852-85622021000200008&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 28 jul. 2025.

BAUER, C. S. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da Ditadura Civil-Militar em três proposições legislativas. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 37, n. 82, p. 1-24, 2024.

BAPTISTA, E. A.; HAUBER, G.; ORLANDINI, M. Despolitização e populismo: as estratégias discursivas de Trump e Bolsonaro. **Media & Jornalismo**, v. 22, n. 40, p. 105-119, 2022. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/10279>. Acesso em: 1 set. 2025.

BELCHIOR. Como nossos pais. In: **Alucinação**. Polygram/Philips, 1976. Disponível em: https://open.spotify.com/track/0BoCuzEjDEcULyknBHf3Ii?si=Javv0BJQf-BbV5Fz9bZrQ&utm_source=copy-link. Acesso em: 18 set. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

COSTA, W. S. D. Resenha do relatório nº 4546344/2024 da Polícia Federal (Indiciamento de Jair Bolsonaro e outros). **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.12 n.1, 2025.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

PESSOA, et. al. O novo militarismo brasileiro: a politização das Forças Armadas e seus desafios institucionais. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.11, n. 5, 2024.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da; BARON, Letícia. A noção de representação política em Ernesto Laclau: populismo e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 36, p. 1-33, 2021.

SOUZA, Jéssica Matheus de. **A ascensão da extrema direita**: uma análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos. 131f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.



GT 5: Justiça de Transição, Memória e Direitos Humanos

PADRÕES DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DURANTE A MINUSTAH (2004-2017): Evidências do *Human Rights Watch* e registros da ONU

¹MAYANNE DE ARAÚJO MENEZES:

²LUCIANA MARIA DE ARAGÃO BALLESTRIN

¹*Universidade Federal de Pelotas – mayannemenezes99@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – luciana.ballestrin@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

A atuação das operações de paz das Nações Unidas (ONU) tem sido amplamente debatida nas últimas décadas, envolvendo questões como a operacionalização das missões, a proteção de civis, a aplicação da Responsabilidade de Proteger (R2P) e o papel do humanitarismo. Desde o pós-Guerra Fria, as missões passaram a assumir caráter multidimensional, incorporando objetivos de reconstrução estatal, democratização e promoção de direitos humanos. No entanto, essa transformação consolidou o paradigma da paz liberal, alvo de críticas por sua natureza tutelar, seletiva e excludente (Paris, 2004; Richmond, 2011; Mac Ginty, 2011; Chandler, 2006).

É nesse contexto que se insere a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), criada pela Resolução 1542 (2004). Embora amparada no discurso de estabilização e proteção, a operação foi marcada por recorrentes denúncias de violações de direitos humanos, revelando limites dos mecanismos de responsabilização da ONU. O problema que orienta esta pesquisa questiona se, ao mesmo tempo em que buscou pacificação, a MINUSTAH não teria produzido padrões de violações que colocam em tensão os marcos normativos da organização, como a política de “tolerância zero” e as regras de engajamento (Douzinas, 2007; Chimni, 2006).

A relevância do estudo está em compreender como a prática no terreno dialoga — ou se afasta — dos princípios universais evocados pela ONU, sobretudo em contextos periféricos como o Haiti, marcado por sucessivas intervenções externas e pela atuação ativa da sociedade civil (Duffield, 2007).

A pesquisa apoia-se em uma abordagem crítica das Relações Internacionais, que problematiza os fundamentos e efeitos do paradigma da paz liberal. O debate desloca-se do enfoque clássico da segurança, centrado no Estado e no realismo, para uma agenda ampliada, que inclui dimensões sociais, econômicas e ambientais.

Nesse processo, a paz liberal surge como projeto normativo de estabilização, mas criticado por impor reformas rápidas e alheias à realidade local (Paris, 2004), aprofundar desigualdades (Richmond, 2011), reforçar dependência e fragilizar soberanias (Chandler, 2006). Ao mesmo tempo, as comunidades locais exercem agência, produzindo formas híbridas de paz (Mac Ginty, 2011).

Além disso, a difusão da segurança humana e da R2P reforçou justificativas normativas para a intervenção internacional, deslocando o foco da soberania para a proteção de populações vulneráveis. No entanto, sua aplicação seletiva e instrumentalizada também é alvo de críticas. Nesse sentido, os Estudos Críticos de Segurança e os Estudos para a Paz (Galtung, 1969; Booth, 1991; Jabri, 2012) destacam o caráter político e não neutro das práticas da ONU.



2. METODOLOGIA

O trabalho adota uma abordagem qualitativo-crítica, adequada para compreender fenômenos institucionais complexos e permeados por disputas normativas, como a atuação da MINUSTAH no Haiti. Essa escolha metodológica se apoia na literatura sobre pesquisa qualitativa (Creswell, 2014;

Flick, 2009) e na utilização da triangulação de fontes como estratégia de confiabilidade analítica (Denzin, 2011).

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas complementares. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica sobre segurança internacional, operações de paz, direitos humanos e responsabilização institucional, com ênfase nos Estudos Críticos de Segurança e Estudos para a Paz, que questionam os limites da paz liberal (Paris, 2004; Richmond, 2011). Essa etapa forneceu o referencial teórico para a análise empírica.

Na segunda etapa, realizou-se a análise documental de três conjuntos principais de fontes:

1. Relatórios do Human Rights Watch (2004–2017), que registram denúncias de violações de direitos humanos, como repressão política, violência contra civis e abusos da MINUSTAH;
2. Bases oficiais da ONU (2007–2020), especialmente a Conduct and Discipline Unit Database, que reúnem dados sobre exploração e abuso sexual (SEA) e outras formas de má conduta;
3. Relatórios da sociedade civil haitiana (BAI, IJDH, RNDDH), que oferecem registros detalhados, próximos às vítimas, e produzem narrativas alternativas e críticas à presença da ONU.

A terceira etapa correspondeu à interpretação dos dados, com a elaboração de gráficos e tabelas que sistematizam frequência, temporalidade e autoria das violações. A comparação entre as fontes buscou identificar padrões, divergências e os limites da resposta institucional da ONU. A análise seguiu a lógica da triangulação, ampliando a robustez interpretativa e minimizando vieses.

Além disso, foi incorporada uma contextualização histórico-política do Haiti, considerando que as violações só podem ser compreendidas em meio à instabilidade institucional, à fragilidade estatal e às recorrentes intervenções externas.

A opção por cruzar dados oficiais, relatórios internacionais e documentos da sociedade civil atende a dois objetivos: (i) evidenciar a pluralidade de vozes e disputas narrativas em torno da atuação da MINUSTAH; e (ii) contornar a limitada transparência dos registros institucionais da ONU, oferecendo uma análise mais crítica e contextualizada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa evoluiu da construção do referencial teórico para a análise empírica da atuação da MINUSTAH no Haiti, a partir de três eixos documentais. Primeiro, os relatórios anuais do Human Rights Watch (2004–2017), que registraram padrões de repressão, violações contra civis e denúncias envolvendo agentes internacionais. Segundo, as bases oficiais da ONU (2007–2020), especialmente a *Conduct and Discipline Unit Database*, que contabilizaram 276 alegações de exploração e abuso sexual, das quais 82 confirmadas, permitindo identificar frequência, perfil dos agentes e medidas adotadas. Terceiro, os documentos da sociedade civil (BAI, IJDH e RNDDH), que apresentaram relatos detalhados produzidos a partir da perspectiva local.

Os resultados mostraram a ocorrência de diferentes tipos de violações de direitos humanos, com variações anuais e divergências entre os conjuntos de dados. Enquanto a HRW forneceu registros contínuos e comparáveis, a ONU disponibilizou dados oficiais, mas agregados; já a sociedade civil contribuiu com informações complementares e relatos próximos às vítimas. A sistematização dessas fontes possibilitou compor um panorama abrangente da presença da MINUSTAH, evidenciando tanto a complementaridade quanto as tensões entre diferentes



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



narrativas.



4. CONCLUSÕES

A pesquisa buscou compreender como a MINUSTAH articulou o discurso da paz, estabilização e proteção de civis com a ocorrência de padrões de violações de direitos humanos. Sua principal contribuição foi a triangulação de três conjuntos distintos de dados — documentos oficiais da ONU, relatórios de organizações internacionais e registros da sociedade civil —, o que possibilitou uma análise crítica da coerência entre princípios normativos e práticas de campo, valorizando a pluralidade de perspectivas.

Entre os desafios, destacaram-se as limitações de acesso a informações detalhadas sobre investigações e responsabilização, a fragmentação das fontes e as diferenças metodológicas entre dados oficiais e registros locais. Além disso, a própria natureza do objeto de estudo, marcado por interpretações políticas divergentes sobre os sentidos de paz, proteção e violação, impôs complexidade à análise.

Em síntese, o estudo demonstra que o caso da MINUSTAH extrapola a experiência haitiana, contribuindo para debates mais amplos sobre paz liberal, mecanismos de responsabilização da ONU e proteção internacional. Ao revelar o distanciamento entre princípios e práticas, o trabalho oferece subsídios relevantes para os Estudos de Segurança e de Paz, reforçando a necessidade de incluir as sociedades locais e de aprimorar mecanismos de transparência, supervisão e reparação em operações de paz.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

CRESWELL, J. W. *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2014.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DENZIN, N. K. *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. New Brunswick: Aldine Transaction, 2011.

DUFFIELD, M. *Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples*. Cambridge: Polity Press, 2007.

DOUZINAS, C. *Human Rights and Empire: The Political Philosophy of Cosmopolitanism*. Abingdon: Routledge-Cavendish, 2007.

RICHMOND, O. *A Post-Liberal Peace*. London: Routledge, 2011.

PARIS, R. *At War's End: Building Peace after Civil Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MAC GINTY, R. *International Peacebuilding and Local Resistance: Hybrid Forms of Peace*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

CHANDLER, D. *Empire in Denial: The Politics of State-Building*. London: Pluto Press, 2006.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



GALTUNG, J. *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. Oslo: International Peace Research Institute, 1969.

BOOTH, K. *Critical Security Studies and World Politics*. Boulder: Lynne Rienner, 1991.

JABRI, V. *The Postcolonial Subject: Claiming Politics/Governing Others in Late Modernity*. London: Routledge, 2012.

Artigo

CHIMNI, B. S. The Birth of a “Discipline”: From Refugee to Forced Migration Studies. *Journal of Refugee Studies*, v. 22, n. 1, p. 11–29, 2006.

Documentos eletrônicos

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Charter of the United Nations*. San Francisco, 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em: 17 set. 2025.



Declínio democrático em Timor-Leste? Uma análise dos mecanismos de Justiça de Transição e sua influência no plano político institucional.

JOÃO YERAB MOURA CARNEIRO¹; CARLOS ARTUR GALLO³

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – yerabnt@gmail.com 1

³Universidade Federal de Pelotas – Galloadv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo, é fruto da disciplina “Justiça de transição” que tem como objetivo o desenvolvimento de autores trabalhados na disciplina para analisar um contexto transicional. Pretendo desta forma, analisar o processo de Justiça de Transição em Timor-Leste traçando uma análise a partir do modelo desenvolvido por Geoff Dancy e Oskar Timo Thoms no artigo “Transitional Justice and The Problem Democratic decline”, que abordam exatamente a questão, “a justiça de transição afeta no declínio das democracias que é evidente nos dias atuais?”. Os autores desenvolvem um teste bidirecional, traçando uma hipótese afirmativa e outra negativa sobre determinada questão, apontando seis formas que a justiça de transição poderia estar relacionada ao declínio da democracia. os autores destacam:

Por essa razão, adotamos uma estratégia de teste bidirecional, em que cada hipótese que vincula a justiça de transição ao declínio democrático é combinada com uma hipótese oposta e contraditória que parece que a justiça de transição levará a melhorias na governança democrática. Isso nos permite avaliar uma conta explicação para tendências contemporâneas - a de que o declínio democrático é causado não por excesso de justiça de transição, mas por falta dela. (Dancy, Thoms, p.39, 2024)

A partir de uma análise de 118 períodos, de 89 países, os autores desenvolvem seis hipóteses e seis alternativas para estas hipóteses, que são respondidas a partir da divisão de duas classes a primeira voltada a elite institucional (Eleições injustas, Restrição judicial enfraquecida, e Limitações nas associações), e a segunda voltada ao comportamento público (Polarização política, Movimentos anti-democráticos, e Diluição no engajamento político) .

Desta forma, pretende-se a partir da análise documental já coletada anteriormente, como também uma análise bibliográfica sobre o país de Timor-Leste, averiguar se o atual padrão de declínio democrático como constatado pelo autor na maioria dos países ocorre em Timor-Leste. Após a constatação de que Timor-Leste é ou não uma democracia. Através das pesquisas do estudo “Varieties of Democracy V-DEM”, estudo voltado para medição de democracias e autocracias, será feita a verificação das 3 primeiras hipóteses traçadas pelos autores. As três primeiras hipóteses levam em consideração questões institucionais (Eleições injustas, Restrição judicial enfraquecida, e Limitações nas associações), sendo o objetivo do trabalho verificar se as hipóteses acontecem ou não.

Timor-Leste com sua independência conquistada em 2002, se inseriu na gama de países que podem ser considerados democracias transicionais, ou seja, saíram de períodos autoritários para democracias. De acordo com Dancy e Thoms:

Desde de 1970 a grande maioria das democracias transicionais - que definimos como aquelas que emergiram de um período de governo autocrático ou que enfrentaram conflitos armados intraestatais - iniciaram pelo menos um tipo de mecanismo de justiça de transição. Esses mecanismos, incluindo processos, reparações, comissões da Verdade ou proibições de cargos públicos, variam substancialmente de um país para o outro, mas pode-se argumentar que a difusão simultânea da justiça de transição iniciada na década de 1990, constituiu um movimento político Global. (Dancy, Thoms, p. 36-37, 2024)



O Estado de Timor efetivou também como destacado pelos autores alguns dos mecanismos de justiça de transição que costumam ser estabelecidos em novas democracias, como o caso da Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação, ou também reparações efetuadas por parte do Estado às vítimas do período autoritário, e em certa medida ocorreram julgamentos em tribunais regionais de Timor-Leste, para resolução de conflitos. Estas características indicam desta forma, que Timor-Leste estabeleceu uma série de mecanismos de Justiça de transição para o fortalecimento da sua democracia, se enquadrando nos países que podem ser considerados democracias transicionais, e desta forma dando maior embasamento para análise que será feita adiante.

Neste artigo, a análise recairá sobre o pilar do reforço institucional, onde a partir da análise desenvolvida por Dancy e Thoms 2024, pretende-se buscar se a justiça transicional está ligada ao declínio democrático no âmbito institucional. Que acredito ser capaz de conferir a partir desta gama de documentos se existe o fortalecimento dos tribunais, eleições e associação política para verificar as questões destacadas a seguir.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota como metodologia uma abordagem qualitativa e analítico-comparativa, voltada para compreender os efeitos institucionais das políticas de justiça de transição em Timor-Leste à luz do modelo teórico de Geoff Dancy e Oskar Timo Thoms. Estes autores defendem a ideia de que os mecanismos de justiça de transição podem impactar diretamente na qualidade democrática dos países, e propõe hipóteses específicas que orientam esta análise.

Desta forma, foram selecionadas três hipóteses centrais a serem exploradas: a) os mecanismos de justiça de transição fortalecem o sistema eleitoral, favorecendo eleições mais competitivas e legítimas; b) os mecanismos de justiça de transição contribuem para o fortalecimento do sistema judicial, ampliando sua independência e capacidade de responsabilização; e c) a justiça de transição estimula a expansão de associações políticas e sociedade civil, promovendo maior participação e pluralismo.

A análise empírica baseou-se em documentos oficiais de Timor-Leste, como o relatório final da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR), legislações nacionais (com destaque para o Decreto-Lei n.º 17/2024, de 22 de maio), marcos normativos publicados no portal do governo, bem como relatórios internacionais de direitos humanos e documentos da ONU. Complementarmente, foram utilizados os indicadores do projeto Varieties of Democracy (V-Dem), que oferecem dados comparativos sobre a qualidade eleitoral, independência judicial e participação política, como também foi utilizado o relatório Internacional da ROJAE/CPLP sobre a observação eleitoral em Timor-Leste, fundamentalmente para aferir a qualidade e legitimidade das eleições timorenses.

O processo metodológico consistiu em confrontar estas hipóteses destacadas com as evidências empíricas coletadas, realizando uma triangulação entre, documentos oficiais, literatura acadêmica e indicadores estatísticos. Cada hipótese foi avaliada como confirmada, parcialmente confirmada ou refutada, a partir do grau de correspondência entre as políticas de justiça de transição e os efeitos institucionais observados em Timor-Leste.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Varieties de Democracia (V-Dem) 2025 é um relatório produzido a partir de uma abordagem que mede a democracia liberal de forma histórica, desenvolvido pelo Instituto também denominado V-Dem. Este instituto produz um banco de dados com mais de 31 milhões de dados de



202 países entre 1789 a 2023, o relatório combina uma série de fatores institucionais democráticos para seu desenvolvimento. O relatório destaca:

No relatório da Democracia, ponderamos frequentemente os níveis de democracia em função da dimensão da população (em vez de médias simples em função do número de países). Isto deve-se ao fato de que a democracia significa governo por e para o povo. Por conseguinte, o número de pessoas no mundo que desfrutam de liberdade e direitos democráticos é crucial para descrever tendências. (V-Dem, p.11, 2024)

O relatório separa quatro formas de governo que os países em volta do mundo poderiam se encaixar: Democracias Liberais, Democracias Eleitorais, Autocracias Eleitorais e Autocracias fechadas. A partir disto os países são classificados de acordo com seu grau de democracia ou autocracia, sendo as democracias liberais o mais alto nível e as autocracias fechadas o menor nível, além disto dentro da classificação é possível observar se o país passou por um período de democratização no ano de 2023 ou um episódio de autocratização.

O país de Timor-Leste se destaca por antes da sua independência em 1999 ser uma autocracia, e com a implementação de uma democracia em 2002 a partir da sua primeira eleição para presidente, o país vem progredindo de forma lenta mas consistente no Índice democrático. A liberdade de expressão acadêmica e cultural em Timor vem se mostrando elevada, fato que pode ser ligado a uma maior cultura democrática. Por fim, Timor-Leste ocupa a posição 59 no índice de democracia liberal, com a pontuação de 0.51, já no índice de democracia eleitoral o país ocupa uma posição um pouco acima a de número 52, com a pontuação de 0.70. De toda forma, Timor-Leste é considerado uma democracia levando os Índices de democracia do V-Dem 2024.

O processo de Justiça de Transição em Timor-Leste diante do modelo de Geoff Dancy e Oskar Timo Thoms (2024) revela que, apesar das fragilidades institucionais, o país não segue o padrão de declínio democrático que foi observado em outros países do mundo. A análise feita neste artigo a partir das três hipóteses institucionais traçadas se desenrolam da seguinte maneira.

- A) Eleições justas (Hipótese A): Timor-Leste mantém processos eleitorais transparentes e inclusivos, como atestado pela missão ROJAE-CPLP (2023), reforçando a ideia de que a Justiça de Transição está associada a instituições eleitorais mais sólidas.
- B) Judiciário limitado (Hipótese B): Ocorreu a incapacidade de julgar crimes graves cometidos pelos agentes indonésios no período autoritário sofrido por Timor-Leste, devido a barreiras jurídicas e geopolíticas. Este fato pode ter enfraquecido a independência judicial do país, mas não inviabilizou a democracia. A sobrecarga do Tribunal de Recurso e a ausência de um Supremo Tribunal evidenciam estes desafios atuais no país.
- C) Sociedade civil ativa (Hipótese C): As recomendações da CAVR e as políticas públicas criadas para o fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil como o exemplo do Gabinete de Apoio à Sociedade Civil criado em 2024, confirmam que a Justiça de Transição em Timor-Leste fortaleceu as liberdades de associação, contrariando a hipótese de restrições de associação nas Organizações da Sociedade Civil.

4. CONCLUSÕES

Este artigo reforça a ideia de que a Justiça de Transição não é um fator determinante para o declínio democrático observado nos países em volta do mundo, os contextos históricos e institucionais também influenciam em um declínio democrático. Demonstrando que a Justiça de Transição e a democracia coexistem em Timor-Leste, mesmo que existem lacunas judiciais no processo de transição de Timor-Leste outros fatores foram influentes como a reconciliação e a



apuração da verdade, mostrando outros caminhos possíveis em uma transição democrática. De toda forma, Timor-Leste se destaca por ser um caso onde a efetivação de mecanismos de justiça de transição consolidaram a atual democracia do país.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

DELGADILLO, Juan Mario Solís. **Los tiempos de la memoria en las agendas políticas de Argentina y Chile**. Buenos Aires: Eudeba, 2016.

Artigo

DANCY, Geoff; WIEBELHAUS-BRAHM, Eric. Timing, sequencing, and transitional justice impact: A qualitative comparative analysis of Latin America. **Human Rights Review**, v. 16, p. 321-342, 2015

DANCY, Geoff; THOMS, Oskar Timo. Transitional Justice and the Problem of Democratic Decline. **The International Journal of Transitional Justice**, p. 39, 2024.

Tese/Dissertação/Monografia

BORGES, Talitha Viegas. **Direito à verdade e justiça de transição: a comissão de acolhimento, verdade e reconciliação de Timor-Leste (2002-2005)**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Documentos eletrônicos

COMISSÃO DE ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO DE TIMOR-LESTE (CAVR). *Chega! Relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste*. Díli: CAVR, 2005. Disponível em: <https://www.cavr-timorleste.org>. Acesso em: 11 ago. 2025.

GOVERNO DE TIMOR-LESTE. *Governo de Timor-Leste assina Memorando de Entendimento com a Sociedade Civil para 2016*. Timor-Leste, 23 mar. 2016. Disponível em: <https://timor-leste.gov.tl/?p=14870&print=1&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2025.

ESTADO DE TIMOR-LESTE. Decreto-Lei n.º 17/2024, de 22 de março de 2024. Cria o Gabinete de Apoio à Sociedade Civil. *Jornal da República*, Timor-Leste, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://gasc.gov.tl/pt/historia/>. Acesso em: 09 de ago. de 2025.

Democracia a Ganhar e a Perder nas Urnas. Gotemburgo: Instituto V-Dem, Universidade de Gotemburgo, 2024. Edição em português coordenada por Tiago Fernandes. Disponível em: <https://www.v-dem.net>. Acesso em: 4 ago. 2025.



MEMORIAS Y RESISTENCIA: MUJERES EXCOMBATIENTES EN EL RELATO OFICIAL Y NO OFICIAL DEL CONFLICTO ARMADO EN COLOMBIA

ELIANA DELGADO GONZÁLEZ¹; NATHALIA VIEIRA RIBEIRO ²; RITA JULIANA SOARES
POLONI³

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – eldelgadogo@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – ribeirovnathalia09@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – julianapoloni@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

El conflicto armado colombiano fue, según Pizarro (2002), una confrontación interna que se prolongó por más de cincuenta años, con raíces históricas de carácter ideológico, en la que participaron actores armados tanto legales como ilegales. Pese a la magnitud y la duración de esta confrontación, diversos autores y autoras han señalado el silenciamiento histórico de la participación de las mujeres, no solo como agentes activas de la guerra, sino también, tras la firma del Acuerdo Final de Paz entre el Estado colombiano y la guerrilla de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), como protagonistas de la paz en el escenario de posconflicto (Esguerra, 2011; Delgado, 2023; Ibarra, 2009; Londoño y Nieto, 2007; Cartagena, 2018).

Carol Mann (2015) explica que esta exclusión se sustenta en un discurso dominante que retrata a los hombres como hacedores de la guerra y a las mujeres como hacedoras de la paz, en función del carácter pacífico y dócil que se les atribuye socialmente. En la misma línea, Priscyll Avoine y Rachel Tillman (2015) sostienen que la guerra se ha concebido históricamente como una empresa masculina, donde las mujeres aparecen únicamente como víctimas, espectadoras o recompensas, lo que desconoce su papel como agentes activas de la violencia. Esta invisibilización del rol de las mujeres durante el conflicto ha generado, a su vez, barreras para posicionar sus memorias en los escenarios de posconflicto, restringiendo la pluralidad de experiencias que emergen de su participación en la lucha armada.

Desde distintos feminismos se ha denunciado de manera persistente cómo el poder patriarcal despoja a las mujeres de su historia y memoria, planteando su recuperación y visibilización como una tarea central (Troncoso y Piper, 2015). En este sentido, se observa que la construcción de memorias colectivas sobre el conflicto y la paz ha estado mediada por una mirada patriarcal, dominante y acrítica, atravesada además por una fuerte carga moral y política que limita la resignificación del género en los procesos de memoria que actualmente se desarrollan en Colombia. A partir de lo anterior, el presente artículo busca ofrecer un panorama de las iniciativas oficiales de memoria sobre el conflicto armado, a partir del análisis de las políticas que han contribuido, en gran medida, a consolidar narrativas hegemónicas sobre la guerra y, más recientemente, sobre la paz. Sin embargo, también se examinarán iniciativas de memoria no oficiales, construidas desde la subalternidad de las mujeres excombatientes, que han buscado revertir su silenciamiento sistemático. Dichas iniciativas se entienden como ejercicios de contra-historia del conflicto armado y de la construcción de paz, mediante los cuales se pretende saldar la deuda histórica a través de la narración y representación de las experiencias de “las no contadas”.



2. METODOLOGIA

Las discusiones y conclusiones desarrolladas en este texto hacen parte de la tesis titulada: “Memorias farianas: narrativas de mujeres desmovilizadas de las FARC en el proceso de paz en Colombia”, realizada en el marco de la Maestría en Memoria Social y Patrimonio Cultural de la Universidad Federal de Pelotas (UFPel).

Para la elaboración de este apartado se llevaron a cabo entrevistas con dos profesores de la Universidad Nacional de Colombia. El primero fue Andrés Leonardo Góngora, Doctor y Magíster en Antropología Social por la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ), quien desde 2018 se desempeña como curador del Museo Nacional de Colombia. El segundo fue Edmon Castell, Doctor y Magíster en Museología por la Universidad de Barcelona (UB), actual coordinador de la Maestría en Museología y Gestión del Patrimonio del Departamento de Artes de la Universidad Nacional, y quien participó, entre otros proyectos, en la formulación del plan museológico del Museo de la Comisión de la Verdad (conocido como “Museo de Irene”) mientras estuvo en funcionamiento. A partir de sus trayectorias académicas y profesionales, consideré que sus aportes serían relevantes para profundizar en dudas, reflexiones y debates relacionados con las políticas de memoria sobre el conflicto armado en Colombia.

De igual manera, se realizaron entrevistas a dos mujeres desmovilizadas de las FARC, quienes han participado activamente en iniciativas de memoria vinculadas al conflicto armado y a la construcción de paz. La primera es Doris Suárez, fundadora de La Casa de la Paz, una casa cultural autogestionada por excombatientes en Bogotá tras la firma del Acuerdo Final. La segunda es María, excombatiente y firmante de dicho Acuerdo, quien ha colaborado con la Comisión de la Verdad (CEV) y la Jurisdicción Especial para la Paz (JEP)¹.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

La memoria es una construcción política deliberada del pasado que funciona como instrumento de saber-poder en un campo de disputa, donde diferentes actores buscan imponer narrativas sobre los sujetos y los hechos históricos (Arroyave, 2009). En este escenario, las memorias hegemónicas alcanzan el estatus de verdad en determinados contextos y se constituyen como relatos oficiales, transmitidos principalmente a través de instituciones estatales (Monkevicius, 2020). Estas memorias son producto de negociaciones en sistemas de poder que jerarquizan múltiples versiones, silenciando o subordinando aquellas que carecen de fuerza para imponerse. Así, no sólo recuerdan el pasado, sino que lo legitiman en función de intereses específicos, consolidando visiones históricas que perpetúan desigualdades sociales, políticas y culturales y que responden a una estructura específica de género, raza y clase (Monkevicius, 2020). En este sentido, el Estado cumple un papel central, pues mediante la educación, los medios de comunicación y las instituciones oficiales, contribuye a consolidar y legitimar estas narrativas que garanticen el *status quo* con relación a parámetros como el género, la raza, la clase y otros marcadores de identidad (Vera, 2015).

La legitimación y difusión de estas memorias se materializa a través de políticas de memoria, expresadas en leyes, museos, bibliotecas, plazas y conmemoraciones (Aguilar, 2018). Según Groppo (2002), dichas políticas son acciones deliberadas de gobiernos u otros actores

¹ La Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición (CEV) y la Jurisdicción Especial para la Paz (JEP) fueron creadas por el Acto Legislativo 01 de 2017 y el Decreto 588 de 2017, en el marco del del Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición (SIVJRN) diseñado en el Acuerdo de Paz entre el Gobierno de Colombia y las FARC.



políticos y sociales con poder, orientadas a conservar, transmitir o valorizar determinados aspectos del pasado considerados significativos. Complementariamente, Arboleda et al. (2020) señalan que las políticas de memoria pueden entenderse como discursos, historias y disposiciones implementadas por el Estado y las élites, en tanto instituciones encargadas de construir y sostener la memoria hegemónica.

Tras la revisión de dos políticas de memoria —la Ley 975 de 2005 o “Ley de Justicia y Paz”, primer referente de justicia transicional en Colombia que reconoció los derechos de las víctimas, y la Ley 1448 de 2011 o “Ley de Víctimas y Restitución de Tierras”, que representó un hito al establecer el deber de memoria del Estado—, así como de los guiones museológicos del Museo Nacional de la Memoria (MNM), el Museo Nacional de Colombia (MNC) y el proyecto del Museo de la Comisión de la Verdad, se evidenció que las políticas de memoria en el país han estado atravesadas por la centralidad en las víctimas. Estos marcos normativos e institucionales han buscado garantizar verdad, justicia y reparación, pero también han generado disputas respecto a qué memorias son reconocidas y cuáles permanecen al margen, consolidando narrativas oficiales que privilegian ciertos relatos y limitan una comprensión más plural del conflicto armado.

En este contexto, los dispositivos museales han sido escenarios clave para materializar dichas políticas y proyectar relatos sobre la guerra y la paz. El Museo Nacional ha dado pasos hacia la inclusión de actores históricamente invisibilizados, el Museo Nacional de la Memoria ha intentado construir un relato más amplio sobre la violencia y las víctimas, y el frustrado intento del Museo de la Comisión de la Verdad reveló resistencias frente a memorias que desestabilizan lo oficial. Sin embargo, en todos estos espacios la memoria de las mujeres excombatientes aparece diluida, confusa o reducida a estereotipos de victimización. Su participación activa en el conflicto y en la construcción de paz rara vez es reconocida, lo que refleja las limitaciones de las políticas de memoria para dar cuenta de la complejidad de los actores armados y, en particular, de las mujeres, perpetuando así su marginalidad en los relatos sobre el pasado reciente.

Si bien, lo anterior evidencia la existencia de una construcción hegemónica sobre el conflicto armado construida desde una perspectiva patriarcal que niega el lugar y las voces de las mujeres que hicieron parte activa de las guerrillas y, en particular de las FARC. Sin embargo, es también este texto un espacio para analizar y explorar otras iniciativas de memoria, ya no oficiales, que hacen frente, resisten y desestabilizan los procesos de construcción de memoria hegemónica. Para ello, se analizaron dos iniciativas de memoria no oficiales que surgieron desde la experiencia de mujeres que pertenecieron al grupo guerrillero, siendo una de ellas un dispositivo de memoria y la otra un lugar de memoria. De igual forma, son reconocidas dichas iniciativas como ejercicios de contra-historia² (Hartman, 2020) sobre el conflicto armado y, ahora también, sobre la paz.

Cabe mencionar que hay un número significativo de iniciativas de memoria no oficiales de las mujeres de las FARC, se destacan por ejemplo libros, procesos organizativos, lugares de memoria, etc. Sin embargo, al no hacer parte de un entramado institucional su registro y sistematización representa aún hoy un gran obstáculo. El CNMH, por ejemplo, tiene un registro de 167 iniciativas de memoria y solo dos de estas son relacionadas a mujeres desmovilizadas, sin embargo, para los fines del presente texto se considerarán dos iniciativas de memoria no oficiales estas son: Disparos x Disparos, un fotolibro de Alexa Rochi, una mujer excombatiente conocida

² Saidiya Hartman (2020) propone el concepto de contra-historia como una forma de narrar las vidas de los sujetos subalternizados —particularmente mujeres invisibilizadas por la violencia fundadora de la historia—, con el fin de reparar su silenciamiento y disputar las memorias hegemónicas a través de relatos que reconozcan su existencia sin reproducir nuevas violencias.



como “la fotografía de las FARC” y La Casa de la Paz³, en tanto lugar de memoria o, desde una perspectiva emancipatoria, contra-historia.

A partir de la revisión de las dos iniciativas de memoria no oficiales se evidenció su papel como ejercicios de contra-historia que desafían la narrativa hegemónica sobre la guerra y sus protagonistas. Estas iniciativas, al dar voz a sujetos históricamente silenciados, cuestionan el relato oficial y proponen nuevas formas de representación de las mujeres excombatientes. Tanto el fotolibro como el espacio de memoria resignifican la experiencia de las mujeres farianas y contribuyen a la reconstrucción de una historia que las reconozca como sujetas políticas y no solo como figuras marginales dentro del conflicto y la paz.

Ambas iniciativas logran resignificar las trayectorias impuestas por el propio lugar de subalternidad, permitiendo que sus propias voces reconstruyan la memoria desde una perspectiva más inclusiva y plural. Al inscribirse en la lucha por la dignificación y visibilización de estas experiencias, estas iniciativas no sólo disputan el control de la narrativa sobre el pasado, sino que también aportan a la construcción de una paz con justicia social, en la que la memoria no sea utilizada como un mecanismo de exclusión, sino como un espacio de reconocimiento y reparación.

Por último, estas iniciativas representan ejercicios emancipatorios que subvierten las estructuras narrativas dominantes mediante la auto-representación y la reivindicación de la propia historia. Desde la fotografía hasta la apropiación del espacio, Disparos x Disparos y La Casa de la Paz permiten a las excombatientes ejercer soberanía sobre su memoria y construir relatos que trascienden el discurso oficial. Así, estas iniciativas no solo ofrecen un espacio para la resistencia, sino que también abren nuevas posibilidades para la transformación de los imaginarios sociales sobre las mujeres en la guerra, promoviendo su agencia y reconocimiento en el proceso de construcción de paz.

4. CONCLUSÕES

A partir del análisis de las iniciativas oficiales de memoria se concluye que la memoria histórica en Colombia continúa siendo un campo de disputa en el que coexisten narrativas diversas, atravesadas por tensiones y resistencias. Aunque las políticas de memoria han propiciado avances en el reconocimiento de las víctimas y la inclusión de nuevas perspectivas, persisten limitaciones que reflejan la pugna por definir qué relatos se privilegian y cuáles se silencian. En este escenario, garantizar una memoria plural e incluyente supone no sólo reconocer el pasado, sino también confrontar las estructuras de poder que condicionan su narración.

En contraste, las iniciativas no oficiales —particularmente las impulsadas por mujeres excombatientes de las FARC— evidencian un esfuerzo por disputar el derecho a la memoria desde posiciones históricamente silenciadas. La propuesta de Hartman sobre la contra-historia ofrece aquí un marco fundamental, al entenderse como una práctica de resistencia y reparación simbólica frente a las versiones oficiales que uniformizan y excluyen. Ejercicios como Disparos x Disparos, la obra fotográfica de Alexa Rochi o el espacio comunitario de La Casa de la Paz muestran cómo, desde la subalternidad, se construyen archivos, sensibilidades y territorios de memoria que desafían las narrativas hegemónicas. Estos esfuerzos no son solo una forma de visibilización, sino también de agencia política y de construcción de paz con justicia social, al permitir que las mujeres farianas y otros sujetos marginados resignifiquen su experiencia y reivindiquen su lugar en la historia.

En última instancia, la disputa por la memoria es también una disputa por el reconocimiento y la dignificación de quienes han sido excluidos del relato oficial. La apertura a narrativas

³ Para más informaciones sobre La Casa de la Paz puede consultar su sitio web a través del siguiente enlace:
<https://www.latrochalacasadelapaz.com/>



alternativas constituye una condición indispensable para avanzar hacia una memoria más justa, plural e incluyente, capaz de acoger las voces y experiencias de quienes por demasiado tiempo fueron invisibilizados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, N. Políticas de la memoria en Colombia: iniciativas, tensiones y experiencias (2005-2016). *Historia Crítica*, n. 68, p. 111–130, 2018.

AVOINE, A.; TILLMAN, R. Demobilized Women in Colombia: Embodiment, Performativity and Social Reconciliation. In: SHEKHAWAT, S. (Ed.). *Embodiment, Performativity and Social Reconciliation*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

ARBOLEDA, J. C. et al. Políticas de la memoria de las violaciones a los derechos humanos en la historia reciente: una revisión bibliográfica desde el 2008 al 2018. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 65, n. 239, 2020.

ARROYAVE, J. Memoria de los combates, combates de la memoria. *Katharsis*, p. 63–84, 2009.

CARTAGENA, L. La representación de la “mujer fariana” en un contexto militar. *Frente 57 de las FARC-EP*. Medellín: Universidad de Antioquia, 2018.

DELGADO, E. De la guerra a la paz: identidades en transición. Análisis de la transformación de la autorrepresentación del género de mujeres excombatientes. Trabajo de grado para optar por el título de politóloga—Pontificia Universidad Javeriana, 2023.

ESGUERRA, J. Desarmando las manos y el corazón: Transformaciones de la identidad de género de excombatientes de FARC y AUC en Colombia (2004-2010). Documento para optar al título de Politóloga—Pontificia Universidad Javeriana, 2011.

GROPPO, B. Las políticas de la memoria. *Memoria Académica*, n. 11, p. 187–198, 2002.

HARTMAN, S. Vênus em dois atos. *Revista ECO-Pós*, v. 23, n. 3, p. 12–33, 24 dic. 2020.

IBARRA, M. Mujeres e insurrección en Colombia: reconfiguración de la identidad femenina en la guerrilla. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, Departamento de Ciencia Jurídica y Política, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, 2009.

LONDOÑO, L.; NIETO, Y. Mujeres no contadas: procesos de desmovilización y retorno a la vida civil de mujeres excombatientes en Colombia, 1990-2003. Medellín: Carreta Editores EU, 2007.

MANN, C. Women in combat: identifying global trends. In: SHEKHAWAT, S. (Ed.). *Female Combatants in Conflict and Peace*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015. p. 20–35.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



MONKEVICIUS, P. C. ¿Quién puede hablar sobre el pasado afroargentino?: Disputando las memorias hegemónicas desde el liderazgo afrodescendiente. RUNA, archivo para las ciencias del hombre, v. 41, n. 1, 2020.

PIZARRO, E. Colombia: ¿guerra civil, guerra contra la sociedad, guerra antiterrorista o guerra ambigua? Análisis Político, n. 46, p. 164–180, 2002.

TRONCOSO, L.; PIPER, I. Género y memoria: articulaciones críticas y feministas. Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social, v. 15, n. 1, p. 65–90, 2015.

VERA, J. P. Memorias emergentes: las consecuencias inesperadas de la Ley de Justicia y Paz en Colombia (2005-2011). Estudios Socio-Jurídicos, v. 17, n. 2, p. 13–44, 2015.



PRESERVAR PARA LEMBRAR: A LUTA PELA CONSOLIDAÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA NO BRASIL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL

SIBELE VALADÃO ROSSALES¹

Universidade Federal de Pelotas - sibelerossales@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nora (1993) ao apontar o risco do esquecimento e da perda de uma memória que outrora era compartilhada, propõe a seleção e o registro do que passou a ser chamado de lugares de memória, indo ao encontro de Pollak (1992) no sentido de que esses lugares, quando devidamente instrumentalizados, ajudariam a compor a memória nacional e o sentido da identidade nacional sobre determinado fato histórico a partir de elementos simbólicos de uma sociedade anteriormente ritualizada.

Para Tuan (1983) o que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Por conseguinte, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa.

Nesse sentido, o que é lugar quando pensamos nele como um local que foi instrumentalizado pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)? É o lugar que a partir da concentração de valores simbólicos, torna-se capaz de pausar aquele fragmento de tempo, congela-lo no presente para que seja assimilado pelo coletivo. Nessa lógica, os lugares de memória são também espaços de racionalidade sobre o tema da ditadura sob a égide da unificação entre lugar e tempo a partir dos sentidos.

O presente trabalho, parte da dissertação de mestrado da autora e à luz dos autores apresentados até então, busca diferenciar conceitos como lugar de memória, local e espaço e os instrumentaliza como ferramenta analítica para compreender as legislações vigentes que dispõem sobre a criação e proteção de lugares de memória no contexto brasileiro.

O lapso temporal estabelecido é de 1985 a 2024 e busca compreender como o Brasil vem pautando a criação de lugares de memória enquanto política? Uma problemática que irá dividir-se em a) averiguar as legislações existentes que dispõem sobre lugar de memória; b) traçar um panorama sobre lugares de memória no Brasil e por fim c) entender como o país vem se posicionando quanto a memorialização de locais que foram palco de violações de direitos humanos no período ditatorial.

A pesquisa contribui para o campo das pesquisas em políticas de memória como o primeiro trabalho a reunir e sistematizar todas as legislações existentes sobre a temática relacionada à ditadura no campo nacional e internacional a qual o Brasil é signatário.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada foi a análise qualitativa. Optou-se por essa avaliação porque é a mais apropriada para compreender de forma detalhada determinadas questões atinentes a situações como eventos, pessoas, interações e comportamentos que compõem o fato a ser estudado (Moresi, 2003).

¹ Doutoranda e mestra em Ciência Política pelo PPGCPol da UFPel. Bolsista CAPES - Código 001. Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Políticas de Memória (NUPPOME).



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



É por intermédio dos dados qualitativos que é possível alcançar descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos; citações diretas de pessoas sobre suas experiências; trechos de documentos, registros, correspondências; gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; dados com maior riqueza de detalhes e profundidade; interações entre indivíduos, grupos e organizações (Moresi, 2003).

As fontes utilizadas foram o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), onde por intermédio desta foi expandido para pesquisar dentro dos sites do Instituto de Políticas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH) que dispõe do documento “Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória”, bem como dentro do site da Organização dos Estados Americanos (OEA), que traz a AG/doc. 5086/10 com a resolução direito à verdade.

Ainda, junto ao site do *Office of the High Commissioner for Human Rights*, foi publicada a Res. 2005/66 que é uma resolução da Comissão de Direitos Humanos das Organização das Nações Unidas.

Por fim, junto ao site do Planalto foi analisada a Constituição da República Federal do Brasil, o Decreto n. 7037 atualizado pelo decreto n. 7.177 de 12/05/2010 (PNDH-3) e o decreto n. 8767 de 11/05/2016.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No caso brasileiro, a questão da preservação dos locais de graves violações de direitos humanos oriundos da época da ditadura civil-militar brasileira encontram uma grande barreira legislativa, pois fica à mercê da interpretação extensiva de um dispositivo legal que não contempla a extensão da particularidade desses lugares.

Parte desse entrave se dá principalmente por dois motivos: a dificuldade em reunir embasamento jurídico, dado que os dispositivos existentes são esparsos e nem sempre divulgados ou de fácil acesso e também pela ausência de leis específicas sobre esta temática no Brasil. Abaixo, apresenta-se uma lista dos dispositivos até então existentes a nível nacional e internacional.

Quadro 1 - Sobre a problemática dos lugares: em que se basear?

Dispositivos encontrados ²	Aborda diretamente sobre lugar de memória?	Quem criou?	Data da criação	Tem força legal?
Constituição da república federativa do Brasil	Não	Assembleia Nacional Constituinte presidida por Ulysses Guimarães	05/10/1988	Sim

² Aqui o termo dispositivos não é utilizado em seu sentido estrito pois não restringe-se somente a leis. O foco é também englobar decretos, recomendações, diretrizes, resoluções e conjunto de princípios.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Res. 2005/66 (Resolução da Comissão de Direitos Humanos da ONU)	Não	Comissão de direitos humanos da ONU	20/04/2005	Não
Decreto n. 7037 atualizado pelo decreto n. 7.177 de 12/05/2010 (PNDH-3)	Sim ³	Luiz Inácio Lula da Silva	21/12/2009	Não
AG/doc. 5086/10 (Resolução direito à verdade)	Não	Assembleia Geral da ONU (UNGA)	27/05/2010	Não
Relatório da Comissão Nacional da Verdade	Sim ⁴	Dilma Rousseff através da Lei n. 12.528	18/09/2011	Não
Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória	Sim	Instituto de Política Pública em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH)	06/09/2012	Não
Decreto n. 8.767	Não	Dilma Rousseff	11/05/2016	Não

Fonte: Rossales, 2025.

Conforme pode ser observado na tabela acima, por mais que existam recomendações, decretos e princípios que versam diretamente sobre lugares de memória, em detrimento de não disporem de força legal, as decisões em torno de preservar determinados locais que foram lugares de graves violações aos direitos humanos ficam a mercê de uma interpretação favorável do artigo 216 da Constituição Federal por parte do judiciário.

4. CONCLUSÕES

Ainda hoje, as políticas de memória não são tratadas com a devida seriedade no Brasil, esse instrumento é ainda mais marginalizado quando a modalidade em questão é a institucionalização de lugares de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira.

³ Utiliza o termo “centros de memória”.

⁴ Ao invés de lugar de memória a CNV utiliza os termos “centro de memória” e “locais de tortura”.



Isso se dá em detrimento de que a instauração ou não de uma política de memória, por ser uma modalidade de política pública, está à mercê da vontade política de quem está no poder, da janela de oportunidade e também do nível de pressão que atores sociais exercem sobre esses governos, fatores os quais não atuam isoladamente.

Sempre existirá um tensionamento de poderes entre quem busca fazer um bom e um mau uso da memória acerca da ditadura civil-militar brasileira e enquanto não houver um governo que abertamente incorpore esse pleito como políticas de governo, o tema seguirá em disputa. Um dos maiores entraves é o fato de que no Brasil, a transição para a democracia foi amplamente negociada por quem estava no poder — os militares — o que gerou transtornos de toda ordem para esse campo, podendo ser expresso no fato da instauração da CNV ter sido tardia se comparado a outros países, o que resultou em um processo de privatização da memória, visto que por muito tempo as vítimas diretas e indiretas da repressão foram submetidas a coexistir com um passado traumático que foi posto como um problema da esfera privada e não coletiva, resultando em uma ideologia de reconciliação a força.

Como resultado, o Brasil não dispõe de políticas de memória que se preocupem com a preservação dos locais que foram assinalados pela CNV, inclusive, pode-se dizer que existem políticas de desmemória a medida que o único instrumento que dispõe de força legal depende de interpretação extensiva de quem legisla, o que gera um atravancamento na hora de demandar pela memorialização, o que resta expresso no fato de que 61 anos depois, temos somente um centro de memória consolidado em solo brasileiro, sendo este o Memorial da Resistência de São Paulo, os demais, estão em processo de apagamento do imaginário coletivo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRADLEY, Jana. **Methodological issues and practices in qualitative research**. Chicago: Library Quartely, 1993.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

NORA, Pierre. Entre a memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, dez., 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

ROSSALES, Sibeles. **Para além de um lugar de prisão, um lugar de memória?** A Penitenciária Feminina Madre Pelletier como palco das graves violações de direitos humanos cometidas pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, 2025.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.



BRASIL E ARGENTINA: DIFERENTES TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS, DIFERENTES MOLDES DE SEGURANÇA?

LAURA FEIJÓ DE SOUZA¹;
CARLOS ARTUR GALLO³

¹*Universidade Federal de Pelotas – laurafeijo6@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – galloadv@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A redemocratização no Cone Sul não eliminou totalmente os traços autoritários, que seguem presentes nas políticas de segurança (Morlino, 2014). No Brasil, a transição ocorreu de forma pactuada, preservando a militarização da segurança pública na Constituição de 1988 (Gallo, 2022; Trindade, 2009). Já a Argentina passou por uma ruptura mais imediata, com o julgamento das Juntas em 1985 (Gallo, 2022), embora posteriormente leis tenham limitado tais avanços ao ampliar instrumentos de repressão (Cerruti, 2013).

Durante as ditaduras — Argentina (1976-1983) e Brasil (1964-1985) — as polícias foram centrais para sustentar os regimes, atuando tanto na repressão quanto na inteligência. Embora o papel das Forças Armadas tenha recebido mais atenção acadêmica, as polícias também foram atores políticos de peso nesse processo (Bauer, 2011; Policzer, 1998).

No Brasil, a centralização da segurança ocorreu em 1967, quando o Decreto-Lei nº 317 subordinou as polícias estaduais aos militares e fortaleceu a Polícia Militar em detrimento da Civil, processo aprofundado pelo Decreto-Lei nº 667/1969 (Guerra, 2016). A PM, antes restrita a funções de quartel, foi moldada pela lógica do “inimigo interno”, direcionando a violência contra a população, segundo Misse (Legado da ditadura..., 2025).

Na Argentina, a polícia também foi peça-chave, sobretudo por meio da Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA), que se destacou como aparato de vigilância e repressão. Atuava não só na perseguição à “subversão”, mas também como mediadora de conflitos sociais e legitimadora da violência estatal (Canosa, 2011).

Com a redemocratização, a Argentina restringiu o papel das Forças Armadas à defesa externa, afastando-as do policiamento, enquanto o Brasil manteve na Constituição de 1988 a função de Garantia da Lei e da Ordem, preservando a possibilidade de atuação militar interna. Apesar dessas diferenças, ambos os países vêm registrando nas últimas décadas uma crescente militarização das polícias locais (Giordano, 2024; Soares, 2019).

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é analisar como se dava a conduta policial durante os regimes autoritários do Brasil e da Argentina e investigar se os processos de transição democrática nos dois países influenciaram a configuração dos modelos de policiamento ostensivo das polícias estaduais (Brasil) e provinciais (Argentina) após os regimes autoritários.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota como método a revisão de literatura e a análise documental para investigar a atuação das polícias estaduais no Brasil e provinciais na Argentina, comparando os contextos autoritário (1960–1985) e democrático (1985–2024). O estudo examina tanto a repressão política e



o controle social durante as ditaduras quanto a organização do policiamento ostensivo após a redemocratização.

Em primeiro momento, será realizada uma revisão narrativa da produção acadêmica disponível em bases como CAPES, SciELO e Plataforma Sucupira, com foco em temas como redemocratização, segurança pública, justiça de transição e heranças autoritárias. Em seguida, a análise documental recorrerá a fontes primárias: no Brasil, ao Arquivo Nacional, com destaque para denúncias e reportagens sobre repressão (1960–1980). Na Argentina, será realizada a pesquisa no Archivo Nacional de la Memoria e ao Arquivo Provincial de Córdoba, identificando menções às polícias provinciais em operações e prisões.

Para o período democrático, serão consultados relatórios de observatórios de segurança, como o Centro de Estudios Legales e Sociales (CELS), na Argentina, e o Anuário da Violência, no Brasil, permitindo avaliar a atuação policial e os padrões de violência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as ditaduras do Cone Sul, incluindo o Brasil, as polícias atuaram como pilares repressivos ao lado das Forças Armadas (Bauer, 2012). A partir de 1967, medidas legais centralizaram a segurança pública sob comando militar, subordinando as polícias estaduais (Decreto-Lei nº 317/1967). Dois anos depois, o Decreto-Lei nº 667/1969 ampliou o papel das polícias militares, transformando-as em forças ostensivas e repressivas, de acordo com Misse (Legado da ditadura..., 2025). Esse processo consolidou a militarização e afastou as polícias da sociedade, voltando sua missão para a defesa do Estado contra o “inimigo interno” (Soares, 2016).

Até o momento, foram examinados nove documentos do SIAN, com 100 a 300 páginas cada, que registram abusos policiais em São Paulo (SP) e Santa Catarina (SC). Esses materiais incluem recortes de jornais, manifestos estudantis, cartas-denúncia e relatos de violência institucional, destacando repressão contra sindicatos, greves e protestos estudantis. Os dados revelam práticas como espancamentos, invasões domiciliares e o uso de metralhadoras contra estudantes, confirmando análises anteriores (Legado da ditadura..., 2025; Soares, 2016). Em SC, sete dos nove documentos apontam a atuação sistemática da repressão, frequentemente associada a interesses econômicos.

A investigação também mostra que a ditadura consolidou a separação entre carreiras policiais civis e militares, divisão ainda presente. A investigação ficou sob responsabilidade da polícia civil, enquanto o policiamento ostensivo, marcado pela repressão, foi delegado às polícias militares. Esse arranjo reforça a militarização, inclusive de órgãos civis (Soares, 2019). A persistência dessa lógica explica, em parte, a elevada letalidade policial no Brasil: entre 2013 e 2023, mortes por intervenção policial cresceram quase 190% (Pitta, 2024), enquanto policiais militares seguem entre as principais vítimas de confrontos, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2024).

Assim, os achados apontam para legados autoritários da ditadura na segurança pública. Mesmo após a redemocratização, o controle civil permanece frágil, reformas estruturais não avançaram, e práticas violentas continuam normalizadas. O paradigma do “inimigo interno” resiste no período democrático, revelando que o Estado de direito não foi suficiente para romper com a herança repressiva (Souza; Serra, 2020).



4. CONCLUSÕES

O regime militar instaurou um modelo de polícia centralizado e altamente militarizado, distante da população e voltado principalmente à defesa do Estado e à repressão de movimentos classificados como subversivos. Esse modelo se caracterizou por práticas sistemáticas de violência, como espancamentos, invasões de residências e uso de armamento letal, particularmente em estados como São Paulo e Santa Catarina, muitas vezes alinhadas a interesses econômicos. Mesmo após o processo de redemocratização, os vestígios autoritários permanecem na estrutura e nas condutas policiais, refletidos no aumento das mortes decorrentes de intervenções policiais entre 2013 e 2023, na manutenção da militarização das corporações e na persistência da lógica de combate ao “inimigo interno”, indicando que o controle civil sobre a segurança pública ainda é frágil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, C. S. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul /Universitat de Barcelona, Porto Alegre/Barcelona, 2011. Disponível em: https://tesis.museodelamemoria.cl/Tesis_PDF/tesis%20silveira%20bauer.pdf Acesso em: 11 ago. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024.** São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0> Acesso em: 19 ago. 2025.

GALLO, C. A. A justiça das transições: uma proposta de análise para Portugal, Espanha, Argentina e Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 38, p. 1-31, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3B7Cf4QRRWSyzYzTXWPqRyt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 ago. 2025.

GUERRA, M. P. **Polícia e ditadura: a arquitetura institucional da segurança pública de 1946 a 1988.** Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

LEGADO da ditadura que faz 61 anos vai da militarização das PMs à devastação da educação pública. SINTUFRJ, 31 mar. 2025. Disponível em: <https://sintufrj.org.br/2025/03/legado-da-ditadura-que-faz-61-anos-vai-da-militarizacao-das-pms-a-devastacao-da-educacao-publica/> Acesso em: 11 ago. 2025.

MORLINO, L. Legados autoritários, políticas do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul. In: PINTO, A. C.; MARTINHO, F. C. P. **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PINTO, A. C. Transições democráticas e justiça de transição na Europa do Sul. Perspectivas comparadas. In: ARAUJO, M. P.; FICO, C.; GRIN, M. (Orgs.). **Violência na História: memória, trauma e reparação.** Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



PITTA, I. Letalidade policial sobe quase 190% em uma década, diz Anuário de Segurança. CNN, 18 jul. 2024.

Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/letalidade-policial-sobe-quase-190-em-uma-decada-diz-anu-a-rio-de-seguranca/> Acesso em: 29 ago. 2025.

SOARES, L. E. Prefácio. In: GUERRA, M. P. **Polícia e ditadura**: a arquitetura institucional da segurança pública de 1946 a 1988. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

SOUZA, L. A. F.; SERRA, C. A. Quando o Estado de exceção se torna permanente Reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 205-227. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/fH5MCbHjVrKPc6ScHMwNvNz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 ago. 2025.

TRINDADE, F. A. G. da. Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. In: BACKES, A. L.; AZEVEDO, D. B.; ARAÚJO, J. C. (Orgs.). **Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte**: a sociedade na tribuna. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. p. 262-282.



EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE MEMÓRIA, CURRÍCULO E AUTORITARISMO

ALINE SOARES ARAUJO¹

¹*Universidade Federal de Pelotas – alines.araujok@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A convergência entre memória, educação e política pode constituir um campo central para compreender atuais entraves da democracia brasileira. A maneira como o Estado e suas instituições lidam com o passado autoritário pode revelar não apenas disputas em torno da história recente, mas também os limites das políticas de memória no país, e como essa questão perpassa o contemporâneo.

À vista disso, sabe-se que golpe civil-militar de 1964 advém de um contexto de Guerra Fria, no qual o temor da expansão comunista na América Latina justificou, para os setores conservadores e para as elites militares, a tomada do poder e a subsequente instalação de um regime autoritário. No interior desse projeto, a educação ocupou um papel estratégico na formação de uma cultura política alinhada à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), base ideológica que orientou e institucionalizou os regimes militares latino-americanos (Gallo, 2012). Como ressalta Martins (2014), a repressão aos movimentos estudantis e a reformulação curricular foram dois pilares fundamentais dessa política educacional autoritária. Nesse cenário, o currículo escolar funcionou como instrumento de formação de subjetividades, produção de identidades e reprodução de relações de poder (Silva, 1999).

Posto isso, é nesse marco que se insere a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC). De acordo com o Decreto-Lei nº 869/1969, a disciplina foi instituída com o objetivo de formar cidadãos dentro de um modelo pautado na valorização da moral tradicional, da religiosidade, da obediência à lei, do culto à pátria e à sua história, bem como da preparação do indivíduo para o exercício de atividades cívicas centradas na ordem, no patriotismo e na integração comunitária. A proposta curricular da EMC visava à construção de uma identidade nacional coesa e disciplinada, ancorada em princípios éticos considerados fundamentais para a manutenção da unidade e da estabilidade do país (Brasil, 1969).

Assim, a EMC operava como mecanismo de doutrinação ideológica, substituindo debates sociais por valores morais e cívicos, e contribuindo para a despolitização da escola pública. Embora tenha sido extinta pela Lei nº 8.663, de 1993 - apenas após a redemocratização - torna-se imprescindível problematizar a sua presença silenciosa, que ainda parece permear a educação brasileira. A ausência de responsabilização institucional sobre o uso da educação como ferramenta de controle pode ter contribuído para um cenário de apagamento e continuidade, um processo que, conforme Teles e Quinalha (2020), caracteriza as transições democráticas sem ruptura, como foi o caso brasileiro.

Esse silêncio institucional pode ter possibilitado o retorno de discursos que resgatam a lógica moralizante e disciplinadora da EMC. Logo, a partir da ascensão de projetos políticos de viés conservador, especialmente no governo Jair Bolsonaro em 2018, o discurso de combate à doutrinação ideológica com viés progressista nas escolas ganhou potência, associado à valorização da ordem e da disciplina. Como apontam Amaral e Castro (2020), esse movimento culminou na institucionalização do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e da Subsecretaria



de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SECIM), por meio dos Decretos nº 9.465 e nº 10.004 de 2019.

Neste contexto, este artigo propõe apresentar uma análise inicial, de uma pesquisa a ser desenvolvida, da Educação Moral e Cívica como possível legado autoritário da ditadura militar, refletindo sobre sua revalorização no debate educacional contemporâneo e sobre os riscos que isso representa para a construção de uma educação democrática.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa, ainda em fase inicial de desenvolvimento, integra o projeto de dissertação de mestrado e propõe uma abordagem qualitativa de natureza histórico-documental. O foco recai sobre a análise de documentos oficiais e políticas públicas vinculadas à memória da educação durante e após a ditadura militar brasileira, incluindo também proposições legislativas que retomam a pauta das escolas cívico-militares.

Até o momento, foram realizados levantamentos preliminares de marcos legais centrais para a temática, como o Decreto-Lei nº 869/1969, a Lei nº 8.663/1993, os Decretos nº 9.465 e nº 10.004 de 2019, além do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), com foco nas recomendações ligadas ao âmbito educacional. A etapa analítica encontra-se em construção e será aprofundada ao longo do processo de pesquisa. Teoricamente, o trabalho se apoia em três eixos principais: o currículo como campo de disputa ideológica (Silva, 1999), transição democrática e políticas de memória (Teles e Quinalha, 2020; Gallo, 2022) e a persistência de práticas autoritárias na cultura política contemporânea (Morlino, 2013).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos legais que instituem o PECIM revela forte aproximação com os princípios da antiga EMC. A retórica presente nos decretos e nos discursos políticos que os acompanham articula-se em torno da moralização da juventude, da restauração da disciplina e da valorização do civismo, características centrais da EMC durante a ditadura. O modelo das escolas cívico-militares representa uma política educacional que se ancora em valores conservadores, utilizando-se da estrutura da escola pública, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, para promover uma ordem hierárquica e disciplinar que remete à lógica autoritária. A atuação de militares na gestão escolar, bem como a ênfase em uniformes, hinos e valores morais, reforça a ideia de que a escola deve formar sujeitos obedientes e padronizados, o que vai contra aos princípios de uma educação democrática e emancipadora.

Apesar de ter ganhado notoriedade a partir dos Decretos nº 9.465 e nº 10.004 de 2019, desde 2007 projetos de lei já defendiam sua reintrodução no currículo, com ao menos sete iniciativas tramitando entre 2011 e 2019 (Amaral; Castro, 2020). A retomada da EMC não deve ser considerada neutra: ela carrega os traços de um projeto de poder que instrumentalizou a educação para fins ideológicos durante a ditadura militar, reforçando uma visão autoritária do papel da escola na sociedade.

Sob a perspectiva das políticas de memória - entendidas como as medidas práticas adotadas pelo Estado para reconhecer e reparar experiências traumáticas vividas sob regimes autoritários (Gallo, 2022) - pode-se observar uma lacuna relevante no que se refere às ações voltadas ao currículo escolar, especialmente quanto ao papel da Educação Moral e Cívica na legitimação do autoritarismo." A Comissão Nacional da Verdade (CNV), por exemplo, embora amplamente significativa socialmente e politicamente, concentrou suas recomendações curriculares no ensino



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



das academias militares - especialmente na Recomendação nº 6 de seu relatório final -, e mesmo assim, como observa Caroline Bauer (2024), sua implementação foi apenas parcial. Embora a Recomendação nº 16 mencione a importância de promover valores democráticos na educação básica, esse esforço encontra obstáculos práticos, já que os docentes ainda enfrentam resistência social e são frequentemente acusados de doutrinação ideológica (Bauer, 2024). Essa negligência relacionada ao currículo escolar básico pode ser lida e problematizada como falha institucional, pois o Estado brasileiro não reconheceu diretamente os mecanismos pedagógicos utilizados para manter e fortalecer a ditadura militar.

Conforme argumentam O'Donnell e Schmitter (1988), quando os processos de transição democrática são conduzidos sob a influência ou controle das próprias elites autoritárias, torna-se ainda mais difícil promover rupturas efetivas com os marcos do regime anterior. Nessa perspectiva, os chamados legados autoritários - que podem ser de natureza institucional, jurídica ou cultural - tendem a se prolongar no tempo, afetando tanto o funcionamento das instituições estatais, quanto a formação da cultura política nas sociedades pós-ditatoriais (Morlino, 2013). Logo, a reatualização dos princípios da antiga disciplina, ainda que sob nova roupagem, pode revelar um processo mais profundo de continuidade histórica e institucional, sustentando uma cultura escolar marcada pela resistência à democratização e pela permanência dos legados autoritários no campo educacional.

Por fim, ao articular escola, currículo e memória como dimensões políticas, a pesquisa pretende analisar a Educação Moral e Cívica como expressão dos mecanismos que podem perpetuar simbolicamente o autoritarismo no Brasil.

4. CONCLUSÕES

A investigação ressalta que a ausência de políticas de memória voltadas ao currículo escolar durante a transição democrática pode ter contribuído para a revalorização simbólica da Educação Moral e Cívica no contexto atual, com a militarização da educação pública.

A retomada de seus princípios, por meio de iniciativas como as escolas cívico-militares, demonstra que o legado da ditadura militar ainda ressoa no campo educacional brasileiro. A educação, nesse sentido, continua sendo um espaço de disputa ideológica, e seu uso político pode reforçar projetos autoritários caso não seja acompanhado de políticas comprometidas com a verdade, a memória e a formação democrática.

Destaca-se, no entanto, que esta é uma pesquisa em andamento, que será aprofundada no decorrer da investigação de mestrado. Pretende-se avançar na análise documental, ampliar o levantamento de políticas públicas relacionadas à memória da educação e fortalecer o debate teórico a partir dos marcos da justiça de transição, dos estudos sobre currículo e da literatura crítica sobre os legados autoritários.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Daniela Patti do; CASTRO, Marcela Moraes de. **Educação moral e cívica: a retomada da obrigatoriedade pela agenda conservadora**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 50, n. 178, p. 1078-1096, out./dez. 2020.

BAUER, Carolina Silveira. Uma Comissão da Verdade não é um ponto final: os 10 anos da entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade. In: QUADRAT, Samantha (org.). **60 ANOS DO GOLPE: história, memória e novas abordagens da ditadura no Brasil**. 2024.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília, 1969. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 set. 2025

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.663, de 14 de junho de 1993**. Revoga o Decreto-Lei n. 869, de 1969 e dá outras diretrizes. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8663.html. Acesso em: 16 set. 2025

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.html. Acesso em: 16 set. 2025

GALLO, Carlos Artur. **A justiça das transições: uma proposta de análise para Portugal, Espanha, Argentina e Brasil**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 38, p. 1-31, 2022.

GALLO, Carlos Artur. **Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça: um estudo sobre o trabalho da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORLINO, Leonardo. Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **O passado que não passa: A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 261-294.

MARTINS, Maria do Carmo. **Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer**. Educação e Ditaduras na Ibero-América. Educ. rev. (51), mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/7yMGWJjk4j7Fr3LLjdjWHDR/>. Acesso em: 15 maio 2025.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



AS FACULDADES DE PELOTAS NA MIRA DO REGIME MILITAR: REPRESSÃO, MONITORAMENTO E EXPURGOS (1964 E 1969)

NÁDIA COELHO KENDZERSKI¹

¹*Universidade Federal de Pelotas 1 – nadiakendzerski@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Durante o regime militar, o ambiente universitário foi palco de disputas políticas complexas. Para conter o “perigo comunista”, foram criados mecanismos de controle dentro das universidades com o intuito de promover uma “limpeza”. Podemos encontrar estudos sobre a vigilância e a repressão nas universidades durante a ditadura civil-empresarial-militar nos trabalhos de Mansan (2009), Motta (2014), Laux (2015), Fernandes (2021), entre outros. No entanto, trabalhos que trazem essa temática tendo como foco as Faculdades de Pelotas parece ser incipiente. As Faculdades de Direito e Odontologia, à época, estavam vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) até agosto de 1969, quando foi fundada a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e as incorporou juntamente com outros estabelecimentos de ensino superior, como a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel que pertencia a Universidade Rural do Sul (URS) (Loner, 1994). Já nos primeiros meses do governo ditatorial essas Faculdades tiveram membros de sua congregação vigiados, presos e alguns proibidos de exercer suas funções.

A criação de Comissões de Investigação Sumárias (CEIS) logo após o golpe de 1964 serviu para expurgar trabalhadores mediante um julgamento cujas condenações careciam de provas concretas (Mansan, 2009). Vários expurgos foram efetuados com base no AI-1 e atingiram dois professores da Faculdade de Direito de Pelotas. Em 1969 uma nova onda de expurgos foi realizada através da Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação (CISMEC), desta vez sendo fundamentado pelo AI-5 e trouxe consequências para mais dois professores que lecionaram nas Faculdades de Pelotas (Direito e Agronomia). Posteriormente, em 1971, foram criadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), - em 1975 passou a ser designada apenas de Assessoria de Segurança e Informação (ASI) - braço do sistema repressivo militar dentro das instituições de ensino superior, vinculadas ao Serviço Nacional de Informações (SNI), as quais repassavam relatórios sobre professores, estudantes e funcionários suspeitos de atividades políticas contrárias ao governo.

De acordo com Motta (2014), a institucionalização do golpe iniciou seu processo nos órgãos estudantis e logo se estendeu para toda comunidade acadêmica. Embora nenhum aluno dessas Faculdades tenha sido punido com expulsão pela CEIS, o número de estudantes presos e vigiados foi superior ao de professores. A contratação de funcionários e professores seguiu passando pelo rigoroso controle da ASI até 1979 e, depois, pela Assessoria Especial da Reitoria (AER), a qual possuía o mesmo fim. Sendo assim, o presente trabalho visa discutir, porém sem esgotar o tema, sobre os mecanismos de repressão, vigilância e monitoramento os quais sofreu a comunidade acadêmica das Faculdades de Pelotas vinculadas à UFRGS e a URS através de documentos produzidos pela “Comunidade de Informações” e relatório da Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS no ano de 1964 e seus desdobramentos que acarretaram em novos expurgos pela CISMEC de 1969.



2. METODOLOGIA

A pesquisa encontra-se na fase final. Para sua realização está sendo utilizada a metodologia de análise documental de fontes primárias através de atas, correspondências, relatórios e ofícios produzidos pelas Faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas, bem como a análise de dossiês e fichas individuais de docentes e discentes elaborados pela Divisão de Segurança e Informação do MEC (DSI/MEC) disponíveis online no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), emitidos pela ASI/UFPel e pelo Sistema Nacional de Informações (SNI). Também foram consultadas algumas edições do jornal da cidade de Pelotas, *Diário Popular* (1964-1979). A documentação sobre a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel ainda não foi examinada em sua totalidade.

Já para a análise das entrevistas concedidas por professores, alunos e trabalhadores dessas Faculdades que viriam a formar, em agosto de 1969, a Universidade Federal de Pelotas está sendo aplicada a metodologia de História Oral com base nos estudos de Verena Alberti (2013); Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (2006), entre outros. Tais entrevistas estão disponíveis no Núcleo de Documentação Histórica Prof. Beatriz Ana Loner (NDH-UFPel). Ademais, está sendo feito um estudo de revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos como teses e dissertações que versam sobre o tema: ditadura, repressão, expurgos, documentos sigilosos e vigilância no ambiente universitário.

Após reunir este material, selecionar e analisar a documentação mencionada o objetivo será produzir artigos sobre os impactos da repressão e vigilância dentro das Faculdades de Pelotas durante o regime de exceção. O foco do trabalho terá como recorte os anos anteriores a criação da UFPel, mas também o momento em que esta instituição passou a ter uma ASI em funcionamento (anos 1970) com o intuito de monitorar a comunidade acadêmica e repassar aos órgãos de vigilância do governo ditatorial informações consideradas suspeitas de subversão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento foram encontrados registros de prisão de três alunos da Faculdade de Odontologia e um da Faculdade de Direito logo após o golpe. Todos foram detidos no 9º Regimento de Infantaria para averiguação de possíveis práticas de atos subversivos. Além disso, há fichas informativas sobre atividades de professores e alunos acusando-os de comunistas e contrários ao “Movimento de 1964”. A maioria desses documentos foram produzidos pela DSI/MEC e SNI. No entanto, trabalhamos com a hipótese de que a UFPel provavelmente já possuísse uma “assessoria” própria antes mesmo da criação da ASI em 1971 e que órgão de vigilância passou a produzir dossiês sobre as atividades dos membros da comunidade acadêmica visada pelos militares. Infelizmente, pouquíssimos documentos produzidos pela ASI ou sobre ela foram encontrados na UFPel. O desaparecimento dessa documentação não se trata de um fato accidental, pois sua destruição foi certamente intencional, visto que eram materiais com conteúdos comprometedores.

Através da revisão bibliográfica e dos documentos consultados constatou-se que quando os agentes da informação queriam acusar alguém de “subversivo”, “agitador” ou “comunista”, bastava afirmar que o indivíduo era, mesmo que não houvesse qualquer tipo de prova que o incriminasse. Esses agentes interpretavam a seu modo as atividades daqueles que faziam oposição ao regime, isto é, uma simples pichação poderia conter ameaças à “segurança nacional” ou um militante de esquerda fazer uma visita a um professor universitário poderia significar um passo para a “escalada do movimento comunista internacional”. Como sugere o historiador Carlos Fico (2019), essas alegações peculiares, podem ser chamadas de “técnicas de suspeição” e foi a forma encontrada pelos militares para “provar” que alguém era culpado de subversão. Sabe-se, também, que dentro



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



das Faculdades havia os alunos “turistas”. Eram estudantes matriculados, alguns com identidade oculta que passavam um tempo frequentando as aulas e depois de algum tempo desapareciam. Na realidade poderiam ser agentes infiltrados da polícia (talvez do SNI) ou civis para vigiar e colher informações sobre estudantes e professores.

Outra medida para promover ideologias de controle social, doutrinação e legitimação do poder militar dentro do ambiente universitário foi a criação de disciplinas dedicadas a ensinar sobre a moral e o civismo, como foi o caso da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Na UFPel, além de professores civis, a EPB foi ministrada pelo chefe da ASI, General Edison Vignoli. Dessa forma a ditadura buscou remodelar a educação como instrumento de “ordem, eficiência e anticomunismo” (Gonçalves; Bornatto, 2020). Constatou-se que as denúncias feitas pela CEIS em 1964 contra professores, funcionários e alunos, de forma genérica, acusavam de comunista qualquer um que fosse contrário ao regime, mesmo que o indivíduo fosse apenas um opositor da ditadura ou com ideias mais à esquerda. Obviamente, isso não implica aceitar o argumento que eles haviam praticado algum crime ou que seu afastamento fosse legal. Os expurgos de docentes foram resultado da delação e conivência dos próprios colegas, alguns a fim de demonstrar uma colaboração com os militares por seu alinhamento ideológico; outros, talvez, motivados pelo medo ou pela busca de prestígio pessoal acabaram concordando com as punições. Na maioria dos casos, sem provas consistentes, esses “juízes” continuaram enxergando o perigo comunista (ou “perigo vermelho”) como algo a ser combatido e neutralizado dentro da universidade. Colegas e estudantes acabaram sendo incluídos nesse imaginário como “inimigos internos”, uma representação criada pelos militares para legitimar as violações praticadas em nome da segurança nacional.

Com base no AI-1 e no relatório do assessor militar da CEIS, Jorge Garrastazu Teixeira, apresentado ao ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda, em agosto de 1964, foram expurgados quatorze docentes, sendo dois da Faculdade de Direito de Pelotas. Trata-se de Ápio Cláudio de Lima Antunes, contratado para lecionar a disciplina de Direito Internacional Privado e Hugolino de Andrade Uflacker, professor Catedrático, responsável pela cadeira de Direito Penal 1. O primeiro foi dispensado da instituição e o segundo aposentado, com vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço. Além de professor, Hugolino era juiz de direito e também teve sua aposentadoria compulsória decretada em 1964, sendo duplamente cassado pela ditadura. Nenhum aluno das Faculdades de Pelotas foi punido com expulsão, mas alguns seguiram sendo vigiados, monitorados e proibidos de assumirem cargos em direção dos Diretórios Acadêmicos (DA) ou Centros Acadêmicos (CA). Alunos e professores próximos a Ápio Claudio e Hugolino também foram investigados por possíveis atos subversivos. Alguns docentes citados no relatório da CEIS que tiveram seus casos arquivados em 1964 acabaram sendo expulsos em 1969 pela CISMEC, a qual veio para completar o conjunto de órgãos responsáveis pelo controle político-ideológico do setor educacional e cultural (Laux, 2015). Foi o caso de José Pio de Lima Antunes, irmão de Ápio, professor das Faculdades de Agronomia Eliseu Maciel e de Direito de Pelotas e do professor e engenheiro agrônomo Manoel Alves de Oliveira. Conforme documentação encontrada, com exceção de Hugolino e José Pio (falecido em 1971), os outros dois professores puderam voltar a lecionar na UFPel após a lei de Anistia, de 1979.

4. CONCLUSÕES

Enquanto vigorou a ditadura civil-militar no Brasil, inúmeras estratégias foram utilizadas para a vigilância e controle dentro das universidades. Para os militares a principal ameaça à segurança nacional era o comunismo. Boa parte das políticas adotadas pela ditadura tinham o anticomunismo como tema central. Combater essa ideologia fazia parte do imaginário perigoso que



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



ela representava à população e julgava como influentes os jovens universitários e seus professores. Alguns grupos aceitaram, por convicção ou conveniência, orientações do regime: extinguir dos quadros da universidade qualquer indivíduo que tivesse ligações com o comunismo.

Nas universidades foram criadas as AESI, depois ASI, que vigiavam a comunidade acadêmica de perto, produziam relatórios e enviavam aos órgãos superiores sobre possíveis atos subversivos. Essas Assessorias geraram insegurança e medo dentro das universidades, o que também certamente provocou o cerceamento e a limitação do debate político, que resultou no enfraquecimento das condições de produção e reprodução do conhecimento durante este período. Antes da criação desses órgãos de vigilância, para punir, criaram as Comissões Especiais de Investigação Sumária. O resultado gerado pela CEIS e pela CISMEC impactou profundamente a comunidade acadêmica e teve consequências para quatro professores da Faculdade das Faculdades de Pelotas que acabaram sendo desligados de seus cargos. Os alunos dessas Faculdades, embora não tenham sido expulsos, também sofreram com o monitoramento e perseguição e ficaram impedidos de ocuparem cargos de liderança. A educação e o ambiente da universidade, no período estudado, foi simultaneamente ferramenta do poder e terreno de contestação, vigilância e punição.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

AMADO, J; FERREIRA, M. de M.. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório do assessor militar**. Porto Alegre, 04/08/1964. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/83006986/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_83006986_d0001de0002.pdf Acesso em: 29 ago. 2025.

FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: **O Brasil republicano. O tempo do regime autoritário (Vol. 4): Ditadura militar e redemocratização - Quarta República**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERNANDES, L. W. **Sob a mira da inteligência: os registros do Serviço Nacional de Informações sobre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1964-1985)**. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, Porto Alegre, 2021.

LAUX, P. N. **A Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação e Cultura nas fontes do acervo particular de Tarso Dutra (1969)**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, 2015.

LONER, B. A. Reconstrução da Memória da UFPel. **História em Revista**. Pelotas, n. 1, p. 7-20. Set./1994.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MANSAN, J. V. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969)**. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS, Porto Alegre, 2009.



GT 6: iniciação Científica

ELEIÇÕES INDIRETAS PARA O PODER EXECUTIVO ESTADUAL DE 1994 À 2022: ANÁLISE DE PROCEDIMENTOS E REGRAMENTO DE PLEITO

MILENA PEDRA DRAWANZ¹; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹UFPEL – drawanzmilena21@gmail.com

²UFPEL – albarret.sul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo relatar minha experiência pesquisando os processos de eleição indireta que ocorreram em estados brasileiros, desde o ano de 1994 até o ano de 2022, assim dando continuidade a pesquisas feitas na área da Ciência Política na UFPEL, sob orientação do Professor Alvaro Augusto de Borba Barreto. Tais processos sempre estiveram presentes ao longo da história política do nosso país, na qual o recurso às eleições indiretas foi utilizado em diversos momentos. Entretanto, a partir da publicação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as eleições passaram a ser diretas e o poder político passou a ser exercido pelo povo e por representantes eleitos, mas as eleições indiretas ainda se fazem presentes em situações excepcionais (BARRETO, 2022). Sendo assim, minha pesquisa tem como foco sete processos de eleição indireta que ocorreram em seis estados brasileiros, sendo eles: Bahia (1994), Ceará (1994), Goiás (1998), Tocantins (2009 e 2014), Distrito Federal (2010) e Alagoas (2022).

As eleições indiretas estão previstas no ordenamento jurídico nacional e ocorrem quando há dupla vacância do cargo em determinado tempo restante do mandato. A dupla vacância é a ausência definitiva e concomitante do Chefe do Executivo e de seu vice, sendo ocasionada principalmente por cassação, morte ou renúncia, dentre outras motivações. Contudo, para cada cargo do Executivo esse tempo restante de mandato difere, segundo a legislação, pois para a Presidência da República o que determina esse período é a CF 1988, enquanto para governador e prefeito há duas possibilidades:

[...] Na primeira, a Lei Orgânica Municipal (LOM) ou a Constituição Estadual – o principal ordenamento jurídico do respectivo ente federativo – traz previsão específica, sendo que ela pode simplesmente reproduzir aquela estabelecida para a Presidência na CF 1988 ou fixar um tempo restante de mandato menor (não é permitida que ela seja prevista quando há mais de dois anos a cumprir). [...] Na segunda, há previsão específica na Lei 13.165/2015 – que acrescentou o § 4º ao art. 224 do Código Eleitoral (Lei 4.737/1965) – de que a eleição indireta só pode ocorrer se restar menos de seis meses de mandato, se a necessidade tiver motivação eleitoral (SOUZA, 2021, p. 4).

Portanto, se a causa da dupla vacância for não eleitoral a eleição indireta só irá ser realizada restante, no mínimo, dois anos de mandato, porém se a causa for eleitoral, o processo só será realizado de maneira indireta caso restem menos de seis meses de mandato a serem cumpridos (SOUZA, 2021).

Outra característica específica das eleições indiretas no Brasil, ao serem comparadas a processos de eleições diretas, é a descentralização do processo, já que a formulação e gestão varia, e não é realizada pela Justiça Eleitoral. A governança eleitoral da eleição indireta é entregue ao respectivo órgão legislativo, sendo eles o Congresso Nacional, no caso do presidente; a Assembleia Legislativa, no caso do governador e a Câmara de Vereadores, no caso do prefeito, fazendo com que cada processo eleitoral possa conter determinações diferentes, já que regras procedimentais e práticas de gestão diversas podem ser estabelecidas pelos formuladores do *rule making* das eleições, ainda que haja algumas determinações constitucionais a serem por todos seguidas.



Considerando todos os pontos levantados, o objetivo desta pesquisa é entender quais regras e procedimentos foram adotados nas eleições indiretas ocorridas nestes estados, ou seja, entender quais as exigências para a inscrição de candidaturas, quais as regras estabelecidas para as campanhas e quais são as variáveis que afetam o processo e o resultado.

2. METODOLOGIA

O processo de desenvolvimento, coleta e análise dos dados da pesquisa se dará de maneira qualitativa e descritiva, pois não há um banco de dados disponível em que tais informações estejam sistematizadas. Assim, para dar início ao processo torna-se necessária a utilização de mecanismos de pesquisa eletrônicos que possam auxiliar na identificação dos processos de eleição indireta, de maneira que, após tal identificação, possa dar-se início a coleta de dados sobre cada um dos pleitos realizados.

Para ter acesso a documentação necessária para o estudo destes casos é preciso buscá-la nos sites das Assembléias Legislativas e verificar sua disponibilidade. Caso estes documentos não estejam disponíveis, deve-se entrar em contato com a casa legislativa através da ouvidoria pública, e-mail e telefone, solicitando o envio desta documentação. Busca-se analisar documentos como atas, editais, pareceres, atos da presidência da mesa, documentos de inscrição e impugnação de candidaturas, requerimentos judiciais que envolvem o processo da eleição, etc.

Sendo assim, torna-se necessária a sistematização de dados como o motivo da dupla vacância, o que está previsto na Constituição Estadual em relação ao processo de eleições indiretas, o regramento do pleito, trâmites judiciais, o registro de candidaturas, os requerimentos de impugnação, possíveis desistências, os partidos aos quais os candidatos pertencem e, por fim, o resultado das eleições.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente a pesquisa encontra-se em fase inicial, tendo sido realizado apenas levantamento dos dados do processo de eleição indireta realizado no estado de Alagoas no ano de 2022. Pretende-se realizar a coleta de dados dos outros estados seguindo os anos em que cada processo se deu, a partir do caso mais recente até chegar ao mais antigo.

Em relação ao processo eleitoral que se deu no estado de Alagoas, pode-se ressaltar algumas ocorrências, como a necessidade do envolvimento do Supremo Tribunal Federal (STF) por conta de trâmites que tinham como objetivo impedir a continuidade do processo das eleições indiretas, devido a possíveis irregularidades apontadas na maneira como estavam previstas as inscrições de candidaturas no edital de convocação das eleições feito pela mesa diretora da Assembleia Legislativa. Inicialmente, as inscrições de candidaturas iriam ser feitas de maneira separada, sendo que aqueles que desejavam concorrer ao cargo de governador ou a vice-governador se candidataram a ele, ou seja, a eleição não se daria através de chapas únicas e indivisíveis. Além disso, o edital previa a possibilidade de votação por maioria simples de votos. Assim, o Partido Socialista Brasileiro de Alagoas (PSB-AL) enviou um pedido ao Superior tribunal Regional (STJ) baseado nos argumentos de que a eleição indireta, convocada com base na Lei Estadual nº 8.576/2022, era ilegal e inconstitucional.

Tal pedido se baseava nas seguintes reivindicações: a divisão das chapas; a questão da maioria simples, alegando que a Constituição Federal de 1988 exige maioria absoluta para eleições do executivo; o estabelecimento do voto aberto – que o partido alegava que violaria o livre exercício do sufrágio; e, por fim, o cerceamento de defesa, alegando que a lei e o edital de



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



convocação seriam omissos quanto aos prazos e meios de defesa para os candidatos em caso de impugnação, ferindo o devido processo legal. O STF então classificou o pedido do PSB-AL como “não conhecido”, pois recusou-se a analisar o caso por conta de impedimentos legais, já que cabe ao STF a análise de questões constitucionais, sendo que o partido pontuou que a inconstitucionalidade era a base de seu pedido. Assim, o PSB-AL ingressou simultaneamente com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no STF e pediu uma medida cautelar para paralisar a eleição até que o mérito da ADPF fosse julgado.

Desta forma, coube ao Ministro Gilmar Mendes analisar o caso no STF, que se baseou na jurisprudência consolidada no STF sobre o tema, que leva em consideração a autonomia dos estados para legislar sobre as eleições indiretas, já que não existe a obrigação de seguir o modelo previsto na Constituição Federal de 1988. Entretanto, esta autonomia não é absoluta, pois esbarra em princípios constitucionais fundamentais que se aplicam a qualquer mandato eletivo, independentemente de como se deu a eleição. Tais limites são: as condições de elegibilidade e inelegibilidade do art. 14 da CF; o princípio eletivo (o cargo deve ser preenchido por eleição, não por nomeação) e o princípio da indivisibilidade da chapa para cargos majoritários do Executivo, que é inerente ao modelo de governo. Assim, a decisão do Ministro promoveu um equilíbrio entre a autonomia do estado de Alagoas em gerir o processo de eleição indireta através da Assembleia Legislativa, mas impôs limites para garantir que o processo respeitasse a estrutura básica da democracia brasileira ao definir a obrigatoriedade da chapa única e indivisível, além do cumprimento das regras referentes aos critérios de inelegibilidade previstos na carta constituinte.

Portanto, após a decisão do Ministro, a eleição indireta pode ser continuada, mas com algumas mudanças no que se refere ao regramento do pleito, sendo elas a obrigatoriedade da inscrição através de chapas únicas e indivisíveis e a delimitação dos requisitos para inscrição de candidaturas – tais requisitos consistiam na necessidade de ter nacionalidade brasileira, ter pleno exercício dos direitos políticos, não incidir em qualquer caso de inelegibilidade previsto no art. 14 da Constituição Federal e na Lei Complementar 64/1990, possuir alistamento eleitoral, domicílio eleitoral no estado de Alagoas, filiação partidária e idade mínima de 30 anos. Entretanto, coube a Assembleia Legislativa de Alagoas definir questões como quórum da eleição, sistema de votação, a maneira que seriam analisados os requerimentos de impugnação e a organização da Sessão Extraordinária em que se daria a eleição. Desta maneira, ficou decidido que a eleição se daria através de voto nominal e aberto e os requerimentos de impugnação seriam analisados na sessão em que seria realizada a eleição.

4. CONCLUSÕES

Entendo que a pesquisa desenvolvida busca inovar através do estudo de processos eleitorais que, embora não sejam via de regra no sistema brasileiro, ainda ocorrem esporadicamente, tornando necessária a sistematização dos dados que envolvem estes processos de eleições indiretas e que não se encontram disponíveis em bancos, buscando facilitar o seu estudo.

É de extrema importância para a área da Ciência Política que os nossos estudos sejam capazes de compreender a totalidade das eleições no Brasil, sejam elas diretas, suplementares ou indiretas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, A. A. B. Eleições indiretas no atual ordenamento jurídico nacional - contradições, excepcionalidades e incertezas. **Revista de Informação Legislativa**, v. 59, p. 135-162, 2022.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/59/233/ril_v59_n233_p135. Acesso em: 2 jun. 2025.

SOUZA, J. R. **Governança eleitoral e competição política nas eleições indiretas para o Poder Executivo subnacional no Brasil (2008-2021)**. 2021. Projeto de Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Comunicação ALE. **Democrática e Constitucional: Assembleia realiza eleição indireta e elege Paulo Dantas governador do Estado**. 2022. Disponível em:

<https://www.al.al.leg.br/comunicacao/noticias/democratica-e-constitucional-assembly-realiza-eleicao-indireta-para-o-governo-do-estado>. Acesso em 15 de set. de 2025.

Comunicação ALE. **Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa de Alagoas nº 1093 - 08/04/2022**. 2022. Disponível em:

<https://www.al.al.leg.br/comunicacao/diario-oficial-eletronico-do-poder-legislativo/2022/abril/diario-oficial-eletronico-da-assembly-legislativa-de-alagoas-no-1093-08-04-2022/view>. Acesso em 15 de set. de 2025.

Alagoas. **Lei Nº 8.576, de 19 de janeiro de 2022**. 2022.

Disponível em:

https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/2169/lei_no_8.576_de_19_de_janeiro_de_2022_2.pdf. Acesso em 17 de set. de 2025.

Comunicação ALE. **Dupla vacância e eleição indireta não são fatos inéditos em Alagoas**. 2022. Disponível em:

<https://www.al.al.leg.br/comunicacao/noticias/dupla-vacancia-e-eleicao-indireta-nao-sao-fatos-ineditos-em-alagoas>. Acesso em: 17 de set. de 2025.

Superior Tribunal de Justiça. **SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 3104 - AL (2022/0123676-1)**. 2022. Disponível em:

<https://www.al.al.leg.br/comunicacao/publicacoes/superior-tribunal-de-justica>. Acesso em: 17 de set. de 2025.

Supremo Tribunal Federal. **MEDIDA CAUTELAR NA SUSPENSÃO DE LIMINAR 1.540 ALAGOAS**. 2022. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/SL1540.pdf>. Acesso em 17 de set. de 2025.

Supremo Tribunal Federal. **MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 969 ALAGOAS**. 2022. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF969liminar.pdf>. Acesso em: 17 de set. de 2025.



OUTSIDER: UM CONCEITO EM BUSCA DE DEFINIÇÃO?

THALES MORBACH LANGE¹; LETÍCIA BARON²; DANIEL DE MENDONÇA³

¹Universidade Federal de Pelotas – thalesmorbachlange@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – leticiakbaron@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – ddmendonca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A ascensão de políticos vindos de fora dos partidos estabelecidos e do sistema político vigente, os chamados políticos *outsiders*, é um fenômeno que a ciência política já discute há bastante tempo. Contudo, nos últimos tempos temos visto este fenômeno se reproduzindo com uma frequência cada vez maior ao redor de todo o Globo (Oliveira et al, 2019).

A partir da década de 1990 vários países da América Latina foram cenário da ascensão de líderes vindos de fora do *establishment* partidário à Presidência, como Alberto Fujimori no Peru e Hugo Chávez na Venezuela. A partir da década de 2010, 10 anos depois, o fenômeno passou a se tornar mais presente, principalmente nos Estados Unidos (com a eleição de Donald Trump em 2016), na Europa (como por exemplo a eleição de Volodymyr Zelensky, na Ucrânia, em 2019) (Oliveira *et al*, 2019; Picussa; Cotado, 2022), e na América Latina (com a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, e de Javier Milei na Argentina em 2023).

O fato é que grande parte dos autores e teorias que se propuseram a investigar os *outsiders* na política até hoje concentrou-se em aspectos institucionais ou biográficos, como a ausência de vínculos partidários ou a trajetória fora da política tradicional. Entretanto, ainda são incipientes os estudos que procuram compreender os *outsiders* a partir de uma lógica discursiva. É nesse ponto que este trabalho busca oferecer uma contribuição: inspirado na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), propõe-se compreender os *outsiders* como resultado de uma formação discursiva que constrói o antagonismo entre o “candidato *outsider*” e uma elite política estabelecida. Essa perspectiva desloca a análise do *outsider* como posição estrutural no sistema partidário para entendê-lo como posição contingente, relacional e construída discursivamente.

2. METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, fundamentada na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). A proposta metodológica não visa a um levantamento empírico exaustivo, mas a construção de uma chave de leitura inovadora para o fenômeno dos *outsiders*. Para isso, toma-se como eixo a noção de antagonismo e de formação discursiva, observando como lideranças políticas classificadas como *outsiders* constroem fronteiras políticas a partir da oposição a uma elite estabelecida. O método consiste, portanto, em articular a literatura existente sobre *outsiders* e as contribuições da teoria do discurso, para sugerir que o *outsider* deve ser compreendido como uma posição discursiva relacional, e não apenas como ausência de vínculos partidários ou de experiência política. Exemplos paradigmáticos, como Donald Trump, Jair Bolsonaro, Volodymyr Zelensky, Javier Milei, João Dória e Alexandre Kalil, são mobilizados de forma ilustrativa, a fim de evidenciar a pertinência dessa chave analítica.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Outsider é um termo da língua inglesa que remete a vários significados relacionados ao não pertencimento, portanto, ser *outsider*, quer dizer ser alguém de fora, ser um estranho em relação a um lugar ou grupo específico, um forasteiro (Picussa, 2023). Não entanto, segundo Picussa (2023), na Ciência Política o termo é utilizado de forma um tanto indiscriminada para caracterizar figuras políticas de muitas maneiras diferentes (Picussa, 2023, p. 1):

Alguns dos chamados *outsiders* não tinham nenhuma experiência política antes de se eleger, outros tinham alguma experiência, mas não tinham vínculos com os partidos tradicionais. Muitos - se não todos - desses líderes *outsiders* que tiveram sucesso em eleições são caracterizados pelo tipo de discurso que propagam e não pela localização em relação ao sistema partidário (Barr, 2009).

A autora debruçou-se sobre o tema e apresentou de forma inédita uma ampla revisão e organização dos estudos sobre *outsiders* na política, contudo, não nos aprofundaremos nesse debate, visto que não é o objetivo deste trabalho. Ela aponta que não há um nicho consolidado de estudos sobre o tema, mas que apesar disso, pode-se dizer que, de forma geral, um *outsider* preenche pelo menos duas destas três características: "1) concorre em eleições por um partido novo ou marginal ao sistema partidário; 2) não tem experiência na política institucional; 3) adota um discurso anti-establishment político" (Picussa, 2023, p. 22).

Ao mesmo tempo, ela também destaca algumas lacunas no desenvolvimento do tema, como a possibilidade de operacionalização do conceito de *outsider* para tratar de cargos tanto do executivo quanto do legislativo, algo que ela defende ser possível, mas que demanda um maior desenvolvimento do tema. Ela argumenta que "embora haja uma tipologia já definida para candidatos à presidência, a aplicação dos tipos de *outsider* político para atores que almejam cargos no legislativo não foi largamente explorada" e que "essas operacionalizações são feitas *ad hoc* e dificilmente podem ser generalizadas para outros contextos" (Picussa, 2023 p. 22).

Picussa e Cotado (2022, p. 12) também realizaram uma revisão acerca do tema, e constataram que "a maior parte dos estudos [...] são estudos de caso que têm como tema principal um líder específico que disputou eleições presidenciais". A partir disso, os autores pontuam que grande parte dos líderes *outsiders* que chegam ao poder, são impulsionados por movimentos políticos que se tornam assim novos partidos eleitorais. Além disso, o sucesso desses novos partidos em eleições para os Executivos tende a trazer consigo novatos também para os Legislativos e agências de governo (Picussa e Cotado, 2022). Contudo, "a vitória de *outsiders* nos parlamentos não tem sido sistematicamente abordada, em especial na América Latina, o que abre uma promissora agenda de pesquisa" (Picussa e Cotado, 2022, p. 12).

Para além, Picussa e Cotado (2022) também alertam que o fenômeno dos *outsiders* é frequentemente tratado na literatura em conjunto com outros temas correlatos, especialmente "a ascensão de líderes e/ou partidos populistas e a associação desses líderes a (novos) movimentos sociais, cívicos ou políticos" (Picussa e Cotado, 2022 p. 12), algo que pode acabar causando uma confusão conceitual e trazer mais perguntas do que respostas.

Contudo, os autores também apontam para uma dimensão importante do fenômeno dos *outsiders*: o seu discurso eleitoral. Eles argumentam que há quase uma invariabilidade na retórica *anti-establishment* que se constrói a partir da negação tanto da política tradicional quanto dos políticos de carreira (Picussa e Cotado, 2022 p. 12).

No mesmo sentido, Oliveira *et al.* (2019) também apontam que os candidatos *outsiders* têm conquistado eleitorados ao sugerirem que seriam mais capazes de gerenciar a máquina pública de



modo pragmático e eficaz por não fazerem parte da elite política — ou seja, uma retórica *anti-establishment*. Os autores ainda pontuam que

a sedução do discurso dos candidatos *outsiders* tem levado a diversos deles alcançarem resultados eleitorais expressivos ao redor do mundo. A eleição de Donald Trump como 45º presidente dos Estados Unidos talvez seja o caso mais emblemático de um *outsider* levado ao poder (Oliveira et al. 2019, p. 29).

Outra lacuna importante refere-se à esfera municipal, ainda pouco explorada pela literatura. Oliveira et al. (2019) destacam que, embora os estudos sobre *outsiders* sejam vastos, em geral se concentram nas disputas presidenciais, negligenciando a análise de governos locais e os efeitos de políticas públicas conduzidas por *outsiders*. Casos como os de João Dória, em São Paulo, e Alexandre Kalil, em Belo Horizonte, analisados por Oliveira et al. (2019) e Lavareda e Fernandes (2020), revelam como esse fenômeno também se manifestou nas eleições municipais de 2016. Nesses casos, o discurso de eficiência administrativa e de superação da política tradicional foi central para legitimar candidaturas apresentadas como “fora do sistema”.

O contexto da época ajuda a explicar essa popularização: o agravamento da crise econômica, somado ao descrédito político aprofundado pela Operação Lava Jato, que levou à prisão de diversos membros da elite política, criou condições para que novos atores se apresentassem como gestores pragmáticos e não vinculados à lógica dos partidos tradicionais (Neto, 2016; Lavareda; Fernandes, 2020). Como argumentam Krause et al. (2020), esse cenário abriu uma “janela de oportunidade” para o surgimento de *outsiders*, em um momento em que pesquisas como a da organização GfK Verein (2016) já indicavam níveis muito baixos de confiança nas instituições políticas — apenas 6% dos brasileiros declaravam confiar na classe política e apenas 10% confiavam em prefeitos.

Nesse contexto, Oliveira et al. (2019) sustentam que, ao invés de pressionar a elite política por mudanças internas, parte significativa do eleitorado optou por eleger candidatos externos ao mainstream, fortalecendo a presença de *outsiders* também no nível local.

Em comum, os estudos revisados convergem na centralidade da retórica *anti-establishment*. Picussa e Cotado (2022) e Oliveira et al. (2019) destacam que quase invariavelmente o *outsider* constrói-se pela negação da política tradicional e pela afirmação de autenticidade frente à elite. É a partir dessa recorrência que este trabalho propõe avançar: compreender o *outsider* como uma lógica discursiva, semelhante àquela descrita por Laclau no populismo, mas aplicada à construção da identidade *outsider*.

4. CONCLUSÕES

A análise empreendida permite propor uma inovação teórica: compreender o *outsider* não como mera ausência de vínculos partidários ou experiência institucional, mas como uma posição discursiva construída em antagonismo a uma elite política. Essa perspectiva, inspirada em Laclau e Mouffe (2015), possibilita pensar o *outsider* como uma identidade contingente, relacional e dependente do contexto de emergência.

A proposta tem duas implicações principais. Em primeiro lugar, contribui para superar a fragmentação conceitual da literatura, oferecendo uma chave capaz de abarcar *outsiders* em diferentes esferas — presidencial, legislativa, regional e municipal. Em segundo lugar, abre caminho para análises comparativas que permitam diferenciar *outsiders* de populistas, sem reduzir um fenômeno ao outro.



O desafio que se impõe, entretanto, é a operacionalização dessa abordagem em pesquisas empíricas. Será necessário desenvolver instrumentos metodológicos para captar a formação discursiva dos *outsiders* em campanhas eleitorais e no exercício do governo, explorando tanto sua dimensão retórica quanto seus efeitos políticos. Ainda assim, ao enfatizar o discurso como elemento estruturante, este trabalho aponta para uma agenda promissora de investigação sobre *outsiders* na política contemporânea.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARR, Robert R. Populists, Outsiders and Anti-Establishment Politics. *Party Politics*, v. 15, n. 1, p. 29-48, jan. 2009. Disponível em:

<https://doi.org/10.1177/1354068808097890>. Acesso em: 22 jun. 2025.

KRAUSE, Silvana et al. "Quem ganhou o lugar pegou de quem?" Surgimento e desempenho dos novos partidos de direita nas eleições municipais de 2016. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara (Org.). *Eleições municipais: novas ondas na política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 55-78.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma política Democrática Radical*. Tradução: Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. 1. ed. São Paulo: Intermeios. Brasília: CNPq, 2015. 286 p.

LAVAREDA, Antonio; FERNANDES, Antônio. Um ciclo de eleições críticas: 2018 começou em 2016. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara (Org.). *Eleições municipais: novas ondas na política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 143-166.

OLIVEIRA, Vitor et al. Outsiders na Política Melhoram a Gestão Municipal? [Policy Paper N° 36]. São Paulo: Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/entities/publication/ed0e8a45-51b1-48e3-be0f-ab08d131c289>. Acesso em: 10 maio 2024.

PICUSSA, Roberta. Outsiders: um conceito de difícil operacionalização na Ciência Política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 31, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-98732331e023>. Acesso em: 29 set. 2025.

PICUSSA, Roberta; CODATO, Adriano. Outsiders na política: uma visão geral. *SciELO Preprints*, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4533>. Acesso em: 28 mar. 2025.

NETO, Octávio Amorin. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. *Relações Internacionais (R: I)*, Instituto Português de Relações Internacionais, n. 52, p. 43-54, 2016. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri52/RI52_art04_OAN.pdf. Acesso em: 22 jun. 2025.

VEREIN, GfK. Trust in Professions 2016—a GfK Verein study. 2016. Disponível em: <https://www.nim.org/en/publications/detail/2016-trust-in-professions>. Acesso em: 22 jun. 2025.



QUANDO O INIMIGO É A MENSAGEM: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA CAMPANHA ELEITORAL DIGITAL DE PABLO MARÇAL EM 2024

CORINA GONSALES VEGA¹ BIANCA DE FREITAS LINHARES²

¹*Universidade Federal de Pelotas – corinagonsolesvega@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas - biancaflinhares@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

As eleições municipais no Brasil definem quem será responsável por administrar as cidades, influenciando diretamente o cotidiano de seus habitantes. Em São Paulo, maior centro urbano e econômico do país, essas disputas ganham relevância nacional. No pleito de 2024, a reeleição de Ricardo Nunes (MDB), com 59,35% dos votos no segundo turno, sobre Guilherme Boulos (PSOL), que obteve 40,65%, reafirmou a presença de partidos consolidados no cenário político. Entretanto, a performance de Pablo Marçal, candidato do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), destacou-se ao alcançar 28,14% dos votos no primeiro turno, revelando-se um novo ator no espaço político.

Natural de Goiânia (GO), Pablo Henrique Costa Marçal superou dificuldades financeiras na infância, formou-se em Direito e construiu carreira como empresário e influenciador digital, reconhecido por conteúdos de motivação, liderança e empreendedorismo. Em 2022, lançou sua primeira candidatura política à presidência da República, barrada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) devido a disputas internas no partido PROS, que resultaram na anulação da convenção que o havia lançado (UOL, 2022). Após isso, sua eleição como deputado federal por São Paulo foi anulada pelo ministro Ricardo Lewandowski, que suspendeu o registro, determinou nova totalização dos votos e devolveu a vaga a Paulo Teixeira (PT) (G1, 2022).

Dois anos depois, concorreu à prefeitura de São Paulo pelo PRTB, apresentando-se como alternativa aos políticos tradicionais. Sem acesso ao horário eleitoral gratuito na TV e no rádio devido à cláusula de barreira, já que o partido não atingiu os requisitos do TRE-SP nas eleições anteriores (TRE-SP, 2024), Pablo Marçal concentrou sua campanha nas redes sociais, que tornaram-se seu principal meio de divulgação política. Na disputa pela prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal enfrentou problemas que levaram o TRE-SP, em 24 de agosto de 2024, a suspender temporariamente suas contas em diversas redes sociais por remunerar seguidores para divulgar seus conteúdos, prática considerada uso indevido dos meios de comunicação (Neves; Pereira, 2024).

Diante desse cenário, este estudo, vinculado ao Trabalho de Conclusão de Curso da autora, propõe uma análise exploratória do discurso de Pablo Marçal em sua campanha para a prefeitura de São Paulo em 2024. O trabalho utiliza como fonte principal o material divulgado em seu perfil no Instagram, buscando responder à questão: como se articulam as demandas no discurso da campanha eleitoral de Pablo Marçal nas eleições municipais de São Paulo em 2024? Para orientar a análise, adota-se como referencial teórico-metodológico a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), com ênfase nos conceitos de discurso, demandas e antagonismo.



2. METODOLOGIA

Esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa e adota como método a análise de discurso. Conforme apresentado na introdução, utiliza-se a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), que entende o discurso como uma prática articulatória capaz de constituir e organizar relações sociais, reunindo elementos simbólicos e práticos em contextos políticos e sociais específicos.

O estudo foi realizado a partir do perfil oficial do candidato no Instagram, @pablomarcall, um de seus principais canais de propaganda eleitoral. Entre 16 de agosto e 4 de outubro de 2024, período do primeiro turno, esse perfil reuniu 1.027 publicações. Devido à quantidade de publicações, para o TCC da autora, foi definida uma amostra representativa de 216 destas. A partir de tal amostra selecionaram-se para o presente trabalho, exploratório, 20 publicações referentes ao período oficial, escolhidas de forma aleatória com o auxílio do sistema de inteligência artificial ChatGPT, da OpenAI, que realizou a seleção a partir da base de dados em formato Excel. Os conteúdos em vídeo foram transcritos por meio da ferramenta OpenAI Whisper, conforme a técnica proposta por Lange (2025). Por fim, as transcrições foram revisadas, organizadas e categorizadas com o objetivo de responder ao problema de pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O discurso se manifesta como um sistema organizado no qual significados são construídos e disputados. Dentro do campo discursivo, podem ser articuladas demandas que emergem de necessidades sociais, políticas e econômicas, como saúde, educação, emprego e etc. Essas demandas, quando articuladas umas às outras, podem formar uma cadeia de equivalências contra um adversário em comum, caracterizando um antagonismo (Laclau, 2013).

Na análise exploratória do material coletado, observou-se que a campanha de Pablo Marçal no Instagram não se estruturou prioritariamente pela articulação de demandas, como normalmente se espera de um candidato, mas pela centralidade do antagonismo. Em suas falas, a ênfase recai sobre a construção de inimigos, enquanto propostas concretas de governo são pouco evidenciadas. Em diferentes momentos, especialmente em suas transmissões ao vivo, Marçal identifica como adversário os “esquerdistas”, categoria que, por vezes, também aparece associada ao termo “comunista”.

Todo discurso e toda articulação discursiva emergem a partir de um recorte antagônico, ou seja, em oposição a outro discurso que nega ou ameaça sua existência (MENDONÇA, 2009). Esse antagonismo se ancora no seu discurso, em primeiro lugar, na figura do governo federal, representado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo é caracterizado como “comunista” e acusado de má gestão econômica, sendo retratado como um obstáculo ao bem-estar da população. Marçal ironiza Lula ao chamá-lo de “honesto” e o responsabiliza pelo aumento de impostos e pelo alto custo de vida no país. Ao afirmar que “o Lula é a coisa mais cara que nós temos hoje no Brasil” (@pablomarcall, 24 ago. 2024), o candidato reforça uma identidade antagônica que vincula o governo à ineficiência e ao prejuízo econômico, fortalecendo sua retórica de oposição ao poder federal.

O segundo alvo recorrente no discurso de Marçal são seus adversários diretos na disputa eleitoral. Ele recorre constantemente a apelidos pejorativos para se referir a eles: “Boules” (Guilherme Boulos), “Chatábata” (Tabata Amaral), “Da pena” (Datena) e “Nunes Bananinha” (Ricardo Nunes). Como ele mesmo declara: “Eu queria que o debate fosse de alto nível, mas vou discutir gestão com um bando de comunista que não entende nada disso” (@pablomarcall, 01 set. 2024). Entre os exemplos, destacam-se as insinuações de uso de drogas por Boulos, as ofensas direcionadas a Tabata Amaral, as referências a Datena vinculadas principalmente ao episódio da agressão ocorrida durante debate na TV Cultura e as críticas ao desempenho de Ricardo Nunes na



prefeitura. Em uma de suas falas, Marçal também critica o apoio de Jair Bolsonaro a Nunes, acusando-o de trair valores da base conservadora ao associar-se a um candidato “abortista” e defensor da “ideologia de gênero” (@pablomarcal1, 24 ago. 2024).

O terceiro alvo é a Justiça Eleitoral, apresentada como responsável por perseguições e censuras contra sua candidatura. Em suas falas, Marçal associa a Justiça a ao governo federal, os adversários políticos e a mídia, construindo a ideia de um “sistema” articulado para impedi-lo de avançar politicamente. Para sustentar essa narrativa, recorre à sua trajetória: relembra o cancelamento da candidatura presidencial em 2022 e a anulação da eleição para deputado federal, interpretando esses episódios como provas de um histórico de perseguição. Nas eleições de 2024, o argumento se reforça com as denúncias de bloqueios em suas redes sociais, seu principal meio de propaganda. Ao afirmar: “[...] tem ameaça de morte, sem dinheiro público, sem padrinho político, sem tempo de televisão, sabe o que tá acontecendo? Agora eles querem tirar as redes, já começaram” (@pablomarcal1, 24 ago. 2024), ele interpreta tais limitações como censura e desigualdade no processo eleitoral. Frequentemente, também convoca seu público a reagir, pedindo que comentem frases como “censura nunca mais” ou “ditadura nunca mais” nas redes sociais. Relaciona ainda sua experiência pessoal a um suposto padrão de perseguição política no Brasil, afirmando que, ao assumir determinadas posturas ou defender certas pessoas, a Justiça é utilizada para atacar a honra.

4. CONCLUSÕES

Por se tratar de uma análise exploratória, não se pretende apresentar conclusões definitivas, mas sim considerações preliminares que contribuam para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso. Os resultados encontrados até aqui permitem refletir sobre o fato de que o discurso eleitoral de Pablo Marçal, nas redes sociais em 2024, não se organiza a partir da articulação de demandas políticas explícitas, mas se estrutura principalmente em torno de críticas dirigidas a seus inimigos. Nesse sentido, a ausência de propostas claras, somada à centralidade do antagonismo em sua campanha, sugere a presença de demandas implícitas que emergem justamente por meio dessas críticas.

Assim, o sujeito antagonico assume um papel fundamental, pois é em oposição a ele que Marçal organiza seu discurso e mobiliza sentidos. Como aponta Mendonça (2009), o exterior constitutivo, representado pelo discurso antagonico, ao mesmo tempo em que ameaça a constituição do interior, também é a condição de sua existência. Dessa forma, os ataques ao “sistema” (governo federal, Justiça Eleitoral e adversários políticos), não apenas delimitam as fronteiras do discurso de Marçal, mas constituem a própria base de sua identidade política.

Ainda que não tenham sido observadas demandas articuladas de forma explícita, é possível identificá-las de maneira indireta, pela inversão. Ou seja, quando Marçal critica determinadas identidades, como no caso de Nunes, chamado de “abortista” e defensor da “ideologia de gênero”, revela, em contrapartida, pautas que rejeita e demandas que implicitamente defende. Nesse sentido, as três identidades antagonizadas funcionam como espelho para compreender as demandas que estruturam seu discurso.

Por fim, cabe destacar a importância de refletir sobre essas novas formas de articulação política, em que as redes sociais assumem centralidade. Observa-se a ascensão de atores externos ao campo político tradicional, que ganham visibilidade principalmente por meio dessas plataformas. No caso analisado, o Instagram foi o espaço privilegiado de comunicação de Pablo Marçal, onde concentrou sua propaganda eleitoral. Assim, este estudo inicial reforça que, embora a análise tenha se restringido ao Instagram, futuras etapas do TCC poderão incluir o exame de outros materiais,



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



como o plano de governo, a fim de aprofundar o comparativo entre propostas formais e estratégias discursivas digitais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

G1. Ministro do TSE suspende decisão que considerou Pablo Marçal eleito. **G1**, 30 out. 2022. Disponível

em:

<https://g1.globo.com/sp/saopaulo/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/ministro-do-tse-suspende-decisao-que-considerou-pablo-marcal-eleito.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2025.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013. Cap. 4.

LANGE, T. M. OpenAI Whisper [recurso eletrônico]: transcrição automática para pesquisa (Guia Prático de Utilização do OpenAI Whisper no Google Colab). Pelotas: PPGCPol, 2025. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/idad/files/2025/06/OpenAI-Whisper-transcricaoautomaticapara-pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MENDONÇA, D. de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, p. 147-164, 2009

NEVES, Rafael; PEREIRA, Manuela Rached. TRE-SP decide manter suspensão das redes sociais de Pablo Marçal. **UOL Notícias**, São Paulo, 23 set. 2024. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/09/23/julgamento-tre-suspensao-redes-pablo-marcal.htm>. Acesso em: 22 ago. 2025.

TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Glossário eleitoral explica o que é cláusula de barreira. **TSE**, 27 set. 2024 Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Setembro/glossario-eleitoralexplica-o-que-e-clausula-de-barreira>. Acesso em: 21 ago. 2025.

UOL. Eleições 2022: TSE impede Pablo Marçal de concorrer à Presidência. **UOL**, 6 set. 2022. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agenciaestado/2022/09/06/eleicoes-2022-tse-impede-pablo-marcal-de-concorrer-a-presidencia.htm>. Acesso em: 21 ago. 2025.



ENTRE A IMPUNIDADE E A JUSTIÇA: FORÇAS ARMADAS, DEMOCRACIA E A TENTATIVA DE GOLPE DE 2023

CAMILA ROCHA DA CRUZ¹; CARLOS ARTUR GALLO²

¹Universidade Federal de Pelotas – rocha.camilacruz@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – galloadv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, desenvolvido na área das Ciências Sociais, âmbito da iniciação científica, tem como proposta analisar a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 8 de janeiro de 2023 e o julgamento histórico que se seguiu. O foco recai sobre a responsabilização inédita de militares da ativa e da reserva, bem como do ex-presidente Jair Bolsonaro, pela articulação e execução de atos que atentaram contra a ordem democrática. O tema é particularmente relevante porque, pela primeira vez na história republicana, militares golpistas foram não apenas denunciados, mas também condenados e sentenciados por um tribunal civil, rompendo com a tradição de impunidade que caracterizou o golpe civil-militar de 1964 e seus desdobramentos.

A problematização que orienta esta pesquisa parte da seguinte questão: em que medida a condenação inédita de militares envolvidos na tentativa de golpe de 2023 indica mudanças no papel político das Forças Armadas e no fortalecimento da cultura democrática brasileira, em contraste com a anistia e a preservação de privilégios que marcaram a ditadura instaurada em 1964? A reflexão sobre essa questão permite compreender as permanências autoritárias ainda presentes na vida política nacional e, ao mesmo tempo, reconhecer os avanços institucionais que sinalizam para uma possível consolidação da democracia.

Dessa forma, os objetivos deste trabalho são: (i) analisar o processo de julgamento dos envolvidos na tentativa de golpe de 2023, destacando os elementos que configuram sua singularidade histórica; (ii) estabelecer um paralelo com o golpe civil-militar de 1964, identificando continuidades no tratamento dado à atuação política dos militares; e (iii) discutir como a responsabilização judicial dos agentes golpistas contribui para o fortalecimento das instituições democráticas e para a construção de uma memória coletiva voltada à justiça e à defesa do Estado Democrático de Direito.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir da análise qualitativa, combinando trabalhos acadêmicos e imprensa para compreender a dinâmica da tentativa de golpe de 2023 e seu julgamento. Foram consultados principalmente os estudos de Maria Celina D'Araujo (2012) e Carlos Artur Gallo (2024), que fundamentam a descrição das continuidades autoritárias e a atuação política das Forças Armadas no Brasil.

A análise também contemplou dados empíricos sobre a percepção pública das Forças Armadas, coletados em pesquisas de opinião (Quaest, 2025), para contextualizar a resistência da legitimidade militar na sociedade brasileira.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Julgamento dos envolvidos na tentativa de golpe de 2023

A análise do julgamento dos envolvidos na tentativa de golpe de 2023 revela sua profunda singularidade histórica no contexto político brasileiro. Diferentemente do golpe civil-militar de 1964, em que os militares conduziram à ruptura democrática e permaneceram imunes a responsabilização posteriores, em 2025 oficiais da ativa e da reserva, além do ex-presidente Jair Bolsonaro, foram processados em um tribunal civil e receberam condenações. Bolsonaro foi sentenciado a 27 anos e 3 meses de prisão, enquanto os outros sete militares receberam penas que variam de 2 anos a 26 anos de reclusão. Trata-se da primeira vez em que agentes militares são punidos com sentenças por envolvimento direto em um projeto golpista, o que rompe com a tradição de impunidade consolidada desde a transição negociada à democracia e a autoanistia de 1979. Como observa Gallo (2024), “enquadrar aqueles integrantes das Forças Armadas que, nos governos anteriores, foram cúmplices de articulações golpistas, é urgente e necessário”, o que reforça a dimensão histórica e reparatória desse julgamento.

Esse ineditismo só pode ser compreendido à luz dos legados autoritários que marcaram a Nova República. Como apontam Gallo (2024) e Maria Celina D’Araujo (2012), a transição pactuada garantiu prerrogativas militares duradouras, incluindo o poder de veto em torno da revisão da Lei da Anistia, o sigilo de documentos e a preservação de espaços de autonomia institucional. Essa configuração impediu por décadas que o Brasil, ao contrário de vizinhos como Argentina e Chile, avançasse em políticas de memória e justiça capazes de responsabilizar violadores de direitos humanos.

No caso de 2023 o tribunal desempenhou papel central na responsabilização dos golpistas, ao aceitar a denúncia da Procuradoria-Geral da República e conduzir o julgamento em instância civil. Essa mudança de postura sinaliza não apenas um amadurecimento institucional, mas também uma tentativa de superar a herança de silêncio e esquecimento que marcou as políticas de memória no Brasil.

Nesse contexto, a fala do ministro Alexandre de Moraes, no julgamento do chamado “núcleo crucial”, evidencia o peso histórico do momento: “No Brasil, todas as vezes que as Forças Armadas atenderam o chamamento de um grupo político que se diz representante do povo, nós tivemos um golpe, um estado de exceção, uma ditadura.” Da mesma forma, a ministra Cármen Lúcia alertou para a persistência das ameaças autoritárias, afirmando que “não se tem imunidade absoluta contra o vírus do autoritarismo que se insinua insidioso destilando seu veneno a contaminar as liberdades e direitos humanos”.

Continuidades na atuação política dos militares do golpe de 1964 à redemocratização

A primeira e mais evidente continuidade reside na autonomia política das Forças Armadas. Desde 1964, os militares consolidaram seu papel como guardiões de uma ordem política definida pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que justificava sua intervenção como necessária para combater “ameaças comunistas” e garantir estabilidade. Essa autonomia traduziu-se em prerrogativas institucionais que sobreviveram à ditadura: controle sobre o orçamento de defesa, poder de veto em temas de segurança nacional, e um sistema de justiça militar próprio que os blindava contra a investigação civil.

Na redemocratização, essa estrutura manteve-se praticamente intacta. Mesmo com a criação da Defesa em 1999, os militares continuaram a ditar as estratégias de defesa e a resistir a tentativas de subordinação civil. Conforme destaca Gallo (2024):

O Ministério da Defesa representava um avanço em termos de democratização no país e na relação entre civis e militares. Em médio e longo prazo, contudo, a realidade tem



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



mostrado que a criação do Ministério pode ser entendida como um avanço que se mostrou retrocesso. Na prática e, sobretudo nos últimos oito anos [...] integrantes das Forças Armadas passaram a comandar uma pasta ministerial que deveria ser encabeçada por um civil.

Essa autonomia, como argumenta D'Araujo (2012), transforma as Forças Armadas em um “poder de veto” capaz de bloquear iniciativas que ameacem seus interesses corporativos, como a revisão da Lei da Anistia ou a criação da Comissão da Verdade.

A segunda continuidade fundamental é a impunidade estrutural para crimes cometidos durante a ditadura. A Lei da Anistia de 1979, aprovada no auge do regime autoritário, consolidou um “pacto de silêncio” que isentou agentes do Estado de responsabilização por violações de direitos humanos. A ausência de responsabilização reforçou uma cultura de violência estatal, na qual práticas repressivas herdadas da ditadura persistem. Como apresenta Gallo (2024), “o não enfrentamento dos traumas do passado, somado à impunidade que resguarda os autores dos crimes cometidos pela ditadura, contribui à sedimentação de uma cultura na qual o desrespeito aos direitos humanos é tido como algo natural.”

A terceira continuidade diz respeito à permanência de uma relação civil-militar que, mesmo após a redemocratização, mantém os militares como uma das instituições mais respeitadas pela sociedade. Pesquisa realizada em agosto de 2025 pela Quaest revela que 70% da população declara confiar nos militares e/ou Forças Armadas, contra apenas 28% afirmam não confiar. Em contrapartida, em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF), os índices de confiança são menores e mais polarizados: 50% confiam, enquanto 47% não confiam. Esses dados evidenciam a resiliência da legitimidade social das Forças Armadas em contraste com a percepção pública dividida sobre o Judiciário.

Um aspecto central a ser destacado é como a responsabilização judicial dos agentes envolvidos em atos golpistas se configura como um elemento essencial para o fortalecimento das instituições democráticas e para a construção de uma memória coletiva voltada à justiça e à defesa do Estado. Conforme observa Gallo (2024), políticas de memória e mecanismos de responsabilização não são apenas instrumentos de reparação às vítimas, mas também condições para elevar a qualidade da democracia, ao garantir que práticas autoritárias não se repitam.

Nesse sentido, a responsabilização judicial dos envolvidos nos ataques às instituições vai além da punição individual: contribui para afirmar o compromisso democrático, reduzir a legitimidade social de práticas golpistas e fortalecer a confiança nas instituições civis.

Em síntese, ao contrário do que ocorreu em 1979, quando a impunidade se impôs como regra, a responsabilização dos agentes de 8 de janeiro estabelece, de forma pedagógica e simbólica, que a democracia não tolera rupturas violentas e que os crimes contra o Estado de Direito exigem respostas firmes e públicas.

4. CONCLUSÕES

Este estudo revela que a responsabilização inédita dos militares envolvidos na tentativa de golpe de 2023 representa um marco histórico no contexto político brasileiro, distinguindo-se do golpe civil-militar de 1964 pela quebra da tradição de impunidade que perdurou por décadas.

Embora as Forças Armadas mantenham prerrogativas institucionais herdadas da ditadura, como autonomia política e influência social, o julgamento conduzido pelo tribunal civil e as condenações aplicadas indicam um avanço significativo rumo ao fortalecimento da cultura democrática.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



A principal inovação da pesquisa está em destacar que esse processo judicial emerge como um elemento transformador, capaz de desafiar o “pacto de silêncio” e a impunidade estrutural mantidos pela Lei da Anistia de 1979. No entanto, persistem desafios importantes, sobretudo a forte legitimidade social das Forças Armadas e a continuidade de práticas autoritárias enraizadas na política nacional, que podem limitar mudanças profundas no futuro. Superar tais dilemas requer consolidar políticas de memória e justiça, ampliando a responsabilização e o controle civil sobre os militares, para garantir uma democracia duradoura e forte.

Em síntese, este trabalho contribui para a compreensão da tensão entre permanências autoritárias e avanços institucionais recentes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANISTIA a Bolsonaro: entenda o impasse para perdão a ex-presidente no Congresso - BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cpq5e2z9n1do>. Acesso em: 16 set. 2025.

D'ARAUJO, Maria Celina. O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. **Varia Historia**, v. 28, p. 573-597, 2012.

ENTENDA em que pé estão os processos sobre a trama golpista. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/22/trama-golpista-entenda-em-que-fase-estao-as-acusacoes-apresentadas-pela-pgr.ghml>. Acesso em: 15 set. 2025.

GALLO, Carlos Artur. Legados Autoritários, Políticas de Memória e Qualidade da Democracia no Brasil: Desafios para o Presente. In: DA SILVA DALTOÉ, Andréia (org.). **Marcas da Memória Violência de Estado e estado de violência: corpos e(m)resistência**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2024. p. 138-156.

GENIAL; QUAEST. *Confiança institucional*. Belo Horizonte: Genial/Quaest, ago. 2025. Disponível em: <https://www.quaest.com.br/>. Acesso em: 17 set. 2025.

GIELLOW, Igor. Datafolha: Anistia a Bolsonaro é rejeitada por 54% e aprovada por 39%. 13 set. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/09/datafolha-anistia-a-bolsonaro-e-rejeitada-por-54-e-aprovada-por-39.shtml>. Acesso em: 16 set. 2025.

'MAL FEITO para o bem continua sendo mal', '8 de janeiro não foi acontecimento banal', 'ficamos 2 mil anos caladas': as frases do voto de Cármen Lúcia. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/09/11/o-mal-feito-para-o-bem-continua-sendo-mal-o-8-de-janeiro-nao-foi-banal-nos-mulheres-ficamos-2-mil-anos-caladas-as-frases-do-voto-de-carmen-lucia-no-julgamento-da-trama-golpista.ghml>. Acesso em: 15 set. 2025.

'NÃO é mensagem de um integrante do PCC', 'não é conversa de bar', 'meu querido diário': as frases do voto de Moraes no julgamento da Trama Golpista. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/09/09/nao-e-mensagem-de-um-integrante-do-pcc-meu-querido-diario-as-frases-do-voto-de-moraes-no-julgamento-da-trama-golpista.ghml>. Acesso em: 15 set. 2025.



Cicatrizes da Conciliação: Do 'Nem Sempre as Leis São Justas' ao Bastião da Legalidade Democrática

PAULA RIETH DE OLIVEIRA HUF¹; CARLOS ARTUR CABRERA GALLO²

¹*Universidade Federal de Pelotas – prohuf23@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – galloadv@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A história política do Brasil, marcada por um movimento pendular de interrupções e complexas transições democráticas, tem no Poder Judiciário um de seus protagonistas centrais na conformação das políticas de memória e nos processos de justiça de transição. As decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), em momentos de confronto democrático, transcendem o estrito âmbito jurídico para se converterem em marcos simbólicos com profundas implicações sociais e políticas. O presente trabalho propõe uma análise comparativa de dois julgamentos emblemáticos que, embora separados por tempo e natureza, dialogam sobre o papel da Corte na gestão de crises institucionais e democráticas, a partir dos processos de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153 em 2010 e a Ação Penal (AP) 2668 em 2025.

A problematização central reside em como a magistratura, personificada no voto da Ministra Cármen Lúcia, navegou por distintas racionalidades em contextos de confronto democrático, refletindo uma mudança paradigmática na abordagem do Judiciário em relação à impunidade e à defesa da ordem constitucional. Enquanto a ADPF 153, que discutiu o alcance, no período democrático, da Lei da Anistia de 1979, solidificou um pacto político de transição inacabada e conciliada, a AP 2668, que versou sobre atos atentatórios contra o Estado Democrático de Direito em 8 de janeiro de 2023, emergiu como um bastião na defesa da ordem constitucional frente a ameaças contemporâneas. A relevância deste estudo reside na sua capacidade de traçar uma linha analítica entre esses dois momentos recentes, revelando como as escolhas jurisprudenciais, discursivas e, sobretudo, políticas sobre o passado moldam as respostas do presente.

O embasamento teórico desta pesquisa parte da compreensão de que o judiciário brasileiro, ancorado, aqui, pelo STF, não é apenas um intérprete da lei, mas uma instituição e agente político que, com suas decisões, contribui, ou não, para a construção da memória histórica e para a consolidação democrática. Para tal, esta pesquisa, ainda em andamento, se apoia na análise documental do Acórdão da ADPF 153 e da transcrição de registros públicos do voto na AP 2668. Diante do exposto, o objetivo principal deste trabalho é analisar e comparar os votos da Ministra Cármen Lúcia em ambos os processos, a fim de compreender as particularidades de cada caso e o diálogo entre eles. Pretende-se, com isso, demonstrar como a postura do magistério perpassa interpretações conciliatórias e autoritárias, até uma defesa intransigente da legalidade democrática no presente.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa, ainda em andamento, fundamenta-se na análise documental comparativa de dois pronunciamentos judiciais da Ministra Cármen Lúcia, em contextos históricos e institucionais distintos. O primeiro é o acórdão da ADPF 153, referente à reinterpretação da Lei de Anistia de 1979, cujo texto integral permite examinar os limites do Supremo Tribunal Federal no enfrentamento das demandas de justiça de transição. O segundo é a transcrição do voto da Ministra na AP 2668, realizada por meio da ferramenta de transcrição automática *Whisper* (OpenAI) a partir do registro audiovisual da sessão, recurso metodológico adotado em virtude da ausência do acórdão



publicado até o momento e por grande repercussão do voto, que rapidamente ultrapassou fronteiras nacionais e ganhou destaque internacional.

A seleção dessas duas fontes busca evidenciar não apenas o conteúdo jurídico-formal das decisões, mas também a dimensão discursiva e política de cada voto. O acórdão da ADPF 153 oferece a possibilidade de observar como a Corte, no marco da redemocratização, reiterou a anistia como pacto político, mesmo diante da consciência crítica expressa pela Ministra ao afirmar que “nem sempre as leis são justas”. Já a transcrição da AP 2668, por sua vez, garante acesso imediato à construção retórica da magistrada em um julgamento contemporâneo, marcado pela afirmação categórica de que os atos de 8 de janeiro de 2023 “não foram um acontecimento banal depois de um almoço de domingo [...], mas um atentado contra o Estado Democrático de Direito”.

O uso do *Whisper* revela-se, assim, não apenas como uma solução técnica para suprir a ausência do acórdão, mas também como um recurso metodológico inovador na Ciência Política, ao permitir o tratamento sistemático de discursos políticos e jurídicos em tempo real. Essa estratégia assegura rigor, reprodutibilidade e a possibilidade de analisar a performance discursiva em sua materialidade, elemento fundamental para compreender as inflexões de posicionamento do Judiciário diante de crises democráticas.

Por fim, a análise foi estruturada em chave comparativa, tomando como categorias centrais “lei”, “justiça” e “democracia”, de modo a identificar como esses conceitos foram acionados e ressignificados nos dois votos. A partir dessa matriz, buscou-se compreender a forma como a ministra se posicionou discursiva e politicamente em contextos distintos, no caso da ADPF 153, diante os legados autoritários presentes nas instituições políticas, e, na AP 2668, no enfrentamento direto a uma ameaça contemporânea à ordem constitucional.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise comparativa dos votos da Ministra Cármen Lúcia na ADPF 153 e na AP 2668 não apenas traça uma linha evolutiva na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mas sobretudo, problematizar a racionalidade decisória da Corte no enfrentamento dos legados autoritários e na resposta a crises democráticas. O movimento analítico revela a passagem de uma jurisdição de conveniência política que legitimou a impunidade do passado para uma jurisdição de legalidade estrita que age para punir a violência do presente.

O julgamento da ADPF 153 é o ponto nevrálgico da problematização do papel do Judiciário na justiça de transição. A decisão, ao manter a abrangência da Lei da Anistia de 1979 aos agentes do Estado responsáveis por crimes de lesa-humanidade, não defendeu o caráter justo da lei. O voto da Ministra Cármen Lúcia é o testemunho mais eloquente dessa adesão frustrada. Ao se deparar com a demanda por justiça penal, o Judiciário se viu constrangido pelo seu próprio limite histórico, optando pela supremacia do acordo político sobre o imperativo ético e normativo dos Direitos Humanos. A Ministra exterioriza esse dilema, mas subordina-se à interpretação conservadora.

“O disposto no §1º do art. 1º da Lei n. 6683/79 não me parece justo... Mas a sua análise conduz-se à conclusão... de que também não pode ser alterado, para os fins propostos, pela via judicial. Nem sempre as leis são justas, embora sejam criadas para que o sejam” (Cármen Lúcia, Acórdão ADPF 153).

A citação é a prova cabal da problematização da conciliação. O Judiciário, desafiando o respeito integral aos direitos humanos, declara sua impotência funcional para desarticular o legado autoritário, que se transformou em legitimidade constitucional através do tempo. O voto, portanto, contribui para a permanência da impunidade e para a consolidação de uma política de memória que



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



aceita a conciliação, perpetuando a ideia de que o Brasil não tem capacidade institucional de responsabilizar seus agentes do passado por crimes de Estado.

Em contraste direto, o voto na AP 2668 demonstra a recusa do STF em legitimar ou tolerar a violência política contemporânea. A Ministra Cármen Lúcia utiliza uma racionalidade jurídico-penal estrita, utilizando a jurisdição como instrumento de defesa ativa da ordem constitucional, sem espaço para a conciliação ou a banalização dos crimes. A severidade do voto é uma resposta direta à fragilidade institucional exposta. O ataque de 8 de janeiro de 2023 é tratado como a antítese do pacto democrático, uma ameaça existencial que exige a aplicação da lei em sua forma mais rigorosa. A Ministra rompe com qualquer tentativa de minimização ou "anistia de fato" dos crimes, utilizando uma linguagem que demarca a gravidade institucional.

“O 8 de janeiro de 2023 não foi um acontecimento banal depois de um almoço de domingo... O inédito e infame conjunto de acontecimentos... haveria de ter uma resposta no direito penal” (Cármen Lúcia, Transcrição AP 2668).

Portanto, a ênfase é na aplicação igualitária da lei como condição de sobrevivência da democracia, negando a lógica da exceção. Ao punir a tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, o STF se posiciona como um agente de descontinuidade, rechaçando a inércia dos legados autoritários e estabelecendo um precedente de que a estabilidade não será mais negociada em troca de impunidade.

“... a circunstância de estarmos a afirmar que a lei é para ser aplicada igualmente para todos e responsabilidade incluída penal é para ser apurada” (Cármen Lúcia, Transcrição AP 2668).

Essa afirmação é fundamental, ela nega a lógica da exceção ou da conveniência política que pautou a decisão de 2010. A punição severa é, portanto, um ato de profilaxia democrática, garantindo que a justiça prevaleça sobre a estabilidade obtida por meio da impunidade.

Em 2010, a Corte atuou sob uma racionalidade histórica que optou por não desconstituir o legado autoritário, mas sim gerenciá-lo. O voto crítico da Ministra Cármen Lúcia apenas sublinha a fragilidade dessa opção. Já em 2025, o Judiciário, frente a uma ameaça direta à sua própria existência institucional, adota uma racionalidade estritamente legalista e penal, recusando a conciliação e a impunidade. O voto na AP 2668 estabelece uma nova política de memória judicial, onde a democracia não pode mais ser vendida a preço de impunidade, seja a do passado autoritário ou a do presente golpista. A Ministra, ao punir a tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, reverte o juízo de valor que prevaleceu na ADPF 153, utilizando o rigor da lei para romper com o ciclo histórico de impunidade e instabilidade que a própria Corte ajudou a sustentar em 2010.

4. CONCLUSÕES

A jornada analítica empreendida, a partir da comparação dos votos da Ministra Cármen Lúcia na ADPF 153 e na AP 2668, desvela a inflexão política e epistemológica do Supremo Tribunal Federal enquanto agente ativo na consolidação democrática. O Judiciário brasileiro como uma instituição política, e não apenas jurídica, demonstrou transitar de uma postura de gestão dos legados autoritários para uma de ruptura resoluta com o ciclo de impunidade. O voto na ADPF 153, que validou a anistia recíproca, já em um período democrático, foi o reconhecimento amargo de um pacto fundacional que exigiu o sacrifício da justiça e verdade em nome da estabilidade que posteriormente mostrou-se instável. As leis nem sempre serem justas materializa esse dilema, personificado pelo voto da ministra, onde ela não apenas legitima a crítica ética ao conteúdo da lei,



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



mas também expõe a fragilidade institucional da Corte em desarticular, pela via judicial, uma legislação que é a perpetuação de um legado autoritário em um contexto democrático.

A problematização da conciliação é, portanto, o eixo central do estudo. Na ADPF 153, a adesão à tese da anistia recíproca permitiu a não ruptura com um legado da cultura de impunidade. Consequentemente, em 2025, nós voltamos a AP 2668 que emerge como a resposta à falência desse pacto na contemporaneidade. Os atos de 8 de janeiro de 2023 forçaram o Judiciário a abandonar a proclamada racionalidade histórica pela racionalidade jurídico-penal estrita. O voto da Ministra Cármen Lúcia, ao condenar o golpe e insistir que a lei penal é para ser aplicada “igualmente para todos” (Voto Cármen Lúcia, AP 2668), não é apenas um ato de punição, mas um ato de refundação simbólica da legalidade democrática.

Essa guinada evidencia a atual recusa a negociar a estabilidade a preço de impunidade. Onde a ADPF 153 viu limites funcionais e se submeteu ao que se convencionou chamar de custo da transição, a AP 2668 viu a necessidade premente de defender sua própria existência, negando veementemente a banalização da violência política. A coerência reside, paradoxalmente, na inflexão onde a Ministra, que lamentou a injustiça da lei no passado, tornou-se a voz que exigiu a justiça da lei no presente para proteger o futuro constitucional do país.

Em última análise, o panorama comparativo dos dois votos demonstra que o STF evoluiu de um guardião constrangido da conciliação para um agente ativo da descontinuidade. A AP 2668 serve como um ponto de não-retorno na jurisprudência da Corte, sinalizando que a democracia brasileira não tolerará novas tentativas de abolição violenta do Estado, e que a Lei será o último e mais firme bastião contra a barbárie. O Judiciário cumpre, finalmente, seu papel de instituição garantidora, não apenas interpretando a lei, mas forjando, através dela, uma nova política de memória baseada na responsabilidade e na intransigência democrática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acórdão da ADPF nº 153. **Supremo Tribunal Federal**. Brasília: 2010. 266f. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>. Acesso em: 24/09/2025.

GALLO, C. A. "Nem sempre as leis são justas": a validade da anistia conforme os ministros do Supremo Tribunal Federal. In: GALLO, C. A. (Org.). **Anistia: 40 anos, uma luta, múltiplos significados**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p. 251-281.

MEZAROBBA, G. Anistia de 1979: o que restou da lei forjada pelo arbítrio? In: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J.A. (Org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 2, p. 372-385.

LANGE, Thales Morbach. **OpenAI Whisper: transcrição automática para pesquisa** (Guia prático de utilização do OpenAI Whisper no Google Colab) [recurso eletrônico]. Pelotas: PPGCPol, 2025. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/idad/files/2025/07/OpenAI-Whisper-transcricao-automatica-para-pesquisa.pdf>. Acesso em: 25/09/2025.

SCHINKE, Vanessa Dorneles. **Anistia e Esquecimento: a pá de cal do Congresso Nacional, a anistia pactuada do judiciário e o horizonte de expectativa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

Veja voto de Cármen Lúcia no julgamento de Bolsonaro | Bastidores CNN. Disponível em: <<https://youtu.be/MNUDJWOiCb4?si=H1eyD5ftDgySBTx9>>.



O DESENVOLVIMENTO DA ORDEM INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA: ANÁLISE DE ATORES E PROCESSOS SECURITÁRIOS DO CONFLITO RUSSO-UCRANIANO (2014-2024) COMO ELEMENTOS FOMENTADORES DA CRISE LIBERAL

EDUARDO GRECCO CORRÊA¹; WILLIAM DALDEGAN²

¹*Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – eduardo.correa@ufpel.edu.br*

³*Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – william.daldegan@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

A Ordem Internacional Liberal (OIL) caracterizada pelo modelo capitalista e democrático, defesa dos direitos individuais, da economia de mercado, da democracia representativa, integração regional e instituições internacionais são um dos fatores os quais Fukuyama (1989) destaca em sua obra no contexto imediato do término da Guerra Fria, onde o mundo teria alcançado um ponto culminante no desenvolvimento ideológico e político: a vitória do liberalismo democrático sobre formas alternativas de governo, como o fascismo e o socialismo. Nesse aspecto, o autor argumentava que o modelo ocidental – caracterizado pela defesa dos direitos individuais, da economia de mercado e da democracia representativa – emergiria como o sistema superior, sem contradições significativas para se oporem a ele, o que levaria à consolidação de uma Ordem Internacional Liberal unipolar, representada pelos Estados Unidos e seus aliados democráticos.

Contudo, quase 35 anos após a publicação de sua obra, a visão de Fukuyama (1989) é intensamente debatida e criticada. Conforme Guercio (2020), a obra não atribuiu a devida relevância a fatores não-ocidentais, como o fundamentalismo islâmico, que poderiam gerar contradições. Sob essa perspectiva, o acirramento da crise no leste europeu, em especial a anexação da Crimeia em 2014 e dos territórios de Donetsk e Lugansk em 2022 pela Rússia, após a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), levanta questionamentos diretos sobre a validade da OIL estabelecida no pós-Guerra Fria. A Rússia, ao questionar esse ordenamento, fomenta um cenário de instabilidade no Sistema Internacional (SI), obrigando a uma análise de como a hegemonia estadunidense e a própria ordem liberal são afetadas.

O embasamento teórico deste trabalho, portanto, se baseia em uma análise comparativa e crítica entre a visão de Fukuyama (1989) e as de autores que desafiam ou complementam sua teoria. Samuel Huntington (1993) é utilizado para debater a ideia de que o futuro da ordem internacional seria dominado por uma rivalidade entre "civilizações", cujas diferenças culturais e religiosas seriam a principal fonte de tensão internacional. Essa perspectiva de "choque de civilizações" oferece um contraponto direto à homogeneização liberal proposta por Fukuyama. Adicionalmente, Michael Barnett (2021) e Elias Götz (2021) são essenciais para a compreensão da crise multifacetada da OIL, que se manifesta no crescente questionamento de seus princípios fundamentais, como a promoção da democracia e do livre comércio, e na ineficácia do multilateralismo. Por outro lado, a pesquisa também utiliza a abordagem de Sloss e Dickson (2022) para explorar a hipótese de que o conflito pode, paradoxalmente, catalisar a reformulação da ordem, em vez de sua completa fragmentação.

Diante disso, o presente estudo possui como objetivo principal compreender os impactos do Conflito Russo-Ucraniano na edificação e na crise da Ordem Internacional Liberal na contemporaneidade. Nesse sentido, a pesquisa debate primeiramente os princípios da OIL e a edificação de sua crise, com o marco teórico de Huntington, Barnett e Götz em relação à discussão



de Fukuyama. Por conseguinte, busca-se averiguar a correlação entre a guerra iniciada em 2014 e a crise da ordem, com base na obra de Sloss e Dickson (2022), apresentando o objeto e a hipótese de suas possíveis consequências na arena internacional. Ademais, serão abordados os principais atores no conflito e os processos que demonstram os desafios impostos ao ordenamento.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem metodológica que combina análise teórica e estudo de caso. O trabalho foi conduzido em três etapas principais. Primeiramente, procedeu-se a uma revisão bibliográfica aprofundada sobre os princípios da Ordem Internacional Liberal, com foco na teoria de Francis Fukuyama (1989) e suas críticas, especialmente as formuladas por Samuel Huntington (1993), Michael Barnett (2021) e Elias Götz (2021). O objetivo dessa etapa foi estabelecer o marco teórico que fundamenta a análise da crise do ordenamento liberal.

No segundo momento, realizou-se um estudo de caso do Conflito Russo-Ucraniano. Foram analisadas as dinâmicas e os principais atores envolvidos – Rússia, Ucrânia, Estados Unidos, China e Organizações Multilaterais como a ONU e a OTAN – a fim de identificar como suas ações e interesses se manifestam como desafios aos princípios da OIL. O estudo se concentrou em documentos e análises de especialistas (Sloss e Dickson, 2022; Zhang, 2022; Lebelem e Villa, 2022, entre outros) que abordam as implicações geopolíticas, econômicas e de segurança do conflito. Por fim, a terceira etapa buscou correlacionar as manifestações da crise da OIL com os eventos do conflito, avaliando as implicações da Guerra Russo-Ucraniana para a segurança internacional e para o futuro da ordem global. A fundamentação metodológica teve por objetivo esclarecer como a análise teórica e o estudo de caso se complementam para testar a hipótese de que o conflito é tanto um sintoma quanto um fator acelerador da crise da OIL, mas que também pode abrir caminho para sua reformulação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise teórica e a avaliação do texto e das fontes bibliográficas apontam para um cenário em que a OIL está em um estado de crise e reconfiguração. O Conflito Russo-Ucraniano não é um evento isolado, mas um sintoma e um catalisador das tensões que desafiam a tese de Fukuyama (1989) sobre o "fim da história". Este cenário reforça o argumento de Huntington (1993) de que a guerra previu um "choque de civilizações" ocorrendo em regiões de fronteira em países não-ocidentais.

A visão de Moscou de que o avanço da OTAN em suas antigas zonas de influência na Europa Oriental é uma ameaça à sua soberania e, de certa forma, uma homogeneização ocidental, o que reforça o argumento de Huntington de que as diferenças culturais e religiosas seriam a principal fonte de tensão internacional. A seguir, o Quadro 1 sintetiza a atuação dos principais atores no conflito, evidenciando como suas ações e interesses desafiam os princípios da OIL.

Quadro 1 - Atuação dos Principais Atores Internacionais no Conflito Russo-Ucraniano

Ator	Papel no Conflito
China	Posição sutil e anti-hegemônica no conflito, buscando incentivar negociações de paz e o fim de sanções unilaterais. Sua rivalidade com os EUA é vista como um confronto entre democracia e autocracia. A China mantém uma posição pró-russa, mas



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



	aproveita os limites das instituições internacionais para promover seus próprios interesses soberanos. Não cede a pressões para uma ação intervencionista efetiva, defendendo uma sociedade internacional mais pluralista (Zhang, 2022).
EUA	Motivada pela defesa de sua posição hegemônica no sistema, não por benefícios materiais diretos. A política externa do país, no entanto, pode mudar drasticamente dependendo da liderança política (ex: de Joe Biden para Donald Trump), o que pode levar a um recuo no apoio à Ucrânia e um sacrifício da OIL em prol de interesses internos de Washington (Lebelem e Villa, 2022).
ONU	Ineficácia na contenção do conflito, em razão das soluções constantemente rejeitadas no Conselho de Segurança devido aos interesses divergentes dos países membros. É vista tanto como ferramenta para um mundo mais justo quanto como instrumento que legitima as assimetrias do sistema (Digolin, 2022).
OTAN	Considerada um dos principais catalisadores do conflito, pois sua expansão ao leste da Europa é interpretada pela Rússia como uma ameaça à sua soberania e como um instrumento da política externa dos EUA (Braun, 2022)

Fonte: Elaboração própria (2025).

A guerra Russo-Ucraniana representa um novo período de contradições que desafia a noção de uma OIL duradoura, na medida em que os interesses nacionais de diversos atores se sobrepõem aos princípios e normas deste modelo. O conflito evidencia um "dilema de segurança sincrônico", no qual a expansão da OTAN e a crescente presença militar russa em suas fronteiras criaram um ciclo de desconfiança e militarização que ameaça a estabilidade global. Conforme apontado por Lebelem e Villa (2022), as tensões são exacerbadas por disputas geopolíticas e legados históricos na região da Eurásia, criando um ambiente volátil onde as percepções de ameaça entre as elites nacionais podem facilmente levar à securitização de questões e à escalada de hostilidades, colocando em xeque a perpetuação da OIL frente às adversidades contemporâneas.

4. CONCLUSÕES

A Guerra Russo-Ucraniana representa um ponto de inflexão na avaliação da OIL, confirmando que a visão de Fukuyama sobre o "fim da história" era excessivamente otimista. Longe de um sistema consolidado e estável, o SI continua a ser marcado por tensões históricas, rivalidades geopolíticas e a ascensão de potências que questionam a hegemonia ocidental. Os interesses soberanos da Rússia e da China, somados à ineficácia de instituições multilaterais, demonstram a fragilidade dos pilares da OIL e a persistência de um cenário multipolar e competitivo.

Este estudo reitera que a OIL, para permanecer relevante, precisa de reformas profundas, adaptando-se a um mundo mais plural e menos hegemônico. A crise atual, portanto, pode servir como um catalisador para um processo de renovação das normas e instituições globais, visando um futuro mais adaptável e representativo das diversas realidades sistêmicas.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNETT, M. *International Progress, International Order, and the Liberal International Order, The Chinese Journal of International Politics*, Volume 14, Issue 1, Spring, 2021. p. 1–22, Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/poaa019>. Acesso em: 15 de dez. de 2024.

BRAUN, J. **Qual o papel da Otan no confronto entre Rússia e Ucrânia?** BBC News Brasil, 2 mar. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60580704>. Acesso em: 10 de mar de 2025.

FERRARO, V. **A guerra na Ucrânia: uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana**. *Conjuntura Austral*, [S. l.], v. 13, n. 64, p. 25–50, 2022. DOI: 10.22456/2178-8839.128157. Disponível em: <https://seer.ufg.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/128157>. Acesso em: 17 dez. 2024.

FUKUYAMA, F. *The End of History. The National Interest*, summer, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24027184>. Acesso em: 15 de dez. de 2024.

GOTZ, E. *The crisis of liberal order*. IN: SAJÓ, A; UITZ, R; HOLMES, S. *Routledge Handbook of Illiberalism*. New York: Routledge, 2021. p. 907-922. Acesso em: 15 de dez. de 2024.

GUERCIO, Maria Rita. **Hegel e Fukuyama: o fim da História?**. *Revista Em Perspectiva*, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 227-236, 2020.

HERMANN, Charles. **Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy**. *International Studies Quarterly*, vol. 34, n.1, Março, 1990: 9-31.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea R. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. São Paulo: Elsevier, 2004.

HUNTINGTON, S.P. *The Clash of Civilizations? Foreign Affairs*, Vol. 72, No. 3 (Summer, 1993), p. 22-49. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20045621>. Acesso em: 15 de dez. de 2024.

LEBELEM, C.; VILLA, R. D. **A guerra russo-ucraniana: impactos sobre a segurança regional e internacional**. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, [S. l.], n. 3, p. 112–136, 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/56>. Acesso em: 15 mar. 2025.

REIS, R. R.. **Os direitos humanos e a política internacional**. *Revista de Sociologia e Política*, n. 27, p. 33–42, nov. 2006.

SLOSS, D.; DICKINSON, L. *The Russia-Ukraine War and the seeds of a New Liberal Plurilateral Order*. *American Journal of International Law*, 116 (4), 2022. p. 798-809. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/ajil.2022.55>. Acesso em: 15 de dez. de 2024.

ZHANG, Y. *China, Power Transition, and the Resilience of Pluralist International Society: Beyond Realism and Liberalism*. IN: KNUDSEN, T.B.; NAVARI, C. (Ed.) *Power Transition in the Anarchical Society: Rising Powers, Institutional Change and the New World Order*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2022. (Ler p. 125-152).



NARRATIVAS DE GUERRA: PROPAGANDA DIGITAL RUSSA E A CONSTRUÇÃO DA PERCEPÇÃO DO CONFLITO UCRANIANO NO BRASIL

THIAGO TEIXEIRA GOMES¹; LUCIANO VAZ FERREIRA³

¹*Universidade Federal do Rio Grande – thigomes074@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – lvazferreira@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A guerra da Ucrânia não se trava apenas nos campos de batalha, mas também no terreno simbólico da informação. A Rússia, consciente da centralidade da comunicação no mundo contemporâneo, desenvolve uma estratégia sistemática de propaganda destinada a moldar a percepção sobre o conflito em diferentes países. No Brasil, essa atuação se manifesta principalmente por meio do portal de notícia Sputnik Brasil, que apresenta a Rússia como ator legítimo e defensor de valores universais, enquanto retrata a Ucrânia e o Ocidente como responsáveis pela escalada bélica, pela instabilidade política e pelo sofrimento humanitário.

Mais do que relatar fatos, essa estratégia busca construir uma visão de mundo: a Rússia como potência moral que resiste ao imperialismo ocidental, a Ucrânia como regime instável e submetido a influências externas, e o Ocidente como explorador que lucra com a guerra. Ao privilegiar declarações de autoridades russas, destacar vitórias militares seletivas e amplificar análises favoráveis a Moscou, a Sputnik Brasil contribui para consolidar uma narrativa na qual a Rússia é heroína e seus adversários são vilões.

A propaganda russa atua justamente nas rachaduras sociais, políticas e culturais que já existem em diferentes países, explorando ressentimentos, polarizações e discursos de ódio latentes. Por meio das plataformas digitais e de meios de comunicação estatais ou alinhados ao Kremlin, essas tensões são amplificadas e transformadas em narrativas que, embora artificiais, encontram terreno fértil em contextos de crise de confiança nas instituições. O resultado é um ambiente internacional cada vez mais vulnerável, em que a manipulação não se dá apenas no campo da geopolítica, mas penetra diretamente no tecido social, moldando percepções e corroendo consensos democráticos por dentro. Do ponto de vista teórico, o estudo se apoia nos conceitos de guerra informacional e medidas ativas (active measures) desenvolvidos por autores como Rid (2020) e Thomas (2020), que enfatizam o uso estratégico da informação como instrumento de poder estatal. Essas abordagens consideram que a propaganda não se limita à manipulação de fatos isolados, mas atua na construção de narrativas capazes de moldar percepções, reforçar identidades políticas e influenciar decisões de governos e sociedades. Nesse contexto, a propaganda russa é analisada como ferramenta de persuasão e legitimação, cuja eficácia depende da exploração de fissuras sociais, polarizações e fragilidades institucionais já existentes, potencializando a capacidade de controle do discurso e de influência sobre públicos estrangeiros.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como problema de pesquisa: “a propaganda digital russa voltada para moldar a percepção sobre a guerra da Ucrânia dentro do cenário internacional, com foco na atuação da Sputnik Brasil”. Busca-se compreender como essa propaganda constrói narrativas favoráveis à Rússia e desfavoráveis à Ucrânia e ao Ocidente, e quais mecanismos de persuasão são empregados para legitimar a atuação militar e política do Kremlin no imaginário internacional.



2. METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, com o objetivo de compreender como a Rússia utiliza operações de medidas ativas para moldar a percepção da guerra da Ucrânia em nível internacional, influenciando a representação da Rússia, da Ucrânia e do Ocidente na mídia digital.

A fundamentação teórica se baseia em estudos sobre guerra informacional e medidas ativas (RID, 2020; THOMAS, 2020), que concebem a desinformação como ferramenta estratégica de poder estatal, capaz de manipular narrativas, reforçar identidades políticas e influenciar opiniões em sociedades estrangeiras. A pesquisa também dialoga com a literatura contemporânea sobre propaganda e manipulação da opinião pública, contextualizando a atuação russa no ambiente midiático global.

A metodologia empírica consiste na análise de discurso das matérias publicadas pelo portal de notícia Sputnik Brasil relacionadas à guerra da Ucrânia. O recorte considera publicações entre 2022 e 2025, buscando identificar como a propaganda russa constrói narrativas favoráveis à Rússia e desfavoráveis à Ucrânia e ao Ocidente, explorando fissuras sociopolíticas e reforçando percepções alinhadas aos interesses de Moscou.

Para sistematizar a análise, será utilizado o software MAXQDA, permitindo codificação e categorização de temas, palavras-chave e estratégias discursivas. A abordagem possibilita examinar padrões de construção narrativa, frequência de enunciados pró-Rússia e anti-Ucrânia/anti-Ocidente, bem como os mecanismos de legitimação empregados nas matérias, integrando rigor analítico à compreensão da atuação russa na mídia brasileira.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo da propaganda digital russa no contexto da guerra da Ucrânia revela um conjunto de práticas sofisticadas que se enquadram na lógica das chamadas “medidas ativas”, conceito amplamente analisado por Rid (2020) e Thomas (2020) em suas pesquisas. Essas medidas consistem em operações de desinformação, manipulação narrativa e estratégias de influência que transcendem o campo militar tradicional, operando diretamente no espaço informacional global. Segundo Rid, a Rússia contemporânea herdou da União Soviética a expertise em moldar percepções por meio de narrativas cuidadosamente elaboradas, ampliadas hoje pelo ambiente digital. Thomas complementa ao demonstrar a evolução dessas técnicas, que passaram da infiltração em redes de informação impressas e televisivas para a utilização de redes sociais, portais de notícias e mecanismos de microsegmentação de públicos.

Nesse sentido, Jankowicz (2020) alerta que a guerra informacional não se limita a persuadir, mas busca corroer a confiança social e institucional, tornando o receptor incapaz de distinguir entre fato e manipulação. A guerra da informação russa, ao retratar a Ucrânia como uma nação instável, dominada por fraqueza e reduzida a instrumento do Ocidente, não apenas disputa interpretações do conflito, mas ataca diretamente a legitimidade do Estado ucraniano perante a opinião pública internacional. O objetivo não é necessariamente convencer todos da “verdade russa”, mas gerar dúvidas, fragmentar consensos e enfraquecer a solidariedade internacional em torno de Kiev.

Oleinik (2019), ao analisar a propaganda como mecanismo de poder, ressalta que ela opera pela simplificação e polarização: constrói uma dualidade entre heróis e vilões, entre libertadores e opressores. Essa lógica aparece com clareza nas matérias do portal Sputnik Brasil, onde a Rússia é retratada como força heroica e estabilizadora, enquanto a Ucrânia surge como país desestruturado, violento e manipulado por potências externas. A linguagem empregada não se limita a informar, mas se ancora em categorias morais, como no caso da acusação de que Kiev se recusou a “proibir o nazismo”, imputando-lhe um traço de ilegitimidade histórica e ética que transcende o conflito atual.

A análise de discurso das matérias evidencia esse enquadramento estratégico. Na reportagem intitulada “Ucrânia se recusou a proibir o nazismo em negociações de paz com a Rússia” (Notícia



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Brasil, 28 abr. 2024), o uso da palavra “nazismo” atua como significante carregado de peso simbólico, aproximando o inimigo de uma das figuras mais abjetas da memória coletiva do século XX. Já em “A única ideologia das Forças Armadas da Ucrânia é o ódio à Rússia, afirma ex-militar” (Notícia Brasil, 14 maio 2025), a Ucrânia é reduzida a uma entidade irracional, guiada por sentimentos de ódio e não por interesses políticos legítimos. A matéria “Guerra civil poderia acontecer na Ucrânia após encerramento do conflito com a Rússia, diz mídia” (Notícia Brasil, 15 fev. 2025) reforça a imagem de instabilidade, projetando um futuro caótico para Kiev e sugerindo a incapacidade estrutural do país em sobreviver sem tutela externa.

Além disso, o Ocidente é recorrentemente enquadrado como manipulador, interessando-se pela Ucrânia apenas como instrumento geopolítico contra Moscou. No texto “Mídia revela as mentiras e propaganda do Ocidente sobre a suposta 'ameaça russa’” (Notícia Brasil, 27 abr. 2025), a inversão discursiva é evidente: acusa-se o Ocidente de praticar a mesma propaganda que a Rússia é frequentemente acusada de executar, deslocando a responsabilidade e apresentando Moscou como vítima de uma narrativa hostil. Szpyra (2021) explica que essa técnica é típica da prática russa de desinformação: trata-se de espelhar acusações, atribuindo ao adversário os mesmos crimes narrativos de que se é acusado, produzindo um campo discursivo de incerteza.

Esse tipo de construção narrativa cumpre a função estratégica de reforçar a imagem da Rússia como agente racional, moral e civilizatório, contrapondo-a a uma Ucrânia descrita como fanática, instável e ilegítima. Ao mesmo tempo, o Ocidente surge como um ator imperialista e manipulador, interessado apenas em prolongar a guerra. O resultado é um quadro maniqueísta que, como observa Olejnik (2019), serve não apenas para persuadir diretamente, mas para consolidar identidades políticas e mobilizar simpatias difusas em diferentes contextos nacionais. No Brasil, por exemplo, a circulação dessas narrativas contribui para tensionar percepções sobre alianças internacionais, ora retratando a Rússia como parceira estratégica, ora questionando a legitimidade da integração ocidental.

A partir desse corpus, pode-se afirmar que as medidas ativas russas não buscam simplesmente impor uma versão única dos fatos, mas sim reconfigurar o campo informacional, deslocando os marcos de interpretação possíveis. Como explica Jankowicz (2020), a vitória na guerra da informação não ocorre quando todos acreditam na narrativa russa, mas quando já não se pode acreditar em nenhuma narrativa de modo seguro. O caso do portal Sputnik Brasil exemplifica como esse processo se materializa em escala local, rearticulando eventos internacionais em discursos acessíveis ao público brasileiro, inserindo a Rússia como sujeito positivo e atribuindo ao adversário traços negativos históricos e morais.

4. CONCLUSÕES

A propaganda digital russa, articulada como continuidade das “medidas ativas” herdadas da União Soviética, mostra-se hoje como um instrumento central da estratégia geopolítica de Moscou. Ela não busca impor uma verdade única, mas corroer a confiança coletiva, manipular símbolos históricos e aplicar técnicas de inversão discursiva que atribuem ao inimigo os mesmos vícios que pratica. Como destacam Rid (2020) e Jankowicz (2020), o objetivo é dissolver certezas e fragmentar consensos, enfraquecendo a capacidade crítica das sociedades diante do conflito.

Essas narrativas atuam de forma a reconfigurar o campo simbólico internacional: a Rússia é projetada como força moral e racional, enquanto a Ucrânia aparece como instável e ilegítima, e o



Ocidente como manipulador e imperialista. O impacto dessa guerra informacional não se restringe ao campo militar, mas alcança a opinião pública global, influenciando percepções e legitimando estratégias políticas. Conclui-se que compreender e expor tais mecanismos é essencial para defender a integridade do debate público e a resiliência democrática em um mundo cada vez mais marcado por disputas no espaço informacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JANKOWICZ, N. **How to Lose the Information War: Russia, Fake News, and the Future of Conflict**. New York: Bloomsbury, 2020..
- OLEJNIK, L. **Propaganda**. Varsóvia: Wydawnictwo Naukowe Scholar, 2019.
- ORWELL, G. **1984**. Londres: Secker & Warburg, 1949.
- RID, T. **Active Measures: The Secret History of Disinformation and Political Warfare**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2020.
- SPUTNIK Brasil. Mídia revela as mentiras e propaganda do Ocidente sobre a suposta ‘ameaça russa’. **NotíciaBrasil**, 27 abr. 2025. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20250427/midia-revela-as-mentiras-e-propaganda-do-ocidente-sobre-a-suposta-ameaca-russa-39315657.html>. Acesso em: 11 set. 2025.
- SPUTNIK Brasil. Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia afirma que Hungria espalha propaganda russa. **NotíciaBrasil**, 24 jul. 2022. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20220724/ministerio-das-relacoes-exteriores-da-ucrania-afirma-que-hungria-espalha-propaganda-russa-23784071.html>. Acesso em: 11 set. 2025.
- SPUTNIK Brasil. Ucrânia acusa Lula de fazer propaganda a favor da Rússia em meio ao conflito. **NotíciaBrasil**, 25 jul. 2022. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20220725/ucrania-acusa-lula-de-fazer-propaganda-a-favor-da-russia-em-meio-a-conflito--23812957.html>. Acesso em: 11 set. 2025.
- SPUTNIK Brasil. Ucrânia se recusou a proibir o nazismo em negociações com a Rússia, diz mídia. **NotíciaBrasil**, 28 abr. 2024. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20240428/ucrania-se-recusou-a-proibir-o-nazismo-em-negociacoes-com-a-russia-diz-midia-34313705.html>. Acesso em: 11 set. 2025.
- SPUTNIK Brasil. Guerra civil poderia acontecer na Ucrânia após encerramento do conflito com Rússia, diz mídia. **NotíciaBrasil**, 15 fev. 2025. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20250215/guerra-civil-poderia-acontecer-na-ucrania-apos-encerramento-do-conflito-com-russia-diz-midia-38538518.html>. Acesso em: 11 set. 2025.
- SPUTNIK Brasil. Única ideologia das Forças Armadas da Ucrânia é o ódio à Rússia, afirma ex-militar. **NotíciaBrasil**, 14 mai. 2025. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20250514/unica-ideologia-das-forcas-armadas-da-ucrania-e-o-odio-a-russia-afirma-ex-militar-39518310.html>. Acesso em: 11 set. 2025.
- SZPYRA, R. **Disinformation as a Tool of Political Influence: Russian Practices and Their Implications**. Central European Journal of Politics, Toruń, v. 7, n. 2, p. 25-47, 2021. Disponível em: <https://apcz.umk.pl/CJPS/article/view/60181/42144>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- TARANENKO, A. **Características da propaganda russa na América Latina em relação à agressão russa contra a Ucrânia: o caso do Brasil**. Empirio, Kyiv, v. 1, n. 1, p. 55–62, 2024. Disponível em: <https://philpapers.org/archive/TARCOR.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.
- THOMAS, T. **The Evolution of Russian Active Measures**. In: PULLER, K. (Org.). Information



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



Warfare in the Digital Era. Washington: Georgetown University Press, 2020. p. 88-112.



AS POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS DAS PUBLICIDADES ESTATAIS BRASILEIRAS NO ÂMBITO DO TURISMO SEXUAL NO BRASIL ENTRE 1970 E 1990

EDUARDA MARTINS DA ROSA PINTO¹; MARIA DE FATIMA BENTO RIBEIRO³

¹*Universidade Federal de Pelotas – eduarddamartins@outlook.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – mfabentoribeiro@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo versa sobre as possíveis influências das publicidades estatais brasileiras no âmbito do turismo sexual no Brasil entre 1970 e 1990, especificamente sobre o papel da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) neste quesito. A pesquisa insere-se dentro das Relações Internacionais, e a escolha deste tema é justificada, neste campo, para entender os efeitos de tais publicidades, tanto na imagem internacional do país quanto no advento do turismo sexual que ocorre no Brasil. Além disso, é importante que seja citado que o turismo é uma das atividades que mais cresce no país e se firma como pilar de crescimento econômico. Ainda no âmbito da justificativa, é necessário que haja perspectivas femininas na área científica das Relações Internacionais, um campo por muito tempo dominado exclusivamente por ideias hegemônicas e masculinas.

Deste modo, o problema de pesquisa apresenta-se: como é possível explicar a escolha publicitária do uso do corpo feminino sexualizado nestas propagandas e, principalmente, quais foram os efeitos da percepção internacional sobre o Brasil subsequente a estas propagandas? Sendo que a hipótese é que as imagens podem contribuir para a produção de sentidos equivocados e minar a ideia de credibilidade e eficácia tão importante na imagem internacional de um país, além de que a escolha publicitária dá-se por uma necessidade urgente de captação de turistas e investimentos estrangeiros na Embratur recém criada.

Outrossim, o objetivo geral desta pesquisa é, de modo essencialmente acadêmico, deliberar acerca dos motivos e efeitos das propagandas sexualizadas da Embratur durante as décadas enquadradas, sendo que como objetivos específicos estão: 1. trazer atenção para as questões femininas dentro das Relações Internacionais, 2. explicar parte da visão internacional sobre o Brasil, que o vê de forma extremamente sexual, e 3. entender se houveram mudanças na abordagem publicitária turística brasileira, e por que motivos elas ocorreram.

As principais fontes bibliográficas usadas são Nye (1990), visto que o conceito de soft power por ele cunhado é caro para esta pesquisa, Fan (2006), que debruça-se sobre os motivos conceituais para o exercício da publicidade turística nos países, a obra de Hall e Ryan, que fala especificamente sobre o turismo sexual, o livro de Williams (2006), que detalha experiências individuais com o turismo sexual em Salvador, e autores como Muzany et al, (2019), Rocha (2001), Verissimo (2005), Kacen e Nelson (2002) e Mulvey (1988), que oferecem perspectivas multifacetadas acerca da experiência feminina em campanhas publicitárias e mídia de modo geral e Paganotti (2007), que fala sobre a visão do exterior acerca do Brasil por meio do jornalismo, além de Kajihara (2010), cujo trabalho foi de extrema importância para a montagem deste artigo.



2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica aliada a uma análise das imagens publicitárias publicadas pela Embratur nos folders turísticos entre as décadas de 1970 e 1990, que foram adquiridos através de outras pesquisas, como por exemplo a de Kajihara (2010), por conta de uma dificuldade de obtenção dos arquivos de forma orgânica online, já que não há nenhum tipo de repositório da Embratur para propagandas antigas. As propagandas selecionadas são as que demonstram melhor o caráter de sexualização dos folders, e foram analisadas de acordo com os aprendizados obtidos com o restante da bibliografia do presente trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, entende-se que as propagandas da Embratur entre 1970-1990 podem ter tido um papel específico em ao menos normalizar a sexualização do corpo feminino brasileiro. Dentre as décadas estudadas, é apenas na última (1990) que ocorre uma ligeira mudança no modo de publicidade da Embratur — época que coincide com o momento em que o feminismo começa a se tornar um assunto mais popular e debatido no Brasil, tanto na academia quanto fora dela, como citado a priori — que passa a fazer a campanha contra turismo sexual. Isto demonstra que houve uma dificuldade de ao menos três décadas para lidar com o problema do turismo sexual que foi instaurado no Brasil por parte das propagandas publicitárias da Embratur direcionadas ao público internacional.

Claramente, o alcance dessas propagandas é tanto, que segundo Paganotti (2007), o Brasil é dividido em 4 categorias pelos repórteres de outros países, estando entre estas categorias incríveis 24,2% dos artigos de correspondentes internacionais estudados pelo autor citando a sensualidade e 23,8% o samba e o carnaval. Evidentemente, as questões de imagem internacional do Brasil foram muito afetadas pelos estereótipos sexuais.

Acerca das vidas dos indivíduos afetados pelo turismo sexual no Brasil, foi referenciado o livro de Erica Williams, que descreve sobre as suas experiências e as de diversos brasileiros com o turismo sexual em Salvador. No livro, Williams relata sua experiência ao ser confundida com uma brasileira e, portanto, alvo de investidas sexuais que cessam quando é revelado que ela é americana — o que prova, mais uma vez, que o corpo feminino especificamente brasileiro é olhado de forma sexual e “disponível” para o turista estrangeiro. Ainda no livro de Erica, ela conta as situações vulneráveis sexual e romanticamente que mulheres e homens (os caça-gringas, como são conhecidos), trabalhadores do sexo ou não, na capital da Bahia se sujeitam para sobreviver. De modo geral, fica explícito que em locais de alto fluxo turístico estrangeiro no Brasil, o acesso a corpos brasileiros se torna uma expectativa.

Ainda assim, há muitas medidas governamentais que procuram mitigar os efeitos do turismo sexual no Brasil, como a colaboração entre ministérios, os planejamentos estratégicos da Embratur que não mais utilizam a imagem sexualizada da mulher, mas sim a diversidade cultural e social brasileira e a preocupação com o meio-ambiente como incentivo turístico, o Plano Brasil, campanhas como “Bloco Disque 100” e “O Turismo Respeita Mulheres”. Finalmente, pode-se sim dizer que o turismo sexual é um problema no Brasil, e que as propagandas lançadas pela Embratur podem ter representado uma imagem equivocada do país, mesmo que sem esta intenção, mas há também atualmente a preocupação governamental com a atenuação do problema.

4. CONCLUSÕES

A presente pesquisa inova no campo das Relações Internacionais ao ofertar lentes perspectivas femininas e que partem de fora dos centros de poder do sistema internacional, que, por



se tratem de perspectivas dissidentes no âmbito da academia, podem demonstrar novos paradigmas e questões acerca do constante devir da sociedade internacional. Assim sendo, com esta pesquisa foi possível uma percepção aguçada do papel do Estado brasileiro no mantimento das categorias publicitárias que subjugaram e sexualizaram o corpo feminino brasileiro por, ao menos, três décadas. Além disso, foi percebido também um esforço importante do Brasil e de seus órgãos internos, incluindo a Embratur, para a promoção de medidas que atuam contra o turismo sexual, e também na promoção de imagens publicitárias brasileiras para o exterior que não mais utilizem a imagem sensual feminina como estratégia de marketing.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAN, Y. "Branding the nation: What is being branded?." *Journal of vacation marketing* 12.1 (2006): 5-14.

HALL, M. C.; RYAN, C. *Sex tourism: Marginal people and liminalities*. Routledge, 2005.

KACEN, J; NELSON, M.. We've come a long way baby—or have we? Sexism in advertising revisited. In: *Proceedings of the 6th Conference on Gender, Marketing and Consumer Behaviour*. 2002. p. 291-308.

KAJIHARA, K. A. A IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR: Análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até 2008. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, p. 05 a 05-05 a 05, 2010.

MULVEY, L. Visual pleasure and narrative cinema. *Media and cultural studies: Keywords*, p. 342-352, 2006.

MUZANY, K; TELES, D; SOARES, D. A imagem na publicidade como tentativa de recriar o contexto social sobre os corpos de mulheres. *ANAIS DE TEXTOS COMPLETOS DO X CAFÉ COM LEITURA E V SEMINÁRIO DE LEITURA, ESPAÇO E SUJEITO*, p. 205, 2019.

NYE JR, J. S. (1990) *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. Basic Books: New York.

PAGANOTTI, I. Imagens e estereótipos do Brasil em reportagens de correspondentes internacionais. *RuMoRes*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2007. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2007.51102. Disponível em: <https://revistas.usp.br/Rumores/article/view/51102>.. Acesso em: 22 set. 2025.

ROCHA, E. A mulher, o corpo e o silêncio: a identidade feminina nos anúncios publicitários. *Revista*

VERISSIMO, J. A mulher "objecto" na publicidade. 2005.

WILLIAMS, E. L. *Sex tourism in Bahia: Ambiguous entanglements*. University of Illinois Press, 2013.



O PLEBISCITO POPULAR DE 2025: VISIBILIDADE E AVANÇO DAS DEMANDAS PELO FIM DA JORNADA 6 × 1 E PELA TAXAÇÃO DOS SUPER RICOS NA AGENDA PÚBLICA BRASILEIRA.

HELENA COSTA DA TRINDADE¹; MONIKA DOWBOR²

¹*Universidade Federal de Pelotas – helenatrindadeufpel@gmail.com*

²*Universidade Federal do Rio Grande do Sul – mdowbor@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, inserido na área do conhecimento de iniciação científica, dedica-se à análise da mobilização social contemporânea no Brasil, com foco específico no Plebiscito Popular 2025. A iniciativa, organizada por frentes como o Brasil Popular e Povo Sem Medo, representa uma ação importante de intervenção da sociedade civil para recolocar debates urgentes na agenda pública nacional.

A problematização central desta pesquisa é compreender de que forma o Plebiscito Popular 2025 contribuiu para a visibilidade das pautas trabalhistas e tributárias na agenda pública brasileira? Ao discutirmos essa questão, busca-se compreender como uma iniciativa da sociedade civil, que historicamente lida com a marginalização de temas sociais, consegue articular com diferentes atores coletivos e incidir sobre a formação de uma agenda política que atenda às reivindicações da sociedade. A relevância dessa pesquisa reside em sua capacidade de analisar a competência dos movimentos sociais em moldar o debate político e fortalecer a democracia participativa. Ao examinar as estratégias de mobilização e os impactos da campanha, este estudo contribui para a compreensão da ação coletiva como mecanismo eficiente de visibilizar pautas cruciais, alterando a forma como a tributação recai de forma desproporcional e desigual sobre as camadas mais pobres da sociedade.

Portanto, a campanha do Plebiscito Popular apresenta duas pautas prioritárias para a classe trabalhadora, para responderem “sim” ou “não”: o fim da escala 6×1, ou seja, a redução da jornada de trabalho sem corte salarial e a taxação dos super ricos, como parte do projeto que quer a isenção do Imposto de Renda (IR) para aqueles que recebem até R\$ 5 mil mensais. A iniciativa da campanha é vista, por seus organizadores, como uma forma de intervir nos rumos do país e não deixar somente nas mãos do Congresso pautas prioritárias para todos os cidadãos brasileiros, além disso, esse plebiscito insere-se em uma trajetória de mobilizações populares no país, retomando a prática de consultas organizadas por movimentos sociais que, embora não possuam caráter vinculativo, têm contribuído para tensionar o debate político e ampliar a democracia participativa (Avrtizer, 2002; Santos, 2007). A participação dos movimentos sociais progressistas nesse processo de ação coletiva e mobilização social é importante, pois, conforme afirma Gohn (2011) os movimentos sociais não estão somente reivindicando direitos, mas exercem funções educativas, formação da cidadania e a construção de novas práticas democráticas.

O Plebiscito, ainda que informal, constitui um espaço privilegiado de disputa simbólica e política, onde se manifesta a potência da sociedade civil organizada em um contexto de grande desigualdade social e fragilização das instituições representativas. Dessa forma, os objetivos que norteiam esse trabalho são: 1) analisar os impactos do Plebiscito Popular na visibilidade das pautas trabalhistas e tributárias; 2) identificar estratégias de mobilização utilizadas pelos movimentos sociais participantes; 3) avaliar a contribuição da iniciativa para a formação da opinião pública e fortalecimento da democracia participativa; e 3) refletir sobre os potenciais e limites do plebiscito enquanto mecanismo de incidência política na sociedade civil.



2. METODOLOGIA

A pesquisa, ainda em andamento, adota uma abordagem qualitativa e exploratória, articulando diferentes procedimentos metodológicos. Em um primeiro momento foi realizada uma análise documental dos materiais da campanha do Plebiscito, incluindo as notas públicas, cartilhas, materiais de divulgação, postagens nas redes da campanha e reportagens da imprensa nacional. Com essa análise foi possível compreender como os movimentos sociais articularam e construíram seus repertórios de mobilização e quais narrativas foram acionadas para legitimar as pautas centrais. Em um segundo lugar, foram consideradas entrevistas e declarações de lideranças sociais, em especial representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que desempenhou papel relevante na coordenação nacional do Plebiscito. O uso desse material empírico possibilitou a captação de percepções internas dos movimentos sobre o alcance da iniciativa e sobre os desafios da mobilização, além de ser possível entender a construção da campanha por parte dos organizadores.

Por fim, por meio de um mapeamento das organizações participantes, tanto em âmbito nacional quanto regional, foi possível identificar sindicatos, coletivos estudantis, pastorais sociais e movimentos progressistas engajados nas pautas da campanha, identificando a articulação entre esses atores na campanha.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares indicam que o Plebiscito produziu impactos significativos em três dimensões participativas: visibilização pública das demandas, articulação política dos movimentos sociais e incidência na opinião pública.

A iniciativa revisitou dois temas historicamente negligenciados: a jornada de trabalho 6x1, que expressa a precarização e intensificação do trabalho, onde o trabalhador tem somente um dia de folga por semana. Essa proposta precisa vir acompanhada da redução da jornada semanal sem, entretanto, ocorrer a redução salarial. Essa pauta é histórica para a CUT e outras centrais sindicais e tem ganhado adesão crescente entre jovens e categorias mais precarizadas; e a taxa dos super ricos, essa medida prevê a isenção do Imposto de Renda para ganha até R\$ 5 mil mensais, redução gradual da alíquota e aumento progressivo para rendimentos acima de R\$ 50 mil, com ênfase em grandes patrimônios e dividendos milionários, essa proposta evidencia a regressividade do sistema tributário que recai desigualmente nas camadas mais baixas da sociedade.

A campanha também possibilitou a convergência de diferentes movimentos sociais em torno de uma agenda em comum, fortalecendo laços entre sindicatos, organizações populares e entidades estudantis. Essa articulação possui um caráter horizontal e descentralizado e articula com a ideia de “repertórios de ação coletiva”, desenvolvida por Tilly (2010) que caracteriza o conceito como diversidades das formas de mobilização que se complementariam em prol de objetivos compartilhados.

Na dimensão da opinião pública, o Plebiscito cumpriu com uma função mobilizadora em torno do reverendo. As campanhas digitais, especialmente no Instagram, Tik Tok e WhatsApp, permitiram que o debate sobre a justiça tributária e melhores condições de trabalho alcançasse novos públicos, ampliando, dessa forma, a base de apoio às pautas principais do Plebiscito. Esses processos de participação contribuem para o fortalecimento da cidadania ativa e formação política da população.

4. CONCLUSÕES

O Plebiscito Popular 2025 é mais do que um evento, ele se firma como um marco para a democracia participativa no Brasil. Sua relevância reside na forma como conseguiu ampliar vocês e fortalecer laços. Os três eixos de impacto são claros: a campanha traz visibilidade a pautas sociais antes invisibilizadas, consolidou a articulação entre movimentos e redes de solidariedade e, por fim,



incidiu diretamente na opinião pública, provocando debates que são essenciais para toda a sociedade brasileira relacionados às desigualdades sociais e à justiça fiscal. Ao reafirmar que os plebiscitos são ferramentas potentes para tensionar o sistema político e levar novas pautas ao debate público, a campanha mostrou a capacidade de ruptura da sociedade civil organizada e, mais do que isso, o Plebiscito evidencia o vasto potencial mobilizador da população quanto às complexidades e desafios da participação civil, um aspecto crucial para futuras estratégias de ação coletiva.

Em última análise, o Plebiscito Popular 2025 deve ser estudado como um caso paradigmático, pois ele representa o esforço contínuo dos movimentos sociais em moldar a agenda política brasileira e oferece uma importante oportunidade para compreender a dinâmica entre a ação coletiva, democracia participativa e luta por justiça social. O que fica claro é a certeza de que, mesmo fora dos caminhos tradicionais, a mobilização cidadã tem o poder de inaugurar novos rumos para a política e para o debate social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L. Democracia e as novas instituições participativas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

GOHN, M. G. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2011.

KINGDON, J. W. Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2. ed. New York: Longman, 2003.

SANTOS, B. de S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TILLY, C. Social Movements, 1768–2008. Boulder: Paradigm Publishers, 2010.

PINTO, Walber. Curso online busca multiplicar participação de trabalhadores no Plebiscito Popular. **Central Única dos Trabalhadores (CUT)**, 15 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/curso-online-busca-multiplicar-participacao-de-trabalhadores-no-plebiscito-popul-4812>. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL DE FATO. CUT aposta em plebiscito popular para pressionar Congresso por redução da jornada e taxa dos super-ricos. **Brasil de Fato**, 20 maio 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/05/20/cut-aposta-em-plebiscito-popular-para-pressionar-congresso-por-reducao-da-jornada-e-taxacao-dos-super-ricos/>. Acesso em: 25 set. 2025.



VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR: PERSPECTIVAS JURÍDICAS E OS DESAFIOS NA PROTEÇÃO DA VÍTIMA INFANTIL

MARIA EDUARDA SIMADON¹; AKNATON TOCZEK SOUZA²

¹Universidade Católica de Pelotas – maria.simadon@sou.ucpel.edu.br

²Universidade Católica de Pelotas – aknaton.souza@ucpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de iniciação científica tem como objetivo realizar uma discussão sobre a criança e o adolescente como cidadãos de direitos e os impactos da violência sexual sofrida no âmbito familiar. Abordar-se-á uma análise legal sobre conceitos relacionados à temática, como de infância, violência e família, bem como esses perduraram ao longo da história até atualmente, todos com uso da normatividade brasileira.

O entendimento que perdura sobre o tema, com base nas referências bibliográficas apresentadas, é inicial e deve ser assunto de ambição para pesquisas aprofundadas e, principalmente, munido de práticas ordenadas e rígidas, haja vista a escassez de dados, detalhamentos, debates e propostas de amparo, condições que já deveria o Estado tratar com severidade e precisão.

Os objetivos tratados estão de acordo com a análise de políticas públicas e os órgãos responsáveis pela prevenção e o enfrentamento da violência sexual com vítimas os familiares menores de idade, assim como a busca pela percepção do abuso sexual sofrido, através de sintomas físicos e psicológicos e comportamentos alterados.

O procedimento, como um todo, deve contar com pessoas aos arredores da vítima, que têm o dever de acolhe-la e leva-la a uma instituição responsável, além dos profissionais empenhados aos cuidados da mesma.

2. METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa, de orientação exploratória, tem como foco o acolhimento da vítima e o processo judicial envolvido.

O campo de estudo foi constituído pela normatividade do Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal, Código Civil Brasileiro, Código Penal Brasileiro, relatório Atlas da Violência 2025 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Cartilha Violência sexual contra meninos e meninas: Abuso sexual intrafamiliar e exploração sexual comercial, elaborada pelo Poder Legislativo Brasileiro, e aprofundamento do Centro de Referência em Atendimento Infanto-Juvenil (CRAI). Ademais, os contextos históricos e os conceitos informados são de conhecimento jurídico geral, a partir de pesquisas sobre suas origens e entendimentos atuais.

A técnica adotada é referente a análises fundamentalistas e quantitativas, além de categorias a priori, em que são apresentados conceitos e pareceres judiciais, dados estatísticos e abordagens de diferentes contextos.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados e discussões, o projeto apresentará os órgãos competentes atuais, em exemplo o Conselho Tutelar e o Centro de Referência em Atendimento Infanto-Juvenil, contra o abuso sexual infantil e os desafios enfrentados pelos mesmos, desde o alcance à vítima silenciada dentro do próprio lar até o seu devido acolhimento nas instituições responsáveis, para que soluções sejam atribuídas. Por fim, tem-se como reflexão os danos causados à criança ou adolescente, muitos afetando seu desenvolvimento e, por conta disso, perdurando durante toda a sua vida, podem ser citados infecções sexualmente transmissíveis, gestação prematura e distúrbios gênito-urinários.

Para melhor visualização do impacto da violência recorrente no período da infância e adolescência, a tabela com dados do Atlas da Violência 2025, emitidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, consideram diferentes contextos de agressão, bem como estes promovem o resultado da violência sexual infantil intrafamiliar.

Tabela com Dados do Atlas da Violência 2025

VIOLÊNCIA \ IDADES	INFANTES (0 A 4 ANOS)	CRIANÇAS (5 A 14 ANOS)	ADOLESCENTES (15 A 19 ANOS)
RESIDENCIAL	67,8%	65,9%	48,4%
FAMILIAR	79,5%	55,6%	44,9%
SEXUAL	-	65,2%	-

4. CONCLUSÕES

A conclusão obtida é referente à propagação dos meios de alcance às crianças e aos adolescentes afetados evidenciados durante a apresentação, utilizando de diversas áreas profissionais e habituais, além do Direito.

Também conta com a abrangência da voz que deve ser concedida à tal discussão, às vítimas e o amparo das mesmas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018

DE AZAMBUJA, Maria R. F. **Violência Sexual Intrafamiliar: é possível proteger a criança?**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

PEREIRA, Marília B.; MARTOS, Frederico T. De A. **DO PÁTRIO PODER AO PODER FAMILIAR: AS ATRIBUIÇÕES DOS PAIS QUANTO À PROTEÇÃO DOS FILHOS**.

Revista

de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca, Franca, v. 4, p. 729 – 750, jun. 2019.

Disponível

em:

file:///C:/Users/Carin%20Simadon/Downloads/DO_PATRIO_PODER_AO_PODER_FAMILIAR_AS_ATRIBUICOES_D.pdf Acesso em: 05 mai. 2025.



2º SEMINÁRIO DISCENTE PPGCPOL

DINÂMICAS DA POLÍTICA DOS NOVOS TEMPOS



CHILDHOOD BRASIL. **Casamento infantil e suas consequências.** Disponível em: <https://www.childhood.org.br/casamento-infantil-e-suas-consequencias/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Unicef: Cerca de 25% das latino-americanas casaram-se ou foram viver com seus parceiros antes de completar 18 anos.** ONU News, 15 out. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/10/1690631>. Acesso em: 12 mai. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Atribuições do Conselho Tutelar.**

Disponível em:

[https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Atribuicoes-do-Conselho-](https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Atribuicoes-do-Conselho-Tutelar#:~:text=Atribui%C3%A7%C3%A3o,Atender%20Crian%C3%A7as%20e&text=Ouvir%20queixas%20e%20reclama%C3%A7%C3%B5es%20sobre,amea%C3%A7as%20ou%20viola%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos)

[Tutelar#:~:text=Atribui%C3%A7%C3%A3o,Atender%20Crian%C3%A7as](https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Atribuicoes-do-Conselho-Tutelar#:~:text=Atribui%C3%A7%C3%A3o,Atender%20Crian%C3%A7as%20e&text=Ouvir%20queixas%20e%20reclama%C3%A7%C3%B5es%20sobre,amea%C3%A7as%20ou%20viola%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos)

[s%20e&text=Ouvir%20queixas%20e%20reclama%C3%A7%C3%B5es%20sobre,amea%C3%A7as](https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Atribuicoes-do-Conselho-Tutelar#:~:text=Atribui%C3%A7%C3%A3o,Atender%20Crian%C3%A7as%20e&text=Ouvir%20queixas%20e%20reclama%C3%A7%C3%B5es%20sobre,amea%C3%A7as%20ou%20viola%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos)

[s](https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Atribuicoes-do-Conselho-Tutelar#:~:text=Atribui%C3%A7%C3%A3o,Atender%20Crian%C3%A7as%20e&text=Ouvir%20queixas%20e%20reclama%C3%A7%C3%B5es%20sobre,amea%C3%A7as%20ou%20viola%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos)

[%20ou%20viola%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos](https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Atribuicoes-do-Conselho-Tutelar#:~:text=Atribui%C3%A7%C3%A3o,Atender%20Crian%C3%A7as%20e&text=Ouvir%20queixas%20e%20reclama%C3%A7%C3%B5es%20sobre,amea%C3%A7as%20ou%20viola%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos). Acesso em: 19 mai. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2025.** São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

IGP-RS. **CRAI – Centro de Referência em Atendimento Infanto-juvenil.** Disponível em: [IGP-RS](#). Acesso em: 21 mai. 2025.

LEITE, Ana Estela Fernandes. **Abuso sexual em crianças: construção e validação de uma ferramenta tecnológica para profissionais de saúde.** 2018. 102f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Criança e do Adolescente) – Universidade Estadual do Ceará, 2018.

PÖTTER, Luciane. **Vitimização secundária infantojuvenil e violência sexual intrafamiliar: por uma política pública de redução de danos.** 2. ed. rev. atual. Salvador: JusPodivm, 2016.

MAYER, Lísia Ramos; KOLLER, Silvia H. Rede de apoio social e representação mental das relações de apego de crianças vítimas de violência doméstica. In: HABIGZANG, Luísa F. et al(Org.). **Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática.** Porto Alegre: Artmed, 2012.

Brasil, Senado Federal; Brasil, Câmara dos Deputados. **Cartilha sobre Violência Sexual Contra Meninos e Meninas: Abuso Sexual Intrafamiliar e Exploração Sexual Comercial.** Brasília: Poder Legislativo, 2004.